UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ZAINE GUEDES DA COSTA

**DIVERGÊNCIA DE SENTIDO DOS *FALSOS AMIGOS*: UMA ANÁLISE
HISTÓRICO-CONTRASTIVA NAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA**

Recife
2023

ZAINE GUEDES DA COSTA

**DIVERGÊNCIA DE SENTIDO DOS *FALSOS AMIGOS*: UMA ANÁLISE
HISTÓRICO-CONTRASTIVA NAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Linguística.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza

Recife
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves - CRB-4/2105

C837d Costa, Zaine Guedes da
Divergência de sentido dos falsos *amigos*: uma análise histórico-contrastiva nas línguas portuguesa e espanhola / Zaine Guedes da Costa - Recife, 2023.
193f.: il., fig.

Sob orientação de José Alberto Miranda Poza.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2023.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Português. 3. Espanhol. 4. Diacronia. I. Miranda Poza, José Alberto (Orientação). II. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023- 137)

ZAINE GUEDES DA COSTA

**DIVERGÊNCIA DE SENTIDO DOS *FALSOS AMIGOS*: UMA ANÁLISE
HISTÓRICO-CONTRASTIVA NAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 17/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alberto Miranda Poza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Juan Pablo Martín Rodrigues (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Cristiana Bongestab (Examinadora Externa)
Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Dr. José Ingelmo Herrero (Examinador Externo)
Universidad de Salamanca

Prof. Dr. Vicente Masip Viciano (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A Deus, aos meus pais (*in memoriam*), aos meus irmãos, aos meus amigos, ao meu querido orientador, aos professores da Universidade Federal de Pernambuco e aos da Universidade de Salamanca, que me fizeram chegar até aqui. Sem o apoio de cada um de vocês, eu não teria conseguido, tendo em vista o árduo caminho percorrido ao longo desses quatro anos de dedicação e de desafios acadêmicos.

RESUMO

Este trabalho observou, por meio de uma perspectiva histórico-contrastiva, as motivações semânticas que estão por trás da não correspondência de sentido dos *falsos amigos* português/espanhol. Para tanto, embasou suas reflexões em Miranda Poza (2014) quando observa o viés histórico como forma plausível de resposta à não correspondência semântica entre pares de palavras com forma igual ou parecida. Para investigação estrutural dos verbetes, considerou as análises de Masip (2013), que examina esses pares de palavras desde a perspectiva sincrônica. Para a análise histórica, os verbetes da língua portuguesa foram extraídos da obra *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1995) e os da língua espanhola do *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* (1983). Assim, por meio dessa linha investigativa, esta pesquisa propôs um método que sirva tanto para docentes quanto para discentes que queiram desvendar o imbróglio do porquê de homônimos e de parônimos manifestarem acepções particulares de uso, considerando que a não correspondência semântica se deve a fatores históricos e evolutivos de cada um dos termos em contraste.

Palavras-chaves: Falsos amigos; Português; Espanhol; Diacronia.

ABSTRACT

This paper aims to observe, from a historical-contrastive perspective, the semantic motivations that are behind the non-correspondence of meaning between Portuguese/Spanish *false cognates*. To do so, the reflections were based on Miranda Poza (2014), who observes the historical bias as a plausible way of responding to the semantic mismatch between pairs of words with the same or similar form. For the structural investigation of the entries, analyzes by Masip (2013), who examines these pairs of words from a synchronic perspective, were considered. For the historical analysis, the entries in the Portuguese language were extracted from *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1995), and those in the Spanish language from *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* (1983). Thus, through this investigative line, this research proposed a method that serves both teachers and students who want to unravel the imbroglio of why homonyms and paronyms manifest particular meanings, considering that the semantic mismatch is due to historical factors and evolutionary factors of each of the terms in contrast.

Keywords: False cognates; Portuguese; Spanish; Diachrony.

RESUMEN

Este trabajo observó, a través de una perspectiva histórico-contrastiva, las motivaciones semánticas que subyacen a la no coincidencia de sentido de los *falsos amigos* portugués/español. Para ello, basó sus reflexiones en Miranda Poza (2014) al observar el sesgo histórico como una forma plausible de responder al desajuste semántico entre pares de palabras con la misma o similar forma. Para la investigación estructural de las entradas, consideró los análisis de Masip (2013), quien examina esos pares de palabras desde la perspectiva sincrónica. Para el análisis histórico, las entradas de la lengua portuguesa fueron extraídas de la obra *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1995), y las de la lengua española del *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* (1983). Así, a través de esa línea investigativa, esta investigación propôs un método que sirva tanto a profesores como a alumnos que quieran desentrañar el embrollo del por qué homónimos y parónimos manifiestan acepciones de uso particulares, considerando que el desajuste semántico se debe a factores históricos y evolutivos de cada uno de los términos en contraste.

Palabras-clave: Falsos amigos; Portugués; Español; Diacronía.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - ANÁLISE DOS <i>FALSOS AMIGOS</i> PORTUGUÊS/ESPAÑOL NA PERSPECTIVA SINCRÔNICA.....	54
Quadro 2 - SÍNTESE DOS CONCEITOS E AUTORES ELECADOS.....	75
Quadro 3 - SÍNTESE DOS CONCEITOS E AUTORES ELECADOS.....	99
Quadro 4 - SÍNTESE DOS CONCEITOS E AUTORES ELECADOS.....	115
Quadro 5 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE ACHAQUE/ACHAQUE.....	136
Quadro 6 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE AGASALHAR/AGASAJAR.....	140
Quadro 7 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE ALAGAR/HALAGAR.....	145
Quadro 8 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE BESTA/BESTIA.....	150
Quadro 9 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE CAJÃO/CAJA.....	154
Quadro 10 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE CALABRE/CALABRE.....	158
Quadro 11 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE CORAL/CORAL.....	162
Quadro 12 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE DENGO, DENGUE/DENGUE.....	166
Quadro 13 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE DIATRIBE/DIATRIBA.....	170
Quadro 14 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE ELCHE/ELCHE.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CORDE	<i>Corpus Diacrónico del Español</i>
L1	Língua nativa
L2	Língua não nativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A PROPÓSITO DO HISTÓRICO E DE SUA RELEVÂNCIA PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS.....	18
2.1	AS LÍNGUAS EVOLUEM OU DECLINAM?.....	18
2.2	A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA HISTÓRICA NO ÂMBITO CIENTÍFICO.....	22
2.3	O CONCEITO DO TEMPO SOB O VIÉS DA FILOSOFIA ANTIGA.....	27
2.4	O TEMPO NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA.....	31
2.5	MEMÓRIA E SUA INTERCESSÃO COM A HISTÓRIA.....	33
2.6	A HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA.....	36
2.7	A ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA.....	40
2.8	A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO VIVO DE MEMÓRIA.....	41
2.9	A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA DURANTE A APRENDIZAGEM.....	43
2.10	A HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM AS TEORIAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DE LÍNGUAS.....	44
3	CONCEPÇÕES E DENOMINAÇÕES EM TORNO DO FENÔMENO DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL.....	54
3.1	ANÁLISE CONTRASTIVO-COMPARATIVA DOS <i>FALSOS AMIGOS</i> PORTUGUÊS/ESPAÑHOL SOB UMA PERSPECTIVA SINCRÔNICA.....	54
3.2	CONCEITOS E DENOMINAÇÕES DOS <i>FALSOS AMIGOS</i> PORTUGUÊS/ESPAÑHOL.....	57
3.3	O PERCURSO HISTÓRICO E O NASCIMENTO DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPAÑHOLA.....	78
3.4	O CONTATO ENTRE LÍNGUAS EMPARENTADAS E A PRODUÇÃO DE INTERLÍNGUAS.....	84
3.5	A NATUREZA DO SIGNO LINGUÍSTICO.....	92
3.6	CAMPO LÉXICO.....	101
3.6.1	Conceitos fundamentais do campo léxico.....	106
3.6.1.1	Sema.....	106
3.6.1.2	Arquilexema.....	107
3.6.1.3	Semema.....	108

3.6.1.4	Classema.....	108
3.6.1.5	Virturema.....	108
3.6.1.6	Lexema.....	109
3.7	A SEMÂNTICA DO USO EM MICHEL BRÉAL.....	111
3.7.1	A lei de especialidade.....	112
3.7.2	A lei de repartição.....	114
4	A TRANSDISCIPLINARIDADE DO FENÔMENO DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL: OBJETIVOS E PROPOSTA DE ABORDAGEM HISTÓRICO-COMPARATIVA.....	117
4.1	AS INTERFACES DE ANÁLISE DOS <i>FALSOS AMIGOS</i> PORTUGUÊS/ESPAÑHOL.....	117
4.2	A NATUREZA DO PROBLEMA.....	121
5	ANÁLISE DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-COMPARATIVA.....	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
	REFERÊNCIAS.....	179

1 INTRODUÇÃO

A prática de ensino por docentes de língua espanhola a aprendizes brasileiros demonstra que um dos principais problemas durante o processo de aquisição desse idioma manifesta-se devido à coincidência formal entre as línguas, especificamente no âmbito do léxico. Essa analogia acaba induzindo a equívocos de índole semântica, tendo em vista que a correspondência instantânea se baseia no falso juízo de que a proximidade formal é condição *sine qua non* para a igualdade de sentido.

A esse entendimento corroboram as perspectivas de Milás (2002) e de Francis (2010), quando tomam como base a perspectiva de Durão (2002), que afirma que espanhol e português compartilham um total de 90% de igualdade léxica. Desse integral, 60% é composto por cognatos idênticos e mais ou menos 30% de não idênticos. Esses dados se ancoram na perspectiva comparativa-contrastiva entre as línguas românicas que, por serem semelhantes na forma, acabam produzindo tanto no ato de comunicação quanto em um nível de análise teórico um equívoco de ordemléxico-semântico em que nem sempre está disponível ao investigador a possibilidade de elucidar as mais diversas matizes que o fenômeno comporta com a devida explanação teórica que o justifique (MIRANDA POZA, 2014; MASIP, 2013).

No dizer de Richiman (1965), essa semelhança, historicamente deduzida, deve-se ao fato de que, dentre as línguas neolatinas, português e espanhol são as que mais se identificam tipologicamente, o que acaba induzindo a diversos problemas de comunicação, considerando que a porcentagem que engloba os elementos compartilhados não é equivalente em sua totalidade.

De acordo com Francis (2010), os elementos linguísticos de uma língua estrangeira que se revelam correlatos aos da língua meta, conhecidos como “transparentes”, acabam dificultando o processo de aprendizagem. Para a investigadora, quanto maior a semelhança entre as línguas em contato, maior a possibilidade de equívocos, atentando para a “igualdade” que se revela traidora em diversas situações de uso.

Em uma circunstância real de comunicação, é natural que, em seus primeiros contatos com a língua espanhola, um brasileiro diante de uma frase como “*Juan ha cogido su botequín antes de trabajar*” não perceba o sentido que a palavra

“botiquín”¹ dispõe na L2 e, portanto, fique conjecturando, a partir de seus conhecimentos na L1, como é que alguém pode transportar um estabelecimento comercial com bebidas, lanches e tira-gostos instantes antes de trabalhar.

Sobre essa questão, é preciso salientar que cada língua faz um recorte muito particular do mundo que existe em seu entorno. O francês e o português, por exemplo, usam apenas uma palavra, *mouton* e *carneiro*, respectivamente, tanto para o animal quanto para a carne pronta para servir. Já o inglês possui dois termos distintos: *sheep* designa o animal e *mutton* designa a porção de carne preparada. Dessa forma, fica evidente que, nesse jogo de escolhas terminológicas, idiomas que possuem termos de mesma raiz podem atribuir-lhes sentidos diferentes (SAUSSURE, 2006).

Assim, é possível observar que cada língua se manifesta por meio de enredos e de conexões particulares que se revelam como vetores eficazes de interlocução dentro de uma determinada comunidade linguística, retratando realidades mediante significantes que não possuem qualquer vínculo natural com a ideia ou conceito que designam.

Nas línguas portuguesa e espanhola, encontram-se vocábulos que aludem a essa engrenagem semântica, que são os chamados vocábulos contíguos. Esses termos podem ser homófonos (mesmo som), homógrafos (mesma ortografia), homônimos (mesmo som e grafia) ou parônimos (som ou grafia parecidos) e são originários, muitas vezes, da mesma origem (latina, grega ou árabe), porém por não se corresponderem semanticamente, são chamados de *falsos amigos*, *falsos cognatos* ou de *heterossemânticos* (MASIP, 2013).

Em relação às nomenclaturas e teorias, não são poucas as informações que abundam em diversos trabalhos sobre esse tema. No Brasil, no âmbito dos estudos hispânicos, foram inauguradas com Bugueño Miranda (1998) algumas percepções essenciais para nosso propósito — apesar de o referido investigador voltar-se mais às diferenças de uso e nomenclaturas que permeiam o evento e não à perspectiva histórica, como é nossa intenção em querer demonstrar quais motivações estão imbricadas na mudança de sentido de palavras oriundas de mesma raiz etimológica.

¹Tradução nossa: “1. Móvel, caixa ou maleta para guardar medicamentos ou transportá-los onde convenha. 2. Conjunto de medicamentos de primeiros socorros. 3. Lugar onde se encontra a maleta de medicamentos onde se realizam os primeiros socorros. 4.m. Estabelecimento modesto onde se vendem bebidas alcólicas”. (BOTIQUÍN, 2022).

Na mesma perspectiva, analisa-se o extenso trabalho investigativo de conclusão de mestrado de Leiva (1994). Em suas primeiras páginas, detém-se na perspectiva histórica, embora no decorrer de sua análise distancie-se do propósito inicial e centralize-se na transferência semântica como uma das principais causas do fenômeno interlinguístico entre pares de palavras com forma igual ou parecida (MIRANDA POZA, 2014).

De acordo com Costa (2016) e Miranda Poza (2014), apesar de inúmeros trabalhos, as investigações que existem na atualidade sobre esse tema limitam-se apenas à perspectiva sincrônica, na qual é possível observar a não correspondência entre termos tipologicamente parecidos em um dado recorte do tempo. Portanto, mediante esse quadro, acreditamos ser de fundamental importância para o âmbito dos estudos hispânicos no Brasil uma linha investigativa que considere observar os caminhos pelos quais essas palavras percorreram no decorrer da história e quais processos estão justapostos na restrição ou na ampliação de sentido no decorrer da evolução histórica dos *falsos amigos* português/espanhol.

Para tanto, recorreremos à evolução histórica do significado, nunca de forma isolada, mas considerando a relação do termo com o sistema, analisando as transformações históricas pelas quais passaram dentro de cada formação linguística em contraste. Já para explicar o porquê da não correspondência de sentido entre pares de palavras que apresentam forma igual ou parecida, lançaremos mão da teoria do relativismo linguístico. Assim, seguiremos o pensamento de Saussure (2004), para quem o signo é arbitrário:

[...] não está ao alcance do falante do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo linguístico; queremos dizer que o significante é imotivado, isto é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2004, p. 83).

Tomaremos, ainda, dentre outras teorias que embasam nosso trabalho no âmbito da Semântica Estrutural, os pressupostos brelianos, que estabelecem a lei da especialização e da repartição como ferramentas válidas de classificação e de observação, tanto para a evolução semântica dos termos, quanto para o seu surgimento e apagamento em um dado momento da história.

Dessa forma, no segundo capítulo, tratamos de refletir sobre algumas

hipóteses que percorrem as investigações linguísticas e as que basilam nosso trabalho no tocante à perspectiva histórica, no âmbito científico de ensino-aprendizagem, da língua espanhola como segunda língua para brasileiros. Tentaremos não definir e muito menos encarcerar as inquietações trazidas aqui. Nossa intenção, antes de tudo, é deixar um espaço democrático de reflexão no qual seja possível considerar a relevância de fatos históricos para esclarecer questões ainda não respondidas no âmbito de ensino-aprendizagem sobre o fenômeno dos *falsos amigos* português/espanhol.

É por meio da história que nos deparamos com realidades que já foram nossas e que, portanto, continuam sendo, mesmo que de outra forma. Por intermédio dela, nos encontramos, nos situamos no tempo e descobrimos quem somos, como somos e também o que falamos e como falamos. Por se mostrar reveladora, consolida-se como uma grande aliada das investigações científicas, tendo em vista que os rastros deixados pela passagem do tempo² servem como elementos legais e plausíveis de observações que encaminham, norteiam e respondem questionamentos até então encobertos.

A passagem do tempo gera mudanças e transformações na história e, obviamente, em todas as ações advindas do homem. A língua, legitimada como um dos mais importantes meios da comunicação humana, acaba influenciando não somente a forma de se entender a pesquisa e o seu ensino, como também sua significação/interpretação em um determinado momento/recorte do tempo. Assim, para que se compreenda melhor as mudanças e transformações pelas quais a línguapassa no decorrer de sua existência, faz-se necessário não só lançar mão de conceitos que embasam a perspectiva da linguística diacrônica, como também de registros históricos que conferem a intervenção do homem no tempo, objetivando esclarecer sua própria realidade.

Nesse aspecto, iniciamos nosso trabalho chamando atenção sobre qual é o espaço que a perspectiva histórica tem ocupado no âmbito epistemológico na era pós-moderna, tendo em vista que os estudos que existem na atualidade tendem a refletir as práticas de uma sociedade líquida que valoriza e se utiliza do funcionalismo que os tempos modernos enfatizam.

No decorrer de nossos questionamentos, ainda observaremos algumas áreas da ciência sob a perspectiva histórica/temporal como forma de embasar e

² Consideramos, para o nosso propósito, história e cronos como equivalentes semânticos.

justificar o viés que escolhemos para analisar nosso objeto de estudo. Salientamos, portanto, que nosso objetivo não se espreita em definir o que é histórico propriamente dito, mas em dar visibilidade à relevância da perspectiva histórica como ferramenta válida de análise para diversos fenômenos científicos, inclusive para eventos que se manifestam no âmbito da linguagem e que, até o presente momento, seguem sem maiores esclarecimentos pelo viés diacrônico, como é o caso do fenômeno dos *falsos amigos* português/espanhol.

Para fundamentar nosso trabalho sob a proposta diacrônica, se fez necessário investigar os fenômenos da língua sob a égide do tempo. No entanto, destacamos que essas investigações adquirem diferentes significados conforme se concebe “linguagem” e “tempo”. Por causa das diferentes significações, acabam se construindo diferentes dinâmicas teóricas em torno de algumas perguntas centrais: as línguas sofrem o efeito do tempo? Por que e como? Como podemos investigar esses efeitos? Nesta exposição, lembraremos alguns dos caminhos epistemológicos já percorridos nessas questões.

Tomando como base a linha do tempo, é preciso que se tenha consciência do abismo que existe entre o que se manifesta no agora e o que se manifestou no passado no objeto analisado. Isso porque, quando se observa o percurso histórico de qualquer evento linguístico, está-se frente a uma realidade à qual jamais se pode ter acesso direto. Essa inacessibilidade deixa duas alternativas principais aos estudos históricos: o recurso à documentação e à reconstrução. Contudo, quando nos deparamos com essas vertentes de análise, é possível constatar que a maioria das investigações históricas não considerou apenas uma única possibilidade de inspeção, mas sim a sua combinação.

Assim, pretendemos não esgotar com profundidade os questionamentos que acabamos de apontar – o que indubitavelmente acarretaria em uma tarefa árdua e fugiria de nosso principal propósito –, mas apresentar algumas teorias no âmbito filosófico, histórico e linguístico que alicerçam a escolha de nossa proposta de trabalho no campo da Linguística Comparativa Histórica.

No terceiro capítulo, fizemos um levantamento das divergências dos *falsos amigos* português/espanhol sob uma perspectiva sincrônica para introdução do tema proposto. Para análise do *corpus*, utilizamos os critérios contidos na obra *Armadilhas da língua espanhola: um guia completo*, de Masip (2013). Em seguida, demos atenção especial às teorias que versam sobre denominações e conceitos

dos *falsos amigos*, perspectivas interdisciplinares para o evento, bem como a revelância de um viés diacrônico como forma plausível de investigação para esses pares de palavras. Em seguida, observamos, não em seus aspectos mais radicais, o processo evolutivo da língua portuguesa e espanhola que, oriundas do latim, compõem o grupo das línguas romance da atualidade. No decorrer de nossas reflexões, centralizamos nosso estudo nas teorias do signo por meio das mais variadas correntes investigativas no âmbito da linguagem, desde a Antiguidade Clássica até a perspectiva sociológica da língua.

No penúltimo capítulo, justificamos e apontamos o caminho que percorremos para análise do porquê dos desencontros semânticos entre palavras iguais ou parecidas em um determinado corte sincrônico.

No último capítulo, observamos alguns pares de *falsos amigos* português/espanhol por meio da perspectiva histórico-contrastiva. Para a análise dos verbetes em língua portuguesa, foi escolhido o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Machado (1995), enquanto para os de língua espanhola foi selecionado o *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, de Corominase Pascual (1983).

Por fim, consideramos que o viés histórico-comparativo se consolida como uma ferramenta válida de análise de elementos linguísticos e extralinguísticos que estão por trás da não correspondência de sentido dos *falsos amigos* português/espanhol.

2 A PROPÓSITO DO HISTÓRICO E DE SUA RELEVÂNCIA PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Neste segundo capítulo, observamos as teorias que fundamentam nossa proposta investigativa pelo viés diacrônico. Tratamos de pontuar, por meio de diversas áreas do âmbito científico, a importância de se considerar eventos pretéritos como forma possível de observação dos *falsos amigos* português/espanhol. Iniciamos refletindo sobre os conceitos que discutem se as transformações das línguas, ao longo da história, são fruto da evolução ou da decadência linguística.

Em seguida, damos atenção especial às concepções que abordam a relevância da perspectiva histórica como caminho legítimo de análise no âmbito científico. Para seguirmos refletindo sobre os processos cognitivos que justificam conhecimentos prévios como essenciais para develar o presente e prospectar o futuro, abordamos a interseção dos eventos históricos com os seguintes temas: a perspectiva histórica no âmbito científico; o tempo e a filosofia; o tempo dentro da linguística; história e memória; história e literatura; história e escrita; história e língua; cognição *versus* aprendizagem de língua; história e as teorias linguísticas sobre o ensino de línguas.

2.1 AS LÍNGUAS EVOLUEM OU DECLINAM?

Não há como negar que minha saudosa mãezinha tinha razão quando cantava o fragmento “Nas horas que passo”, da primeira estrofe de uma canção da antiga Harpa Cristã. O concerto, praticamente diário, servia como forma de alertar a mim e a meus irmãos sobre horários e atividades escolares quando ainda éramos crianças. Para nossa rainha, a execução dessa estilha configurava-se como a melhor maneira de nos mostrar que o mundo e seus eventos eram regidos pelo *tic tac* do imenso relógio de madeira que havia bem no centro do corredor de nosso apartamento. No entanto, mesmo sem gostarmos daquela música e muito menos do relógio, a cantoria fazia total sentido, considerando que quando somos jovens não temos a menor ideia de quanto tempo tem o tempo e muito menos de sua passagem e fugacidade no nosso dia a dia.

No âmbito científico, quando se fala em tempo, é comum se deparar com

diversos trabalhos investigativos que fazem alusão às mudanças pelas quais passam, inevitavelmente, todas as coisas que existem no universo. As modificações e transfigurações são processos tão constantes e naturais que mesmo na fase adulta não dimensionamos essa realidade que tão de perto nos rodeia. Crianças crescem, adultos envelhecem, lagarta vira borboleta, amanhece e anoitece, e até mesmo nossa forma de falar, de sentir e de expressar se modifica a cada momento de passagem do tempo. Tudo muda o tempo todo, inclusive nossa própria imagem que cotidianamente se desmonta e se deteriora diante do espelho. Sobre essa passagem, desde a Grécia antiga, no século VI a.C., Heráclito já proclamava que “tudo flui, nada permanece” (HERÁCLITO, 1973).

Nesse fluxo contrastante, as línguas não são uma exceção dessa movimentação temporal. Nossos usos linguísticos vão se modificando e se desestruturando de tal forma a ponto de identificarmos, a partir de uma mensagem, quer oral ou quer escrita, pessoas de outras gerações e até mesmo da nossa, sem nunca termos tido qualquer tipo de contato físico, tão somente por causa de caracteres, de expressões e de sentidos que inferem na dinâmica do ato comunicativo. Nesse aspecto, o linguista e filósofo Wilhelm von Humboldt (1836 *apud* AITCHISON 2001, p.7) afirma: “*No puede haber un único momento de verdadera quietud en el lenguaje, como tampoco en el pensamiento de los hombres, siempre en movimiento. Por naturaleza, está en continuo proceso de desarrollo*”³.

No entanto, para que se abordem as inquietações linguísticas no seio científico, é preciso que esse tema seja tratado a partir da noção de língua como entidade histórica de natureza variável. De acordo com Elvira (2015), as instabilidades que ocorrem no âmbito linguístico manifestam-se em duas instâncias: particular e coletiva. A particular se materializa em cada indivíduo, refletindo características próprias de seu idioleto, enquanto as que acontecem no entorno geral consideram a possibilidade da perda de identidade linguística com o passar do tempo. Dessa forma, é possível dizer que as transformações pelas quais passam as línguas se manifestam tanto na perspectiva sincrônica quanto diacrônica:

[...] *La lengua se constituye diacrónicamente y funciona sincrónicamente; mas tal distinción no implica ninguna*

³ Tradução nossa: Não pode haver um único momento de verdadeira quietude na linguagem, como tampouco no pensamento dos homens, sempre em movimento. Por natureza, está em contínuo processo de desenvolvimento. (HUMBOLDT, 1836 *apud* AITCHISON, 1993, p. 7).

separación real, puesto que en la lengua el funcionar (“sincronía”) y el constituirse o “cambiar” (“diacronía”) no son dos momentos, sino uno solo. (COSERIU, 1978, p. 273)⁴.

No entanto, é preciso que se tenha clareza que não se trata de momentos distintos da mesma língua, como bem afirmou Coseriu (1978), mas de estágios dessa, que passa por transformações de modo não intencional. A mera atividade que proporciona seu uso já potencializa sua renovação, tendo em vista diversos fatores que se manifestam durante o exercício comunicativo.

Mediante essas hipóteses, estaria, então, o nosso questionamento inicial resolvido pelo fato de considerarmos que tudo muda o tempo todo e que nada permanece para sempre? Essa indagação parece não encontrar resposta tão fácil quando se faz referência às mudanças linguísticas, de acordo com Aitchison (2001). Segundo a pesquisadora, é preciso que se observe três possibilidades em relação às línguas particulares.

A primeira se refere a uma lenta decadência que foi especulada com bastante frequência no século XIX, considerando que muitos investigadores estavam convencidos de que as línguas europeias se degeneravam devido à perda gradual de suas terminações. Em relação à segunda, Aitchison (2001) acredita que as línguas evoluíram ou se transformaram devido às necessidades de adaptação do tempo para melhor proveito e eficácia comunicativa. E, por último, a teórica observa que as mudanças não afetam a linguagem em termos de progresso ou de retrocesso, considerando que a perda de elementos ou a adaptação de alguns outros, em um determinado estágio, nada mais é que o percurso natural pelo qual passa um instrumento vivo de comunicação no decorrer da história.

Pois bem, para que se aceite a concepção de que as línguas mudam para melhor ou para pior, é necessário que se esclareça em que aspecto se deve julgá-las, devido às diversas possibilidades de análise. Nesse caso, o que se pode questionar é se as mudanças contribuíram positivamente ou negativamente, levando em conta que as línguas não passaram por transformações profundas desde suas origens.

No livro intitulado *El cambio lingüístico: sus causas, mecanismos y*

⁴ Tradução nossa: [...] A língua se constitui diacrônicamente e funciona sincrônicamente; mas tal distinção não implica nenhuma separação real, tendo em vista que sua funcionalidade (“sincronia”), constituição ou mudanças (“diacronia”) não são dois momentos da mesma língua, senão um só. (COSERIU, 1978, p. 273).

consecuencias (2015), José Mendívil observa que as modificações linguísticas não têm capacidade de afetá-las desde a perspectiva profunda, senão em sua forma superficial. Dessa maneira, o investigador nos convida a fazer a seguinte pergunta: se com o passar do tempo as línguas mudam apenas superficialmente, é possível dizer que nunca existiram línguas primitivas?

Moreno Cabrera (2000) deixa claro que o êxito de algumas línguas sobre as outras não se manifesta devido às mudanças de suas características estruturais, mas sim por razões políticas e econômicas. O certo é que todas as línguas apresentam potencialidade e funcionalidade para suprir as necessidades comunicativas em seus respectivos contextos e épocas. Nesse aspecto, é possível encontrar, ainda, algumas indagações sobre o famoso duelo em torno da história da língua: evolução *versus* declínio. No dizer de Elvira (1998), se tomarmos o clássico exemplo da língua latina, que por diversas razões deixou de evoluir, diríamos que declinam. Contudo, se nos reportarmos à teoria evolucionista, que percebe as mudanças como uma atividade natural, diremos que as línguas não só se transformam, como também se desenvolvem com o passar do tempo.

Crystal (2001) observa que não se configura interessante associar as mudanças linguísticas à sua decadência, considerando que, quando se defende que uma língua decai ou progride, sugere-se, automaticamente, uma hierarquia entre estágios ascendentes e descendentes. Para Coseriu (1973, p. 273), as mudanças que acontecem dentro de uma língua são reflexo do processo natural de renovação e de superação linguística:

Los hablantes, por lo común, no pretenden modificar la lengua, sino solo utilizarla: hacerla funcionar. Ahora bien, la lengua cambia en el funcionamiento, lo cual quiere decir que la utilización de una lengua implica su renovación, su superación. La lengua debe, pues, en cierto sentido, contener los principios de su propia superación, del llamado cambio lingüístico⁵.

Portanto, segundo o autor, faz-se razoável falar em evolução linguística, levando-se em consideração que se trata de períodos diferentes e não de etapas melhores ou piores.

⁵ Tradução nossa: Os falantes, em geral, não pretendem modificar o idioma, mas apenas usá-lo para fazê-lo funcionar. Agora, a linguagem muda em seu funcionamento, o que significa que o uso de uma linguagem implica sua renovação, sua superação. A linguagem deve, portanto, em certo sentido, conter os princípios de sua própria superação, da chamada mudança linguística. (COSERIU, 1973, p. 273).

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PERSPECTIVA HISTÓRICA NO ÂMBITO CIENTÍFICO

Ao iniciarmos nossas considerações sobre o papel da história na ciência, faz-se oportuno salientar que História é a ciência que estuda a ação humana no tempo e no espaço, analisando, ao mesmo tempo, os processos e eventos pretéritos. Para tanto, partimos de dois questionamentos básicos: é possível desnudar o agora baseando-se nos vestígios do passado? Qual a relevância de se descobrir “rastros” ou “pegadas” de um momento que não existe mais e no qual não se pode ter acesso direto?

Ao longo da história da humanidade, independentemente da época, é possível observar como se reverencia, se respeita ou, pelo menos, se tenta manter e considerar o que se entende como costumes e valores dentro de uma formação social. A tradição de uma determinada cultura, por exemplo, se constrói ao passo que a similaridade e o dinamismo dos sujeitos que a compõem ganham forma e atravessam as gerações que estão por vir em forma de ação.

Assim, é possível perceber que uma das amostras mais explícitas sobre identidade e reconstrução do passado de um povo repousa sobre as pessoas com mais tempo de vida/história daquela localidade. Segundo Scott (2002), no Japão, as pessoas, por serem educadas a encararem a terceira idade como uma fase de honra e de respeito da vida humana, percebem os mais idosos como uma rica fonte de sabedoria. Os anciões, vistos como manancial de um inesgotável saber, são reverenciados e tratados com respeito e atenção pelos mais jovens. A prova disso é que as gerações mais novas, antes de qualquer tomada de decisão importante, sempre buscam conselhos de seus ancestrais mais experientes.

No entanto, tal prática de respeito e reverência ao que é mais antigo ou sensato vem sofrendo constantes abalos por conta das mudanças progressivas pelas quais passam as civilizações e organizações sociais da modernidade. Muitos costumes e tradições vêm aos poucos sendo deixados de lado sob a concepção do inútil, ultrapassado e até mesmo descartável por não responderem ao imediatismo e ao frenesi que a vida moderna impõe.

Nesse aspecto, a chamada modernidade tem trazido ao ser humano estados de incertezas e de questionamentos sistemáticos que fragmentam e desvalorizam

modelos, tradições e experiências de eventos que em algum momento do passado fizeram história e sentido a diversos fenômenos que se perpetuam até o presente.

Nos escritos de Bauman (2007), as práticas sociais vão sendo tecidas e desenvolvidas sob o viés do fluido e do instável, ou seja, a ideia de comunidade, o planejamento a longo prazo e as instituições norteadoras, por exemplo, vão se formatando sob a concepção líquida:

A passagem da fase „sólida" da modernidade para a „líquida" - ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (BAUMAN, 2007, p. 7).

Segundo o autor, a modernidade líquida pode ser definida a partir de três elementos inter-relacionados. Um é traço ou condição geral da modernidade que, como vemos, continua bastante presente na atualidade como uma ininterrupta atividade de derretimento de princípios e de fundamentos que, seguramente, serviriam de resposta e de embasamento para a era moderna. Os outros dois são “consequências cambiantes” diretas (descontinuidade) desse traço/condição, isso é, são passagens de uma característica a outra no interior dos vários processos imbricados na própria sociedade pelo impulso descontrolável modernizante.

Dessa forma, essa liquidez que tem se infiltrado com força e robustez nas relações humanas, ela vem se enraizando e ganhando forma a cada dia que passa. Seus fundamentos, apesar de fluidos, penetram de tal maneira que, mesmo nas conexões interpessoais mais simples, disseminam uma boa medida de desprezo às práticas de outrora por serem estigmatizadas como inúteis e ultrapassadas, não servindo, portanto, aos moldes e aos padrões de vida e conduta que a era moderna impõe. Os vestígios deixados pelo tempo e a experiência dos idosos, por exemplo, acabam sofrendo impactos dessa nova forma de se entender o mundo, perdendo relevância tanto em relações mais expressivas de poder quanto nas menos significativas pelas concepções hodiernas e incipientes da modernidade.

Pois bem, e por que se torna tão relevante lançar mão do passado em uma era predominantemente fluida? É papel da história apontar e localizar acontecimentos e episódios de instantes que, apesar de não estarem mais em

atividade de modo direto, comprovam e trazem sentido ao “presente”, mesmo que de forma remota:

[...] pode satisfazer a pura curiosidade (sobre como eram nossos predecessores e o que faziam); pode estimular nossa imaginação por meio do estranho e do exótico; pode dizer como as pessoas viveram em outros Estados e sociedades e, assim, por comparação, nos ajuda a compreender nossos problemas contemporâneos. Pode aumentar nosso patriotismo ou nosso senso de identidade corporativa. Ele pode rastrear as origens e as causas dos atuais estados de coisas. Pode nos tornar mais tolerantes e ter uma mente mais ampla, ao mostrar que é possível que pessoas e sociedades se comportem de maneira muito diferente e, ainda assim, sejam igualmente humanos, nem melhores nem piores do que nós (STANFORD, 1998, p. 2. Tradução nossa).⁶

Para entendermos melhor a importância do passado no âmbito científico, encontramos no *Dicionário Online Priberam da Língua Portuguesa* (2008 - 2021) uma definição interessante sobre a relevância da história na sociedade, ela seria a: “[...] narração escrita dos fatos notáveis ocorridos em sociedade após o aparecimento da escrita”, ou ainda: “[...] disciplina que estuda fatos passados”. Em consonância com o Priberam (2008 - 2021), Houaiss (2001) traz, primeiramente, o entendimento de que história é o “[...] conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade”. Em seguida, classifica-a como “[...] ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico”.

Tais definições nos levam a entender que ambos os dicionários, além das outras acepções apresentadas, têm como prioridade referir-se ao conceito de história como um conjunto de conhecimentos relativos ao passado e às ações da humanidade. Já como sentido secundário, nos reportam à ciência que analisa e investiga ações e movimentações da humanidade em um determinado espaço de tempo.

Nesta discussão, é importante salientar que a relevância do âmbito histórico na humanidade só se manifestou entre os séculos XIV e XIX, quando a Europa foi

⁶ “[...] can satisfy sheer curiosity (about what our predecessors were like and what they did); it can stimulate our imagination through the strange and exotic; it can tell how people have lived in others States and societies and so, by comparison, help us understand our contemporary problems. It can increase our patriotism or our sense of corporate identity. It can trace the origins and causes of present States of affairs. It can make us broader-minded and more tolerant by showing that it has been possible for people and societies to behave very differently and yet be equally human, no better and no worse than we are”. (STANFORD, 1998, p. 2).

acometida por um sentimento crescente de desvalorização das explicações sobrenaturais e teológicas dos fenômenos que percorrem o entendimento e a fé humana. De acordo com Gilderhus (1996), a sensação de considerar os experimentos do passado como recurso válido para o esclarecimento de certos fatos foi renovado pela Grécia Clássica e pelo Mundo Antigo graças ao Iluminismo⁷ que, por sua vez, durante o Renascimento⁸, consagrou as investigações dos estudos históricos produzidos no âmbito das universidades.

No entanto, Noiriel (1996) ressalta que mesmo sob o cenário iluminista de crescimento e de valorização das ações humanas, até os últimos anos do século XVIII, tudo o que se inseria na perspectiva histórica não desfrutava de autonomias centros de pesquisa, haja vista que os vestígios que ali se encontravam serviam apenas como exemplos materiais de eventos que se manifestaram em algum momento do passado. Assim, pode-se dizer que a História, tal como a conhecemos na atualidade, é compreendida por alguns investigadores como a invenção do século XIX: “[...] isso significa uma preocupação com a verificação de fontes e evidências por uma comunidade competente e treinada de estudiosos.” (APPLEBY; SMITH; HUGHES, 1993, p. 141. Tradução nossa)⁹.

Desse modo, pode-se dizer que o século do neocolonialismo foi marcado por diversas manifestações em relação à importância do papel da história no âmbito das investigações científicas pelos pesquisadores europeus. No entanto, apesar do reconhecimento, surgiu a vigorosa polêmica em torno da objetividade e da possibilidade, ou não, de ser considerada uma vertente científica: “[...] escritos históricos anteriores não tinham sido “objetivos” nem “científicos”, nem tinham tentado contar uma história completa com base em suas evidências” (JOYCE, 1996, p. 142. Tradução nossa)¹⁰.

Embora não seja possível abandonar ou até mesmo deixar de lado as

⁷ O Iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa. Tal movimento defendia o uso da razão e do entendimento contra o antigo regime: o das trevas. Sua propagação no intitulado século das luzes promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais, baseadas nas ideias de liberdade, igualdade e fraternidade (CASSIRER, 1997).

⁸ O Renascimento se caracteriza por ter sido um importante movimento de ordem artística, cultural e científica que se deflagrou entre a Idade Média para a Idade Moderna. Mesmo apresentando um conjunto de temas que visavam o interesse científico e cultural de sua época, não apresentou, portanto, uma ruptura radical com o mundo medieval (MARTINS; IMBROISI, 1994).

⁹ “[...] *it means a concern with verification of sources and evidences by a competent, trained community of scholars*” (APPLEBY; SMITH; HUGHES, 1993, p. 141).

¹⁰ “[...] *earlier historical writings had neither been ‘objective’ nor ‘scientific’, nor had they attempted to tell a full story on the basis of their evidence*” (JOYCE, 1996, p. 142).

interfaces artísticas que alcançam a perspectiva histórica, a crença de que a história é ramo do conhecimento de base objetiva permitiu a Leopold von Ranke (2010) considerar ser possível o desenvolvimento de uma prática investigativa com rigor científico e, com bases na mensuração, precisa: “[...] a firme crença no status científico da história” (IGGERS, 1997, p. 2. Tradução nossa)¹¹. Nesse sentido, cabe salientar que sua teoria – que fora ancorada nos pressupostos hamboldtianos¹² –, foi amplamente disseminada por diversas gerações de historiadores ao longo dos anos.

Para Ranke (2010), um dos maiores historiadores alemães do século XIX, desconsiderar os documentos históricos como fonte de explicação seria o mesmo que recusar a objetividade e credo dos vestígios documentais, já que possuem o recurso exclusivo da prova e da veracidade dos fatos. Segundo Iggers (1997), Ranke (2010) acredita, desde o prólogo de sua primeira publicação que a área que se ocupa dos fatos históricos deveria sim se converter em uma disciplina científica, digna de respeito e de credibilidade.

Assim como Ranke (2010), Auguste Comte (1983) sai em defesa da proposta baseada na verdade e na objetividade transmitida pelos experimentos científicos. Para o filósofo, todas as ciências deveriam estar submetidas à aplicação de alguma metodologia científica que fosse capaz de explicar os fenômenos sociais por meio de leis universais que apresentassem validade e dinamismo em todos os tempos e sociedades. O historiador teria, como ócio de ofício, a obrigação de descobrir verdades e ferramentas que fossem efetivamente compatíveis com a realidade do passado se comprometendo, assim, a superar seus preconceitos e sua visão particular de mundo¹³.

Para estar de acordo com as teorias comteanas, é preciso que a história se

¹¹ [...] *the firm belief in the scientific status of history* (IGGERS, 1997, p. 2).

¹² No século XVIII, as pesquisas nas ciências naturais foram fortemente impulsionadas pela faculdade estética e por uma forte crítica à concepção cartesiana-newtoniana de matéria, o que acarretou uma profunda reforma na filosofia natural, com o surgimento da geografia física que, por sua vez, correlacionou profundamente a sensibilidade, a imaginação e a estética. De acordo com Nicolson (1990), o esforço da ciência humboldtiana, situada na tensão entre a *naturphilosophie* romântica e a metafísica, foi o que estabelecer uma visão integral da natureza e, ao mesmo tempo, das leis particulares, baseadas na mensuração precisa e no uso da sensibilidade. Com essa proposta, Humboldt demonstrou a complexidade de se analisar a natureza e a construção simbólica do conceito de paisagem, instrumentalizado pela geografia física. Tal construção deixa suas marcas e permite a observação, a mensuração, a oportunidade real e a vida de reconstruir a natureza e, ao mesmo, representá-la em pinturas de paisagem.

¹³ Vale salientar que tal posicionamento teórico se embasava no positivismo, que surgiu no início do século XIX, na França. Seus fundamentos se ancoravam no ideal de progresso contínuo da humanidade.

sirva de uma metodologia que seja capaz de encontrar leis invariáveis às quais está sujeita. Por esse viés, fica evidente que cabe ao historiador procurar, a todo custo, a verdade por meio de uma rigorosa observação das fontes documentais com a finalidade de produzir conhecimento e leis que possam ser aplicadas de modo geral: “[...] todas as informações estão ao alcance, e cada problema tornou-se capaz de solução” (NOVICK, 1988, p. 40. Tradução nossa)¹⁴.

Assim, considerando as teorias que respaldam a perspectiva histórica como ferramenta plausível aos experimentos científicos, é possível entender que o resíduo conceitual que defende a hipótese de que história estaria estritamente limitada às ações passadas se configura insustentável e irrelevante a nosso propósito. Isso porque se faz necessário observar o dinamismo do que já se foi para que se entenda e se esclareçam não só a estabilidade do presente, mas, também, as possibilidades de ações futuras.

2.3 O CONCEITO DO TEMPO SOB O VIÉS DA FILOSOFIA ANTIGA

Diante de tantos questionamentos e reflexões, é possível perceber que as teorias que envolvem o conceito de história nos levam imediatamente à ideia de tempo, entendendo que história e tempo se entrelaçam semanticamente quando se referem a ações humanas em um dado momento específico (BARROS, 2008). A importância desse duo no âmbito científico não está somente em compreender que somos a continuação de momentos pretéritos de nossos ancestrais, mas, também, de tê-los como bússola norteadora de ações individuais e coletivas, no tempo e no espaço, nas quais é possível desvendar etapas e processos obscuros de nossa própria realidade.

Para trazer algumas observações sobre o tempo e sua relação com a história, primeiramente, tomamos a liberdade de selecionar alguns pressupostos sobre a ideia de tempo à luz da perspectiva grego-filosófica da Idade Antiga e, portanto, descontextualizada da vertente histórico-contextual – haja vista que se levássemos em conta as tramas sociais para análise e interpretação, acabaríamos escapando do objetivo principal de nossa proposta investigativa. Assim, procuramos privilegiar, por meio de um recorte particular, os conceitos mais representativos e pertinentes para a

¹⁴ [...] *all information is within reach, and every problem has become capable of solution* (NOVICK, 1988, p. 40).

defesa do tema aqui pretendido.

Sobre essa questão, é possível perceber que um dos grandes desafios dos estudiosos e filósofos, desde a antiguidade clássica, é conceituar e identificar as propriedades constitutivas do tempo mediante alguns questionamentos: é possível apreendê-lo enquanto passa? Como flui? Sua passagem acontece de modo linear?

Segundo Martins (1994), é em *Timeu*, uma das obras mais representativas de Platão, que se encontra uma das concepções mais interessantes sobre o tempo da Idade Antiga. Nesse escrito, pode-se perceber a contraposição entre aquilo que nunca se transforma e o mundo físico, que se caracteriza pela mudança de ciclo. Na primeira categoria contraditória, que só pode ser apreendida pela razão e pela inteligência, estariam deus e as ideias. O deus platônico, por estar fora do tempo, é eterno e perfeito, logo não pode ser compreendido pela concepção do passado, presente ou futuro, já que se manifesta por meio da atemporalidade, perfeição e imutabilidade.

Por ser perfeito e inatingível, coube ao deus mitológico colocar em “ordem” o caos instalado por meio dos quatro “elementos fundamentais”: ar, terra, fogo e água. Ocasionalmente, dessa forma, o surgimento ou a criação do universo e do tempo:

Ora, quando o pai que o engendrou compreendeu que se movia e vivia, esse mundo, imagem nascida dos deuses eternos, rejubilou-se e, em sua alegria, refletiu sobre os meios de torná-lo ainda mais semelhante a seu modelo. E assim como esse modelo resulta ser uma alma imortal, esforçou-se, na medida de seu poder, tornar imortal igualmente a esse todo. Ora, é a substância da alma-modelo que era eterna, como vimos, e essa eternidade, adaptá-la inteiramente a um mundo engendrado, era impossível. Por isso, seu autor preocupou-se em fabricar certa imitação móvel da eternidade, e, organizando todo o céu, fez, da eternidade uma e imóvel, esta imagem eterna que progride segundo a lei dos números, isso a que chamamos o tempo (PLATÃO, 2001, p. 92).

Nesse cenário, é possível perceber que o tempo, para Platão, configura-se a partir da movimentação e da ordem visível das coisas. *Timeu* seria como uma espécie de gênese dos gregos, na qual é possível encontrar grande semelhança com a narrativa bíblica em relação à proposta criacionista do universo narrada nos primeiros capítulos do livro de Gêneses. Demiurgo ou Fiturgo¹⁵, que exerce o papel

¹⁵ De acordo com Masip (2001), tudo indica que, para Platão, deus é uma manifestação genuinamente imaginária. O conceito de um ser soberano e inatingível se revela ao longo da obra quando, no próprio *Timeu*, explicita-se a dificuldade de definir o autor e o pai do universo, já que uma

do deus criador e arquiteto de todas as coisas, manifesta-se pela ideia do perfeito, do maravilhoso e do que é bom por ser atemporal e incomparável. O mundo, os homens e os animais são fruto de um intelecto capaz de materializar e criar todas as coisas com base na bondade e na racionalidade.

Com base na perspectiva aristotélica, se não tivéssemos a consciência da mudança das coisas, certamente não teríamos a compreensão sobre o tempo e a sua passagem, já que ambos se encontram intrinsecamente relacionados e dependentes entre si. Nesse sentido, no dizer aristocratizante de Whitrow (1993, p. 57): “Não apenas medimos o movimento pelo tempo, mas também o tempo pelo movimento, porque eles se definem um ao outro. O tempo marca o movimento, visto que é seu número e o movimento marca o tempo”.

Aristóteles, assim como Platão, observou que o tempo se caracteriza de modo contínuo e infinito devido à movimentação constante pelo qual passa. Desse modo, a ideia de continuidade acaba se relacionando tanto com o conceito de tempo quanto com o de movimento. Sua infinitude se manifesta pelo que se entende por contínuo, não podendo ser compreendido, portanto, pela adição ou separação do “agora”, do “antes” ou do “depois”:

O tempo não existe como um todo dado infinito, pois não está na natureza de suas partes coexistir; mas, diferente da extensão, o tempo é potencialmente infinito desde o ponto de vista da adição. O tempo, como a extensão, é infinitamente divisível, mas não infinitamente dividido. (ROSS, 1957, p. 126. Tradução nossa)¹⁶.

Ainda, de acordo com as ideias aristotélicas, o movimento aconteceria na forma de translação, no qual é possível ir de um lugar a outro e, ao mesmo tempo, girar em torno de si, nascendo, evoluindo, mudando e morrendo com o passar dos instantes. Assim, considera-se a perfeição do tempo a partir de sua natureza imaterial e imutável:

Deve haver um primeiro motor que não se move, mas que move o mundo de maneira atrativa, e não propulsora. Se este primeiro motor move o mundo sem se mover, significa que ele tem de ser imutável. Sendo um ser imutável, significa que tem de ser puramente imaterial,

vez encontrado seria praticamente impossível defini-lo ou conceituá-lo.

¹⁶*Time does not exist as an infinite given whole, for it is not in the nature of its parts to coexist; but, unlike extension, time is potentially infinite from the standpoint of addition. Time, like extension, is infinitely divisible, but not infinitely divided.* (ROSS, 1957, p. 126).

ou seja, pura forma, puro ato. E se é puro ato, tem que ser perfeito (SILVA, 2009, p. 1).

Faz-se necessário pontuar algumas considerações de Agostinho sobre o tempo, já que elas são frequentemente lembradas em trabalhos científicos que abordam essa temática a partir da perspectiva filosófica antiga. Por conta da esfera religiosa e da influência das teorias platônicas em sua formação acadêmica, começou refletindo sobre o lugar de deus antes da criação do universo:

[...] se estava ocioso e nada realizava, „por que não ficou sempre assim no decurso dos séculos, abstendo-se, como antes, de toda ação? Se existiu em Deus um novo movimento, uma vontade nova para dar o ser a criaturas que nunca antes criara, como pode haver verdadeira, se n“Ele aparece uma vontade que antes não existia? (AGOSTINHO, 1980, p. 215).

A partir dessas indagações, o autor tenta responder o enigma sobre o tempo: esse seria compreendido pelo presente, então? Obviamente que não, pois quando se considera intervalos de tempo ou de divisão temporal já se admite a existência de um evento ou de um episódio realizado no passado. Portanto, tal situação, ao mesmo tempo em que remonta a uma circunstância passada, acaba mostrando, também, um futuro e um presente sem duração:

Se pudermos conceber um espaço de tempo que não seja suscetível de ser subdividido em mais partes, por mais pequeninas que sejam sóis a esse podemos chamar tempo presente. Mas este voa tão rapidamente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se a tivesse, dividir-se-ia em passado e futuro. Logo, o tempo presente não tem nenhum espaço (AGOSTINHO, 1980, p. 219).

Assim, para Agostinho, o tempo teria como base as lembranças e as impressões deixadas em nosso espírito por meio de nossa mente. O que há de presente, na realidade, é a memória que termina evocando e trazendo à tona os vestígios de um passado que, assim como as perspectivas futuras, também não existe.

2.4 O TEMPO NA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A perspectiva do tempo mostra-se bastante relevante no discurso, já que sempre se projeta como um dos temas mais complexos e controversos no âmbito da língua como linguagem. Os linguístas apresentam teorias e pontos de vista diferentes sobre seu funcionamento e as línguas, o revelam de maneira diversa, como se pode observar em Fiorin (1996, p. 142): “O tempo é uma categoria da linguagem, pois é intrínseco à narração, mas cada língua manifesta-o diferentemente”.

Porém, antes de seguirmos pontuando Fiorin (1996), faz-se importante chamar atenção para a obra *Histoire des théories du temps dans les grammaires françaises* (2013), na qual Jean-Marie Fournier afirma ser possível distinguir dois grandes modelos teóricos sobre o tempo a partir de meados do século XVIII. O primeiro, atribuído ao gramático inglês James Harris (1751), busca representar as categorias do tempo verbal como resultado dos momentos encaixados uns nos outros. Esse modelo acabou se expandindo e influenciando de maneira contundente a maior parte das gramáticas inglesas da segunda metade do século XVIII.

Contudo, de acordo com Teles (2019), os ingleses não foram os únicos que receberam influência de Harris (1751), pois o mesmo material foi traduzido para o alemão em 1768, por Helder, e para o francês alguns anos depois, em 1796, por meio do trabalho de Thurot. O segundo modelo, explorado de maneira sistemática pelo enciclopedista francês Nicolas Beauzée no artigo *Temps* (1765) da *Encyclopédie de Diderot e d'Alembert* e depois em sua *Grammaire Générale* (1767), compreende o tempo como uma combinação das operações de localização de acontecimentos.

Para Norbert Elias (1897-1990), o tempo não existe em si e é, antes de tudo, um símbolo social que não pode ser encarado como um dado objetivo e cartesiano:

Na verdade, a experiência do tempo como um fluxo uniforme e contínuo só se tornou possível através do desenvolvimento social de medição do tempo, pelo estabelecimento progressivo de uma grande relativamente bem íntegra de reguladores temporais, como os relógios de movimento contínuo, a sucessão contínua dos calendários anuais e as eras que encadeiam os séculos [...]. Quando faltam instrumentos, essa experiência do tempo fica ausente (ELIAS, 1984, p. 36).

Para esse autor, o conceito de tempo é adquirido por meio de um grupo social a partir de um longo processo de aprendizagem, passado de geração em geração. Nesse sentido, uma sociedade que desconhece a noção de tempo dificilmente é capaz de produzir conceitos como sequência, regularidade e continuidade sem ter desenvolvido essas ideias por meio da aprendizagem.

Anos mais tarde, em Benveniste (2006), encontramos pontos em comum com o trabalho de Elias (1984), quando atribui a responsabilidade de instauração do tempo à experiência humana:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. [...] O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Nesse fragmento, o linguista enfatiza a diferença que existe entre os tempos linguístico, crônico e físico. Esse último é o tempo do mundo contínuo, uniforme e linear. Já o crônico é o tempo dos acontecimentos, ou seja, é aquele demarcado e organizado socialmente por meio de calendários que, por sua vez, são amplamente divulgados com o intuito de ordenar as necessidades civis e religiosas de uma determinada cultura. Todavia, no tocante ao tempo linguístico, chama atenção para o fato de que, mesmo sendo partilhado socialmente, só se instaura pelo locutor mediante a aceitação de seu interlocutor no momento da enunciação:

Ele [o tempo linguístico] comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes do tempo crônico. Aquele que diz „agora, hoje, neste momento” localiza o acontecimento como simultâneo a seu discurso; seu „hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação (BENVENISTE, 2006, p. 78).

Fiorin (2003) percebe o tempo na mesma perspectiva de Benveniste, sendo possível constatar que sua visão de temporalidade se divide em três instâncias: cronológica, verbal e semântica. O autor observa que o falante, ao pronunciar-se, instaura um “agora” no momento da enunciação e esse momento se encaixa em qualquer segmento do tempo cronológico: “[...] o tempo do discurso é sempre uma criação da linguagem, com a qual se pode transformar o futuro em presente, o

presente em passado e assim por diante” (FIORIN, 2003, p. 166). Nessa perspectiva, acaba analisando três momentos para que se instaure o tempo linguístico: o momento da enunciação, o momento da referência (presente, passado e futuro) e o momento do acontecimento (que pode ser anterior ou posterior a cada um dos momentos de referência).

Sobre esse aspecto, Weinrich (1968) adverte que não se deve querer explicar os tempos – linguísticos – a partir de uma categoria que não seja linguística, tendo em vista que a tríplice divisão entre passado, presente e futuro sempre se ajusta à realidade comunicativa: “[...] deduzimos também que, possivelmente, os tempos têm a ver com aquela capa ou zona mais elementar e, portanto, mais fundamental da linguagem, ou seja, com a comunicação” (Weinrich, 1968, p. 32). Ou seja, é a ação comunicativa em si que norteia o tempo, para tanto, qualquer processo fora dessa ação será incapaz de trazer clareza ao que socialmente se estabelece como o ontem, o hoje e o amanhã.

2.5 MEMÓRIA E SUA INTERCESSÃO COM A HISTÓRIA

Refletir sobre memória e história nos leva imediatamente ao tríplice problema do tempo, do espaço e do homem, observado na produção científica do antropólogo e arqueólogo Leroi-Gourhan em *Le Geste et la parole* (1964-1965). Por meio do passado, é possível perceber a importância da memória como ferramenta válida de reconhecimento e de perpetuação cultural desde as civilizações antigas, tais como a do Egito faraônico, a da China imperial e a da Mesopotâmia. No entanto, para nosso objetivo, esta reflexão não recairá na formação cultural dos povos antigos em si, mas em observar que a relação da tríade tempo, espaço e homem em relação à memória e à história é algo tão importante que remonta desde as primeiras civilizações até os dias atuais como ferramenta plausível de análise para develar quem somos e como fomos.

Assim, faz-se necessário chamar atenção para o complexo e ambíguo relacionamento que existe entre essas duas correntes investigativas. A prova disso é que Mikael Pollak (1989), por meio dos escritos de Maurice Halbwachs, adverte sobre a necessidade de examinar não somente os processos pelos quais passam a memória em si, mas, também, a força das diversas referências que dão suporte a ela:

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio e arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicações empíricas da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais. (MIKAEL POLLAK, 1989, p. 1).

A memória, quer no âmbito individual ou no coletivo, constitui-se como parte integrante de nossa existência. Quando nos lembramos de algo, temos a impressão de que o caminho que está sendo percorrido para o resgate de eventos pretéritos é exclusivamente nosso. O curioso é que mesmo sendo uma via de acesso que proporciona uma sensação de extrema solidão, tal resgate acaba sendo, de modo geral, de cunho coletivo.

Nesse aspecto, compreende-se que não se pode conceber a memória fora do social, atentando que grande parte do que a consiste faz referência ao externo e às experiências vivenciadas comunitariamente. Assim, a memória coletiva tende a idealizar o passado, que se encontra sempre vinculado a um acontecimento pontual: ou porque cai no esquecimento, ou porque está sujeita a um constante processo de atualização devido à atividade de deslembrar que se manifesta como parte integrante da psique humana.

Para Halbwachs (1990), o ser humano que lembra é um indivíduo sempre localizado em um espaço de referência, pois a memória é sempre constituída coletiva e individualmente. A referência, destino dessas lembranças, depende da ausência ou da presença de alguns elementos que se instalam como ponto de chegada. Essa chegada depende dos laços estabelecidos pelo indivíduo em uma comunidade de pensamentos, na qual é possível tanto identificar-se quanto confundir seu passado. Ou seja, é possível afirmar que a identificação é afetiva e permite a esse indivíduo uma sensação de pertencimento ao tempo que já não é mais, devido à atualização de dados e experimentos armazenados.

Nesse aspecto, é possível colocar a memória como fonte de construção tal como se compreende há muito tempo a Historiografia, embora seja relevante lembrar que um dos desdobramentos mais recentes sobre a memória traz a noção de que ela não se mantém correlata exclusivamente ao passado e ao presente, tendo em vista sua constante referência a ações e movimentações futuras.

No século passado, Heinhart Koselleck já lançava *Futuro Passado* (1979) em torno da variação da história entre as três instâncias da temporalidade (presente, passado e futuro). Anos mais tarde, Paul Ricoeur (1996) enfatizou que a principal função da memória é sempre trazer notoriedade a algum evento ou a alguma manifestação passada. Portanto, a memória não deve ser concebida como um espaço inerte no qual se depositam recordações sem qualquer referência ao simbólico, ao criativo e ao social; antes, deve ser compreendida como uma zona na qual seja possível observar as relações de poder durante o exercício de resgatar e de criar que são realizados praticamente ao mesmo tempo.

Então, como se caracteriza a memória? Em que consiste a história? Em que ponto essas duas vertentes se convergem? A historiografia é ambiente em que ritos, mitos, costumes, vozes e lugares se encontram na memória. Se tomarmos como referência as antigas civilizações nas quais os soberanos mandavam gravar pedras preciosas em seus anéis como forma de eternizar a narrativa de seus feitos, estaremos, sim, frente a um contato praticamente sem barreiras entre essas duas áreas da ciência.

De acordo com Mikael Pollak (1989), é natural que se entenda que memória e história andam de mãos dadas no decorrer das ações humanas. A história parece emergir da memória, ou, se não emerge dela, parece manter uma ligação fortíssima a ponto de serem confundidas, não sendo possível, na maioria das vezes, encontrar a linha tênue que separa uma da outra. De todo modo, com o desenvolvimento da Historiografia como disciplina que reflete analiticamente sobre história-afetiva, torna-se praticamente obrigatório pensar as diferenças que cada uma dessas áreas evoca.

Nesses termos, a memória se firma como ponto de partida de reconstrução de um episódio anteriormente realizado. No entanto, é preciso que se leve em conta que o ato de reconstruir não implica em uma repetição linear do passado, mas, sim, em um resgate de vivências nas quais é possível equilibrar os interesses de um momento vivido. Esse resgate permite que o passado e o agora se encontrem em um espaço comum, em que o fluxo de informações seja, ao mesmo tempo,

complementar e resposta, tanto para o ponto de partida quanto para o ponto de chegada.

Segundo Simson (2006), os episódios que saem da esfera individual e se locomovem coletivamente se “acomodam” na memória oficial da sociedade e se revestem de maior amplitude e alcance. Assim, tais episódios ganham força e vida por meio de monumentos que, na maioria das vezes, são apresentados à sociedade em praças, ruas, hinos oficiais, quadros e obras literárias que consolidam e expõem a versão de um passado que chega a ser desconhecido até mesmo pelos próprios integrantes da localidade:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorrido um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (MIKAEL POLLAK, 1992, p. 13).

A existência do espaço conferido à memória em nossa psiquê reforça a ideia de que o esquecimento é uma vertente bastante provável do dia a dia humano e, por conta disso, revela ser ameaçadora à memória devido a novas informações que chegam constantemente ao cérebro.

Sobre isso, Nora (1993, p.13) opina que: “[...] se o que [os lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis”. Nesse aspecto, o autor reforça a ideia de que o mecanismo que nos leva ao esquecimento e à lembrança de episódios vivenciados é nada mais do que a reconstrução das velhas informações e sedimentação das novas que se apresentam no dia a dia humano.

2.6 A HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA

Como temos percebido, é praticamente inevitável falar de história sem falar de tempo no sentido que a visão ocidental convencionou por meio dos pensadores gregos. Falar de memória, por sua vez, é falar de registro e das múltiplas

possibilidades de manifestações e de realizações. A literatura, como representante viva da língua, vem se manifestando, ao longo da história, como um dos instrumentos mais relevantes e fecundos de práticas do passado. Por meio da literatura, as experiências se eternizam como fomento necessário para a compreensão do trajeto humano: “[...] é graças a um grande conhecimento acerca dos eventos passados que nos tornamos aptos a criar narrativas verossímeis e até mesmo necessárias acerca de uma determinada ação” (PUENTE, 2001, p. 337).

A história e a literatura encontram-se sempre: na poesia épica, no romance, no conto, na crônica, na carta, na (auto) biografia, marcando especificidades nos gêneros (como o romance de memória) e estilos (como o de ler, editar, traduzir e nos vários modos de produção e circulação da obra literária). Dentre todas as opções que se encontram disponíveis, as ações de lembrar e de narrar estão exaustivamente presente nas produções literárias.

Como ferramenta viva de uma sociedade, a história não só é veículo de manifestação da cultura de um povo, como também porta-voz de protesto, de liberdade, de dor, de amor e de indignação que ecoam em um nível sensível e profundamente humano. No entanto, vale salientar que o uso da história como ferramenta válida não se limita a um estado paralisante de um lugar ou de uma situação que lá ficou e que não se pode mais ter acesso. Trazer de volta um momento que se foi, como se estivéssemos diante da tão conhecida ficção da máquina do tempo, é poder estar diante da possibilidade de vivenciar o fantástico a partir do cruzamento de espaços, de tempos e de resíduos significativos. Preencher lacunas e desvendar enigmas a partir do que já se foi e intercruzar com as possibilidades do agora de quem lê é ter a chance real de construir um novo que emerge em meio a um espaço tenso que não só remete ao passado, mas também desvenda o presente e prospecta o futuro.

Para respaldar nossas reflexões frente à relevância dos vestígios deixados pelo tempo, tomemos como exemplo uma clássica obra da literatura grega que tem na memória o lugar de encontros em que o recriar e o ressignificar ganham notoriedade a partir de indícios significativos:

Eles me pressionam para que me case e eu venho tecendo enganos; para começar, um deus suscitou-me a ideia de instalar em meus aposentos um grande tear e pôr-me a tecer um pano delicado e demasiado longo, e daí lhes disse: “Moços, pretendentes meus, visto

como morreu o divino Odisseu, pacientai em vosso ardor pela minha mão até eu terminar a peça, para que não se desperdice o meu ardume: é uma mortalha para o bravo Laertes, para quando o prostrar o triste destino da dolorosa morte, a fim de que nenhuma das aqueias do país se indigne comigo por fazer sem um sudário quem possui tantos haveres”. Assim falei e os seus corações altivos deixaram-se persuadir. Daí, de dia, ia tecendo uma trama imensa: de noite, mandava acender tochas, e a desfazia. (HOMERO, 2013, p. 224).

Nesse aspecto, pode-se entender o mito Penélope como uma personagem condenada a preservar o vivido para aliviar a dor da espera de dez anos por seu marido desaparecido na guerra de Tróia. É possível perceber que o autor dessa engenhosa obra clássica sugere, por meio das ações de fazer e de refazer o manto da protagonista, os movimentos não lineares e permanentes da memória. A esposa de Ulisses, inserida em um deplorável contexto cheio de medo, tece enganos, ilude, articula e se traveste de verdades e de mentiras. Por meio do enredo e emaranhados de fios, acaba retratando tanto os movimentos como também as incertezas e esquecimentos pelos quais passam a memória.

Além dessa obra que pôde tecer o fio condutor de memória/lembrança de modo espetacular, os gregos também puderam representar os movimentos da anamnese por meio da deusa Mnemosine no final de *A República*, de Platão:

Os gregos da época arcaica fizeram da memória uma deusa, Mnemosine [...]. Lembra aos homens a recordação dos heróis e de seus altos feitos, preside à poesia lírica. O poeta é, pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos tempos antigos, da idade heróica, e por isso da idade das origens. A poesia identificada com a memória faz desta um saber e mesmo uma sagesa, uma sophia. O poeta tem o seu lugar entre os mestres da verdade e, a origem da poética grega, a palavra poética é uma inscrição viva que se inscreve na memória como mármore (LE GOFF, 1990, p. 21).

Nesse aspecto, é preciso destacar que o uso da memória como instrumento válido para a construção dos personagens e da tessitura textual não se limitou às obras clássicas da antiguidade. Na era Moderna, por exemplo, podemos encontrar na literatura ibérica grande destaque para *Dom Quixote* (1605), de Miguel de Cervantes, que dialogou com diversas formas de narrativas de seu tempo. O destacado romancista espanhol trouxe diversos vestígios da novela de cavalaria, da

picaresca, da comédia, das concepções teológicas e da política da época que acabaram se enraizando em diversos âmbitos artísticos no decorrer dos séculos.

Sancho Panza, grande representante do individualismo que marcou a humanidade no período transitório entre a Idade Média e a Contemporânea, foi sempre alimentado pelos fracassos emblemáticos característicos da modernidade. De acordo com Watt (1997), sua expressividade foi tão contundente como fonte de inspiração de um passado épico que terminou por influenciar incontáveis pintores (Goya, Hogarth, Dali, Picasso, Cândido Portinari, entre outros) e diversas adaptações literárias e teatrais do mundo moderno.

A magia que emerge dessa narrativa funciona como um caminho, não para que os interlocutores decorram de modo linear e cartesiano os dilemas descritos nas histórias dos personagens, mas como sugestões de uma memória que se firma como promessa e expectativa de detalhes, de ações, de estado e de sensações do que ainda está por vir. Nessa perspectiva¹⁷, leitor e texto não apenas se tocam e interagem, mas se movimentam em um fluxo constante no qual é possível apreender o sentido. O ato de ler termina se configurando em um evento dinâmico que desencadeia uma sequência de ações que, ao mesmo tempo em que acessa e ativa o que já está na memória, transforma e ressignifica um novo mundo a partir do entrelaçamento de espaços que não existem fora dessa relação. O leitor não é mais um mero expectador, mas sim um coautor que, juntamente com o escritor, tece, constrói e refaz a trama por intermédio de sua memória.

Assim, percebe-se que a relação estabelecida entre literatura e história/memória se manifesta no jogo de lembranças e de esquecimentos presente em todo o imaginário promovido e materializado pelo escritor/autor, no qual se inscrevem imagens, cenários, falas e contextos de uma época/momento que se queira resgatar. A literatura acaba reconhecendo, no imaginário coletivo, versos e ideias oriundas de épocas remotas que legitimam sonhos e fantasias do ficcional que, por sua vez, se revestem, muitas vezes, da verossimilhança, por meio de vestígios e de processos vivenciados por obras que se perpetuam e renascem mediante influências passadas.

¹⁷ O modelo de leitura, elaborado na versão sociopsicolinguística é estudado por Rosenblat (1978) para ressaltar as alterações e as mudanças de paradigma nas Ciências Sociais em relação à leitura e à escrita. Nessa perspectiva, o autor, o leitor e o texto não apenas se tocam, mas, no processo, se transformam ao interagir como participantes de uma transação da qual surge o significado. A leitura, portanto, torna-se um evento dinâmico e processual.

2.7 A ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA

Como exemplo mais que vivo de memória e de cultura, encontra-se a própria escrita, que, assim como a linguagem e a leitura, tornou-se parte essencial na composição da imprescindível tríade intermediária entre locutor e interlocutor, entre o passado e o “agora” protagonizados pelo leitor. O resgate do momento que já não é, durante o exercício da leitura faz-se bastante necessário, levando em consideração que é a partir das origens do texto que se torna possível inferir e produzir sentido, tanto no presente como em relação a prospecções futuras.

Porém, antes de fazermos algumas considerações sobre a escrita, cabe indagar de onde vêm os primeiros registros e por que o ato de documentar se tornou tão importante nas relações humanas. O que se sabe é que a prática de registrar começou na pré-história, a partir de desenhos em cavernas denominados pictogramas, que eram usados para transmitir informações.

Segundo Parellada (2009), a partir do momento que os homens deixaram de ser nômades e se fixaram em um determinado lugar, eles acabaram desenvolvendo a arte da comunicação por meio de desenhos rupestres encontrados em cavernas, paredões e rochedos ao ar livre. Os povos pré-históricos desenhavam, esculpam e pintavam pictogramas de forma simples com o intuito de representar sua realidade. Tais registros tornaram-se tão importantes que até hoje é possível obter informações sobre seu estilo de vida, conquistas e animais que coexistiam na época. No dizer de Hart-Davis e Pavam (2009), a escrita como forma simbólica da linguagem falada sempre foi a maior invenção humana, considerando que se efetivou como instrumento de preservação de pensamentos, experiências e transmissão de conhecimentos às novas gerações.

É por meio de registros que se sabe que as pinturas rupestres foram as primeiras experiências humanas com trocas de mensagens, devido à indispensabilidade de comunicação. Segundo Kramer (1969), a escrita sempre foi tão importante que até no âmbito da matemática o homem desenvolveu ideogramas, visto que precisava documentar sua produção agrícola e pecuária. Como exemplo vivo de memória de um povo por meio da escrita, encontramos em Alvar (1982) um relato interessante em umas das crônicas indianas – relato este que se tornou um exemplo evidente da heterogeneidade de ritos de amor pelas coisas, das crenças e da evangelização realizada pelos espanhóis na época do descobrimento

das Américas. Infelizmente, por conta da impossibilidade de serem registrados em papéis ou esculpidos, vários rituais e antigos procedimentos que só existiam na memória de indígenas mais experientes caíram no esquecimento eterno. O que se sabe é que o único testemunho que se salvou foi o de um cronista que serviu de luz para desvendar algumas das atividades misteriosas daqueles nativos.

Para elucidar, há algo denominado “quipos”, que configurava-se por meio de um conjunto de cordas de lã colorida de todos os tipos. Nesses conjuntos, havia diversas classes de laços e uma delas os apresentava unidos em um extremo. A ordem das cores, seu número e sua forma davam lugar a um sistema que só os quipucamayos sabiam interpretar. Quatro anciões dessa comunidade puderam salvar a primeira história dos Incas. Das informações que se pode extrair por meio de intérpretes, saíram as velhas crônicas de La Gasca, Cieza, Betanzos, Sarmiento de Gamboa e Molina. Assim, graças ao conhecimento e depoimentos de pessoas mais antigas é que se pôde registrar a história por meio da escrita.

2.8 A LÍNGUA COMO INSTRUMENTO VIVO DE MEMÓRIA

Não há problema algum em admitir que uma das maiores descobertas da era moderna foi o de constatar que as línguas têm história e se manifestam como entidades vivas que mudam continuamente no tempo e, portanto, acabam revelando um passado devido aos vestígios deixados ao longo de seu trajeto.

A percepção de que as línguas mudam e têm história não se configura grande novidade no século XIX, tendo em vista as considerações feitas por Dante (1986) desde o começo do século XIV, quando enfatizou que todas as línguas de origem latina seriam advindas do protoindo-europeu.

Estudando a fundo as línguas antigas, William Jones (1746-1794) percebeu as diversas semelhanças entre o sânscrito, o grego e o latim. Certo disso, não só comunicou à Sociedade Asiática que era preciso considerar que essas línguas tinham origem comum, como também acabou adotando o termo metafórico “família” ou “parentesco” para referir-se às línguas que apresentavam características em comum.

Quando comparamos português e espanhol, por exemplo, percebemos que existem palavras que se coincidem ou se aproximam na ortografia, mas divergem de sentido devido à sua singularidade histórica. Nesse caso, em específico, estamos

nos referindo aos pares de palavras de mesma raiz etimológica. Essas palavras, denominadas de *falsos amigos*, acabam por confundir o falante brasileiro que aprende espanhol no momento do transpasso de uma língua a outra:

*En la medida en que el fenómeno de los falsos amigos tiene que ver – y mucho – con una asociación (falsa) entre **significante** y **significado** entre **signos lingüísticos** pertenecientes a dos **lenguas** (sistemas; idiomas) o, si se prefiere, se trata de un fenómeno de **interlengua** que consiste en la **transferencia** de una **percepción psicológico-cognitiva** que asocia forma y sentido por proximidad aparente, por lo general formal – ya sea esta oriunda de sonidos próximos o se refiera a una inferencia que toma como base de comparación e identidad la forma escrita, incluso desechando la respectiva pronunciación –. Piénsese, por ejemplo, que la semejanza que provoca el posible conflicto entre las palabras vaso (español) y vaso (portugués) está sin duda mucho más motivada por la representación escrita que por la efectiva pronunciación en cada una de ellas, coincidentes en tan solo un sonido [báso] (español) / [vázú] (portugués) (MIRANDA POZA, 2014, p. 39. Grifos do autor)¹⁸.*

Se compararmos as palavras *vaso* /báso/ do espanhol com “vaso” /vázú/ do português, percebemos a não correspondência de sentido quando se realizam em situação de contraste. Contudo, cabe chamar atenção para o fato de que essa não correspondência se manifesta em situações de uso, tendo em vista que a ideia de recipiente, oriunda da língua latina, se perpetuou nas duas línguas no decorrer da história (COSTA, 2016; MIRANDA POZA, 2014; MASIP, 2003).

Historicamente, *vaso* teve seu primeiro registro na língua espanhola no século X, enquanto que na língua portuguesa se manifestou no início do século XVII, tanto para referir-se à peça de adorno, quanto referendar recipientes para plantas ornamentais (COROMINAS; PASCUAL, 1983; MACHADO, 1995; MASIP, 2003).

No entanto, apesar do termo latino ter estendido a ideia de recipiente nas línguas portuguesa e espanhola, faz-se necessário observar que a correspondência de sentido não ocorre em sua totalidade. Enquanto que no espanhol a palavra *vaso*

¹⁸ Tradução nossa: A medida que o fenômeno dos *falsos amigos* tem a ver – e muito — com uma (falsa) associação entre significador e significado entre sinais linguísticos pertencens a duas línguas (sistemas; línguas) ou, se preferir, é um fenômeno de interlinguagem que consiste na transferência de uma percepção psicológico-cognitiva que associa forma e significado por proximidade aparente, geralmente formal ou é oriunda de sons próximos ou refere-se a uma inferência que toma como base de comparação e identidade a forma escrita, mesmo descartando a respectiva pronúncia. Considere, por exemplo, que a semelhança causada pelo possível conflito entre as palavras *vaso* (espanhol) e *vaso* é, sem dúvida, muito mais motivada pela representação escrita do que pela pronúncia efetiva em cada uma delas, coincidindo em apenas um som [báso] (espanhol) / [vázú] (português). (MIRANDA POZA, 2014, p. 39).

/báso/ restringiu à recipiente que serve para guardar líquido para consumo humano, em português, “vaso” /vázú/ expandiu seu sentido para recipiente que guarda quaisquer tipos de líquido ou de sólido, quer sejam eles para consumo humano ou não (MASIP, 2003).

2.9 A RELEVÂNCIA DA MEMÓRIA DURANTE A APRENDIZAGEM

Destacando a importância da memória quando refletimos sob a perspectiva história/tempo, é oportuno pontuar, no âmbito do ensino-aprendizagem, a teoria de Ausubel (1982) no que tange ao conjunto de conhecimentos que o aluno já traz consigo durante o exercício de aprendizagem de uma língua não nativa. De acordo com o investigador, é preciso considerar as informações que já existem como *input* de entrada para a nova informação que se apresenta diante do aprendiz:

El conocimiento es significativo por definición. Es el producto significativo de un proceso psicológico cognitivo (“conocer”) que supone la interacción entre unas ideas “lógicamente” (culturalmente) significativas, unas ideas de fondo (“de anclaje”) pertinentes en la estructura cognitiva (o en la estructura del conocimiento) de la persona concreta que aprende y la “actitud” mental de esta persona en relación con el aprendizaje significativo o la adquisición y retención de conocimientos. (AUSUBEL, 2002. p. 9)¹⁹.

Nesse aspecto, o professor deve ficar atento tanto para as novas informações que chegam até o aprendiz, quanto para aquelas já incorporadas a sua cognição. Dessa forma, a aprendizagem significativa torna-se um processo por meio do qual a mediação se faz presente, tendo em vista a necessidade de estabelecer uma relação contínua entre os conhecimentos anteriormente aprendidos e os que ainda estão por vir. Nessa perspectiva, Chaves e Do Espírito Santo (2008, p. 83) comentam sobre a teoria de Ausubel: “[...] a motivação do aluno é a própria aprendizagem. Ela ocorre por si só. Para ele, quando se aprende algo, há uma satisfação inicial que estimula para que o ato pedagógico continue se desenvolvendo”.

¹⁹Tradução nossa: O conhecimento é significativo por definição. É o produto significativo de um processo psicológico cognitivo (“saber”) que envolve a interação entre ideias “logicamente” (culturalmente) significativas, ideias de fundo (“âncora”) relevantes para a estrutura cognitiva (ou na estrutura do conhecimento) da pessoa concreta que aprende e a “atitude” mental” desta pessoa em relação com a aprendizagem significativa ou a aquisição e retenção de conhecimento. (AUSUBEL, 2002, p. 9).

Assim, percebe-se a necessidade de se considerar a importância da base cognitiva anteriormente memorizada ou estabilizada no aluno para que, a partir dessa, amplie-se e facilite-se a apreensão do novo conteúdo de modo significativo. O modelo apresentado por Ausubel (2002) propõe que a incorporação do novo conhecimento não descarta em hipótese alguma o que já está cognitivamente armazenado. Nesses termos, o conhecimento nada mais é que a modificação da estrutura cognitiva do aluno em decorrência da reorganização do conhecimento do novo que se relaciona com as informações anteriormente adquiridas.

2.10 A HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM AS TEORIAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DE LÍNGUAS

Com bases nas teorias que servem de suporte para nossas reflexões sobre história, tempo e memória, é possível perceber que a construção da ciência não acontece de modo linear. Durante seu processo formativo, o viés ideológico, que atravessa seus princípios e fundamentos, é sempre construído a partir de bases filosóficas e de uma história que é socialmente erguida como fruto de uma época e de um contexto específico. Nesse sentido, o processo pelo qual passa a efetivação científica é, de modo geral, permeado por momentos de testagens, de afirmações e de contestações que servem de base para legitimar experimentos na instância epistemológica (KUHN, 1972 *apud* DASCAL, 1978).

De acordo com Dascal (1979), no que concerne à ciência da linguagem, se considerarmos os longos períodos nos quais suas bases foram construídas desde a época Clássica até o século XX, percebemos que só no final do século XIX é que se pôde caminhar em direção a uma revolução científica propriamente dita. Durante todo esse tempo, propostas de análise foram contestadas, reformuladas e revisadas para que se legitimasse a área da linguística como ciência.

Tomando Faraco (2005) como base para compreender melhor a história da linguística, é possível perceber claramente a separação entre os princípios da sincronia e da diacronia colocados no *Curso de Linguística Geral*, de Saussure (2001). Por meio das reflexões feitas pelo investigador, é possível compreender melhor a dimensão histórica, ou estática, e os pressupostos da mutabilidade e da imutabilidade, que constituem o dinamismo da língua como exemplo vivo de

linguagem.

Lyons (1979), por sua vez, ressalta que a linguística sincrônica, ou descritiva, se ocupa em investigar os estados da língua, enquanto a histórica trata das mudanças linguísticas no tempo por meio de princípios e bases metodológicas. Além disso, analisando o tema das mudanças das línguas nos estudos filológicos em diversas sociedades, o autor ainda percebe a Filologia como um ramo científico que investiga textos antigos e que tem como finalidade estabelecer e fixar sua forma original. Desse modo, data o início da Linguística Histórica, conduzida dentro dos pressupostos da cientificidade moderna do final do século XVIII, explicando que as investigações que a precederam são, portanto, indispensáveis.

Nesse aspecto, é preciso salientar que, atualmente, a relação entre Filologia e Linguística é difícil de avaliar, considerando que todos os linguistas e filólogos são colocados frente à complexa engrenagem que compõem os processos linguísticos. Com foco em si mesma, a Filologia versa entre o estudo de línguas (e de textos) em relação à ciência (ou a arte). No dizer de Auerbach (1970), a Filologia se enquadra em uma proposta de análise ampla da linguagem:

A Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de artes escritas nessa linguagem. [...] Como se trata de uma ciência muito antiga, e como é possível ocupar-se da linguagem de muitas e diferentes maneiras, o termo Filologia tem um significado muito amplo e abrange atividades diversas (AUERBACH, 1970 *apud* ROSA, 2001, p. 3).

Carroll (1973) corrobora com Auerbach (1970) quando menciona que a Filologia abrange os aspectos linguísticos da Literatura, as formas artísticas, bem como os documentos culturais e sociais de várias espécies, na tentativa de interpretá-los à luz da história linguística. Nesse contexto, pode-se dizer que, desde o século XX, essa forma híbrida que tomou os Estados Unidos e Inglaterra acabou se configurando como um território fecundo entre a ciência e os estudos comparativos literários e humanísticos, dos quais evidentemente se originou a ciência linguística da atualidade. Contudo, com o avanço investigativo fica perceptível que os estudos filológicos já não se encaixam mais sob a perspectiva composta, não por falta de reconhecimento interior, mas devido à divisão pragmática que cada área exige:

Se hoje não se pratica mais essa filologia compósita, isto não se deve (tanto) ao reconhecimento, no interior da filologia, de metodologias heterogêneas ou, de qualquer forma, divergentes, mas a um dado pragmático, o da divisão do trabalho: por um lado, o desenvolvimento dos estudos linguísticos (basta pensar na especialização crescente em fonética, morfossintaxe e semântica e no desenvolvimento de “para disciplinas” como a sociolinguística, psicolinguística, a etno-linguística e a linguística aplicada) e, por outro, a evolução paralela dos estudos literários (poética; tematologia; antropologia e semiótica literárias; literaturas comparadas; hermenêutica literária) tornam impossível, para pesquisadores individuais, um domínio unificado (SWIGGERSS, 1988, p. 8).

No entanto, mesmo com suas especificidades, Antoine Meillt (1925) chama atenção para o fato de que as duas áreas não devem ser vistas como disciplinas díspares, tendo em vista que uma pode servir de entrada e de suporte à outra: “Para determinar os estados de língua do passado, o lingüista deve servir-se da mais exata filologia da mais precisa: e cada progresso na precisão filológica permite um novo progresso para o lingüista” (MEILLT, 1925, p. 11).

Com base em Lyons (1979), podemos perceber que a reflexão sobre os antagonismos e fenômenos que permeiam os estudos da língua sempre foram alvo de investigação e de inquietação por parte de vários estudiosos. Desde a antiguidade, filósofos gregos já discutiam se o que regia a língua era a “natureza” ou a “convenção”. A análise da oposição entre essas duas instâncias era lugar comum nas indagações filosóficas.

No entanto, de acordo com Weedwood (2003), o impulso dado para se desvendar os mistérios que envolvem os processos linguísticos não partiu de discussões filosóficas da Antiga Grécia, e, sim, ocorreu por motivações religiosas que levaram os hindus a desenvolver técnicas fonéticas para que os textos sagrados reunidos nos *Vedas*²⁰ não sofressem alterações no momento que fossem pronunciados em alta voz.

Apesar disso, é preciso considerar que mesmo não tendo seu início no âmbito filosófico grego, foi por meio de Platão que a base da separação entre o sensível e o inteligível dos elementos linguísticos deu seus primeiros passos, levando em

²⁰ De acordo com Freitas (2021), intitulam-se *Vedas* as quatro obras, compostas em um idioma chamado sânscrito védico, do qual possivelmente se originou, posteriormente, o sânscrito clássico. Inicialmente, os *Vedas* eram textos transmitidos de forma oral que formavam base das escrituras sagradas do hinduísmo, constituindo-se, assim, a mais antiga literatura de qualquer língua indo-europeia.

consideração a viabilidade de organização de mundos por meio de nomes, definições, imagens e conhecimento do objeto em si.

No dizer de Chauí (1994), é possível conjecturar, embora não haja clareza em relação à organização e à hierarquia desses elementos, que o germe da teoria do signo linguístico saussuriano e de sua arbitrariedade tenha se originado a partir das concepções platônicas. Corroborando com Chauí (1994), Matoso Câmara (1975) defende o pressuposto de que os primeiros estudos sobre a linguagem remontam à Antiguidade Clássica e, para tanto, organiza a abordagem desses em dois tipos: os “paralinguísticos”, que centram suas investigações na lógica da linguagem como fruto e reflexo da condição ou biologia humana; e os “pré- linguísticos”, que referem-se ao conceito de certo e de errado, devido à influenciada estratificação social mais elevada que deu origem aos estudos gramaticais.

Coseriu (1980) também reconhece que as investigações sobre a origem dos estudos da linguagem remontam desde a Antiguidade e se estendem até o século XIX, no qual se evidencia a abordagem histórico-comparatista. Em suas observações, o autor ainda adverte sobre o equívoco comum de se considerar a Linguística Moderna como inovadora em seu sentido mais restrito, tendo em vista que as descobertas explicitadas nessa época já vinham sendo discutidas desde a Antiguidade. Desse modo, chama atenção para o fato de que não se pode negar a influência grega, considerando que a intervenção clássica na divisão dos estudos antigos e medievais, como da gramática e da retórica e da dialética, que ainda permanece nas investigações linguísticas da atualidade:

[...] deste ponto de vista, a linguística atual constitui um retorno, em primeiro plano, à linguística teórica e descritiva; de certo modo, ela retoma a problemática do século XVIII, porém em outras direções, impostas pela ampla experiência do século XIX, quando a linguística histórica se tinha tornado a linguística por excelência (COSERIU, 1980, p. 9).

De modo geral, apesar de se saber que as investigações e o interesse pelas línguas históricas são muito anteriores ao século XIX, é costume situar o nascimento da Linguística Histórica a partir dos estudos genéticos construídos na Europa sobre as origens comuns das línguas. O que fica evidente nesse cenário é que a descoberta sobre as mudanças linguísticas e a ideia de parentesco entre as línguas não são méritos da Linguística Oitocentista, entendendo que a noção de identidade

genética já se manifestava na Europa Ocidental muito antes do século XIX. No entanto, não se pode negar que o merecimento de inaugurar uma concepção nova dos condicionantes da relação entre tempo e linguagem, construindo um novo plano de análise, se deva, sem dúvidas, à Linguística Oitocentista.

A engenhosidade de articular entre as línguas semelhantes uma abordagem histórico-comparada trouxe à esfera documental um dos desdobramentos mais interessantes dos estudos históricos da língua nesse período. Dessa forma, deve-se admitir que as investigações dessa época procuraram recompor um passado a partir de sucessões de etapas cronológicas linearmente agrupadas, o que indubitavelmente serviu como início para esclarecer alguns dos inúmeros questionamentos do porquê as línguas se modificam com o passar do tempo.

A língua, percebida como uma das maiores engenhosidades humanas, não foi alvo de investigações apenas filosóficas e linguísticas no decorrer da história. Biólogos também se deixaram levar, nos últimos anos, pelo fascínio dessa curiosa engrenagem comunicativa. Deacon (1997), um especialista em neurofisiologia de Haward, publicou sobre a essência da linguagem, assegurando que a língua só se fundamenta porque é constituída por meio do contrato entre as partes que compõem o signo. Portanto, a língua é uma associação arbitrária que só se efetiva no âmbito comunicativo.

De acordo com Weedwood (2003), no contexto teórico da Evolução das Espécies de Darwin, ficou convencionalizado que, assim como a história estava para ciência, a ciência estava para história. Nesse âmbito, as investigações e reflexões sobre a linguagem também terminaram por ser incorporadas a essa teoria de modo bastante produtivo.

Mattos e Silva (2008) explicam que, no afã de descobrir quais fatores estariam imbricados na evolução das línguas, nasce o movimento neogramático em 1878, com a publicação do prefácio da revista *Morphologische Untersuchungen*, escrito por Hermann Ostoff e Karl Brugmann. No entanto, foi com a publicação de *Prinzipien der Sprachgeschichte* (1880), de Hermann Paul, que o movimento ganhou notoriedade e se tornou conhecido no âmbito dos estudos sobre a linguagem.

A teoria neogramática possuía como principal postulado o entendimento de que as mudanças sonoras ocorriam a partir de um processo regular e constante denominado de “leis fonéticas”. Não menos relevante do que os conceitos que fundamentavam os câmbios fonéticos, a ideia de admitir a impossibilidade do

funcionamento dessas leis, por meio da interferência da mente humana, também ocupou espaços significativos nessa teoria.

Ao considerar a língua como uma estrutura homogênea, Paul é tido como um dos primeiros estudiosos que não só isolou a língua do indivíduo como objeto de investigação (idioleto), mas, também, fez comparações desses grupos de línguas individuais (dialetos). No que concerne às mudanças linguísticas, observou que devem ser entendidas como resultado do menor esforço produzido durante o exercício da fala.

O grande problema apresentado em relação a esse postulado é a barreira instaurada entre indivíduo e sociedade, uma vez que a questão tratada passa a se configurar como uma atividade de cunho estritamente individual. Por esse motivo é que a teoria neogramática também ficou conhecida como socialmente agnóstica, tendo em vista que não ficaram bem fundamentados quais e quantos idioletos seriam utilizados para observação da composição do dialeto.

No entanto, no tocante à comodidade que deduziu, é preciso destacar que tal exercício acontece de forma inconsciente, já que as mudanças se manifestam sem a consciência do falante. Faraco (2011) adverte que não se pode analisar as variedades produzidas na fala sem considerar fatores como gênero, idade, nível de escolaridade do falante e outras vertentes que interferem diretamente na produção da língua/linguagem.

No âmbito da Linguística Comparativa, se encontra que as investigações linguísticas tiveram como objetivo não só o enfrentamento entre duas ou mais línguas, mas, também, o desenvolvimento de procedimentos metodológicos comparativos. Em relação a esses métodos, podemos destacar dois tipos: o primeiro objetiva estabelecer relações históricas entre algumas línguas, visando averiguar se existe ou não grau de parentesco; e o segundo se baseia em observar as línguas que, mesmo sem apresentar qualquer vínculo histórico, apresentam semelhanças tipológicas.

Segundo Croft (2003), essas metodologias tinham como princípio examinar as mudanças que se manifestavam nos sons da língua, quer efetuada s em termos gerais ou em áreas específicas. Melhor dizendo, deviam ser fundamentadas em descrições mesmo que parciais em dois ou mais estágios da língua.

Como se pode observar, os vestígios e as experiências do passado sempre se revelaram como grandes aliados para se desnudar o “presente”. Greenberg

(1963) chama atenção para o fato de que a Linguística Histórica, ao mesmo tempo em que lançou bases para entender a origem das línguas e a evolução delas no presente, lançou, também, fundamentos para modelos comparativos linguísticos no futuro, proporcionando, obviamente, grandes contribuições científicas no âmbito de ensino-aprendizagem de línguas.

Com base no modelo contrastivo, o ensino de línguas e as suas metodologias conheceram propostas específicas, muitas atualmente consideradas parciais ou totalmente superadas em decorrência da perspectiva construtivista cognitivista²¹.

Em relação ao processo de ensino-aprendizagem entre línguas historicamente emparentadas, como é o caso do português e do espanhol, não podemos deixar de mencionar que as informações herdadas podem trazer embaraços não somente em estágios iniciais de aprendizagem como, também, nos mais avançados:

La cercanía o similitud lingüística entre dos lenguas (la lengua meta y la lengua nativa) puede ser de ayuda en las primeras etapas del aprendizaje. La lengua nativa funciona como una ayuda o apoyo ante las situaciones en las que se está aprendiendo, pero en niveles avanzados puede convertirse en un incómodo hábito, generador de muchos errores y difícil de eliminar. (SANTOS GARGALHO, 1993, p. 108)²².

Por estar em um ambiente que lhe parece familiar, o aprendiz acaba desfrutando de uma sensação de bem estar e de domínio linguístico. No entanto, a partir do momento em que os níveis de complexidade avançam, esse aprendiz começa a cometer erros que se fossilizam à medida em que se tornam recorrentes durante o processo de aquisição da nova língua. Dessa forma, promove-se o

²¹ Piaget elaborou um modelo de desenvolvimento cognitivo construtivista ricamente sustentado por dados empíricos, que apresentava o sujeito como artífice principal, por meio de sua ação no mundo e de suas próprias estruturas cognitivas. Dois dos conceitos principais de Piaget que esclarecem a forma como ele explicava o processo de construção do conhecimento por parte do sujeito são os de assimilação e acomodação. Quando uma criança, ou qualquer pessoa, tem uma experiência que não coaduna com seus esquemas e teorias, primeiramente tenta assimilar essa experiência em seus esquemas existentes. No entanto, se a pessoa perceber que suas explicações e predições são repetidamente desmentidas, prevalece a tendência no sentido de o esquema se modificar de modo a se acomodar a esta nova informação. Ou seja, somos ativos quando interpretamos a experiência para assimilá-la aos nossos esquemas e teorias e, também, somos ativos quando mudamos nossos esquemas e teorias de forma a nos acomodar à realidade (PIAGET, 1973).

²² Tradução nossa: A proximidade ou semelhança linguística entre duas línguas (a língua-alvo e a língua nativa) pode ajudar nos estágios iniciais do esforço. A língua nativa funciona como uma auxílio ou apoio nas situações em que está sendo aprendida, mas em níveis avançados pode se tornar um hábito desconfortável, gerador de muitos erros e difícil de eliminar. (SANTOS GARGALHO, 1993, p. 108).

surgimento de uma interlíngua, que se configura como idioma intermediário que transita entre a língua meta e a materna do aprendiz, ou seja, entre o conhecimento prévio do aluno e as novas informações linguísticas que lhe chegam no momento de aprendizagem.

Na tentativa de formular uma teoria que explicasse a internalização e aquisição da L2, muitos pesquisadores se debruçaram às pesquisas e às hipóteses que pudessem responder tal processo de transferência, quer entendido de modo positivo, negativo, proposital ou não. Dessa dedicação, surgiram algumas tendências: uma de viés condutivista e outras cognitivistas – além daqueles seguidores que simpatizavam com a Teoria Chomskyana em relação à Gramática Universal.

Defensores da neutralização da influência da L1 durante o processo de internalização da L2, Newmark e Reibel (1968) observavam que, na verdade, o problema não se concentra na transferência em si, mas no que estaria levando e influenciando o aprendiz a fazê-lo.

Segundo Santos Gargalho (1993), o conceito de “transferência” da teoria condutivista surgiu por meio da hipótese de que era preciso considerar a L1 como um conjunto de hábitos já consolidados e que, portanto, servia de base sólida para que se adquirisse a L2 por meio de novos hábitos. Nesse aspecto, entende-se por transferência a representação de um determinado processo linguístico que utiliza os conhecimentos da L1 como base de aprendizagem para a L2.

[...] un fenómeno lingüístico que consiste simplemente en el empleo estratégico de los recursos lingüísticos disponibles de la lengua nativa para suplirlas deficiencias o limitaciones de conocimiento de la lengua objeto de estudio. (MARTÍNEZ AGUDO, 2004, p. 41)²³.

Nessa perspectiva, a transferência pode ser entendida a partir de duas variantes: como um processo de aprendizagem e como um processo de produção da língua meta. De acordo com Howard Jackson (1981), a transferência linguística não só parece inevitável, como também imprescindível durante esse processo. Essa transferência pode ser positiva ou negativa, como pontuamos mais acima. A positiva efetiva-se quando existe uma semelhança entre a L1 e L2 em determinadas

²³ Tradução nossa: [...] um fenômeno linguístico que consiste simplesmente no emprego estratégico dos recursos linguísticos disponíveis da língua nativa para suprir as deficiências ou limitações da língua objeto de estudo. (MARTÍNEZ AGUDO, 2004, p. 41).

estruturas internas de duas línguas e esse fato pode facilitar a aprendizagem. Por outro lado, se a estrutura da L2 não corresponder a L1, ocorrerá no que se entende como o lado negativo da transferência. Dessa forma, o conceito de positividade ou de negatividade chega a ser bastante questionado:

[...] existen pruebas de que algo totalmente 'nuevo' o diferente, puede resultar más fácil de dominar que algo que es sololigeramente diferente; por ejemplo, cuando un sonido muy semejante existe en las dos lenguas, pero en diferentes circunstancias fonéticas, puede haber un problema de aprendizaje mayor que en el caso de un sonido completamente nuevo. (CORDER, 1992, p. 227)²⁴.

O que fica claro é que a ideia que perpassa o conceito de transferência positiva resulta diretamente na facilidade ao longo do processo de aquisição da L2, enquanto que a proposta que subjaz o negativo acontece quando o aluno faz uso de uma palavra da língua meta, por exemplo, que se assemelha no som e na grafia, porém com sentido diferente. Lopez e Seré (2002) chegam a observar que línguas que compartilham uma organização morfossintática similar oferecem elos entre os termos para que se estabeleça uma construção de sentido.

Para Martínez Agudo (2004), claro está que a L1 é um potencial linguístico de grande influência, ainda que não se configure como único meio relevante no processo de aprendizagem da língua não nativa. Logo, fica evidente que o conhecimento da língua materna é um elemento cognitivo que intervém incisivamente na nova aquisição linguística.

Para Gonzalez (1994), a transferência é uma realidade que não se pode evitar no início do processo de internalização de uma L2 e que vai muito mais além de uma simples tomada de elementos da estrutura gramatical da L1 na produção da interlíngua. Antes de tudo, funciona e opera no nível cognitivo como um filtro que descarta o que não lhe parece necessário ou o que não faz sentido com os critérios e os modelos que já estão presentes internamente.

No dizer de Brabo (2001), o movimento de transferir, por mais simples que seja, acaba provocando alterações estruturais, algumas das quais são claramente visíveis nos estágios de interlíngua que se manifestam em

²⁴Tradução nossa: [...] existem provas de que algo totalmente “novo” ou diferente pode resultar de modo mais fácil de dominar que algo somente ligeiramente diferente; por exemplo, quando um som bem semelhante existe nas duas línguas, porém em diferentes circunstâncias fonéticas, pode haver um problema de aprendizagem maior que no caso de um som completamente novo. (CORDER, 1992, p. 227).

simplificações, empréstimos, decalques semânticos e sintáticos e, ainda, na tradução literal da língua meta.

Para finalizarmos nossas considerações sobre os conhecimentos pré-existentes durante a aprendizagem de uma língua não nativa, trazemos a observação de Selinker (1972) quando chama atenção para os processos fundamentais que se manifestam na estrutura psicológica do aluno durante o processo de transferência. De acordo com sua análise, a interlíngua configura-se como estratégia para minimizar as dificuldades do processo de aquisição da L2. Dessa forma, acaba servindo como um “amuleto” comunicativo referente aos processos cognitivos desenvolvidos pelo aluno na tentativa de se comunicar na língua meta.

Assim, neste segundo capítulo, tratamos de considerar algumas ramificações da ciência que embasam nossa proposta de análise neste trabalho pelo viés da história/tempo.

3 CONCEPÇÕES E DENOMINAÇÕES EM TORNO DO FENÔMENO DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL

Neste terceiro capítulo, discutiremos sobre teorias e terminologias que observam o fenômeno dos *falsos amigos* português/espanhol, com ênfase no âmbito de ensino-aprendizagem no Brasil. Em seguida, observaremos as propostas de análises já consolidadas desde a perspectiva sincrônica e apontaremos a perspectiva diacrônica como um caminho plausível de investigação para um dos problemas mais acusados de intercomunicação entre brasileiros que aprendem espanhol como segunda língua. Averiguaremos, ainda, não em seus aspectos mais radicais, que o parentesco em comum das línguas portuguesa e espanhola se consolida como um dos principais fatores de produção interlinguística quando, em situação de contraste, alguns pares de palavras com forma igual ou parecida apresentam sentido(s) diferente(s).

3.1 ANÁLISE CONTRASTIVO-COMPARATIVA DOS *FALSOS AMIGOS* PORTUGUÊS/ESPAÑHOL SOB UMA PERSPECTIVA SINCRÔNICA

Para contextualizar nossas reflexões, iniciaremos esta sessão com um levantamento bibliográfico das investigações que já existem em relação às divergências ortográficas, sonoras, formais e de sentido dos *falsos amigos* português/espanhol por meio da perspectiva sincrônica.

Para tanto, este estudo foi feito por amostragem (10/% dos 835 pares, ou seja, um em cada dez, seguindo a ordem alfabética) do *corpus* contido na obra de Masip (2013).

Quadro 1 - ANÁLISE DOS *FALSOS AMIGOS* PORTUGUÊS/ESPAÑHOL NA PERSPECTIVA SINCRÔNICA

Pares de vocábulos português/ <i>español</i>	Divergências de registro (ortografia)	Divergências de som (fonologia)	Divergências de sentido (semântica)	Divergências de forma (morfologia)
<i>Abade/abate</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Acha/hacha</i>	sim	sim	sim	sim

<i>Afanar/afanar</i>	não	não	sim	não
<i>Ala/ala</i>	não	não	sim	não
<i>Almoço/almuerzo</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Apanhar/apañar</i>	sim	não	sim	sim
<i>Apurar/apurar</i>	não	não	sim	não
<i>Aspas/aspas</i>	não	sim	sim	não
<i>Açougue/azogue</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Balsa/balsa</i>	não	sim	sim	não
<i>Batida/batido</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Boçal/bozal</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Bombilha/bombilla</i>	sim	não	sim	sim
<i>Branco/branco</i>	não	sim	sim	não
<i>Cachaça/cachaza</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Caldear/caldear</i>	não	sim	sim	não
<i>Canela/canela</i>	não	sim	sim	não
<i>Cara/cara</i>	não	não	sim	não
<i>Cédula/cédula</i>	não	sim	sim	não
<i>Chocho/chocho</i>	não	sim	sim	não
<i>Coco/coco</i>	não	não	sim	não
<i>Comedor/comedor</i>	não	não	sim	não
<i>Constipado/constipado</i>	não	sim	sim	não
<i>Corrida/corrida</i>	não	sim	sim	não
<i>Cuna/cuna</i>	não	não	sim	não
<i>Dependente/dependiente</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Desligar/desligar</i>	não	sim	sim	não
<i>Destelhar/destellar</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Duelo/duelo</i>	não	sim	sim	não
<i>Emborrachado/emborrachado</i>	não	sim	sim	não
<i>Endereçar/enderezar</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Equipo/equipo</i>	não	sim	sim	não
<i>Espichar/espichar</i>	não	sim	sim	não
<i>Estofado/estofado</i>	não	sim	sim	sim
<i>Falda/falda</i>	não	sim	sim	não
<i>Férias/feria</i>	sim	sim	sim	sim
<i>Fofa/fofo</i>	não	sim	sim	não

Fumo/fumo	não	sim	sim	não
Galego/gallego	sim	sim	sim	sim
Garrafa/garrafa	não	sim	sim	não
Gola/gola	não	sim	sim	não
Guarda-costas/guardacostas	sim	sim	sim	sim
Impender/impender	não	não	sim	não
Interrogante/interrogante	não	sim	sim	não
Jugol/jugo	não	sim	sim	não
Lavrar/lavrar	não	não	sim	não
Lista/lista	não	sim	sim	não
Maca/maca	não	não	sim	não
Malhar/mallar	sim	não	sim	sim
Marear/marear	não	não	sim	não
Média/media	sim	sim	sim	sim
Minar/minar	não	não	sim	não
Mole/mole	não	sim	sim	não
Mouco/moco	sim	sim	sim	sim
Noivo/novio	sim	sim	sim	sim
Olha/olla	sim	sim	sim	sim
Paio/payo	sim	sim	sim	sim
Panda/panda	não	não	sim	não
Parcela/parcela	não	sim	sim	não
Pastoril/pastoril	não	sim	sim	não
Pelo/pelo	não	sim	sim	não
Pesada/pesada	não	sim	sim	não
Pinga/pinga	não	não	sim	não
Planta/planta	não	não	sim	não
Portar/portar	não	não	sim	não
Presunto/presunto	não	não	sim	não
Propina/propina	não	não	sim	não
Quinta/quinta	não	não	sim	não
Rato/rato	não	sim	sim	não
Regatear/regatear	não	sim	sim	não
Reto/reto	não	sim	sim	não
Ruivo/rubio	sim	sim	sim	sim

Sarro/ <i>sarro</i>	não	sim	sim	não
Sobremesa/ <i>sobremesa</i>	não	sim	sim	não
Sorvete/ <i>sorbeta</i>	sim	sim	sim	sim
Tabique/ <i>tabique</i>	não	sim	sim	não
Tarugo/ <i>tarugo</i>	não	sim	sim	não
Timbre/ <i>timbre</i>	não	sim	sim	não
Tolo/ <i>tolu</i>	não	sim	sim	não
Trair/ <i>traer</i>	não	sim	sim	não
Trote/ <i>trote</i>	não	sim	sim	não
Vara/ <i>vara</i>	não	sim	sim	não
Venta/ <i>venta</i>	não	sim	sim	não
Zagal/ <i>zagal</i>	não	sim	sim	não

FONTE: A autora, 2023.

3.2 CONCEITOS E DENOMINAÇÕES DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPANHOL

Por meio de uma ampla revisão bibliográfica, é possível saber que o fenômeno dos *falsos amigos* tem se mantido, no âmbito de ensino-aprendizagem de língua espanhola como segunda língua a brasileiros, como um dos temas mais investigados no campo léxico-contrastivo. Além de existirem alguns fatores que carecem de explicações razoáveis, pois não há uma conceituação teórica que esteja livre de contradições no tocante a denominações e muito menos ao alcance teórico que cada nomenclatura abarca.

Nesse contexto, é possível entender que a discussão desse evento não deve ser encerrada por meio da constatação da não correspondência semântica entre pares de palavras de forma parecida com diferente(s) interpretação(es) na perspectiva sincrônica; antes, deve ser compreendido a partir de uma análise mais profunda e detalhada, na qual seja possível considerar não só os fatores linguísticos imbricados no processo, mas também, os extralinguísticos envolvidos na produção de sentido que cada palavra adquiriu ao longo do tempo (MIRANDA POZA, 2007).

Para Miranda Poza (2014), um desses fatores repousa no fato de que a não correspondência de sentido é produzida na mente do falante, o que consequentemente induz as investigações desse fenômeno a relacionarem-se com

a psicologia cognitiva ou com os processos cognitivos que acompanham e subjazem a interdisciplinaridade das atividades linguísticas.

Outro fator importante são as relações constantes de interface entre o oral-escrito que levam o investigador a questionar qual seria, de fato, o elo existente entre o sistema fônico e o gráfico de cada língua em questão. Nesse sentido, concebe-se a homonímia²⁵ como um fenômeno particularmente complexo quando se estabelecem relações de contraste entre línguas tipologicamente emparentadas, como é o caso do português e do espanhol, considerando que nem sempre as mesmas letras correspondem aos mesmos sons. Consequentemente, isso evidencia, por um lado, a existência da fonologia com seus correspondentes fonéticos e, por outro, a ocorrência de sistemas gráficos com suas mais diversas denominações: grafognosia, grafémica, grafonomia, grafemologia, grafética ou grafemática (MIRANDA POZA, 1992; MIRANDA POZA, 2014; COSTA, 2008).

O terceiro e último fator a ser considerado nas investigações sobre os *falsos amigos* – e que nos interessa para nossa proposta investigativa – é o viés diacrônico, com o intuito de esclarecer quais fatores históricos teriam corroborado para que palavras homônimas e parônimas²⁶ oriundas de um mesmo tronco linguístico desenvolvessem, ao longo do tempo, acepções particulares em cada uma das línguas em contraste.

Bugueño Miranda (2008), em *Os dicionários de falsos amigos*, além de chamar a atenção para o fato de que a consagração do termo *faux amis* tenha sido convencionado por franceses, ainda adverte que o evento não pode ser analisado superficialmente. Ou seja, salienta que o enfoque dessa questão não deve limitar-se apenas aos aspectos externos, mas também aos eventos internos que se relacionam com a produção da linguagem.

No tocante à nomenclatura, é preciso salientar que o termo *faux amis* teve sua primeira aparição em 1928, com a publicação da obra de Koessler e Derocquigny intitulada *Les faux amis ou les trahisons du vocabulaire anglais* (apud PRADO, 1989). Os autores trataram de compreender esse fenômeno como pares de palavras que, embora tenham a mesma etimologia e apresentem formas iguais ou similares, possuem acepções particulares de significado. Sobre essa questão, Prado (1989, p. 721) observa:

²⁵ Homonímia: Identidade fonética e ortográfica de palavras de diversos sentido (MASIP, 2013).

²⁶ Paronímia: Semelhança fonética, ortográfica ou de sentido (MASIP, 2013).

Desde que Maxime Koessler y Jules Derocquigny publicaron Les Faux Amis en 1928, la expresión falsos amigos se ha usado para denominar los vocablos de dos lenguas que son iguales o muy similares, pero que difieren, a veces considerablemente, en significado o uso. Estos falsos amigos son sumamente traicioneros porque a primera vista parecen ser una gran ayuda por la similitud ortográfica, pero en realidad hacen más ardua la tarea de maestros, estudiantes y traductores²⁷.

Anos após a primeira aparição da nomenclatura alcunhada pelos franceses, Vinay e Dabanelt (1977) fizeram uso do termo *falsos amigos* para referir-se a pares de palavras que, apesar de pertencerem a mesma etimologia e de apresentarem formas similares ou iguais, diferem em algumas de suas acepções.

Na década seguinte, sob uma perspectiva mais ampla, encontramos em Chuquet e Paillard (1987) que *falsos amigos* são palavras que possuem fonologia e/ou morfologia iguais ou semelhantes, mas que podem compartilhar ou não a mesma origem linguística. Ou seja, o evento da não correspondência semântica já não se configura mais como exclusivo de palavras oriundas de mesmo étimo, mas de vocábulos que apresentam formas iguais ou parecidas com significações diferentes, independentemente de suas origens.

Anos depois, mais precisamente no início do século XXI, Bugueño Miranda (2008) chama atenção para a necessidade de esclarecer esse fenômeno de modo mais amplo. Para tanto, considera que esse evento se refere a unidades léxicas de duas línguas que apresentam convergência fonológica total ou parcial, mas que divergem no âmbito sêmico.

Sobre a questão terminológica, entende que o termo francês circula sob uma perspectiva mais neutra e genérica, considerando que engloba não só palavras de mesma etimologia, mas todas as possibilidades que estejam por trás da não correspondência de sentido. Em relação à nomenclatura “falsos cognatos”, observa que o termo só permite entender parte do imbróglio, haja vista que deve-se levar em conta que a denominação referida faz menção à relação histórico-genética entre as línguas contrastivamente comparadas, ou seja, à parte do problema.

²⁷ Tradução nossa: Desde que Maxime Koessler e Jules Derocquigny publicaram Les Faux Amis em 1928, a expressão “*falsos amigos*” tem sido usada para se referir às palavras de duas línguas que são iguais ou muito semelhantes, mas que diferem, às vezes consideravelmente, em significado ou uso. Esses *falsos amigos* são extremamente traiçoeiros porque à primeira vista parecem ser uma grande ajuda por causa da semelhança ortográfica, mas na realidade eles tornam a tarefa de professores, alunos e tradutores mais árdua. (PRADO, 1989, p. 721).

No entanto, mesmo que *a priori* o termo “cognato” faça alusão a palavras de mesmo étimo, é bastante comum perceber muitos investigadores que se referem aos falsos cognatos como aqueles pares de palavras que apresentam similaridade ou igualdade morfológica e/ou fonológica com matizes de sentido diferentes sem referência alguma à genética. No tocante à origem do termo, Vita(2005) pondera que apesar de seu amplo uso no meio acadêmico, não se encontra autoria por parte dos investigadores da área.

Em relação à alcunha “tipicamente brasileira”, Vita (2005) chama atenção para o fato de que não existe evidência clara de sua origem. Porém, acredita que sua primeira aparição ocorreu na *Gramática para uso de brasilenos* (1934), de Antenor Nascentes. A partir dessa obra, é possível observar que a definição dada ao termo “heterossemânticos” se manifesta por meio da ideia de que são palavras similares com diferentes significados. No entanto, Bugueño Miranda (2008) adverte que essa nomenclatura é inapropriada para dar conta de um evento claro e definido, tendo em vista que faz referência à plularidade semântica lexical e não a um fenômeno linguístico específico:

[...] então *heterossemânticos* é altamente insatisfatória, já que parece que a “pluralidade na semanticidade” de uma palavra ocorre somente no fenômeno léxico de que tratamos, coisa que é, naturalmente, completamente absurda. *Heterossemânticos*, por outra parte, está associado a *heterossemia*, que, segundo MLS(2000, s.v. *Heterosemie*), significa “Diferença de significado de um lexema no caso dehomofonia, homografia e homonímia”. Em outras palavras, *heterossemantividade* seria simplesmente outra designação para polissemia (BUGUEÑO MIRANDA, 2008, p. 2).

Ainda em relação às nomenclaturas, observamos que no dicionário *The Dictation of Historical and Comparative Linguistics* (TRASK, 2000), o termo “cognato” refere-se a palavras de diferentes línguas de mesma etimologia. No entanto, em *Longman Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics* (RICHARDS; PLATT, 1992) a referência ao étimo não ganha destaque quando se atenta para a teoria que subjaz os termos *falsos amigos* e *falsos cognatos*: palavras que apresentam formas semelhantes e significados distintos, sem alusão à origem ou ao seu étimo. Já para o termo “heterossemânticos”, não se encontra, em nenhum desses dicionários, registros que o façam referência, enfatizando a hipótese de Vita (2005) de que tal alcunha tenha sido efetivada no Brasil.

Nesse contexto, Francis (2010) observa que é praticamente impossível haver unanimidade conceitual em relação às confusões provocadas pelas nomenclaturas que se referem a esse fenômeno:

Percebe-se que, para alguns estudiosos, a denominação '*falsos amigos*' considera, além das relações de forma e significado, questões vinculadas à origem das lexias, enquanto que, para outros estudiosos, as questões etimológicas são irrelevantes. Essas discrepâncias derivam em confusões quanto à nomenclatura do fenômeno, o que gera maior inquietação sobre o caráter pouco científico ou popular que o termo inspira (FRANCIS, 2010, p. 19).

Em outro momento, a pesquisadora reconhece que a perspectiva tipológica deve ser entendida como a mais adequada para se observar o fenômeno dos *falsos amigos* no âmbito linguístico:

Considerando que o que se propõe aqui é trabalhar os *falsos amigos* dentro de obras lexicográficas destinadas ao uso de consulentes não especializados, e considerando que as obras em análise deveriam caracterizar-se como ferramentas de auxílio para a produção linguística em LE, a perspectiva tipológica parece-nos ser mais apropriada que a proposta genética (FRANCIS, 2010, p. 21).

Pois bem, antes de seguirmos com as reflexões, faz-se relevante mencionarmos que o problema desses desencontros semânticos incide na interface português/espanhol pelo fato de ambas serem oriundas do latim e por compartilharem quase a totalidade do acervo lexical. Dentre outros fatores, isso ocorre por meio de uma análise comparativa e minuciosa, na qual Richman (1965) observa que dentre as línguas do tronco românico o português e o espanhol são as que mais se assemelham tipologicamente. Nesse aspecto, Masip (2013) chega a defender que, do ponto de vista histórico, essas línguas não devem ser consideradas estrangeiras entre si, pois: “[...] português e espanhol não são idiomas, estritamente falando, mas duas variantes dialetais do latim, que, por sua vez, pertence ao grupo latino-falisco, proveniente do tronco indo-europeu por meio do itálico” (p. 25).

Essa característica tipológica é obviamente um dos fatores responsáveis pelo equívoco léxico-semântico de intercomunicação no momento do transpasso de uma língua a outra. De toda maneira, o que é indiscutível durante a atividade comunicativa é que a tão deduzida forma, parecida ou semelhante, leva a produção

de erros já que a extensão do significante induz ao significado da língua materna do aprendiz (DURÃO, 2004; MIRANDA POZA, 2014).

Neste aspecto, destacamos que a questão que incide sobre os *falsos amigos* insere-se na dualidade linguística deduzida por Saussure (2001) no tocante à relação estreita que existe entre a representação física (significante) e a representação da ideia (significado). A partir das perspectivas descritiva e contrastiva, é possível observar que cada língua se constitui no percurso de sua história por meio de características e arranjos particulares. Para suprir as necessidades comunicativas de uma específica comunidade linguística, os signos são selecionados de forma arbitrária por não possuir vínculo natural com a realidade a qual faz referência: “[...] o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum vínculo natural com a realidade” (SAUSSURE, 2001, p. 83).

Cada língua faz um recorte de modo muito particular de sua realidade. O português do Brasil, por exemplo, usa apenas a palavra “frango” para referir-se a carne pronta para consumo, enquanto que o vocábulo “galinha” serve tanto para designar o animal vivo quanto para abranger a carne pronta para ser consumida, quer esteja na proposta assada, frita ou cozida. Além disso, exhibe, especificamente para o modo assado, o termo “galeto”, que sinaliza uma ave inteira preparada no espeto. A língua inglesa, no entanto, possui dois termos distintos e definidos para cada situação: *hen* é usado para referir-se ao animal vivo, enquanto *chicken* sinaliza a proteína pronta para consumo. No espanhol, diferentemente do inglês e do português, encontramos *pollo*, que tanto serve para designar a carne crua como a carne assada, o que se constata na liberdade de escolha: a tão deduzida relação arbitrária proposta por Saussure.

Em relação aos desdobramentos que subjazem às perspectivas de análises, surge no cenário brasileiro Leiva (1994) que, no início de seu trabalho investigativo, demonstra que vai seguir o viés histórico, porém durante o desenvolvimento de suas pesquisas centra-se em propor quatro subdivisões para o evento sob o viés sincrônico.

Para além das classificações, a autora observa que o problema de intercomunicação causado pelos *falsos amigos* não só emerge de elementos lexicais, morfossintáticos e semânticos, mas também de contextos sociais. Dessa forma, deixa claro que se faz necessário, além de outras questões, ter como base

investigativa a Sociolinguística com o intuito de elucidar o sentido que cada palavra comporta em uma determinada conjuntura social.

Seguindo a mesma linha de Leiva (1994) em relação às questões sociais da língua, observamos que Miranda Poza (2014) nos leva a refletir sobre qual seria, de fato, o papel da linguagem no dia a dia do ser humano. Como atributo biológico, defende que apresenta características fundamentais no momento de explicar determinados fenômenos linguísticos de interface entre língua e usuário, tendo em vista que é por meio da linguagem que o falante reflete, interpreta, age, manifesta-se e posiciona-se socialmente. Nesse sentido, defende que quando os aprendizes entram em contato com os elementos de outra língua que se assemelham ortográfica e fonologicamente aos da sua, os processos cognitivos incertam e interferem negativamente em maior ou menor medida, considerando que, muitas vezes, a forma familiar ou parecida não apresenta o(s) mesmo(s) sentido(s).

Nesta discussão, faz-se oportuno ressaltar que o significado *falso* atribuído às palavras que induzem ao engano deve-se, basicamente, pela associação arbitrária entre significante e significado deduzida por Saussure (2001). Essa relação faz menção à representação mental que cada indivíduo possui do objeto referido, o que induz a equívocos semânticos quando, em situação de contraste, o aprendiz se depara com a forma igual ou parecida com a de sua língua materna.

Mesmo chamando atenção para a perspectiva social do evento, Leiva (1994) se embasa em Robins (1971) quando especula que o termo *falsos cognatos* faz referência à formação de duas palavras latinas diferentes, mas que, ao longo do percurso histórico, uma ou as duas conservaram traços do termo originário. Como forma de exemplificar suas considerações, traz “vaso” /vázuz/ (português) e vaso /báso/ (espanhol): “Duas formações baseadas em duas palavras latinas diferentes, porém com radicais idênticos. Ex.: vaso/vaso. Em espanhol, significa “copo”, em português, “vaso de flor” ou “vaso sanitário.” (LEIVA, 1994, p. 17-19).

No entanto, Miranda Poza (2014) adverte que o par de palavras dado como protótipo carece de maiores explicações desde a perspectiva histórica, levando em consideração que *vaso* teve sua gênese no latim vulgar *vasum*, que, por sua vez, veio do clássico *vas/vasis*. Ou seja, a questão trazida nesse exemplo deve repousar na diferença de uso e não na genética, tendo em vista a origem em comum de ambas as palavras. Em português, a ideia oriunda do latim expandiu seu uso e começou a fazer referência tanto para receptáculo que guarda líquido quanto para aquele que

guarda sólido, enquanto que na língua espanhola a ideia de recipiente por meio do significante *vaso* se restringiu a um objeto que serve para conter alguns tipos de líquidos (água, suco, cerveja, drinks, refrigerantes, coquetéis, entre outros) para consumo humano.

Leiva (1994) classifica o segundo tipo de *falsos cognatos* como oriundos de uma única palavra que conserva o significado original. Uma delas ou ambas adquirem um ou mais significados ou estreitam seu campo semântico ao longo do percurso histórico. Como amostra, traz os termos /eSkizítu/ e /eGskisító/, que em português significa “esquisito” e em espanhol “estranho” ou “raro”.

Já o terceiro tipo é caracterizado como oriundo de um único termo sobre o qual, por razões desconhecidas, uma das línguas conserva duas ou mais acepções, enquanto a outra apenas um ou nenhum significado da palavra de original.

O quarto e último tipo não engloba palavras oriundas de mesma raiz, portanto não se refere aos *falsos cognatos* propriamente ditos, mas sim a uma categoria que apenas se corresponde ortográfica e/ou fonologicamente:

A definição de falsos cognatos, acima, não abrange um grupo que qualificamos de Falsos Cognatos Acidentais, que RoseNash (p. 159, 163) chama de „Accidental Cognates” na sua classificação de Cognatos do Español. Esse grupo de palavras não tem uma fonte comum, porém o consideramos falso cognato porque as palavras são iguais ou semelhantes em sua forma ortográfica e/ou fonológica, e podem causar o mesmotipo de mal-entendido que o outro grupo de falsos cognatos, que podemos chamar de Propriamente Ditos. (LEIVA, 1994, p. 16-17).

Para explicitar os *falsos cognatos* acidentais, é possível observar o par /Rátu/, que em português configura o nome de um animal, e /řáto/, que em espanhol pode ser equivalente à palavra “momento”, como exemplos de palavras não oriundas da mesma raiz etimológica e que portanto não apresentam nenhuma similaridade semântica.

Entretanto, Leiva (1994) nos intima a observar que a não equivalência semântica deduzida aos “falsos cognatos acidentais” não se realiza em sua totalidade no par proposto como modelo. Com base no *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2008-2021), que traz consigo a versão contemporânea do português brasileiro, percebemos que a inferência semântica dada à palavra “rato” (português) não ocorre somente por meio de um pequeno mamífero roedor, mas

também da ideia de um curto espaço de tempo. Ou seja, a ideia de rápido e de ligeiro, peculiar dos movimentos dos murídeos, perpassa a língua portuguesa mesmo que de modo secundário. Logo, não se configura em um cognato tão accidental assim, tendo em vista que existe a interseção da ideia de um pequeno espaço de tempo entre os termos em contraste.

Como se pode perceber, grande parte dos investigadores costuma associar os *falsos amigos* às palavras que apresentam origem em comum e que divergem em relação ao significado original em maior ou menor medida devido ao processo evolutivo de cada língua. No entanto, Seddik (2009) chama atenção para o fato de que embora esse fenômeno se refira tanto a unidades léxicas quanto a construções gramaticais, ele não deve ser aplicado com exclusividade a nenhum desses eventos.

Nessa perspectiva, sugere três definições para que os *falsos amigos* sejam percebidos de modo mais abrangente. Primeiramente, os classifica como palavras similares que apresentam sentido ou características sociolinguísticas diferentes. Em seguida, entende que o fenômeno deve ser inserido nos modismos que se manifestam por meio de frases feitas, cujo significado não pode ser deduzido a partir do significado literal. Por último, menciona que os *falsos amigos* podem se manifestar por pares de frases feitas com o mesmo significado literal nas duas línguas, porém com diferença de sentido idiomático e estilístico.

Outra investigadora que corrobora com importantes reflexões sobre esse tema é Vita (2005). Seu trabalho de mestrado, intitulado *La opacidad de la supuesta transparencia cuando los amigos funcionan como 'falsos amigos'*, originou-se por meio de observações conduzidas a alunos brasileiros que lançam mão do conhecimento prévio como ferramenta válida para aquisição da língua espanhola em sala de aula. Devido a sua vivência como docente, pôde considerar que, na esfera léxica, a confusão terminológica entre pares de palavras com formas similares e significados diferentes vai muito além da divergência semântica com que o tema é tratado em materiais didáticos, anúncios e até mesmo em trabalhos de investigação científica.

Assim como Miranda Poza (2014) observa em *Propuesta de análisis de falsos amigos español y portugués: diacronía, campo léxico y cognición (semántica de los prototipos)*, Vita (2005) enfatiza, logo no início de seu trabalho, que o evento dos “*falsos amigos*” é explorado, na grande maioria das vezes, como uma questão de pouca relevância por diversos pesquisadores da área que poderiam contribuir para

além de repetir a obviedade do problema de interpretação que palavras iguais ou parecidas com sentido diferente provocam. Nesse contexto, considera o modelo contrastivo como relevante à demanda de ensino-aprendizagem de uma L2, devido à previsibilidade de erros e abertura de espaço para análise do processo abstrato de internalização de regras linguísticas. No entanto, apesar de considerá-los importantes viabilizadores das técnicas do processo de aquisição de uma língua não nativa, adverte sobre a relevância de uma proposta metodológica na qual o aluno seja inscrito como sujeito ativo e participante dessa atividade.

A autora, que também nos leva a refletir sobre acepções e nomenclaturas que permeiam esse evento, ainda observa que as palavras não devem ser estereotipadas apenas a partir de um aspecto formal ou de uma variação linguística, mas, sim, compreendidas para além dos fonemas, já que conseguem criar conceitos, ordenar realidades, categorizar o mundo e materializar coisas que inexistem. Dessa forma, alinha-se a Leiva (1994) e a Miranda Poza (2014) quando defende que a vertente discursiva deve também ser incluída como aporte teórico para ampliar as discussões sobre a atividade de sentido que envolve uma produção linguística.

Em relação ao processo de tradução dos *falsos amigos*, é importante observar que os problemas se multiplicam no momento do transpasso de uma língua a outra, quando observadas pelo viés da análise comparativa. Miranda Poza (2014) menciona Mourin (1971) e Malmberg (1982) quando discorre sobre apropriação de sentido que cada palavra aporta durante o exercício de representação de mundo que cada língua impõe ao falando nativo: “[...] *todo sistema lingüístico encierra un análisis del mundo exterior que le es propio, y que se diferencia de otras lenguas u otras etapas de la misma lengua.*” (MOURIN, 1971 *apud* MIRANDA POZA, 2014, p. 16)²⁸.

Nesse sentido, quando se fala de mundo em línguas diferentes, não se fala de mesmo mundo. Daí se origina a prerrogativa da impossibilidade de correspondência entre línguas, já que as formações linguísticas fazem conexões com outras formas de organização histórico-social. Desse modo, não podem configurar-se como correspondentes entre si: “[...] *desde el primer contacto con una segunda*

²⁸ Tradução nossa: [...] todo sistema lingüístico encerra uma análises do mundo exterior que lhe é propio e que se diferencia de outras línguas ou outras etapas da mesma língua. (MOURIN, 1971 *apud* MIRANDA POZA, 2014, p. 16).

*lengua, el individuo se da cuenta de una cierta falta de correspondencia entre sus propias palabras y las de la lengua en cuestión. La traducción no es la mera sustitución de un término por otro.” (MALMBERG, 1982 apud MIRANDA POZA, 2014, p. 16).*²⁹

No caso da língua portuguesa e da espanhola, a confusão terminológica faz-se muito mais evidente devido à similaridade existente entre elas. Por serem oriundas da mesma raiz linguística e por compartilharem quase 90% de palavras (DURÃO, 2002; RICHMAN, 1965), a falta de correspondência entre alguns termos em situação de contraste parece se converter em um evento muito mais perturbador do que realmente parece.

Contudo, Miranda Poza (2014) adverte que o fenômeno dos *falsos amigos* nem sempre é peculiar de línguas historicamente emparentadas e que é preciso observar atentamente a tradução que é feita, porque qualquer descuido por parte do tradutor pode acarretar problemas graves de comunicação. Sobre isso, Ceolin (2003) opina:

O problema da existência de *falsos amigos* é que estes podem numa tradução descontraída ou menos cuidadosa, comprometer o conteúdo semântico de um determinado enunciado e em consequência o ato comunicativo. (CEOLIN, 2003, p. 40).

Vaz de Silva (2003), mesmo sem adotar a perspectiva histórica, observa que o evento dos *falsos amigos*, de modo geral, manifesta-se por meio de palavras que compartilham a mesma etimologia. Ademais, a aparência que induz ao engano acaba evidenciando a falsa amizade que existe entre termos de estruturas que se correspondem na forma com significado diferente:

[...] o falso amigo é aquele signo linguístico que, geralmente pelo efeito de partilha de uma mesma etimologia, tem uma estrutura externa muito semelhante ou equivalente à de outro signo numa segunda língua, cujo significado é completamente diferente. Essa comunidade de formas ou aparências leva o falante bilíngue a estabelecer uma correspondência de significados ou, aproveitando a mesma terminologia, a acreditar numa relação de amizade semântica falsa. (DE SILVA, 2003, p. 3).

Masip (2013), corroborando com a hipótese de Vaz de Silva (2003), também

²⁹ Tradução nossa: [...] desde o primeiro contato com uma segunda língua, o indivíduo se dá conta de uma certa falta de correspondência entre suas próprias palavras e as da língua em questão. A tradução não é a mera substituição de termo por outro. (MALMBERG, 1982 apud MIRANDA POZA, 2014, p. 16).

alude ao fenômeno dos *falsos amigos* como um acontecimento de pouca confiança entre pessoas próximas que desenvolvem relações pouco confiáveis:

“*Falsos amigos*” expressa metaforicamente a dimensão linguística da homonímia e da paronímia: assim como há pessoas afetuosas e próximas que acabam se revelando pouco confiáveis, existem, do mesmo modo, palavras e vocábulos que aparentam o mesmo ou a mesma referência, sem possuí-los. (MASIP, 2013, p. 70).

Ainda sobre as imprecisões terminológicas e teóricas, Sabino (2006) pondera que as investigações que fazem uso do termo *falsos cognatos* devem enfatizar a relação entre os pares de mesma raiz linguística, tendo em vista que as palavras que não possuem a mesma etimologia não podem ser consideradas cognatas.

Na tentativa de esclarecer o mal-entendido que a própria nomenclatura provoca, a investigadora recorre a dicionários para desfazer alguns equívocos no tocante ao termo “falso” quando desempenha a função adjetiva. Nessa condição, ressalta que a maioria das definições encontradas considera “falso” como algo não verdadeiro, falsificado, suposto, fictício, errado, infundado, aparente. No entanto, para esta última significação, observa que o sentido apresentado pelos dicionários supracitados faz menção a palavras de duas línguas diferentes que tiveram origem em comum, mas que por evoluções semânticas apresentam divergências de sentido. Com isso, especula que atribuir o conceito de “inverdade” a pares de mesma origem é, no mínimo, incoerente:

[...] seria tão incoerente quanto afirmar, por exemplo, que dois irmãos, filhos de um mesmo casal, por possuírem fisionomias distintas, não são filhos legítimos de uma mesma mãe. Por isso, atribuir a esses vocábulos o nome de falsos cognatos não parece ser uma designação lógica e racional (SABINO, 2006, p.252).

Dessa forma, propõe uma nova terminologia a essa condição:

Cognatos enganosos são unidades lexicais de duas (ou mais) línguas distintas que, **por serem provenientes de um mesmo étimo**, são ortográfica e/ou fonologicamente idênticas ou semelhantes, mas que por terem sofrido evoluções semânticas diferentes, possuem sentidos diferentes. Essas mudanças podem ter acontecido em apenas uma das línguas, ou nas duas. Sendo assim, é possível que ambas ainda conservem traços semânticos comuns, ou ainda, que os sentidos originariamente apresentados por esses pares de unidades lexicais tenham se distanciado tanto, em ambas as línguas – tornando-se, por vezes, até antagônicos – a ponto de não parecerem ser vocábulos cognatos. (SABINO, 2006, p. 255. Grifos nossos).

Já para os *falsos cognatos* propriamente ditos, defende que a nomenclatura seja aplicada a pares de palavras que apesar de terem étimos e sentidos diferentes, possuem estruturas formais semelhantes:

Falsos cognatos são unidades lexicais pertencentes a duas (ou mais) línguas distintas que, apesar de serem provenientes de étimos diferentes resultaram – em consequência das evoluções fonéticas que sofreram, ao longo do tempo – em unidades lexicais ortográficas e/ou fonologicamente idênticas ou semelhantes, embora seus valores semânticos sejam bastante distintos. (SABINO, 2006, p. 256. Grifo nosso).

Em Prado (1989), encontramos o termo *seudocognatos* (pseudocognatos) para referir-se a palavras de mesmo étimo, mas que devido à evolução semântica apresentam sentidos diferentes: “[...] *los seudocognados (los falsos amigos) son vocablos que tienen la misma etimología pero cuya evolución semántica ha resultado en significados diferentes.*” (PRADO, 1989, p. 721. Grifo nosso)³⁰. No entanto, Miranda Poza (2014) adverte que o que deve ser observado nesse tipo de evento é o sentido que a palavra produz, tendo em vista que entre a língua portuguesa e a espanhola é comum a coincidência ou divergência entre uma ou mais acepções:

[...] *más allá de dilucidar las cuestiones atinentes a la etimología y forma fónica y hasta ortográfica de los pares de palabras enfrentados, radica en cómo se manifiesta en cada lengua el significado que dichas voces abrigan [...]* (MIRANDA POZA, 2014, p. 14)³¹.

Prado (1989), além de categorizar os *falsos amigos* como *seudoscognatos*, ainda nos traz mais uma importante contribuição em relação aos vocábulos oriundos de mesmo étimo: “*Llamamos cognados (verdaderos amigos) a dos palabras que comparten la misma etimología y mantienen un significado idéntico en ambas lenguas.*” (PRADO, 1989, p. 721)³². Como podemos observar, vários são os

³⁰ Tradução nossa: [...] os *seudocognados* (os *falsos amigos*) são vocábulos que tem a mesma etimologia, porém, cuja evolução semântica resultou em significados diferentes. (PRADO, 1989, p. 721).

³¹ Tradução nossa: [...] além de observar a questão etimológica, a forma fônica e até a ortográfica dos pares de palavras enfrentados, é importante observar como o sentido de cada palavra se manifesta dentro de cada língua. (MIRANDA POZA, 2014, p. 14).

³² Tradução nossa: Chamamos cognatos (verdadeiros amigos) a duas palavras que dividem a mesma etimologia e mantem um significado idêntico em ambas as línguas. (PRADO, 1989, p. 721).

investigadores que reconhecem que o termo *falsos cognatos* deve referir-se a palavras de mesma raiz etimológica. Entre esses pesquisadores, podemos chamar a atenção para mais um que também observa que os termos historicamente de mesma fonte devem ser os que nasceram juntos e que, portanto, guardam um grau de parentesco entre si:

Idioma ou forma linguística derivado historicamente da mesma fonte como outro idioma. Exemplo: espanhol, francês, italiano, português são aparentados, pere., padre, father são palavras cognatas (CRYSTAL, 1991, p. 60. Tradução nossa)³³.

Torijano Pérez (2008), recorrendo ao termo caracteristicamente brasileiro, categoriza os heterossemânticos como um episódio que se manifesta tanto em um âmbito intralinguístico (assimetria interna) quanto interlinguístico (assimetria externa). Esse último, em específico, devido à origem linguística que ambas as línguas compartilham. Tal origem é que define as condições para que as diversas vozes emanem do fenômeno mais popularmente conhecido como *falsos amigos* ou *falsos cognatos*.

Em relação à assimetria externa, o investigador observa que a não equivalência recai sobre a não correspondência semântica entre os termos comparados devido ao modo evolutivo da própria língua que se expande adquirindo outras acepções. Enquanto isso, o significante permanece quase imóvel, passando apenas por acomodações gráficas e/ou fonéticas no decorrer do tempo.

Contribuindo ainda mais com os estudos científicos da linguagem, Torijano Pérez (2008) classifica o evento em três tipos: *falsos amigos* parciais, *falsos amigos* de uso e *falsos amigos* totais. Para os *falsos amigos* parciais, há a definição de que são pares de palavras que apresentam forma similar ou idêntica, conservam o sentido hereditário e acrescentam uma ou mais acepções em um dos termos em contraste devido à expansão ou ao processo de evolução da própria língua. Como prova disso, traz o verbo “ligar”, que na língua portuguesa apresenta sentidos mais estendidos que na língua espanhola.³³

Sobre os *falsos amigos* de uso, o investigador alude que esse grupo se ancora na perspectiva binária na qual a forma parecida traz consigo a igualdade de

³³ A language or a linguistic form which is historically derived from the same source as another language/form, e.g., Spanish/Italian/French/Portuguese are ‘cognate language’ (or simply ‘cognate’); père/padre, etc. (“father”) are ‘cognate words’ or cognates (CRYSTAL, 1991, p. 60).

uso pragmático. Ou seja, tratam-se de pares que compartilham uma ou mais acepções e, portanto, acabam não se correspondendo em sua totalidade, o que provoca, obviamente, o evento dos falsos amigos, como é o caso de *agasalhar/agasajar*³⁴.

Denominado de *falsos amigos* totais, o terceiro tipo se revela por meio do engano integral que a forma parecida provoca no momento do transpasso de uma língua a outra. Se, por um lado, há o prazer que abunda mediante a sensação de domínio e facilidade, por outro, existe uma exigência feroz em saber discriminar entre o que é peculiar de seu idioma e do outro por parte dos aprendizes, como é o caso dos *falsos amigos alagar/halagar*³⁵

De modo mais objetivo, Chacón Beltrán (2006) define o evento da não correspondência semântica em duas categorias: *falsos amigos* totais e *falsos amigos* parciais. O fenômeno dos *falsos amigos* totais se refere aos que, apesar da semelhança ou da igualdade de forma, possuem o significado totalmente diferente nas duas línguas em contato. Como protótipo, traz o clássico exemplo da não equivalência semântica entre os números multiplicativos *billones* da língua espanhola em relação a “bilhões” da língua portuguesa: na língua espanhola *billones* não tem o mesmo sentido que seu correspondente parônimo na língua portuguesa, tendo em vista que “bilhões” em português equivale a *mil millones* em espanhol.

Já em relação aos *falsos amigos* parciais, advoga serem aqueles que, apesar da semelhança de forma, coincidem apenas em uma de suas acepções com o sentido de sua língua materna, como é o caso de *besta/bestia*. Apesar de terem herdado o sentido de “animal” do latim, no sentido figurado esses termos não se correspondem, tendo em vista que, em português, “besta” se usa para indicar pessoas sem instrução ou malícia e, em espanhol, *bestia* é usado para referir-se a pessoas brutas e grossas.

Bugueño Miranda (2008), em meio a tantos questionamentos, parece estar ciente dos problemas terminológicos e teóricos e, portanto, adota para suas reflexões a nomenclatura *falsos amigos* por acreditar que seja um termo livre de contradições e de restrições epistemológicas, já que a denominação falso cognato, por exemplo,

³⁴ Na língua portuguesa, “agasalhar” apresenta o sentido de cobrir, proteger com agasalho, dar agasalho, amparar, hospedar (AGASALHAR, 2022). Já na língua espanhola, “*agasajar*” apresenta o sentido de tratar com carinho e atenção, de favorecer alguém com afeto e consideração, gostar, curtir (AGASAJAR, 2022).

³⁵ Na língua portuguesa “alagar” significa encher, invadir, infestar (ALAGAR, 2022). O verbo “*halagar*”, na língua espanhola, manifesta o sentido de elogiar (HALAGAR, 2014).

tem como primazia fazer referência aos léxicos de mesma raiz etimológica.

Contudo, apesar de responsabilizar a não correspondência de sentido à herança etimológica, considera que os *falsos amigos* consolidam-se em um momento específico das línguas em contraste e que a perspectiva sincrônica é o que de fato interessa neste jogo de acepções durante o processo de ensino-aprendizagem da língua não nativa:

Os *falsos amigos* constituem sempre um problema quase exclusivamente entre estados sincrônicos de duas línguas. Só para fins filológicos considera-se, esporadicamente, problemas de *falsos amigos* desde uma perspectiva diacrônica (cf. por exemplo, BALDINGER 1974, 1981).

A dimensão sincrônica está intimamente ligada ao fato de serem encontrados no processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, embora isso aconteça também nas atividades tradutórias (BUGUEÑO MIRANDA, 2008, p. 4).

Para o investigador, os *falsos amigos* constituem-se a partir de três aspectos. O primeiro está concebido pelo fato de serem duas unidades de duas línguas que apresentam a mesma base etimológica, porém uma dessas unidades perde uma significação e, portanto, distancia-se semanticamente da outra unidade. O segundo tipo se refere a duas unidades que se conectam por meio da mesma base etimológica, no entanto, uma ganha nova significação. Sobre o último tipo, o investigador chama atenção para o fato de que são palavras que apresentam um choque homonímico por conta da convergência fonológica que apresentam.

Em relação à homonímia, Bugueño Miranda (2008) ressalta que o fenômeno das palavras que apresentam a mesma estrutura fonológica, fonemas, acentuações e sentidos diferente, constitui-se como peça chave para caracterização dos *falsos amigos*. Todavia, faz uma ressalva quando menciona a grande dificuldade em diferenciar os *falsos amigos* e a polissemia deduzida aos heterossemânticos quando as palavras apresentam a mesma estrutura fonológica:

Ao se falar em palavras que têm a mesma estrutura fonológica, mas diferente significação, e atendendo à risca à significação de "homomorfos heterossemânticos", é difícil estabelecer uma diferença entre o fenômeno dos *falsos amigos*, a homonímia e/ou a polissemia. [...]. Se um falante do espanhol manifesta em português que uma iguaria é exquisita (na significação esp. "gostosa"), então a condição de igualdade fonológica entre port. esquisito e esp. exquisito

o terá enganado efetivamente (BUGUEÑO MIRANDA, 2008, p. 2-3).

À luz das reflexões de Miranda Poza (2014), não podemos deixar de questionar, além do evento homonímico que discutiremos a seguir, por qual via se constitui a igualdade fonológica deduzida por Bugueño Miranda (2008), tendo em vista que a transcrição do adjetivo em português “esquisito” /eSkizítu/ em contraste com o adjetivo espanhol *exquisito* /eGskisító/ não se corresponde em sua totalidade. Na língua portuguesa, por exemplo, a articulação do fonema oclusivo velar se realiza com a glote totalmente aberta, permitindo a passagem da corrente de ar, o que acarreta uma produção surda do som. Enquanto isso, na língua espanhola, com a glote fechada, a corrente de ar instiga as pregas vocais a produzirem o fonema sonoro. Na sílaba tônica eles também não se correspondem, pois o fonema fricativo /s/, quando situado entre vogais, manifesta-se sonoro em português, enquanto em espanhol, o fonema fricativo interdental se manifesta de modo surdo.

Ainda observando pelo viés externo do fenômeno, Masip (2013) não só atribui a identidade fonética e ortográfica aos *falsos amigos*, como também amplia o ângulo discursivo e acaba incluindo o evento paronímico como característico do fenômeno:

Semelhança fonética, ortográfica ou de sentido. É o fenômeno mais frequente entre os „*falsos amigos*”. Por exemplo, as palavras portuguesa e espanhola *abatimento* / *abatimiento* têm grafia, som e sentido parecidos, mesmo que não coincidam totalmente (MASIP, 2013, p. 21).

E sobre a homonímia, opina:

Identidade fonética e ortográfica de palavras de diversos sentidos. Em português e espanhol, por exemplo, a palavra *adobar* soa e se escreve igual, mas, em português, significa fazer adobes com argila crua e, em espanhol, temperar comida, curtir peles (MASIP, 2013, p. 20).

No entanto, ao estabelecer a homonímia como um dos pilares do fenômeno, convida a considerar os pressupostos deixados pela perspectiva histórica em relação à impossibilidade de equivalência de pronúncia e de escrita entre línguas em situação de contraste. Sobre essa questão, Miranda Poza (2014) adverte que *adobar* carece de maiores explicações no âmbito fonético, tendo em vista que se equivalem somente no âmbito ortográfico e fonológico.

“Adubar” [*adubá*] da língua portuguesa não apresenta a mesma fonética que *adobar* [*aðoβár*] da língua espanhola, pois além das inúmeras variações regionais em relação ao fonema vibrante múltiplo pós vocálico [r], o ruído da passagem de ar característico dos fonemas [ð] e [β] fricativos não se realiza na língua portuguesa devido à posição dos fonemas [d] e [b], que entre vogais só se articulam de modo oclusivo. O interessante é que o próprio Masip (2013), defendendo a homonímia como um dos pilares do evento, reconhece-a como bastante complexa quando, em situação de contraste, opõe-se uma língua a outra, já que nem sempre as mesmas letras designam os mesmos sons.

Em meio a tantos desdobramentos teóricos, faz-se necessário advertir, ainda, que o evento dos *falsos amigos* não só se manifesta por meio da forma composta ortografia/fonética, como bem observou Monteiro (1996):

Falsos amigos ortográficos: palavra que coincidindo em ambas as línguas na ortografia, não coincidem ou podem não coincidir na pronúncia; *falsos amigos* fonéticos: palavras que não coincidindo na ortografia, coincidem ou podem coincidir (por uma pronúncia errada) na fonética. Incluídos aqui aqueles que possuem diferentes acentos e *falsos amigos* aparentes: aquelas palavras que sem coincidir na escrita nem na pronúncia, lembram, pela forma aproximada e devido a associações lexicais várias, outros significados e sentidos diferentes (MONTEIRO, 1996 *apud* CEOLIN, 2003, p. 40).

Como exemplo de *falsos amigos* fonéticos, trouxemos para esta reflexão as palavras “xô” [o] (expressão onomatopeica de matopeica de repulsa ou de rejeição³⁶) e “yo” [o] (pronome tônico de primeira pessoa) encontradas respectivamente no português e no espanhol.

Em meio a tantos desencontros e questionamentos, finalizamos essa parte de nossas considerações citando Montañó Rodriguez (2009) que, por meio de uma pesquisa, observa a superficialidade com que esse tema ainda é tratado pelos profissionais da área de língua/linguagem. Infelizmente, para a grande maioria dos professores, o evento dos *falsos amigos* é percebido sem muitas contestações quando se questiona sobre as causas da não equivalência semântica entre palavras parecidas ou iguais na forma.

Assim, ponderamos que esse campo investigativo carece, além de algumas

³⁶ Segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (2013), essa intejeição é própria para enxotar galinhas e aves e, por extensão, passou também a significar uma ação de repulsa em relação a algo ou alguém indesejado ou intolerado em um determinado ambiente.

questões mencionadas, o viés da perspectiva histórica como caminho plausível de observação dos *falsos amigos* português/espanhol, tendo em vista que até a presente data não encontramos no Brasil trabalhos investigativos que respondam as motivações históricas pelas quais termos de línguas etimologicamente emparentadas não se correspondem no uso em um dado recorte sincrônico:

A pesar de que, como decimos, estos criterios previos al establecimiento de una tipología que di cuenta del problema propuesto y los que a continuación vamos a rescatar son casi sistemáticamente referidos por la literatura científica al uso casi de forma unánime pelo lo que nos interesa en realidad – y no solo a nosotros – es que aportan diferencialmente estas precisiones a nuestro propósito, mucho más allá de la mera cita descriptiva erudita. A ello volveremos más adelante, a modo de recaptulación, si bien, basta ahora con señalar que es de nuestro interés recordar la etimología de la voz latina cognatum, referida por Sabino (2006) así como la alusión realizada por Vaz de Silva (2003) a propósito de la naturaleza de la supuesta semejanza de las voces enfrentadas, ya sea esta achacable a un hecho de índole fonética o léxico – semántica. (MIRANDA POZA, 2014, p. 13)³⁷.

Dessa forma, cabe aqui elaborar um quadro-síntese contendo conceitos e denominações dos *falsos amigos* apresentados por cada autor acima citado.

Quadro 2 - SÍNTESE DOS CONCEITOS E AUTORES ELENCADOS.

AUTOR	DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO	TIPOLOGIA
KOESSLER E DEROCQUINNY (1928)	Falsos Amigos	São palavras de mesmo étimo, com formas iguais ou parecidas, porém com sentido diferente.	port. - cachorro /kaʃóru/esp. cachorro /kaʃór̄ o/
ANTENOR NASCENTES (1934)	Heterossemânticos	São palavras similares com diferentes significados.	-
VINAY E DARBALNET (1977)	Falsos Amigos	São palavras de mesmo étimo, com formas iguais ou similares, mas que diferem em uma ou mais acepções.	port. – taça / tása/esp. – taza / táθa/

³⁷ Tradução nossa: Apesar de, como dissemos, estes critérios prévios ao estabelecimento de uma tipologia que dê conta do problema proposto e os que em seguida vamos resgatar, se referem quase que sistematicamente pela literatura científica ao uso de forma quase que unânime pelo que nos interessa na realidade – e não apenas para nós – é que estas precisões contribuem diferencialmente a nosso propósito, muito além de um simples documento descritivo. Para isso, retornaremos mais adiante, a modo de recapitulação, basta agora ressaltar que é de nosso interesse recordar a etimologia da palavra latina cognatum, referida por Sabino (2006) assim como a alusão feita por Vaz de Silva (2003) a respeito da natureza da suposta semelhança das vozes, seja esta atribuível a um feito de natureza fonética ou léxico — semântica. (MIRANDAPOZA, 2014, p. 13).

PRADO (1989)	Seudocognatos	São palavras de mesmo étimo, mas que apresentam sentidos diferentes por conta de evoluções semânticas pelas quais passam as línguas naturais.	–
CHUQUET E PARLLADIN (1987)	Falsos Amigos	São palavras que apresentam morfologia e fonologia iguais ou semelhantes podendo ser de mesmo étimo ou não.	port. - coelho /koélu/ ; esp. - cuello /kuélo/
CRYSTAL (1991)	Falsos Cognatos	São palavras oriundas da mesma raiz linguística e que apresentam acepções particulares de sentido.	–
LEIVA (1994)	Falsos Cognatos	São palavras latinas diferentes; São palavras de única origem; São palavras de origem comum com mais de um significado; São palavras semelhantes com origem e significado diferentes.	por. vaso /vázu/; esp. vaso /báso/ port. - esquisito /eSkizítu/; esp. - exquisito /eGkisító/ por. rato /ráto /; esp. rato /ráto /
MONTEIRO (1996)	Falsos Amigos Fonéticos	São palavras que não se assemelham nem na escrita e nem na fonologia, mas que incidem ou podem incidir na fonética.	–
VAZ DE SILVA (2003)	Falsos Amigos	São palavras que geralmente, pelo efeito de partilha de mesma etimologia, se assemelham a um outro signo de uma outra língua cujo significado é completamente diferente.	–
VITA (2005)	Falsos Amigos	São palavras semelhantes com sentidos diferentes.	port. - serviço /seRvísu/; esp. - servicio /seRbíθio/
CHACÓN BELTRAN (2006)	Falsos Amigos	São palavras que apresentam morfologia e fonologia iguais ou semelhantes, podendo ser de mesmo étimo ou não.	port. - coelho /koélu/ ; esp. - cuello /kuélo/
SABINO (2006)	Falsos Cognatos	São unidades lexicais pertencentes a duas (ou mais) línguas distintas que apesar de serem provenientes de étimos diferentes, resultaram – em consequência das evoluções fonéticas que sofreram ao longo do tempo – em unidades lexicais ortográficas e/ou fonologicamente idênticas ou semelhantes, embora seus valores semânticos sejam bem distintos.	–
BUGUEÑO MIRANDA (2008)	Falsos Amigos	São unidades de línguas diferentes de mesma base etimológica com significação	port. - apelido /apelídu/ esp. - apellido /apeláido/

		diferente.	
TOJIANO PÉREZ (2008)	Heterossemânticos	São palavras que se apresentam como um evento preponderantemente interlinguístico por conta da mesma origem linguística que compartilham.	–
SEDDIK (2009)	Falsos amigos	<p>São palavras que se apresentam de forma similar ou igual, mas que no entanto apresentam sentidos divergentes ou características sociolinguísticas ou estilísticas diferentes;</p> <p>São palavras inseridas em modismos que manifestam por meio de frases feitas, cujo significado não pode ser deduzido a partir do significado literal.</p> <p>Em último lugar, menciona que os falsos amigos podem se manifestar por meio de pares de frases feitas que têm o mesmo significado literal nas duas línguas, mas que diferem em seu significado idiomático ou em suas características sociolinguísticas e estilísticas.</p>	–
MASIP (2013)	Falsos Amigos	São palavras que expressam metaforicamente a dimensão linguística da homonímia e daparonímia: assim como existem pessoas afetuosas e próximas que acabam se revelando pouco confiáveis, do mesmo modo existem vocábulos que aparentam o mesmo ou a mesma referência.	port. - vazo / vázu/; esp. - vaso /báso/
MIRANDA POZA (2014)	Falsos Amigos	Palavras que divergem ou coincidem em muitas de suas acepções.	port.- coberto /kubéRtu/ esp. - cubierto /kubiéRto/

Fonte: A autora, 2023.

3.3 O PERCURSO HISTÓRICO E O NASCIMENTO DAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ESPANHOLA

De forma resumida, pode-se dizer que a sociedade que se servia do latim como meio de comunicação estava localizada no centro-sul da Itália e tinha como cidadãos agricultores e pastores. Situada especificamente na região do antigo Lácio, a língua latina se estendeu no território italiano, de modo progressivo, a um grupo social mais complexo e dominante. Presente nos mais diversos setores sociais, acabou se expandindo em uma sociedade fracionada entre patrícios, plebeus e escravos. Contudo, pelo fato de ser representante da estrutura social dominante, desenvolveu o que conhecemos hoje por literatura latina.

Neste aspecto, falar de língua latina sem especificar o período é o mesmo que deparar-se com a imprecisão do termo, já que se manteve como um dos mais importantes símbolos de poder de Roma por muito tempo. Para resolver os conflitos que permeavam a confusão terminológica, a língua latina foi dividida em dois momentos ligados à política imperialista romana. De acordo com Meillett (1908), isso aconteceu pela necessidade de admitir as mudanças linguísticas que se evidenciavam entre os séculos VI a VIII no Império Romano, mesmo em meio à aparente estabilidade do latim culto que se tentava conservar a todo custo. A imobilidade aparente da forma escondia uma mudança radical que existia na estrutura interna da língua, considerando a evolução natural do latim que continuava prosseguindo sem o controle romano.

Como temos visto, diversos são os fatores que corroboram para que as línguas evoluam com o passar do tempo. Se compararmos a língua portuguesa do século XVIII com a do século XXI, por exemplo, perceberemos diferenças gigantescas no âmbito da escrita, isso porque estamos deixando de observar a língua falada que evolui e se modifica de modo muito mais rápido e estendido. Em outras palavras, assim como o nosso português não é mais o dos trovadores portugueses, o latim da época dos lendários Rômulo e Remo não devia ser o mesmo que o da época das cortes e dos documentos vernaculares europeus. O que queremos dizer é que há mais de uma forma de latim, assim como há mais de uma forma de português.

Porém, nesse contexto é de grande relevância esclarecer o que vem a ser língua. Se partirmos do pressuposto de que as línguas romances em algum

momento da história foram dialetos do latim, pode-se considerar que se trata de um processo natural rumo à categoria de língua. Então, qual seria a diferença entre língua e dialeto? E quais seriam as mudanças que com o passar do tempo transformam dialeto em língua?

Elia (1998) sustenta que a língua é a fala de um povo que é reconhecida pelo estado e que, portanto, goza de maior prestígio social que o dialeto, tendo em vista que esse se caracteriza pela fala própria de uma determinada região. No dizer de Silva Neto (1977), a língua se especifica por ser viva e espontânea. Isso quer dizer que as transformações pelas quais ela passa são reflexos da realidade social de seus falantes. Melhor dizendo, as línguas romances começaram como dialetos e ganharam status de língua à medida que foram avançando e ganhando prestígio social.

Em relação à ancestralidade linguística das línguas portuguesa e espanhola, é interessante observar que os celtas chegaram à Península no início do primeiro milênio com diversas tribos que se dispersaram especialmente na Galícia, Astúrias e norte de Portugal. Nesse sentido, cabe ressaltar que algumas palavras são compartilhadas tanto pela língua portuguesa como pela língua espanhola – os celtas trouxeram da Península Ibérica palavras tomadas de outros povos e que muitos *celtismos* não lhes são próprios³⁸.

No tocante à herança grega, Lapesa (1980) observa que os primeiros contatos entre povos indígenas e gregos eram esporádicos, tendo em vista que os helênicos não se assentaram nas colônias devido ao intercâmbio de metais e de trigo por bronze, vestidos e vinhos com os habitantes. A partir dessa prática, construíram seus estabelecimentos especialmente na zona tartésica. Logo, acabaram se firmando definitivamente em Emporion, fundado no século VI. Nesses termos, se faz relevante recordar que a arte ibérica foi bastante influenciada pelos gregos, que deixaram sua marca no alfabeto, na cerâmica, na religião e na metodologia agrícola.

Via de regra, a herança das línguas pré-romanas é de grande interesse para os investigadores. Isso porque perderam a batalha para o latim, considerando a falta de fontes escritas e que seus rastros eram seguidos por meio da suposição. Cano Aguilar (1992) destaca que pelo fato de não se conhecer as línguas primitivas, torna-se bastante difícil identificar as características dessas línguas substratos e que

³⁸ Cano Aguilar (1992) toma por certo que o sufixo espanhol *iego* (mujeriego) e o sufixo português *engo*, *ego* (mulherengo, galego) são de origem celta.

muitas vezes as suposições são feitas a partir de características linguísticas que não se pode explicar por não ser possível encontrar nenhuma justificação para o fenómeno. No entanto, o investigador conclui que a presença de diferentes substratos na Península Ibérica contribuiu de maneira significativa para a desintegração da língua latina durante o processo de latinização, o que provocou, obviamente, o surgimento de diferentes línguas romances.

No que se refere ao processo de latinização, Lapesa (1980) observa que os legionários e colonos romanos trouxeram consigo sua língua, sua religião, sua educação, sua administração e seu direito. Basicamente, pode-se dizer que os romanos importaram superioridade cultural e elementos unificadores nesse processo de colonização. Isso por um lado facilitou a união de um território tão grande, enquanto por outro favoreceu a particularização e o surgimento de línguas que apesar de apresentarem características em comum se individualizaram por meio de suas particularidades. Nesse contexto, cabe ainda destacar que os romanos não impuseram sua religião aos povos dominados, porém, devido ao prestígio social do qual eles gozavam na época, o cristianismo passou a desfrutar de um papel importante pelo simples fato de unir e de reunir muita gente com o mesmo propósito.

No entanto, se observa que nesse processo de unificação a língua latina tomou o papel mais importante – o latim vulgar, para ser mais exato. Além do fato de os pais enviarem seus filhos às escolas romanas para melhorarem de vida, a língua latina estava presente em praticamente todas as instâncias da vida pública dos povos colonizados.

O latim oriundo da família indoeuropeia se destaca por sua clareza e precisão entre outras línguas de sua família. Serafim da Silva Neto (1977) afirma que os primeiros textos em língua latina apareceram no século VII a.C e que nessa época ela se manifestava como língua do povo, dos pobres e dos agricultores. Contudo, na medida em que a sociedade romana passou a mudar e se empoderar devido às conquistas militares que deram poder à região de Lacio, o latim se converteu em uma língua potente, retratando a Península Itálica.

Como se sabe, a língua latina foi dividida em duas etapas: o latim clássico e o vulgar. O latim clássico caracterizou-se pela forma culta que se apresentava nos textos e pela artificialidade com que era conduzido pelo estilo rígido e gramatical. A vertente vulgar, mãe de todas as línguas romances, é *sermo vulgaris*, *sermus cotidianus*, ou seja, a forma linguística popular (CANO AGUILAR, 1992).

Nesse aspecto, é importante observar que a reconstrução do latim vulgar não é possível devido à inexistência de textos. O que se pode comprovar, de acordo com Lapesa (1980), é a existência de textos com vulgarismos e erros, considerando que, como língua falada, ela evoluía sem controle e sem regras, originando, obviamente, o surgimento das línguas romances. De acordo com Cano Aguilar (1992), é possível assegurar que até 600 d.C se tinha o “latim” e que a partir do ano 800 d.C. já se encontra o conceito de romances.

Na realidade, quando se menciona latim vulgar percebe-se um aspecto depreciativo, tendo em vista o não domínio do rigor característico da língua culta. Com o passar do tempo, percebia-se o grande abismo entre a língua culta e a popular, especialmente com a decadência das escolas, já que o latim não tinha contenção. Com a queda do Império, formou-se uma atmosfera propícia para inovações linguísticas – inovações essas que deram espaço e surgimento paulatino à variedade de léxicos e conseqüentemente às línguas romances.

De acordo com Lapesa (1980), a influência linguística árabe nesse embrião do surgimento das línguas romances teve origem por volta dos anos 710, devido a lutas internas na monarquia visigoda entre católicos e arianos e também a matanças de reis. Os árabes chegaram gloriosos à Península por terem conquistado a Síria, a Pérsia, o norte da África e a Sicília, porém tempos depois o Califato de Córdoba se independizou. O fato é que é notória a diferença entre os hispanorromanos e os godos, tendo em vista a submissão dos hispanos frente a não submissão goda aos árabes, que acabaram fugindo em direção ao norte onde começaram os reinos católicos.

Na Península, os árabes permaneceram 552 anos em Portugal e 781 anos na Espanha até sua expulsão no ano de 1249 e respectivamente no ano de 1492. A conquista seguia gradualmente expulsando os árabes para o sul e pouco a pouco expandindo o galego-português ao oeste, o castelhano ao centro e o catalão ao leste (TEYSSIER, 1982). A dominação árabe diminuiu quando o emirado passou a ser califato de Córdoba e por causa disso se dividiu em pequenos territórios chamados taifas. A verdade é que nessa época já não havia um território grande unido e nem unidade entre os árabes, então os cristãos se aproveitaram disso para vencer os reis. Porém, apesar de serem visto como inimigos, não se pode negar que os árabes enriqueceram a cultura ibérica no ramo da agricultura, filosofia, arquitetura e ciências.

De acordo com Lapesa (1980), depois do latim, o árabe foi a mais importante influência linguística na Península até o século XVI. De acordo com Hamerská (2009), a língua castelhana conta com mais de 4.000 formas de origem árabe, enquanto na língua portuguesa se estima aproximadamente 1.000 arabismos. Deve-se dizer que os arabismos, uma vez incorporados, passaram por todas as mudanças próprias do romance, tendo em vista que as vozes árabes também passaram por modificações e distorções antes de se integrarem por conta da fase de adaptação.

Em relação ao nascimento do castelhano e do galego-português, Teyssier (1982) destaca que na época posterior à invasão árabe surgem novas inovações linguísticas que originaram as falas cristãs. O fato é que não se sabe ao certo em que momento o latim vulgar passou a ser romance ou quando exatamente o romance peninsular se converteu nas línguas romances.

Mesmo com a deterioração da civilização e da cultura romana, até o século XI ainda existiam escolas monásticas nas quais se conservavam o latim culto (LAPESA, 1980). Eles escreviam em latim, porém não o dominavam muito bem e, por isso, cometiam muitos erros que se converteram em palavras semicultas que hoje encontramos tanto na língua portuguesa como na língua castelhana. O que se sabe é que entre os séculos IX e XI ainda não se pode falar de línguas romances, senão em romance peninsular, que conhecemos por meio das Glossas Emilianenses.

Os séculos XI e XII marcam o começo da decadência árabe e os muçulmanos deixam de ser inimigos. No âmbito da linguagem, de acordo com Lapesa (1980), muitas palavras francesas são adotadas devido aos primeiros contatos com a França e casamentos mistos. O investigador menciona que no século XI houve a introdução da grafia francesa *ch* para o fonema palatal africado surdo.

No século XII, os territórios de Galicia e Portugal estavam sob domínio do Reino de León e de Castilla e a reconquista ainda não tinha sido concluída. Conforme os portugueses reconquistavam novas terras e expandiam o território português em direção ao sul, na região central e oriental os castelhanos avançavam para o sul, reconquistando as terras que pertenceriam a Espanha.

Foi com essa expansão que as diferenças linguísticas se evidenciaram. Segundo Silveira Bueno (1963), o dialeto português foi se distanciando do galego conforme consolidavam suas terras e independência até o reconhecimento nacional.

Em 1279, o Rei Dionísio I de Portugal proclamou o português como língua oficial e fundou a primeira universidade com a intenção de estudar a língua e de protegê-la.

De acordo com Lapesa (1980), o castelhano nasceu na antiga Cantabria, seu nome provém do nome *Castella*, que faz referência a “castelos”. O autor observa que, desde o século IX, Castilha começou a expandir-se em direção ao sul e que em suas fronteiras houveram muitas batalhas contra os árabes. Além disso, seu dialeto, o castelhano, era caracterizado por sua diversidade e inovação.

A primeira obra escrita no castelhano foi o poema *Cantar de mio Cid*, no ano de 1140. A obra conta as aventuras do cavaleiro Rodrigo Díaz de Vivar em suas lutas contra os mouros depois de terem sido expulsos de Castilha por causa de acusações e de traição. No entanto, cabe salientar que essa tenha sido a primeira obra conservada, já que se acredita que deviam existir poesias vulgares de transmissão oral.

Nesse âmbito de influências linguísticas, evolução e contexto político, fica claro entender o porquê da separação do castelhano e do galego-português. Rodolfo Ilari (2004) assegura que se trata simplesmente do fato de uma das características linguísticas variar no tempo e no espaço, além de apresentar substratos distintos (a língua portuguesa, por exemplo, recebeu mais influência céltica). Pode-se dizer também que o processo de romanização e a invasão muçulmana e germânica acabaram formando duas línguas diferentes, apesar de compartilharem diversas características em comum. Sobre essa questão, Marrone (1990, p. 13) opina:

Além de originadas da diversidade do meio, da extensão territorial e da topografia irregular dos diversos domínios romanos, essas mutações podem ter sido provocadas por razões etnológicas e históricas. Alguns lingüistas explicam as divergências entre o português e o espanhol como consequência de diferenças etnológicas, embora sejam entre as línguas românicas, as que têm maior afinidade. Por outro lado, o fator histórico poderá explicar a diferenciação do latim, difícil seria, no entanto explicar a diferenciação das línguas românicas entre si.

No começo do século XV, Portugal passou por muitas mudanças, além de se separar da língua galega. Nessa época, Lisboa desfrutava de grande prestígio no âmbito acadêmico devido à sua forte influência nas inovações linguísticas e da norma portuguesa. Carneira (2005) observa que Portugal evoluiu social e culturalmente com a chegada da Casa de Avis. Por outro lado, no norte, a Galícia se

separa da capital portuguesa, fica à mercê das variedades moçárabes e termina tomando outro rumo linguístico. Teyssier (1982) observa que os portugueses da época percebiam a língua galega como arcaica e provincial, em contraste com as características da língua urbana que circulava em Lisboa. Na literatura, existia um interesse exacerbado pela tradução e, no século XVI, já se escrevia exclusivamente em português, limitando o latim a textos filosóficos e eclesiásticos.

Ao leste da Península, Castilha começa o século XV com tendência latinizante, ou seja, o latim volta a ser modelo para muitas produções escritas da época. Contudo, o castellano não assimila suas regras e a tendência popular se expande e começa a ser percebida tanto na literatura quanto na fala coloquial.

O ano de 1492 foi de grande importância histórica para os espanhóis. Além da descoberta das Américas e expulsão dos monarcas muçulmanos, Elio Antonio de Nebrija publica a primeira gramática do castelhano na intenção de conservar, definir e facilitar a aprendizagem do idioma durante o processo de catequização realizados pelos jesuítas nas Índias.

Segundo Lapesa (1981), ambas as línguas perderam suas características medievais. Além do castelhano tomar a fala de Toledo como modelo, a invenção da imprensa também corroborou para que o português e o espanhol se estabilizassem como duas línguas que retratam realidades e contextos diferentes.

3.4 O CONTATO ENTRE LÍNGUAS EMPARENTADAS E A PRODUÇÃO DE INTERLÍNGUAS

A hipótese que fundamenta a análise contrastiva sob a perspectiva estruturalista menciona a interferência interlinguística como fenômeno ligado à distância tipológica entre a língua nativa e a não nativa do aprendiz. De acordo com Santos Gargalho (1993), quanto maior for a distância linguística, maiores serão as dificuldades durante o processo de aquisição da língua meta. Portanto, com base nessa ideia é possível conceber que as línguas de uma mesma família seriam as mais fáceis de apreender.

Algumas investigações que tratam esse tema a partir do duo dificuldade/facilidade afirmam que os falantes nativos de língua portuguesa contam com uma vantagem inicial que motiva o aprendizado do espanhol. No entanto,

Carmolinga (1997) observa que essa vantagem desaparece quando os aprendizes chegam a um nível de aquisição intermediário/avançado.

Segundo o investigador, a maior semelhança entre essas línguas encontra-se no léxico, tendo em vista que compartilham aproximadamente 85% das palavras de mesmo étimo. Por outro lado, observamos que o campo fonético/fonológico é o que apresenta maiores divergências, o que acaba dificultando a aprendizagem da língua portuguesa por nativos da língua espanhola, considerando que a língua lusitana apresenta um material sonoro mais complexo. Carmolinga (1997) ainda conjectura que a escrita, por ser mais normativa e conservadora, é a habilidade que apresenta maior semelhança entre as duas línguas.

Em relação ao léxico lusitano e castelhano, Ulsh (*apud* ALMEIDA FILHO, 2001) também considera que a equivalência lexical compartilhada entre essas línguas chega à média dos 85%. Por esse motivo, não restam dúvidas de que, no momento do transpasso de uma língua a outra, a produção de erros seja evidenciada por meio de um significante do português que não apresente o mesmo sentido no espanhol e vice-versa.

Almeida Filho (2001) defende a premissa de que o brasileiro, na verdade, é um falso aprendiz de língua espanhola, já que o acervo lexical entre as línguas em contato é praticamente o mesmo. Contudo, a semelhança mais evidente, à medida que se manifesta como vantajosa durante os primeiros momentos de aprendizagem, também acarreta algumas incongruências semânticas durante o processo comunicativo. Goettenauer (2005) chegou a defender que a não correspondência de sentido durante o processo de comunicação não deve ser entendida como um problema de grande relevância, tendo em vista que se desenha como um evento natural pelo qual passa qualquer aprendiz de uma língua não nativa.

Navas Sánchez-elez (1986), pelo viés da análise comparativa, observa que a questão da facilidade ou da dificuldade de aprendizagem vai depender, na realidade, do grau de parentesco entre as línguas em contraste. Ou seja, os falantes nativos da língua portuguesa apresentam mais facilidade para aprender espanhol que um falante nativo da língua japonesa, por exemplo:

[...] *la similitud entre las lenguas portuguesa y castellana es un inconveniente a la hora de aprender cualquiera de estos idiomas- lo que desmiente la creencia generalizada de la facilidad en la adquisición de lengua española por parte de los hablantes portugués y vice-versa.* (NAVAS SANCHÉZ-ELEZ, 1986, p.12).³⁹.

Sobre o duelo dificuldade/facilidade em relação à aprendizagem de uma L2, é preciso considerar que mesmo sendo uma atividade menos penosa para aprendizes de línguas emparentadas, é importante atentar para o engano que acomete os iniciantes ao pensar que, por estarem em uma zona familiar, os elementos que se apresentam iguais ou parecidos na forma acarretam também em igualdade de sentido.

No entanto, Celada & González (*apud* MIRANDA POZA, 2012) observam que a atividade de aprendizagem de uma L2 não deve se centrar somente nos fatores convergentes e divergentes das línguas em contato: antes, faz-se necessário relacionar a representação de mundo, de usos e de costumes dessas realidades para que a aprendizagem seja efetivamente significativa.

Em relação à interferência, Lado (1973) observa que todo falante que se dispõe a aprender outra língua tende naturalmente não só a transferir estruturas linguísticas da sua como, também, os seus hábitos adquiridos, quer seja essa língua emparentada ou não. Logo, em relação às línguas de mesma raiz etimológica, como é o caso do português e do espanhol, o linguista propõe que a perspectiva de análise contrastiva não se limite apenas à transferência de elementos linguísticos, mas, também, do modo como esse aprendiz faz uso dessa L2.

Assim como Fialho (2005), Lado (1973) ainda destaca que a dificuldade só aparece nos pontos em que a L1 diverge da L2 e que conseqüentemente a facilidade incide nos pontos convergentes das duas línguas em contato. Logo, sai em defesa da condição *sine qua non*, à qual é possível relacionar com a facilidade e a dificuldade de aprendizagem que estão diretamente relacionadas às diferenças e semelhanças envolvidas no processo. Dessa forma, propõe que a comparação linguística seja feita em todos os níveis:

Os elementos que forem similares à sua língua nativa serão simples para ele e os que forem diferentes serão difíceis. O professor que já

³⁹ Tradução nossa: “a semelhança entre as línguas portuguesa e espanhola é inconveniente quando aprender qualquer um desses idiomas desmente a crença generalizada de facilidade na aquisição da língua espanhola pelos falantes de português e vice-versa” (NAVAS SANCHÉZ- ELEZ, 1986, p.12).

tiver feito a comparação da língua estrangeira com a língua nativa saberá melhor quais são os problemas reais da aprendizagem e poderá melhor tomar medidas para ensiná- los. (LADO, 1973, p. 15).

No entanto, Miranda Poza (2014) parece não compactuar com essa teoria, pois além de referir-se à suposta facilidade como um modo deficiente de comunicação, ainda observa que as maiores dificuldades pelas quais passa um lusófono que aprende espanhol incidem com mais intensidade na escrita do que na fala.

Widdowson (1973) preconiza, por meio da ideologia comunicativa, que não se pode separar as implicações que envolvem a aprendizagem das variações oral e escrita da língua. Diferentemente de Miranda Poza (2014), não faz juízo de valor entre essas duas competências, considerando que tanto uma quanto a outra estão no mesmo patamar de dificuldade e, portanto, não devem ser relacionadas a algo mais ou menos complexo.

Mediante a perspectiva léxico-contrastiva, é perceptível que a incidência do parecido ou do semelhante é muito mais evidente entre o português e o espanhol do que as diferenças. Assim, a equivalência, que no início parece bastante benéfica, em estágios mais avançados gera sérios problemas de aprendizagem (ALMEIDA FILHO, 2006). Nesse sentido, o que *a priori* mostra-se ingênuo e sem maldade acaba aumentando a incidência de erros conforme o aprendiz avança, culminando, assim, em uma produção interlinguística fruto da fossilização de erros recorrentes desse processo.

À medida em que as pesquisas avançavam, a partir da década de 60 passou a ser mais enfatizado que a produção interlinguística na verdade era fruto de um recurso lógico e criativo. Por sua vez, as investigações que percebiam o enlace entre elementos de línguas diferentes como um processo estigmatizado e cheio de falhas foram perdendo força no cenário científico.

Nesse contexto, é preciso observar a biologia humana em relação ao funcionamento da linguagem. Chomsky (1988) considera, por meio da perspectiva gerativista, que certas aptidões nos são dadas devido às condições orgânicas e, portanto, não podem ser adquiridas por meio de aprendizagem.

Em relação à L1, é relevante considerar que a apreensão linguística como atributo biológico humano ocorre de modo pleno entre os 4 a 5 anos de idade. A partir desse momento, a capacidade de absorção cai drasticamente, fazendo com o

indivíduo já não apresente mais tanta eficácia no desempenho. Passado esse período, melhor dizendo, entre os 12 a 14 anos, essa aprendizagem é mais dificultosa, tendo em vista que se manifesta cheia de lacunas e de modo truculento (ALONSO-CORTÉS, 1989).

Sobre os processos que subjazem a produção da L1 e da L2, Miranda Poza (2014) adverte que certos fatores fisiológicos são, na verdade, resultados da atividade biológica imbricada nesse processo. Assim, os mecanismos que regem a aprendizagem da primeira língua jamais podem ser os mesmos que conduzem o da segunda, considerando a diferença dos processos didáticos e metodológicos para aquisição de línguas desde as obras clássicas.

Enquanto Chomsky (1988) defende, a partir da teoria inatista, que toda criança nasce com um dispositivo próprio para aquisição da linguagem herdado geneticamente, Selinker (1972), que faz uso da expressão “interlíngua” para referir-se à produção linguística que se manifesta em situação de aprendizagem por um falante não nativo, chama atenção para as operações psicológicas que subjazem o desenvolvimento da L1 e da L2. Nesse aspecto, adverte para o dispositivo que dispara automaticamente quando o indivíduo é exposto à aprendizagem de uma L2. Logo, as condições de aprendizagem da língua não nativa jamais serão as mesmas da língua materna, considerando os diferentes processos e condições que se manifestam durante a apreensão de cada uma.

Nemser (1971), que faz uso do termo “sistema aproximativo”, ressalta que a criação de sistemas linguísticos por parte dos aprendizes nada mais é que variações que acabam revelando aptidões e nível de domínio em torno do sujeito. Já Corder (1971), que começa fazendo uso do termo “dialeto transitório” para mencionar a produção linguística do aprendiz, no decorrer de suas investigações, adota a expressão “dialeto idiossincrático” para referir-se ao fenômeno de natureza transitória e instável, tendo em vista que as regras que o regem não pertencem a nenhum dialeto social, senão ao próprio falante.

No âmbito formal, Selinker (1972) sugere que a produção interlinguística tem como base dois grandes vilões. Um deles tem a ver com a pobreza de estímulos que é dada aos aprendizes em sala de aula pelos professores e o outro tem a ver com a limitação do material didático utilizado nessas aulas, o que, conseqüentemente, conduz tais aprendizes a uma produção linguística descabida e cheia de lacunas. Ainda sobre essa produção, opina que além de apresentar regras e subsistemas da

L1 dos aprendizes, ela não pode ser configurada como típica de uma faixa etária específica ou de algum nível de conhecimento que se tenha da L2, considerando que pode ser facilmente encontrada em quaisquer níveis de aprendizagem da língua não nativa.

Almeida Filho (2006) entende que esse é um processo natural e esperado até certo ponto. No entanto, adverte que na maioria das vezes, por não conseguir superar os obstáculos iniciais, o aprendiz acaba fossilizando o erro até mesmo em níveis mais avançados de aprendizagem. Assim, especula que a extrema semelhança entre os sistemas leva o aluno, nos primeiros instantes de aprendizagem, a perceber que o português e o espanhol são variantes dialetais de mesma origem e que, por isso, passa por um quase apagamento das novas ou diferentes informações devido à sensação que a acentuada facilidade provoca.

Inebriado pela falsa sensação de domínio, esse aprendiz relaxa e entra em um período crítico de aprendizagem com o passar do tempo, pois em estágios mais avançados se dá conta que o parecido ou similar muitas vezes mais atrapalha do que ajuda. De acordo com Almeida Filho (2006), é nesse momento que se percebe sinal de cansaço e de lentidão pelo fato de não haver domínio da língua em níveis mais avançados, comprovando, dessa forma, a triste realidade que atinge grande parte dos aprendizes de línguas emparentadas.

Miranda Poza (2014) observa que a interlíngua, por ser fenômeno recorrente na fala de um aprendiz, é caracterizada sempre pelo não domínio. Todavia, mesmo apresentando déficits e elementos da L1, configura-se como uma ferramenta plausível que atenua os problemas imediatos de intercomunicação.

No dizer de Santos Gargallo (1993 *apud* ANDRADE, 2000), o processo de aquisição linguística é composto de etapas sucessivas nas quais cada uma vai se modificando e se organizando de acordo com o conhecimento adquirido pelo estudante. A pesquisadora ainda observa que, no exercício da nova produção linguística, o iniciante apresenta características particulares que são perfeitamente reconhecíveis pelo nativo, mesmo estando distante das normas da L2:

Postula-se que o estudante no momento em que inicia o processo de aprendizagem de uma segunda língua, começa a desenvolver etapas sucessivas de aproximação à língua meta, cada uma das quais constitui um nível de competência em uma progressão que se incrementa. Estes níveis de competência vão se modificando conforme o estudante adquire novas estruturas e vocabulário, mas

este novo material utilizável com objetivos comunicativos apresenta certas idiossincrasias que o afastam da norma linguística, ainda que siga sendo reconhecível para um falante nativo. As idiossincrasias se devem a diferentes razões e caracterizam de forma individual a língua de cada estudante. Esta língua, apesar de ser diferente em cada estudante, apresentará características de intersecção em estudantes com uma preparação acadêmica similar e idêntica língua nativa (SANTOS GARGALLO, 1993 *apud* ANDRADE, 2000, p. 48).

Como um dos pioneiros a considerar que os erros realizados não devem ser vistos sob uma perspectiva negativa, Corder (1971) levanta a hipótese de que os equívocos são elementos valiosos tanto para o aprendiz quanto para o professor, pois podem funcionar como sinalizadores das dificuldades e, conseqüentemente, como norteadores da produção de materiais didáticos, atendendo, portanto, às necessidades específicas de cada aprendiz.

Assim como Selinker (1972), Baralo Ottonello (1996) postula que “interlíngua” se configura como um evento natural que acontece nos mais diversos níveis de aprendizagem, não sendo, assim, exclusivo do estágio inicial do aprendiz. O problema é que a sua recorrência em estágios mais avançados se manifesta como maléfica em relação a evolução da L2, tendo em vista que a presença constante dos elementos interlinguísticos termina por fossilizar uma vertente que não é outra coisa a não ser oportunhol, que discutiremos mais adiante.

Sobre a fossilização, Ferreira (2001) adverte que é urgente que professores e alunos lusófonos tenham em mente a importância de “delimitar fronteiras” entre a língua portuguesa e a espanhola, considerando que a ciência desse limite pode servir como um caminho norteador no qual se possa evitar a produção e a fossilização de erros.

Miranda Poza (2014), no entanto, considera que, além dos fatores supracitados, na produção da interlíngua durante o processo de aprendizagem de línguas emparentadas é preciso também levar em conta fatores inter e intrapessoais dos indivíduos envolvidos no processo, pois a língua é muito mais que formas e funções. Assim, não se pode separar linguagem e pensamento, pois ambas se completam e exercem funções cognitivas e comunicativas inseparáveis. Antes, é preciso que se reconheça que não existe a possibilidade de separar os aspectos linguísticos e o sentido que os rodeia, considerando que a aprendizagem de uma L2 acontece à medida que o sujeito está exposto a uma ambientação adequada para que se avance e se progrida satisfatoriamente.

Nesse mesmo aspecto, Fiorin (1990) defende que a linguagem, além de ser um produto social, é geradora de imagens de mundo e que a construção dos sistemas linguísticos vai ganhando forma e força de acordo com as formações ideológicas. Portanto, é perfeitamente natural que o componente semântico do discurso seja diretamente afetado pelos fatores sociais, o que termina evidenciando que a formação ideológica do sujeito está diretamente ligada à materialidade da linguagem em forma de texto.

Nessa rede de percepções, conhecimentos e enganos aparentes, o aprendiz crê estar em contato diretamente com o que lhe é familiar e acaba produzindo o portunhol, que se revela por meio da mistura imbricada de elementos linguísticos que advêm de diversas tentativas de acertos ou até mesmo de desvios linguísticos que podem se acontecer em quaisquer contextossociais.

Para Miranda Poza (2014), o portunhol produzido em um contexto específico de aprendizagem de uma L2 é totalmente compreensivo e correspondente ao contexto formal de aquisição linguística. Em relação ao portunhol percebido como manifestação espontânea de intercâmbio comunicativo, defende que é produzido pelo falante que não domina nenhuma das línguas em contato na grande maioria das vezes. Por último, ainda observa que o outro tipo de manifestação do portunhol se realiza devido à zona fronteira, que proporciona o contato entre as línguas que existem na localidade. Nesse caso em específico, a mescla dos elementos linguísticos chega até mesmo a se converter em uma língua crioula, *pidgin/sabir*⁴⁰, com algumas normatizações e pragmatismos linguísticos.

Ferreira (2001), de modo bem mais sucinto, compreende o portunhol como um evento linguístico intermediário que se manifesta em um lusofalante durante o processo de aprendizagem do espanhol como segunda língua.

Elizaincin (1987 *apud* ALMEIDA FILHO, 2001, p. 40) percebe essa realização linguística como algo natural entre regiões limítrofes que falam português e espanhol: “[...] a presença dessa variedade do português na fronteira do Brasil com os países de fala hispânica é vista pelos linguistas como um fenômeno absolutamente natural e historicamente justificável.”

Por sua vez, o âmbito antropológico entende o portunhol como um tipo de

⁴⁰ É um tipo de variedade linguística que surge a partir de duas ou mais línguas, visando a praticidade e o imediatismo comunicativo. Sua função é a de satisfazer as necessidades comunicativas entre indivíduos ou grupos de indivíduos que não possuem uma língua em comum. (MIRANDA POZA, 2014).

linguagem de conotação truculenta, tosca, sem *status* e beleza, falado por gente simples nascida na fronteira situada entre Brasil e Paraguai:

U portunhol selbaje es la língua falada en la frontera du Brasil, com u Paraguai por la gente simples. Es la lengua de las putas que de noite vendem seus sexos en la linha de la frontera. Es una lengua bizarra, transfronteiriza, rupestre, feia, bella diferente (DIEGUES, 2007 *apud* COLOMBO, 2007, s.p.)⁴¹.

Todavia, se por um lado há quem menospreze essa linguagem, por outro existe quem a defenda como uma realização linguística promissora. A prova disso foi em 2001, quando o então Ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil, fez um pronunciamento durante uma conferência da América do Sul, Integração, Soberania e Desenvolvimento, no 5º Fórum Mundial em Porto Alegre:

O portunhol é uma manifestação espontânea, natural, vinda dos corpos e das almas culturais dos nossos povos. Nós precisamos nos entender, não sabemos um a língua do outro e temos, ao mesmo tempo, certos resíduos das línguas do português entre eles e do espanhol entre nós, o que nos propicia falar palavras. [...] temos trocas, uma comunicação histórica que, ainda que incipiente, vem sendo feita ao longo desses anos e que propiciou exatamente o fato que tenhamos que falar um pouco as duas línguas, e isso criou uma outra língua que é uma mistura das outras duas, o portunhol (CRISTALDO, 2005, p. 1).

Gilberto Gil, ao observar a nova realidade linguística como expressão natural de comunicação, ainda enfatiza ser desnecessária a normatização gramatical de uma “língua” que é, por essência, das ruas, dos motéis, dos hotéis, do futebol e reflexo de uma expressividade espontânea que deve ser livre por causa de sua essência natural (CRISTALDO, 2005).

3.5 A NATUREZA DO SIGNO LINGUÍSTICO

No âmbito científico, o signo linguístico é concebido como um elemento representativo formado por dois aspectos básicos: significante e significado, os quais formam um todo indissolúvel. Segundo Cunha (2008), o termo signo, que

⁴¹ Tradução nossa: O portunhol selvagem é a língua falada na fronteira do Brasil com o Paraguai pelo povo simples. É a língua das putas que noite vendem seus sexos na linha da fronteira. É uma língua bizarra, transnacional, rupestre, feia, bela e diferente. (DIEGUES, 2007 *apud* COLOMBO, 2007, s.p.)

designa a face fonológica da linguagem, pertence a uma antiga tradição metafísica que se consolida entre os séculos XVII e XVIII. Contudo, somente depois da publicação da obra *Curso de Linguística de Geral*, de Ferdinand Saussure, no século XX, é que de fato se efetivaram as discussões da famosa díade saussuriana por vias de métodos e de reflexões investigativas.

Nessa obra, Saussure (1980) expõe claramente sua preocupação mediante a impossibilidade de estabelecer termos que aludam à complexa relação entre os elementos que compõem o signo: “Nesta questão difícil de adoção de uma palavra que deturpa mais ou menos [...]” (SAUSSURE, 1980, p. 96).

Para o mestre genebrino, a língua não se manifesta por meio de uma lista de termos que faz referência a coisas. Antes, observa que o signo linguístico nada mais é que a união entre conceito e palavra e não entre coisa e palavra: “[...] os termos implicados no signo linguístico são ambos psíquicos e estão unidos, em nosso cérebro, por um vínculo de associação [...] o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces” (SAUSSURE, 2004, p. 80).

Buscando esclarecer a relação interna do signo, Saussure (2001) enfatiza a dualidade dos elementos que compõe esse jogo: “O signo é, pois, uma entidade psíquica de duas faces [...] Esses dois elementos estão intimamente unidos e um reclama o outro [...]” (SAUSSURE, 2001, p. 80). No entanto, mesmo propondo a união indivisível das duas faces, adverte que tal fenômeno é de natureza arbitrária, considerando que a sequência de sons e de conceito que constitui o signo não se relaciona de modo intrínseco e exclusivo:

A palavra arbitrária requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao seu significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade (SAUSSURE, 2001, p. 83).

Na obra que se configurou como marco para a Linguística se firmar como ciência da linguagem, a noção de arbitrariedade se evidencia quando Saussure (2001) demonstra, por meio de exemplos, que nem sempre os mesmos sons se referem as mesmas coisas, considerando que se de fato houvesse uma relação

direta entre as partes do signo, jamais poderia haver diferença de termos:

Assim a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à sequencia de sons m-a-r que lhe serve de significante, poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual; como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa boeuf (“boi”) tem por significante b-ö-f de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (Ochs) do outro (SAUSSURE, 2001, p. 83).

Por ser uma atividade verbal, os signos são símbolos que representam os objetos por convenção imposta socialmente aos falantes, portanto o “laço” que une os sons com os objetos referidos é de natureza obrigatória. Esses sons, por sua vez, não se movimentam de modo aleatório e sim se manifestam por meio de um processo linear no qual cada significante vai sendo proferido um após o outro, dotado de significação.

No entanto, é preciso ressaltar que a análise do signo linguístico não se restringiu ao mestre genebrino. Bloomfield (1933), sob influência da teoria behaviorista, entende o signo como um estímulo que é capaz de provocar reações no momento da comunicação. Em sua perspectiva, a atividade linguística é parte integrante das atividades sociais dos indivíduos que se realiza sempre dentro de determinados contextos. Dessa forma, o significado não pode ser objeto de classificação linguística, tendo em vista que está à mercê das situações, do locutor e do interlocutor envolvidos na rede de comunicação.

Para Ogden e Richards (1960), o signo linguístico se realiza por meio da união entre significado, significante e objeto referido. O significado (pensamento ou referência) é um produto que se apresenta a partir das relações sociais estabelecidas entre o significante (símbolo ou referência) e o objeto (referente). No entanto, não é possível instituir uma associação direta entre o objeto (referente) e o significante, considerando que o objeto não mantém nenhuma relação direta com o símbolo que o representa. A relação signo-objeto é mediada pela subjetividade mental de quem traduz e interpreta a mensagem. Portanto, tal relação é inconstante, variável e indireta.

Wittgentein (1968) afirma que o significado deve ser abalizado a partir do uso de expressões linguísticas e do contexto no qual é produzido. No entanto, observa que o conteúdo do signo não é totalmente determinado pelo uso, tendo em vista que

cada palavra já possui um conceito mais ou menos vago que se manifesta no momento de interação entre falantes. Nesse aspecto, o que será levado em consideração não é somente o conhecimento linguístico em si, mas a habilidade de manejar o signo de acordo com as condições de uso.

Ullmann (1970), sob influência da teoria de Ogden e Richards, especula a existência de uma relação recíproca e reversível entre o nome e seu sentido, considerando que ao escutar qualquer palavra, associa-se imediatamente ao conceito referido. Logo, o nome é a configuração fonética da palavra, enquanto o sentido é a informação que o nome comunica.

Diferentemente de Ullmann (1970), Heger (1974) chama atenção para a mútua relação que existe entre nome e referência, tendo em vista a possibilidade de se fazer várias associações a um mesmo sentido. Desse modo, sugere que o conceito deve ser entendido como uma atividade mental elaborada a partir do objeto a que se refere e não em relação à língua na qual se realiza.

Martinet (1974) e Hockett (1971) abordam essa questão como um evento de dupla articulação. A ideia que se vincula aos termos faz referência à relação que existe entre as unidades mínimas: fonemas e morfemas. Nesse sentido, Miranda Poza (2011) sugere que a análise desse duo seja feita em dois níveis. No primeiro, estariam os elementos mínimos, ou seja, os fonemas que carecem de significação, enquanto que no segundo estariam as palavras, as frases e os textos como materialidade significativa desses elementos mínimos.

Anos mais tarde, Pottier (1978) se embasa em Saussure e reconhece o signo como uma entidade psíquica e conceitual que reclama relação com um significante. Ou seja, o significante constitui o plano da expressão, enquanto o significado subdivide-se em forma e em substância de conteúdo.

Embora o legado teórico sobre a perspectiva dual do signo parecesse suficiente para alguns investigadores, percebeu-se que tal análise sem a perspectiva contextual se configurava limitada. Para Hjelmslev (1975), o signo jamais pode ser compreendido fora de contexto, tendo em vista que se caracteriza apenas como algo que nada ou quase nada significa. O signo, na perspectiva composta, só se concebe por meio da relação que mantém com outros em contextos específicos:

As palavras não são os signos últimos, irreduzíveis, da linguagem, tal como podia deixá-lo supor o imenso interesse que a lingüística tradicional dedica à palavra. As palavras deixam-se analisar em

partes que são igualmente portadoras de significações: radicais sufixos de derivação e desinências flexionais. (HJELMSLEV, 1975, p. 49).

O que Hjelmslev (1975) elucida nesse trecho é que dentro do universo da linguagem existem signos com significado mais estendido que outros. Tomando a palavra “meninos” como exemplo, percebemos que essa é instituída de três partes. A primeira parte “menin” é composta por um agrupamento de fonemas que carrega em si a ideia principal da palavra. A segunda é formada pelo indicador de gênero não marcado “o” e a última parte pelo marcador número/pessoal “s”. Nesse caso, é bom frisar que os morfemas “o” e “s” apresentam sentido, já que se encontram inseridos dentro de uma formação maior: uma palavra.

Além de constatar a complexidade da natureza subjetiva da língua, o investigador observa que se deve considerar os signos para além de si, tendo em vista os sentidos que são produzidos nos mais diversos contextos do dia a dia humano:

Parece certo que un signo es un signo de algo, y que este algo en cierto modo reside fuera del signo mismo. Así la palabra anillo es el signo de esa cosa definida que llevo en el dedo, y esa cosa, en cierto sentido no entra en el signo mismo. (HJELMSLEV, 1975, p. 85)⁴².

Peirce (2000), por meio da perspectiva lógica, definiu o signo como algo que tem representividade em um contexto particular. O signo (*representamen*) é capaz de criar na mente de alguém outro signo que chama de signo “interpretante do primeiro”. Os sons de “c-a-s-a”, por exemplo, representam outros signos que também comportam a ideia de moradia, lar e habitação. Ou seja, a essência da teoria peirciana é destacar que para todo signo existe outro interpretante, mediante o qual se define o objeto ou coisa referida por intermédio de uma rede de associações significativas:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*.

⁴² Tradução nossa: Parece certo que um signo é um signo de algo, e que este algo de certo modo reside fora do signo mesmo. Assim a palavra anel é o signo dessa coisa definida que levono dedo, e essa coisa, em certo sentido não entra no signo. (HJELMSLEV, 1975, p. 85).

Representa esse objeto não em todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representâmen (PEIRCE, 2000, p. 46).

Nesse contexto, faz-se relevante mencionar a importância de Charles Peirce (2000) quando introduz o termo “semiose” para referir-se à produção de significado a partir dos signos linguísticos, seus respectivos objetos e interpretações. A semiose, por ser um processo mental, caracteriza-se como uma atividade fundamentalmente humana devido a sua natureza simbólica. Por essa razão, evidencia e sistematiza em três as relações abstratas, lógicas e interdependentes da identidade sígnica: o signo, o objeto e o representante.

Como parte dessa rede simbólica, Peirce (2000) caracteriza o signo pela movimentação e pela inter-relação lógica entre as partes envolvidas. Essa relação é tão genuína que não existe nenhuma evidência de desajustes entre si. Desse modo, o signo percebe-se manifesta por meio de três instâncias tricotômicas: *quali-signo*, *sin-signo* e *legi-signo*. O *quali-signo* faz referência à categoria do signo; o *sin-signo*, por sua vez, faz menção ao tempo e ao espaço em relação à autonomia e às regras particulares que regem sua significação e organização; e o *legi-signo* se manifesta a partir das normas externas de um tempo e de um contexto determinado.

Em relação à segunda instância, identifica sua existência por meio de três partes: ícone, índice e símbolo. Para o ícone, o configura como representante do signo por meio de uma imagem. No que tange ao índice, o observa por meio da referência que faz a algum objeto. Já para o símbolo, advoga que existe uma lei de associações na qual é possível fazer referência ao próprio objeto.

A última tricotomia diz respeito ao interpretante: todo signo está para um objeto, assim como todo objeto está para um interpretante. No que se refere ao signo dicente, admite que para seu interpretante a sua existência é real, já que é capaz de provocar reações positivas e negativas. Por fim, menciona o argumento que um interpretante faz do signo. Assim, é possível dizer que o argumento é um meio pelo qual se pode expressar verdades ou juízos verdadeiros.

Sob a perspectiva funcional, a língua se configura como parte essencial da cultura e elemento primordial de sobrevivência. As formações linguísticas, por apresentarem características particulares, selecionam arbitrariamente seus elementos de acordo com suas necessidades específicas. De acordo com Justo Gil (1990), a condição humana é decisiva para essas formações, tendo em vista que

todo ser humano apresenta as mesmas características e predisposições físicas. Além disso, fatores geográficos, genéticos e ambientais coadunam para essa escolha. Como exemplo, utiliza de elementos do fenômeno da natureza e das cores para explicar como cada língua organiza e percebe seus elementos a partir de experiências particulares:

[...] el ojo humano percibe, o puede percibir, los mismos matices de color, las lenguas organizan esta experiencia de modo bien diferente. [...] las denominaciones que los esquimales poseen para la nieve: 'nieve en el suelo', 'nieve en el aire', 'nieve endurecida', 'ráfaga de nieve', 'nieve endurecida', 'nieve helada', etc... frente a lo que ocurre en otras zonas (África, por ejemplo) en las que fenómenos meteorológicos como la nieve o no se conocen o son tan esporádico que apenas aparecen reflejados en las lenguas. Y, en cambio encontramos en las lenguas africanas unos sesenta términos para referirse a las palmeiras.(JUSTO GIL, 1990, p. 5)⁴³.

Em último lugar, observa que toda língua é integrante da cultura e da sociedade a qual faz parte: “[...] *toda lengua se integra en la cultura de la sociedad, por lo que refleja las distinciones que son o han sido importantes en la cultura respectiva.*” (JUSTO GIL, 1990, p. 5)⁴⁴.

Desse modo, a língua enquanto fenômeno social é portadora de significação dentro do seio da comunidade que a realiza. A língua faz com que o homem interaja, viva e sobreviva no meio no qual está inserido e, conseqüentemente, para atender suas necessidades, realize seleções linguísticas “arbitrárias”. Nessa atividade seletiva, é plenamente perceptível a existência de fatores externos atrelados às realizações linguísticas.

Concluindo a revisão sobre a teoria do signo, faz-se necessário citar Bakhtin (2002, p. 31), para quem o signo se configura em um elemento de natureza ideológica: “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo [...] tudo que é ideológico é signo. Sem signos não existe ideologia”. Nesse sentido, é pertinente dizer que todo signo carrega significações. Nenhum

⁴³ Tradução nossa: [...] embora o olho humano perceba, ou possa perceber os mesmos tons de cor, as línguas organizam esta experiência de forma diferente. [...] os nomes que os esquimós têm para a neve, “neve no chão”, “neve no ar”, “neve endurecida”, “rajada de neve”, “neve gelada”, etc. ...frente ao que ocorre em outras áreas (África, por exemplo) em que os fenômenos meteorológicos, como neve, ou não são conhecidos ou são fenômenos tão esporádico que apenas são conhecido em seus idiomas. E, em contraposição, encontramos em línguas africanas sessenta termos de palmeiras” (JUSTO GIL, 1990, p. 5).

⁴⁴ Tradução nossa: [...] toda língua se integra na cultura da sociedade e termina por refletir as diferenças que são ou as que tem sido importante na cultura respectiva. (JUSTO GIL, 1990, p. 5).

possui valor em si mesmo, pois ganha significação a partir da realidade contextual em que se encontra. Para Bakhtin (2002), se um elemento sótico não refletir em si uma ideologia advinda do contexto, esse não pode ser considerado um signo perfeito:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. (BAKHTIN, 2002, p. 33).

Por essa ótica, o signo está envolto de significações ideológicas e, portanto, o sentido que aporta só se manifesta por causa de sua funcionalidade em uma situação específica. Um signo fora de contexto é um elemento sem valor significativo, já que só apresenta sentido à medida em que se relaciona com outros que por sua vez estão emaranhados em uma rede de associações. Em outras palavras, nenhum signo tem sentido fora da esfera social e, conseqüentemente, estando à sua margem, é frágil e frívolo de sentido.

Para concluir nossas considerações sobre o signo, trazemos um quadro síntese de teoria e de autores desde a Antiguidade Clássica até Idade Moderna.

Quadro 3 - SÍNTESE DOS CONCEITOS E AUTORES ELENCADOS

AUTOR	DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO
PLATÃO (ANTIGUIDADE CLÁSSICA)	Teoria do Conhecimento	Nome/ imagem
ARISTÓTELES (ANTIGUIDADE CLÁSSICA)	Rhema	Significante/significado
ESTÓICOS (ANTIGUIDADE CLÁSSICA)	Linguagem	Símbolo (semainon) Signo (semainomenon) Significado (lekton)
SAUSSURE (1916)	Signo Linguístico	Conceito (significado) Imagem acústica (significante)
BLOOMFIELD (1933)	Signo	Estímulo que provoca reação no momento da comunicação.

OGDEN E RICHARDS (1960)	Signo	Significante/significado/objeto
ULLMANN (1970)	Signo	Relação recíproca entre nome e sentido.
HOCKETT (1971)	Signo	Evento dual
HEGER (1974)	Signo	Não há relação recíproca entre significante e significado.
MARTINET (1974)	Signo	Evento de dupla articulação
HEMESLEV (1975)	Signo	Designa o que significa
POTTIER (1978)	Signo	Expressão de conteúdo e de forma
CHOMSKY (1981)	Linguagem inata	Gramática universal internalizada no ser humano
ALONSO CORTÉS(1989)	Signo	Os signos são instrumentos de significação para fazer referência através de um processo mental.
PEIRCE (1995)	Signo	Interpreta o objeto
TERRENCE (1998)	Signo	Associação arbitrária vinculada aos sons

BAKHTIN (2002)	Signo	Ideológico
MIRANDA POZA (2014)	Signo	Apresenta duas faces: significante e Significado

FONTE: A autora, 2023.

3.6 CAMPO LÉXICO

A prática de nomear e de classificar é uma necessidade básica no dia a dia do ser humano, pois é por meio da palavra que tudo se manifesta e faz sentido. Difundido por gerações, o léxico de uma língua vive sempre em constante movimento, pois à medida que se desloca é transformado, renovado e “acomodado”, imbricando novos sentidos.

De acordo com as diversas teorias no âmbito da linguagem, as línguas mudam e as palavras se propagam com o propósito de referendar objetos e realidades sociais. Todavia, é sabido que as mudanças não são regulares e nem são regidas por leis eternas e universais, tendo em vista as mais diversas formas de expansão do léxico de cada língua ao longo da história.

Partindo do pressuposto de que toda palavra está envolta de sentido, tomamos para nosso propósito as teorias que envolvem o campo léxico como caminho plausível para nossas discussões nesse âmbito.

Para começar, podemos dizer que o campo léxico é um espaço composto por unidades léxicas que compartilham não só a mesma zona de significação, como também as diferenças e particularidades de uso. Ou seja, o campo léxico é um espaço em que as palavras ao mesmo tempo apresentam a mesma concepção e diferenciam-se umas das outras devido a suas características distintivas.

De modo breve, é importante salientar que as investigações sobre o léxico remontam desde a Antiguidade Clássica, porém esses estudos sempre foram relegados a segundo plano, atentando para o fato de que as preocupações em relação à língua se centravam nos estudos fonéticos, morfológicos e sintáticos. O vocábulo de uma língua sempre ficava à mercê de ser organizado em ordem alfabética e a ser identificado a partir da literatura existente. Entretanto, é a partir do

século XX, com o advento da rede associativa defendida por Saussure, que as investigações sobre o léxico, ou melhor, sobre o campo léxico, ganharam força no seio linguístico.

O léxico de uma língua pode ser identificado como constituinte do acervo de palavras disponíveis para ser utilizado na proposta oral e escrita. Devido à mutabilidade natural e gradual, é possível perceber que cada uma traz consigo experiências culturais e representações particulares que muitas vezes transformam-se em patrimônio vocabular de uma determinada comunidade.

Em relação à formação desse acervo, sabe-se que sua estruturação não se manifesta de modo aleatório, tendo em vista a sua segmentação em pequenos grupos com significados em comum. No entanto, é preciso deixar claro que mesmo apresentando um grau organizacional em seu funcionamento interno, nem toda palavra está estruturada em campos, considerando que só é possível verificar delimitações internas em alguns âmbitos da língua (JUSTO GIL, 1990).

Trier (1931), um dos investigadores que deu início a essa perspectiva, explanou o campo léxico como um conjunto de palavras que não são advindas do mesmo tronco linguístico, mas que quando colocadas ao lado uma da outra abarcam e delimitam significações que são construídas com base em situações vivenciadas. Ou seja, o sentido dominante que recobre todo o campo, ao mesmo tempo em que não deixa espaço vazio, não se sobrepõe. Na verdade, é como se fosse um quebra-cabeça em que cada peça ocupa um espaço que é só seu, com o intuito de formar um todo significativo.

Para Weisgerber (1954), a ideia de campo traz para as investigações linguísticas uma perspectiva mais geral e profunda da língua. Segundo o pesquisador, é preciso que se observe o estudo do vocabulário para além da análise gramatical, tendo em vista a capacidade humana de articular, por meio de um número finito de regras, infinitas possibilidades de comunicação.

Trier (1931) e Weisgerber (1954), embora tenham sido os primeiros estudiosos a considerar a necessidade de se investigar o léxico em campos, não ficaram isentos de críticas. Inúmeros trabalhos foram publicados com o propósito de estabelecer procedimentos linguísticos para esse estudo.

Nesse cenário, surge Eugênio Coseriu (1977), observando que a proposta de investigar o campo léxico deve ser pautada na estrutura vocabular na qual os lexemas constituem um sistema de oposições. Vale salientar que essa proposta faz

referência a Saussure, quando postula que a língua é um sistema de relações binárias que tem sua premissa na famosa composição significante/significado.

No parecer de Geckeler (1984), a grande contribuição de Coseriu (1977) à teoria do campo léxico foi a de oferecer um método baseado em uma estruturana na qual a legitimação é permitida dentro dos estudos linguísticos:

Uno de los mayores defectos de toda la labor realizada hasta ahora con campos léxicos está en la falta de un método, de una técnica lingüística con procedimientos lingüísticos. Puesto que no existe ningún método de campo bien elaborado, las investigaciones se han movido fundamentalmente sobre bases intuitivas. Por tanto, para que la teoría del campo sea definitivamente legitimada en lingüística, necesita de un método. La creación de un método tal constituye desde hace años el propósito de E. Coseriu en el marco de sus esfuerzos por crear una semántica estructural (GECKELER, 1984, p. 211-212)⁴⁵.

Trazendo como exemplo a língua latina e as românicas, Coseriu (1977) ressalta a possibilidade do estudo das significações das palavras pelo viés diacrônico. Para o investigador, o que está em jogo não é o desenvolvimento histórico do significante, mas, sim, do significado que faz referência ao conteúdo linguístico que se manifesta em forma de palavra. É pela significação que se sabe se o uso está correto, se a palavra é arcaica, moderna ou familiar. Desse modo, o que importa nesse jogo é o dinamismo desse universo extralinguístico em nossa mente pelo viés do tempo.

O autor ainda especula que o campo léxico é como uma estrutura paradigmática composta por elementos léxicos que se dividem em zonas de significação e que são ao mesmo tempo comuns e opostos uns aos outros, o que explica as oposições determinadas pelas relações internas. A oposição, nesse caso, é uma escolha compulsória no esquema de cada língua, já que a diferença se evidencia por meio de traços mínimos distintivos.

De acordo com as concepções coserianas, o conteúdo que cada palavra comporta deve ser dividido em três partes: significação, designação e sentido. Para a significação, entende que o valor atribuído deve ser o “primário” dentro da própria

⁴⁵ Tradução nossa: “Uma das maiores falhas de todo o trabalho feito até agora com campos lexicais está na falta de um método, de uma técnica linguística com procedimentos linguísticos. Visto que não há nenhum método de campo bem definido, as investigações têm movido principalmente em base intuitiva. Portanto, que a teoria de campo seja finalmente legitimada em linguística, precisa de um método. A criação de um método específico é por anos a finalidade de E. Coseriu como parte de seus esforços para criar uma semântica estrutural” (GECKELER, 1984, p. 211-212).

língua; já para a designação, considera que a relação deve ser com o universo extralinguístico, ou seja, a designação é a referência que se realiza a partir da realidade e no tocante ao sentido. Ele entende que se deve atribuir um conteúdo para as possibilidades referentes à realidade.

Desse modo, Coseriu (1977) propõe que se investigue o campo léxico por meio da perspectiva diacrônica e estrutural do léxico, na qual é possível investigar a mobilidade da língua considerando que o viés histórico só se efetiva a partir do funcionalismo linguístico. Assim, toda descrição estrutural de uma língua histórica deve ser analisada em cada uma das línguas funcionais que abarca.

Em relação às estruturas de significação, observa que existem implicações sintagmáticas entre os termos, ou melhor, que existe uma espécie de cooperação mútua. Na obra *Gramática, Semántica y Universales*, Coseriu (1978) explana e classifica a significação do léxico em cinco tipos para elucidar de modo mais amplo as categorias linguísticas: lexical (sentido concreto de cada língua); categorial (relativo à categoria da palavra); instrumental (refere aos morfemas que só funcionam em relação a outros); estrutural (relativo à categoria da palavra: lexema + morfema); e ôntico (refere ao significado no plano das orações).

Assim como Coseriu (1977), Justo Gil (1990) também observou a importância das oposições distintivas para as investigações do léxico no tocante à construção do significado:

El léxico de una lengua tiene un carácter estructurado porque permite segmentar y analizar pequeños grupos de unidades léxicas con un significado común, porque estas unidades presentan entre sí relaciones de significado (oposiciones distintivas que permiten diferenciar el significado de los términos, que son en parte idénticos y en partes diferentes, y que funcionan en virtud de sus rasgos diferenciales como miembros opositivos de estos grupos), porque es posible descomponer los significados de las unidades léxicas en unidades constitutivas más pequeñas, cuyas combinaciones constituirán el contenido semántico de las unidades léxicas mayores. Tanto es así que el significado de muchas palabras se define, única y exclusivamente, por las relaciones que establecen con el resto de las unidades (JUSTO GIL, 1990, p. 25)⁴⁶.

⁴⁶Tradução nossa: O léxico de uma língua tem um caráter estruturado porque permite analisar e segmentar pequenos grupos de unidades lexicais com um significado comum, porque estas unidades têm o significado de cada relação (oposições distintivas que permitem diferenciar o significado dos termos, que são em parte idênticos e em partes diferentes, e que funcionam em virtude de seus traços diferenciais como membros opositivos deste grupo), porque é possível descompor os significados das unidades lexicais em unidades constitutivas menores, cujas combinações constituem o conteúdo semântico das unidades lexicais maiores. Tanto é assim que o significado de muitas palavras se

Para o pesquisador, o léxico de uma língua deve ser analisado em grupos, pois apresenta caráter estruturado passível de ser segmentado em pequenos conjuntos lexicais. Nesse aspecto, Justo Gil (1990) define o campo léxico da seguinte maneira: não existe campo sem lacunas, tendo em vista que sempre haverá partes que estarão mais estendidas que outras; os campos não se estruturam de modo justaposto, pois entre si existem outros campos que com frequência se superpõem por conta do dinamismo linguístico, assim, o léxico de uma língua não apresenta categorização homogênea, considerando a existência de classificações simultâneas e diferentes.

Os campos não se estruturam a partir dos mesmos critérios devido às relações de oposição semânticas que regem seu funcionamento, assim, eles se organizam mediante a significação de seus membros, ou seja, o significado de uma palavra depende do significado de outra que se opõe de modo imediato. Para se conhecer o significado de uma palavra é necessário conhecer totalmente o campo. Desse modo, os falantes utilizam os campos de maneira involuntária e inconsciente; Além do mais, os campos léxicos não se reduzem a nomeação de objetos e nem podem ser incluídos como unidade em outros campos. Os campos léxicos podem ser representados por uma unidade que simbolize o comum de todo o campo. Já os traços distintivos com mínima significação tendem a ser relativamente pequenos, uma vez que podem vir repetidos nas mais diversas oposições significativas entre as unidades.

Masip (2003), de modo mais sucinto, define o campo léxico como uma organização que é ao mesmo tempo estruturada e dinâmica. Nesse sentido, cada campo progride à medida que encontra permissão dos demais, atingindo uma identidade particular de significação que se manifesta a partir de traços mínimos de oposição. Por sua vez, Porzig (1970) considera por “campo léxico” palavras que se conectam quase que imediatamente em nosso pensamento.

Por fim, terminamos nossas considerações sobre campo léxico com Miranda Poza (2009), que observa que a evolução dos campos léxicos de uma língua deve partir da compreensão do porquê da acomodação de algumas palavras em cada campo, o que responderia, evidentemente, alguns questionamentos do ponto de

define, única e exclusivamente, pelas relações que estabelecem com o resto das unidades. (JUSTO GIL, 1990, p. 25).

vista histórico do problema da não correspondência semântica dos *falsos amigos*.

[...] *lo que sí podemos sugerir es que este tipo de estudio, el de los campos léxicos no se olvide completamente como si se tratase de un viejo sueño no realizado. Entendemos que, por ejemplo, cuando tanto se habla (y se estudia) del problema de los ‘falsos amigos’ e incluso se confeccionan estudios y diccionários en especial entre lenguas próximas – portugués y español sin ir más lejos – muchas veces la evolución de los campos léxicos en las respectivas lenguas en contraste ayudaría a comprender el porqué de las cosas, además de ofrecer la solución a no pocos de los problemas que este fenómeno plantea, y que van mucho más allá de la mera constatación o descripción – incompleta las más de las veces – del propio fenómeno* (MIRANDA POZA, 2009, p. 57)⁴⁷.

3.6.1 Conceitos fundamentais do campo léxico

Nesta sessão trataremos de discutir, à luz dos teóricos mais expressivos, os conceitos fundamentais do campo léxico.

3.6.1.1 Sema

Deve-se a Pottier (1978) a noção de que sema é uma unidade mínima de significação sem autonomia dentro do campo semântico. Essa característica se deve ao fato de que sua existência se manifesta sempre em relação à oposição que mantém com outros elementos sêmicos. Se tomarmos o verbo “querer” da língua portuguesa, por exemplo, veremos que existem dois sentidos: um se refere ao desejo de algo que já se tem, como “quero muito você”, ou seja, “te desejo muito”; o outro se refere a algo que ainda não se possui, como “quero muito ver você”. O sema, por apresentar característica relacional, não se confirma por si só, haja vista que pertence a um conjunto lexical chamado de macro sistema.

Para Pottier (1978), o sema é um traço semântico distintivo disponível ao locutor em uma dada circunstância de comunicação. Os semas se revelam tanto na

⁴⁷ Tradução nossa: O que podemos sugerir é que este tipo de estudo, o dos campos léxicos, não se esqueça completamente como se fosse um velho sonho não realizado. Entendemos que, por exemplo, quando se fala (e se estuda) do problema dos “*falsos amigos*” e inclusive se confeccionam estudos e dicionários em especial entre línguas próximas – português e espanhol sem ir mais longe – muitas vezes a evolução dos campos lexicais nos respectivos idiomas em contraste ajudaria a compreender o porquê das coisas, além de oferecer a solução a não poucos dos problemas que este fenômeno oferece além da mera constatação ou descrição – incompleta na maioria das vezes – do próprio fenômeno. (MIRANDA POZA, 2009, p. 57).

versão conotativa quanto denotativa. Os denotativos são aqueles que se manifestam de modo estável e com ampla significação, já os conotativos são caracterizados por sua instabilidade e individualidade sígnica.

Para exemplificar melhor essa hipótese, Pottier (1978) traz os fonemas /p/ e /b/ como evidência desse traço semântico distintivo. Tais fonemas apresentam traços em comum da bilaridade e oclusividade que os diferenciam de outros fonemas, porém, entre si, a singularidade se revela por causa da característica surda do fonema /p/ e sonora do /b/.

Masip (2003) categoriza o sema como um traço semântico que carrega em si alguma substância do conteúdo que só tem valor quando agrupada com outras:

Sema. Traço semântico mínimo da substância do conteúdo. Só tem significação quando está agrupado com outros (formando um semema). Casa e mansão, por exemplo, teriam como traços semânticos mínimos comuns: habitação, com chão, com teto, janelas, com portas; e se diferenciam no tamanho e na qualidade (MASIP, 2003, p.55).

Dessa forma, entende-se sema como uma unidade mínima significativa que só se identifica quando se encontra em conjunto com outros termos que, mesmo apresentando características comuns entre si, se diferem por meio de características peculiares.

3.6.1.2 Arquilexema

De acordo com Pottier (1978), arquilexema é a base comum de um campo semântico ao qual domina. É um fenômeno linguístico que serve como cobertura, conectando todos os elementos a um mesmo campo e promovendo a intersecção de subconjuntos semânticos. Ou seja, é o elemento que apresenta o conjunto de traços semânticos (semas) pertinentes e comuns às unidades da série, neutralizando, portanto, a oposição dos traços semânticos específicos dessa mesma série.

Para Coseriu (1977), o arquilexema é uma unidade que corresponde a todo o conteúdo do léxico e que conseqüentemente não pode ser expresso como uma unidade léxica. Trata-se de um fenômeno linguístico que consegue reunir vários semas equivalentes a outros léxicos. “Animais”, por exemplo, seria oarquilexema

para o campo composto por cachorro, gato, pássaro, leão, crocodilo, entre outros.

3.6.1.3 Semema

Termo acunhado por Pottier (1978) para designar um conjunto de traços mínimos distintivos de significação (semas) que se referem à substância de conteúdo de um signo. Ainda de acordo com o linguista, as diversas espécies de sema são representadas como semas específicos, genéricos e virtuais.

Os específicos referem aos semantemas que identificam os morfemas por meio do contexto. O semantema é o elemento da palavra que se refere à significação externa; a interna, por sua vez, é evidenciada pelas categorias gramaticais (morfemas) que relacionam os semantemas na frase.

Os semas genéricos, denominados de classema, são categorias que se reúnem em classes semântico-funcionais de acordo com o princípio da compatibilidade e incompatibilidade contextuais. De acordo com o *Diccionario de la lengua española* (2014), pode-se dizer que semema se configura como um conjunto no qual todos os semas são evocados por um signo linguístico em um determinado contexto específico.

3.6.1.4 Classema

O classema se configura como um conjunto de semas de traços semânticos mínimos distintivos. De acordo com Pottier (1978), trata-se de características semânticas que pertencem a diferentes campos semânticos. Ou seja, são lexemas que estão ligados por meio de um único traço que é comum.

Para Masip (2003, p. 55), classemas são semas que indicam classe ou subclasse: “livro”, “lápiz”, e “papel” – esses sememas são unidos pelo classema “objeto corpóreos, inanimados”; já o semema que reúne o “objeto corpóreo animado” seria composto por “mulher”, “homem” e “criança”, por exemplo.

3.6.1.5 Virturema

Virturema configura-se como um conjunto de semas conotativos que se caracteriza por ser uma zona instável do léxico. Pode ser preenchida a partir das

possibilidades existentes dentro da língua, ou seja, pelo contexto, pela situação e pela intenção dos integrantes de selecioná-lo no ato da comunicação.

Os semas ocasionais determinam o sentido pelo contexto nos quais estão inseridos. A cruz, por exemplo, pode indicar uma ideologia religiosa ou um símbolo de uma organização internacional que tem como objetivo principal o socorro às vítimas de catástrofes naturais e de guerras (MASIP, 2003).

3.6.1.6 Lexema

Lexema é geralmente conhecido como a unidade que contém o sentido principal da palavra. De modo simples, é possível identificá-lo por meio da divisão dos elementos que compõem a palavra. Se fizermos uso da palavra “casa”, por exemplo, percebemos que o sentido ou ideia de moradia respousa em /kas/ e não no morfema que indica o gênero feminino. Se o lexema /kas/ fosse substituído por outro mudaria o plano do sentido, mas não o plano gramatical. Logo, é possível afirmar que o lexema pertence ao plano das possibilidades infinitas, enquanto que o gramema faz parte do grupo que apresenta possibilidades limitadas de comutações (LOPES, 1999).

Foi com Martinet (1974) que a noção de lexema surgiu, no início dos anos 70. Por meio dessa noção é que começou a admitir-se que na linguagem existe o princípio da dupla articulação. A primeira se refere à ideia e às necessidades do que se deseja transmitir. Por sua vez, a segunda faz referência ao plano articulatorio que, por sua vez, transmite o conteúdo que se encontra no primeiro. Logo, lexema se trata da unidade que se associa ao critério semântico da palavra:

São sobretudo elementos chamados eruditos, que originariamente fazem parte de importações de uma língua “clássica” e são entendidos como formando unidades significantes pelos que os lançam em uso. Mas desde que se tornam numerosas e usuais as palavras deste tipo, acaba por emergir o sentido dos seus componentes [...]. A relativamente grande especificidade semântica dos dois elementos, apoiada por vezes no conhecimento da etimologia, pode levar a interpretar tais formações como compostos. (MARTINET, 1974, p. 136).

Para termos mais clareza sobre o princípio da dualidade, tomamos para as nossas reflexões as considerações de Miranda Poza (2011), para quem a linguagem

humana se encontra dividida em dois níveis. No primeiro nível, encontram-se elementos mínimos carentes de significado (fonemas). No segundo, o agrupamento de elementos mínimos dá lugar à formação de unidades portadoras de significado: morfemas, palavras, frases, orações e textos. Desse modo, a combinação de elementos mínimos (primeira articulação) dá lugar a infinitas possibilidades de palavras (segunda articulação).

Pottier (1978), por sua vez, conceitua “léxico” como uma unidade que guarda sentido. O linguista ainda rejeita a ideia tradicional que defende a existência de palavras portadoras de sentido e das que são vazias de sentido. Ou seja, tanto os morfemas lexicais quanto os gramaticais são portadores de sentido e, por causa disso, são passíveis de descrição.

Sobre a concepção dual, retomamos as palavras de Saussure (1980), quando menciona que o signo linguístico une um conceito e uma imagem “acústica”. Desse modo, a essência da língua está centrada na esfera semântica, ou seja, no âmbito psicológico: “[...] *ya que tanto el concepto como la imagen acústica, que son los componentes del signo, son procesos o fenómenos anímicos.*” (QUESADA, 2010, p. 64)⁴⁸.

Como já observamos, faz-se oportuno destacar que a imagem acústica não se refere ao som externo, mas sim à representação interna que está depositada na mente do falante. A dualidade indissolúvel significante/significado nada mais é que a forma imediata somada ao conceito produzido no interior de todo falante.

Se observarmos pelo viés do ensino-aprendizagem de línguas tipologicamente emparentadas, como é o caso das línguas portuguesa e espanhola, podemos dizer que a associação imediata entre forma e conceito constitui a base do equívoco que fundamenta o fenômeno dos *falsos amigos*, tendo em vista o apoio linguístico que a língua materna propicia aos aprendizes de uma L2. Entretanto, pelo fato dessas lexias não serem equivalentes no sentido, acabam induzindo a erros e a desconfortos durante o processo de comunicação (FRANCIS, 2010).

⁴⁸ Tradução nossa: [...] uma vez que tanto o conceito como a imagem acústica, que são os componentes do sinal, são processos ou fenômenos mentais (QUESADA, 2010, p. 64).

3.7 A SEMÂNTICA DO USO EM MICHEL BRÉAL

Michel Jules Alfred Bréal (1832-1915) é considerado o pai da Semântica por ser o precursor da disciplina que investiga diversos aspectos do significado, sentido ou interpretação de signos linguísticos. Apesar de ter uma única obra disponível, *Ensaio de Semântica* (2012), é possível aceitar que foi por meio dessa que se estabeleceram as primeiras considerações sobre a relação da Linguística e suas demais áreas com os estudos semânticos. Para Duarte (2000), seu *status* de genitor da área que analisa as interfaces do sentido dentro do âmbito linguístico deve-se em especial à oposição com que trata as concepções mecanicistas de sua época frente à condição subjetiva da língua dentro de uma determinada comunidade ou conjuntura social.

Nesse aspecto, a Semântica se consagra como área investigativa que estuda o significado das palavras, tanto pelo viés sincrônico, como pelo diacrônico, averiguando a relação que se manifesta entre termos e objetos que designam. Na única obra de Bréal (1992), é possível constatar que os fenômenos de restrição e ampliação semântica, bem como o de metáfora e quanto de consistência semântica existe entre palavra e conceito referido, estando diretamente associados à ação do homem, tendo em vista a interferência direta dessa ação nas mudanças da língua. Por estar diretamente conectado aos enredos sociais, o significado se evidencia pelo léxico ao objeto conferido:

Dada sua qualidade sígnica, para ele as palavras não diziam nada sobre o objeto a qual ela designava, mas revelava maneiras de pensar de uma sociedade, com seus erros e preconceitos e é esta a qualidade de signo das palavras (BRÉAL, 1992, p. 124-125).

Para o autor, a proposta que defende que as mudanças linguísticas são ocasionadas por leis (fonéticas) regulares é insustentável devido à imperfeição da linguagem que, ao estar submetida ao contexto e às pessoas, não pode ser linear e muito menos apresentar periodicidade. Nesse aspecto, a linguagem é utilitarista e os processos que resultam têm por origem os motivos práticos pelos quais as relações humanas se manifestam.

A vontade de entender e de ser entendido são peças-chave para a argumentação breliana quando defende que as mudanças de uma determinada

língua acontecem de modo inconsciente e automático. No entanto, cabe ressaltar que, por serem involuntários, diversos mecanismos são criados para que seja produzido o sentido desejado. Nesse aspecto, essas “engenhocas” são, via de regra, acompanhadas de sucesso total ou parcial, considerando os resultados que afetam diretamente a produção comunicativa.

Segundo Seide (2012), a teoria defendida por Bréal se encaixa na perspectiva pragmática e cognitiva, tendo em vista que a manifestação do sentido se dá durante a situação de intercâmbio linguístico. Consagrado no âmbito semântico, Bréal acabou se tornando referência para diversos pesquisadores que visavam compreender o papel do significado dentro da esfera linguística por meio de diferentes teorias e métodos. Entre esses autores, podemos citar S. Ulmann (1970), L. Hjelmslev (1975), B. Pottier (1985), Coseriu (1973), entre outros.

Dessa forma, julgamos pertinente observar as leis intelectuais da linguagem propostas pelo investigador francês, a saber a da Especialidade e da Repartição, tendo em vista que sua contribuição se enquadra dentro das investigações comparatistas, pois fazem alusão às transformações semânticas dos vocábulos.

3.7.1 A lei de especialidade

A lei de especialidade se refere à substituição de termos ou de expositores motivada pela necessidade comunicativa. No dizer de Seide (2012), essa substituição teve grande evidência na gênese das línguas românicas, a partir do latim, no momento em que expositores invariáveis independentes foram pouco a pouco substituídos por termos variáveis e dependentes.

Para Seide (2012), Bréal (1992) não chega a definir o que vem a ser expositor, porém é possível entender sua proposta de análise a partir de exemplos que explicitam palavras inteiras ou suas partes como portadoras de uma determinada categoria gramatical. Ou seja, a noção que envolve essa teoria se enquadra na capacidade de informação desse expositor, não importando, portanto, se é inteiro, em parte, ou até mesmo um símbolo, como o ponto de interrogação, por exemplo.

A resposta que satisfaz as indagações sobre o porquê das mudanças linguísticas se ancora no pressuposto de que, em um determinado momento, o expositor deixa de expor claramente a ideia gramatical da qual fazia parte. Essas

transformações, no dizer de Bréal (1992), são o que levaram a criação das línguas românicas, por exemplo, tendo em vista a limitação do expositor frente à realidade semântica que se apresenta em um determinado contexto. Para respaldar sua teoria, o teórico cita, entre tantos exemplos, a substituição das antigas declinações latinas pelas preposições como resultado de um percurso lento e paulatino do processo de evolução linguística.

Para Bréal (1992), o processo de especificação se configura como lento, porque depende de várias associações e de repetições ao longo do tempo, ou seja, é preciso de tempo para que as novas formas de expressão se configurem, de fato, como palavras portadoras de um novo sentido. Esse processo de transição acaba provocando o acúmulo da associação nova e da antiga, que chegam a conviver por um longo período.

Para as concepções brelianas, são as mudanças semânticas que provocam o desenvolvimento da Sintaxe e da Morfologia. Como exemplo dessa premissa, o autor traz o caso da transformação do verbo inglês *to do*. Nesse aspecto, o esvaziamento semântico necessário para a formação de um verbo auxiliar evidenciou-se por causa da dificuldade do falante em dominar algumas irregularidades verbais:

A conjugação germânica, com suas regras complicadas, que trazem uma grande dificuldade para o estrangeiro, não deixa de ser também muito difícil para os nativos. Jacob Grimm computa para o alemão até doze classes de conjugação, das quais os modelos mais ou menos conservados se acham igualmente no inglês. Quero falar dos verbos como I give; I gave; I bind, I bound; I dig, I dug; I hold, I held, etc. Sabe-se como o inglês moderno resolve essa dificuldade: em substituição a esses presentes, a esses pretéritos de formações múltiplas, ele emprega, ou ao menos é livre para empregar, o presente I do, o pretérito I did, fazendo o verbo uma palavra invariável. A mudança começou pelas construções interrogativas e negativas.[...] Supomos que, por um novo avanço se impõe necessariamente às frases afirmativas, tornando-se de um emprego constante e obrigatório, e o inglês terá substituído todos os outros verbos por seu verbo auxiliar [...] Mas a universalidade do emprego tem sua contrapartida. Quando do acompanha um outro verbo, não passa de um instrumento gramatical (BRÉAL, 1992, p. 29).

No entanto, Seide (2012) adverte que as afirmações de Bréal sobre o uso do verbo *to do* dão a impressão de que o falante da língua inglesa tem a opção de, ao invés de conjugar o verbo irregular no passado, manter o infinitivo com a

anteposição do *did*, o que certamente não está de acordo com as características naturais da língua. Para a pesquisadora, a possibilidade de se conjugar o verbo *to do* como auxiliar e a ideia principal no infinitivo configura-se apenas para a formação de frases negativas, interrogativas e afirmativas, não se configurando, portanto, em uma opção de escolha do falante.

3.7.2 A lei de repartição

Como acabamos de ver, a lei de especialidade gira em torno das noções gramaticais e das mudanças lentas que emanam desse processo. A lei de repartição, no entanto, se refere ao sentido ou ao conteúdo lexical das palavras que se manifestam por razões diversas por meio do tempo.

A lei de repartição tem como premissa a organização da memória lexical por meio da sinonímia de palavras conhecidas pelo falante. Na verdade, para Bréal (1992), o fenômeno sinonímico não existe e, portanto, a língua trata de repartir e de singularizar, por meio da semântica, os termos que, por motivações psicológicas, não dizem e nem se referem à mesma ideia.

Para nosso propósito, interessa a explicação de ordem histórico social postulada por Bréal (1992), na qual o teórico explica que o contato entre línguas ou formas dialetais fomenta nos falantes o processo de classificação por meio de uma expressão vista como equivalente ou sinônima de outra. Nesse aspecto, observa, ainda, que existe, entre as línguas ou dialetos, uma espécie de classificação na qual uma acaba se sobressaindo a outra por meio de prestígios socialmente construídos. Para exemplificar o *status* que existe entre línguas ou dialetos, o investigador traz o exemplo da palavra *courtils* que, a priori, possuía o sentido de “jardins” quando entrou na língua inglesa, mas que, com o passar do tempo, adquiriu uma acepção conotativa de desprezo.

Segundo Bréal (1992), as transformações semânticas se manifestam devido à comparação dos objetos nomeados durante o uso, resultando, dessa forma, no aparecimento de um novo termo para referendar a particularidade de cada um que convive, de maneira ajustada, com a forma anteriormente conhecida.

Nesse sentido, quando verificamos as considerações brealinas, é possível perceber certa equivalência com a proposta da Linguística histórica no tocante às mudanças de línguas faladas em regiões vizinhas:

A imagem que normalmente se faz em lingüística histórica para descrever esse tipo de interação entre línguas é a de camadas lingüísticas (ou estratos). Pensando em duas línguas A e B que convivem durante certo tempo, são utilizados alguns termos para nos referirmos à relação entre essas línguas. [...] duas línguas que são faladas em regiões vizinhas. Nesse caso, se a língua B tem alguma influência sobre a língua A, dizemos que B é adstrato de A. (CHAGAS, 2002, p. 154).

Como funciona esse léxico? Existe um dispositivo mental que controle o alcance de cada sinônimo? O que se pode entender é que o termo que possuía apenas uma designação se desmembra e origina duas designações com acepções particulares de sentido. Dessa forma, a lei da repartição não se limita apenas em demonstrar os sinônimos, mas, também, em evidenciar a existência dessas palavras na mente do falante. Bréal (1992) ainda adverte que a evolução das palavras não deve ser justificada pelo fator etimológico, mas pelas ações humanas que interferem diretamente no manuseio dos signos que se manifestam por meio da linguagem.

Quadro 4 - SÍNTESE DOS CONCEITOS E AUTORES ELENCADOS

AUTOR	DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO
PLATÃO (ANTIGUIDADE CLÁSSICA)	Teoria do Conhecimento	Nome/ imagem
ARISTÓTELES (ANTIGUIDADE CLÁSSICA)	Rhema	Significante/significado
ESTÓICOS (ANTIGUIDADE CLÁSSICA)	Linguagem	Símbolo (semainon Signo (semainomenon) Significado (lekton)
SAUSSURE (1916)	Signo Linguístico	Conceito (significado) Imagem acústica (significante)
BLOOMFIELD (1933)	Signo	Estímulo que provoca reação no momento da comunicação.
OGDEN E RICHARDS (1960)	Signo	Significante/significado/objeto

ULLMANN (1970)	Signo	Relação recíproca entre nome e sentido.
HOCKETT (1971)	Signo	Evento dual
HEGER (1974)	Signo	Não há relação recíproca entre significante e significado.
MARTINET (1974)	Signo	Evento de dupla articulação
HEMESLEV (1975)	Signo	Designa o que significa
POTTIER (1978)	Signo	Expressão de conteúdo e de forma
CHOMSKY (1981)	Linguagem inata	Gramática universal internalizada no ser humano
ALONSO CORTÉS(1989)	Signo	Os signos são instrumentos de significação para fazer referência através de um processo mental.
PEIRCE (1995)	Signo	Interpreta o objeto
TERRENCE (1998)	Signo	Associação arbitrária vinculada aos sons
BAKHTIN (2002)	Signo	Ideológico
MIRANDA POZA (2014)	Signo	Apresenta duas faces: significante e Significado

Fonte: A autora (2023).

4 A TRANSDISCIPLINARIDADE DO FENÔMENO DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL: OBJETIVOS E PROPOSTA DE ABORDAGEM HISTÓRICO-COMPARATIVA

Uma vez exposto que o evento dos *falsos amigos* se manifesta como um dos mais evidentes problemas de intercomunicação entre brasileiros que aprendem espanhol como segunda língua, devido, em grande medida, à origem etimológica que compartilham, é chegado o momento de apontar o caminho de análise que tomaremos para observar quais motivações históricas impactaram na não correspondência semântica entre os *falsos amigos* português/espanhol em um dado recorte sincrônico.

Contudo, antes de refletirmos sobre o trajeto que nos leva a nosso propósito, faz-se relevante esclarecer que o imbróglio que envolve os *falsos amigos* não se limita apenas ao âmbito da linguística contrastiva e das áreas afins, tendo em vista que carece de outras disciplinas para a compreensão da complexidade que existe em seu entorno.

4.1 AS INTERFACES DE ANÁLISE DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL

Além das questões etimológicas, fônicas e ortográficas dos pares enfrentados, devemos levar em consideração que as acepções que cada palavra manifestada se realizam devido ao contexto e à perspectiva de mundo que cada uma representa. Miranda Poza (2014) observa que, dentro das investigações comparativas, não são novas as advertências no tocante ao problema que envolve as traduções de uma língua para a outra. Sobre essa questão, porém com outro propósito, menciona, em “*Em torno al ‘Libro de buen amor’: Léxico e interpretación textual*”(2004), as sérias dúvidas que Mounin (1971) e Malmberg (1982) nutrem em relação ao conceito de representação de mundo que cada língua impõe ao falante nativo devido a cada sistema refletir o que lhe é próprio, o que acaba evidentemente diferenciando-o de outras formações linguísticas e até mesmo de outros estágios da mesma língua.

Neste sentido, julgamos necessário recordar as investigações que tangem a área da linguística cognitiva quando observa a relação intrínseca que existe entre a

linguagem e pensamento humano, haja vista que é por meio dessa relação que o ser humano manifesta seu dinamismo; internaliza e compreende o mundo; processa associações; e comunica informações. Ao pensar sobre determinados eventos, pessoas e objetos a seu entorno, por exemplo, o homem seleciona as coisas em conceitos por meio da linguagem que tem como função organizar e ajuizar o mundo no qual está inserido de modo natural. Cuenca e Hilgerty (1999) advertem que é preciso que se entenda que a linguagem, por apresentar uma característica simbólica, tem como sua primeira função o significar, logo não é plausível separar o componente gramatical do semântico.

De acordo com Sapir (1931), a comunicação humana não se limita a expressar nossos conteúdos mentais. Para o investigador, é por meio da linguagem que nossos pensamentos e ações sobre o mundo se estabelecem, tendo em vista o vínculo permanente que exerce com a cultura e o contexto comunicativo desde os primeiros instantes de vida do ser humano.

De forma mais proeminente, as hipóteses de Sapir (1931) avançam em Whorf (1956) em direção ao determinismo linguístico, cujo postulado se fundamenta em assegurar que a língua pode influenciar a cognição e o entendimento de uma determinada comunidade. Desse modo, está embasado na proposta que vê a língua um como meio de expressão do que está dentro, considerando que é capaz de emitir sensações e concepções de uma determinada realidade social. Por estar dentro de certos limites sociais estabelecidos, jamais pode ser traduzida ou interpretada na íntegra por outra formação linguística.

Com base nessas hipóteses, vários trabalhos científicos demonstram as divergências semânticas que existem entre as línguas. Categorias como espaço, quantidades de vocábulos e cores, por exemplo, não são iguais quando se observa, pelo viés da cultura, a língua de uma determinada comunidade. Esses trabalhos tentam provar que a linguagem manifesta a percepção de mundo de seus usuários. Como exemplo disso, temos o *azzurro* e o *blu*, que em italiano designam tonalidades distintas de azul, diferentemente do português e do espanhol, que dispõem de uma única palavra para referir-se a diversos tons do mesmo azul.

De acordo com Alves (2013), existem povos, tanto na antiguidade quanto na temporaneidade que sequer reconhecem o azul como cor. O linguísta Guy Deutscher, em sua obra *Through the Language Glass: Why the World Looks Different in Other Languages* (2010, *apud* ALVES, 2013), observa que a cor azul não

aparece em diversas obras clássicas. Lazarus Giezer (1829-1870 *apud* ALVES, 2013), além de refletir que não se encontra referência à cor nos originais da Bíblia e do Alcorão, também argumenta que as raízes etimológicas do termo “azul” para as línguas contemporâneas da Europa derivam do preto e do verde. Nesse contexto, pode-se dizer que as insinuações descritas por Mounin (1971) e Malmberg (1982), sobre cada sistema linguístico refletir o que lhe é próprio, enfatizam ainda mais o que Sapir (1931) e Whorf (1956) insinuavam em décadas anteriores – que a organização e interação com o mundo acontecem de modo particular devido ao sistema linguístico internalizado na mente dos falantes por meio de suas experiências.

Desse modo, essa concepção particular de mundo reporta às primeiras considerações de Chomsky (1988) no tocante à relação entre linguagem e cognição. Para o gerativista, a apreensão da linguagem se manifesta por meio de processos mentais que são executados mediante o processamento da informação. Assim, é possível perceber que a faculdade da linguagem se define como um mecanismo físico no qual as propriedades são bem definidas. Sobre isso, Alonso-Cortés (2002, p. 63) opina: “*Cualquier miembro de la especie humana, en condiciones naturales, desarrolla una constitución corporal tal que incorpora un lenguaje.*”⁴⁹.

Corroborando com as considerações de Chomsky (1988) e de Alonso-Cortés (2002), Miranda Poza (2014) observa que existem provas de que certos aspectos fundamentais de nossa vida mental nos são conferidos como parte integrante da natureza humana, o que não pode ser adquirido por meio do processo de aprendizagem:

El balbucir del niño tiene su equivalente en el canto rudimentario de las aves, pero una vez incorporado a las facultades humanas, el lenguaje articulado sirve para la expresión del pensamiento. No es posible pensar sin poseer alguna forma de signo (lingüístico). En este sentido, el lenguaje se reconoce como distintivo del hombre, si bien nunca llegó a explicarse satisfactoriamente cómo surgió de una continuación de las meras señales acústicas del mundo animal. Y debemos insistir en este último punto: existe una discontinuidad entre la conducta comunicativa del animal (instintiva, de supervivencia) y el lenguaje humano, lo que nos lleva, por otro lado, a no incluir plenamente el concepto de conducta comunicativa como característica del segundo. (MIRANDA POZA, 2014 p. 44)⁵⁰.

⁴⁹ Tradução nossa: Qualquer membro da espécie humana, em condições naturais, desenvolve uma constituição corporal tal que incorpora uma linguagem. (ALONSO-CORTÉS, 2002, p. 63).

⁵⁰ Tradução nossa: O balbucio da criança tem seu equivalente no canto rudimentar dos pássaros,

O autor ainda chama atenção para o fato de que um dos mais importantes diferenciais da linguagem humana se encontra na capacidade de emitir mensagens falsas, levando em conta que essa característica não se encontra em nenhum outro sistema de comunicação animal:

*Por **prevaricación** debemos entender la posibilidad de emitir mensajes falsos. El lenguaje es, en principio, un mediador entre el yo y el mundo y, en este sentido, sirve para representar la realidad en virtud de la **semánticidad**. Pero el hablante puede falsear el mensaje gracias a esta propiedad, que no posee ninguno de los sistemas animales de comunicación. (MIRANDA POZA, 2014, p. 45. Grifos do autor)⁵¹.*

Como já refletimos, o problema dos *falsos amigos* português/espanhol não deve ser considerado como um evento exclusivo dentro de uma perspectiva contrastiva, haja vista que a diferença de significados entre pares de línguas etimologicamente emparentadas leva a considerar que se trata de um evento que se relaciona diretamente com a Pragmática e a Sociolinguística devido ao sentido que cada uma dessas palavras adquirem em um determinado contexto. Também, não podemos deixar de observar o ramo da Psicologia Cognitiva, que observa as atividades de compreensão que acompanham os processos linguísticos. Se tomarmos ainda os parâmetros da Linguística Aplicada, perceberemos que a análise do fenômeno recobra, também, o equívoco que se instaura entre os sistemas fônicos e gráficos durante o processo de ensino-aprendizagem entre étimos de mesma origem (MIRANDA POZA, 2014).

Contudo, para nosso objetivo, centraremos-nos em analisar quais aspectos históricos teriam contribuído para que palavras homônimas e parônimas de línguas de mesma origem etimológica desenvolvessem, ao longo do tempo, acepções particulares de sentido.

mas, uma vez incorporado às faculdades humanas, a linguagem articulada serve para a expressão do pensamento. Não é possível pensar sem possuir alguma forma de signo (linguístico). Nesse sentido, a linguagem é reconhecida como distintiva do homem, embora nunca tenha sido satisfatoriamente explicado como surgiu de uma continuação dos meros sinais acústicos do mundo animal. Devemos insistir neste último ponto: há uma descontinuidade entre o comportamento comunicativo do animal (instintivo, de sobrevivência) e a linguagem humana, o que nos leva, por outro lado, a não incluir plenamente o conceito de conduta comunicativa como característica do segundo. (MIRANDA POZA, 2014 p. 44).

⁵¹ Tradução nossa: Com a **prevaricação**, devemos entender a possibilidade de emitir mensagens falsas. A linguagem é, em princípio, uma mediadora entre o eu e o mundo e, nesse sentido, serve para representar a realidade em virtude da **semânticidade**. Mas o orador pode falsificar a mensagem graças a esta propriedade, que não possui nenhum dos sistemas de comunicação animal. (MIRANDA POZA, 2014, p. 45. Grifos do autor).

Juntamente com o interesse de esclarecer as motivações históricas que favoreceram a não correspondência semântica dos termos em contraste, objetivamos contribuir também com a formação do professor de língua estrangeira no Brasil, tendo em vista que o evento aqui descrito exige uma investigação para além da percepção sincrônica tão instaurada em livros didáticos e em propagandas de cursinhos de língua espanhola a estudantes brasileiros:

[...] y también a la hora de entender, comprender y asimilar en su justa medida la verdadera dimensión del problema en cuestión. Queremos decir que, más allá de la obviedad – sentidos diferentes en dos lenguas enfrentadas por palabras formalmente próximas o semejantes –, del equívoco o del error de interpretación/compreensión o, en ocasiones, como bien saben aprovechar en su propaganda las empresas dedicadas a comercializar cursillos de idiomas, de la situación humorística o ridícula que provoca el equívoco mencionado, existen otras formas de abordar este asunto desde perspectivas distintas, cosa que pocas veces o casi nunca se ha hecho, y, cuando lo fue, podemos decir que sólo de pasada o sin el debido rigor. (MIRANDA POZA, 2014, p. 14)⁵².

Desse modo, cabe não só levantar as razões pelas quais cada termo seguiu direções semânticas distintas, mas também conscientizar professores e estudantes que o fenômeno dos *falsos amigos* português/espanhol é bem mais complexo do que demonstram cursinhos e propagandas de idiomas, como bem frisou Miranda Poza (2014).

4.2 A NATUREZA DO PROBLEMA

Como vimos no capítulo anterior, é consenso entre os investigadores que o problema dos *falsos amigos* português/espanhol incide na não correspondência entre forma linguística e sentido, ou seja, no dizer de Saussure (1980): entre conceito (significado) e imagem acústica (significante).

⁵² Tradução nossa: [...] e também quando se trata de entender, compreender e assimilar em sua própria medida a verdadeira dimensão do problema em questão. Queremos dizer que, além da obviedade — diferentes sentidos em duas línguas opostas a palavras formalmente próximas ou similares –, o equívoco ou o erro de interpretação/compreensão ou, às vezes, como sabem aproveitar em sua propaganda as empresas dedicadas a cursos de linguagem de marketing, da situação humorística ou ridícula que causa o equívoco acima mencionado, há outras formas de abordar essa questão a partir de diferentes perspectivas, que raramente ou quase nunca foram feitas, e, quando foram, podemos dizer isso apenas de passagem ou sem o devido rigor. (MIRANDA POZA, 2014, p. 14).

O signo empregado por Saussure (1980) se manifesta como entidade linguística global, composto de uma fase fonológica e de outra conceitual. Assim, os dois elementos que compõem o signo linguístico, significante e significado, são os aspectos que integram os *falsos amigos*. No entanto, é bom frisar que, para Saussure (1980), a imagem acústica não equivale ao som físico, mas à representação interna que se manifesta na mente do falante: “[...] *el signo lingüístico es, pues, una entidad psíquica de dos caras [...] Es la combinación del concepto y la imagen acústica.*” (SAUSSURE, 1980, p. 102-103)⁵³.

Pelo viés da perspectiva contrastiva e descritiva, sabe-se que cada língua se manifesta por meio de suas particularidades durante seu percurso histórico. As palavras são selecionadas de modo aleatório por não apresentarem qualquer vínculo natural com a realidade que as circundam. No dizer de Saussure (2001, p. 83): “[...] o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum vínculo natural com a realidade.”. Desse modo, cada língua é capaz de transmitir, por meio das palavras, a realidade que se manifesta em seu entorno. No português e no espanhol existem palavras, por exemplo, que não coincidem no uso, mas que nem por isso se configuram como díspares entresi no âmbito semântico:

Outro fenômeno interessante é a diferença de uso de cada vocábulo em ambas as línguas; alguns verbetes coincidem nas acepções, no som e na escrita, mas seu emprego na linguagem formal e informal varia, como acontece, por exemplo, com *alargar*, *acreditar* e tantas outras (MASIP, 2013, p. 71. Grifos do autor).

Em relação ao exemplo dado por Masip (2013), é possível encontrar acepções coincidentes entre a língua portuguesa e espanhola. Em português, o sentido de “alargar” pode apresentar os seguintes usos: Cobrir de água; inundar. [Figurado] Encher, invadir, infestar: gafanhotos alagavam as plantações. Destruir, arruinar, arrasas (ALARGAR, 2022a).

Na língua espanhola:

1tr. Dar más o longitud a algo. U.t.c.pnrl. 2. tr. Dar mayorextensión a algo, dilatarlo, ensancharlo. 3.tr. Aplicar o alcanzar nuevos objetos o limites de una facultad o actividad. 4. tr. Estriar, desencoger.5.tr. Aplicar con interés el sentido de la vista o del oído. 6.tr. Prolongar algo, hacer que dure más tiempo. U.t.c.pnrl. 7.tr. Retardar, diferri,

⁵³ Tradução nossa: [...] o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces [...]. É a combinação do conceito e da imagem acústica. (SAUSSURE, 1980, p. 102 -103).

dilatar en el tiempo. U.t.c. prnl.8.tr. Alcanzar algo y darlo a alguien que está apartado. 9.tr. Ceder o dejar a alguien lo que uno tiene. 10.tr. Alejar, desviar, apartar. U.t.c. intr. y más c. prnl. 11.tr Dar cuerda o ir soltando poco a poco algún cabo, maroma o cosa semejante. 12.tr. Hacer que adelante o avance alguna gente. 13.tr. Aumentar la cantidad o número señalado. 14.tr. Excederse, salirse del justo limite en elogios, ofertas, dádivas, etc. 15. prnl. Ir a un sitio algo más lejano del que antes se pensó. 16. prnl. Mar. Dicho del viento: Mudar de dirección inclinándose a popa. (ALARGAR, 2022b, s.p)⁵⁴.

No entanto, apesar de coincidirem no significado por causa da origem etimológica latina, o verbo “ampliar” é utilizado para indicar amplitude espacial na língua espanhola; já o verbo “alargar”, apesar de apresentar o mesmo significado da língua portuguesa, é sempre utilizado para indicar extensão longitudinal, não coincidindo, portanto, com o sentido de amplitude espacial da língua portuguesa. Se analisarmos os verbos “crer” e “acreditar”, por exemplo, apesar de serem considerados sinônimos na língua portuguesa, percebemos que o contexto que se emprega ao primeiro faz sempre referência a algo que não se admite descrédito, enquanto que o segundo é sempre utilizado em situações informais da língua, cabendo, portanto, o ônus da dúvida. Em contrapartida, em espanhol *creer* é sempre utilizado tanto em situações formais quanto informais, o que causa, por muitas vezes, dificuldade de uso ao aprendiz brasileiro, tendo em vista que em sua língua nativa existe mais de uma forma de expressão dada as devidas circunstâncias (MIRANDA POZA, 2014).

Por que isso acontece? Durante a atividade comunicativa, o falante, a partir do processo onomasiológico⁵⁵, vai codificando e relacionando o significando ao significante, enquanto o ouvinte faz o mesmo processo, só que de modo inverso. De acordo com Masip (2006), esses processos se realizam mediante ao reconhecimento do código tanto por parte do emissor quanto do receptor quando que se contactam por meio de um determinado acervo linguístico. No entanto,

⁵⁴ Tradução nossa: 1tr Dar mais longitude a algo. U.tc.pnrl 2tr. Dar maior extensão a algo, dilatá-lo, extende-lo. 3tr. Aplicar ou alcançar novos objetos ou limites de uma faculdade ou atividade. 4tr. Estirar, extender. 5tr. Aplicar com interesse o sentido da visão ou da audição. 6tr. Prolongar algo, fazer que dure mais tempo. U.tc.pnrl. 7tr. Retardar, deferir, dilatar no tempo. U.t.c prnl. 8tr. Alcançar algo ou dá-lo a alguém que está preso. 9tr. Ceder ou deixar a alguém que um tem. 10tr. Dar corda ou ir soltando pouco a pouco algum cabo, corda ou coisa semelhante; 13tr. Aumentar a quantidade do número marcado. 14tr. Exceder-se, sair-se do justo limite em elogios, ofertas, dádivas, etc. 15tr. Prnl Ir a um lugar mais longe do que antes se pensou. 16 prnl. Mar. Dito do vento: mudar de direção inclinando-se a popa. (ALARGAR, 2022b, s.p)

⁵⁵ A onomasiologia é uma área dentro da Linguística (lexicografia) que estuda os significados partindo de um conceito que existe na realidade sob a perspectiva diacrônica (MIRANDA POZA, 2014).

Miranda Poza (2014) adverte que quando o processo de codificação acontece entre línguas de mesmo étimo. Assim, é preciso ficar atento, haja vista que a semelhança de forma induz automaticamente a igualdade de sentido.

Para fins de reflexão, é sempre bom recordar que uma das características básicas do léxico de uma língua é sua constante mutabilidade. Com o passar do tempo, é natural que algumas palavras se tornem arcaicas e acabem sendo substituídas por outras e, até mesmo, mudem de sentido. Sem dúvidas, as palavras que compõem o acervo de qualquer língua trazem consigo histórias que se manifestam no presente, retomam o passado e apontam, ao mesmo tempo, para o futuro.

A dualidade sígnica indissolúvel deduzida por Saussure (2000) no estruturalismo e na linguística moderna, como propriedade de dupla articulação por Martinet (1974) ou dual em Hockett (1971), é sempre envolta de indagações, percepções e de hipóteses devido a sua mutabilidade e necessidade de nomear o entorno humano. Contudo, vale salientar que o processo de mutação não ocorre de modo linear, considerando que sua transposição também não ocorre linearmente, pois à medida que se movimenta vai se projetando de acordo com cada contexto e sentido adquirido.

Resultante dessas transformações e movimentações constantes do tempo, o fenômeno dos *falsos amigos* sempre se destacou nos trabalhos acadêmicos pelo engano que a igualdade ou semelhança de forma com diferente sentido proporciona ao aprendiz devido às informações pré-existentes de sua língua materna: “[...] *en el traspaso de las propias palabras de la lengua materna a la lengua extranjera por extensión del significante del portugués a un significado que existe en español, pero con otra forma*” (DURÃO, 2004, p. 148)⁵⁶.

Todavia, além de se constatar a diferença semântica entre pares enganosos em situação uso, fazemos a seguinte pergunta: quais motivações históricas implicaram a diferença de sentido entre os *falsos amigos* português/espanhol? Dentre as possibilidades transdisciplinares e de interface que destacamos ao longo de nosso trabalho, decidimos buscar, pelo viés histórico, quais impulsos foram dados para que palavras de línguas geneticamente emparentadas apresentassem

⁵⁶ Tradução nossa: [...] na transferência das próprias palavras da língua materna para a língua estrangeira por extensão do significante português para um significado que existe em espanhol, mas de uma forma diferente. (DURÃO, 2004, p. 148).

diferenças no uso em um dado recorte sincrônico.

Em relação à perspectiva histórica, encontramos diversos trabalhos (COSTA, 2016; MIRANDA POZA, 2014; ROBINS, 1971) que julgam oportuno elucidar quais fatores teriam contribuído para que palavras de línguas etimologicamente emparentadas desenvolvessem, ao longo do tempo, matizes particulares de sentido, considerando que algumas mantêm entre si algumas das acepções do vocábulo oriundo.

Para tanto, começamos revisando em Francis (2010) algumas considerações do capítulo anterior que observam que a aparência que propicia apoio de aprendizagem também induz o aprendiz ao erro devido ao engano que o parecido ou similar provoca:

O caso de línguas tipologicamente próximas, como o português e espanhol, propicia um maior apoio na língua meta dos aprendizes para a compreensão e a produção de língua estrangeira; entretanto, pelo fato dessas lexias, muitas vezes, não serem equivalentes, a aparência induz a erros. (FRANCIS, 2010, p. 24).

Não de outra maneira e reportando ao mesmo tema, Leiva (1994) adverte que, por serem línguas oriundas do latim, o significado original continua nos pares enfrentados, mesmo que apresentem um sentido mais especializado em uma língua e mais estendido em outra: “À guisa de definição, podemos dizer que FALSOS COGNATOS são formas lingüísticas que pertencem a duas línguas cognatas, que historicamente têm uma fonte comum, mas que tomaram caminos diferentes na sua evolução.” (LEIVA, 1994, p. 15).

Para respaldar ainda mais nosso interesse de análise dos *falsos amigos* português/espanhol pelo viés histórico, encontramos em Bugueño Miranda (1999) contribuições teóricas pertinentes a nossa proposta de trabalho:

El fenómeno de los falsos amigos no solo debe ser considerado desde la perspectiva histórica, puede ser tanto el choque de unidades léxicas en estado de divergencia sémica y convergencia fonológica (total o parcial) pertenecientes a lenguas con algún grado de relación genética, como también el choque de unidades léxicas de lenguas de relación inmediata o nula en estado de divergencia sémica y convergencia fonológica (total o parcial). (BUGUENÕ MIRANDA, 1999, p. 74)⁵⁷.

⁵⁷ Tradução nossa: O fenômeno dos falsos amigos não deve ser considerado apenas do ponto de vista histórico, pode ser tanto o choque de unidades lexicais em estado de divergência sêmica quanto a convergência fonológica (total ou parcial) pertencente a línguas com algum grau de relação

Corroborando com Bugueño Miranda, deparamo-nos com outros trabalhos que defendem a proposta histórica como um dos caminhos plausíveis que justifiquem, em partes, a situação de conflito entre pares enfiados:

*Una vez expuestos los fundamentos teóricos que presiden nuestro trabajo, así como el objetivo de incorporar, como necesaria, la perspectiva histórica al estudio de los falsos amigos, aplicaremos una metodología en virtud de la cual analizaremos grupos de palabras que, más allá, del par enfrentado, se encuentran afectadas directa o indirectamente por la situación de conflicto, ya sea por la forma (**onomasiología**), ya por el significado (**semasiología**). (MIRANDA POZA, 2014, p. 8. Grifos nossos)⁵⁸.*

Com base nas investigações sobre *falsos amigos* português/espanhol de Miranda Poza (2014), porém com outro propósito, julgamos pertinente demonstrar, como ponto de partida, outros casos que despertaram nosso interesse investigativo.

Partindo do par de substantivos “sucesso”/suceso, em português e espanhol respectivamente – oriundos do substantivo latino *successus*, derivados do verbo *succedere*, cujo significado se referia a ação de aproximar ou de chegar –, é relevante mencionar que o sentido de êxito, resultado ou término de um negócio permaneceu nas duas línguas (SUCESSO, 2022; SUCESO, 2022). No entanto, na língua portuguesa foi registrado que, no século XVI, esse mesmo termo possuía tanto conotações positivas quanto negativas (MIRANDA POZA, 2014).

Diante desses resultados, chama a atenção averiguar o que levou a língua portuguesa a consolidar a vertente positiva em detrimento da vertente negativa espanhola que passou a privilegiar a acepção que faz alusão ao acidental e/ou desgraçado. Claramente, não poderíamos deixar de pontuar o problema de intercomunicação de um aprendiz brasileiro frente à palavra *suceso* (esp.), tendo em vista a associação imediata da forma com a de sentido de sua língua materna.

genética, bem como o choque de unidades lexicais de línguas com relação imediata ou nula em estado de divergência sêmica e convergência fonológica (total ou parcial). (BUGUEÑO MIRANDA, 1999, p. 74).

⁵⁸ Tradução nossa: Uma vez expostos os fundamentos teóricos que regem nosso trabalho, bem como o objetivo de incorporar, **conforme necessário, a perspectiva histórica ao estudo dos falsos amigos**, aplicaremos uma metodologia em virtude da qual analisaremos grupos de palavras que, além do par enfrentado, são afetados direta ou indiretamente pela situação de conflito, seja pela forma (**onomasiologia**), seja pelo sentido (**semasiologia**). (MIRANDA POZA, 2014, p. 8. Grifos nossos).

Outro *falso amigo* que despertou nosso interesse foi “distinto”, que se manifesta compatível fonologicamente e ortograficamente nas línguas portuguesa e espanhola. Oriundos do verbo latino *distinguo*, herdaram o sentido de separar e de dividir (DISTINTO, 2022a, 2022b). Logo, o que se separa, se distingue e fica em evidência em relação ao todo indissolúvel. No entanto, em português, esse sentido restringiu ainda mais seu raio de alcance por meio dos significados “ilustre” e “eminente”: “Que se conseguiu distinguir; que se pode diferenciar; diferenciado ou distinto; compreendido através dos sentidos; que obteve graça; que recebeu indulto ou favor” (DISTINTO, 2022, s.p.). Além disso, é possível compreender ainda mais sua particularidade quando recorremos aos sinônimos que fazem referência a especificidade desse termo dentro do próprio português: percebido, distinto, honrado, condecorado, diferenciado e, ainda, agraciado (DISTINGUIDO, 2022).

No tocante à correlação entre os vocábulos das línguas em contato, Miranda Poza (2014) observa que o português entra em conflito semântico com *distinto* da língua espanhola, que usa para referir-se a algo honrado, o termo “distinguido”. O fato é que *distinto* em espanhol se relaciona semanticamente com “diferente” da língua portuguesa, que por sua vez convive com “distinto”. Em outro momento da história, essas palavras se correspondiam semanticamente.

Nesse jogo entre imagem e conceito, a arbitrariedade está associada à noção de valor que cada palavra adquire nas relações linguísticas. O valor da parte conceitual do signo é apresentado por Saussure (2000) como derivado do concurso que o significado de um signo estabelece com os significados dos demais signos da língua. Para o linguista, as palavras que exprimem ideias semelhantes têm seu sentido delimitado de modo recíproco. Caso uma chegue a desaparecer, seu significado, é automaticamente distribuído entre as remanescentes. Dessa forma, propomos observar o sentido que cada palavra adquiriu por meio do dinamismo temporal e não na perspectiva estática de um determinado momento.

Asrsleff (1981) destaca o fato de que os valores agregados são ancorados por meio da estrutura da língua, ou seja, a partir de um jogo que coloca em equilíbrio aquilo que existe em si e o que se incorpora. Nesse sentido, trazemos a fala de Bréal (1982, p. 18) que contribui traçando um paralelo entre o homem e língua: “[...] nosso espírito se recusa a guardar riquezas inúteis: ele descarta pouco a pouco o supérfluo”. Do ponto de vista da Semântica Lexical, o processo descrito por Bréal (1982) é resultado dos processos usuais em determinados contextos que admitem,

por um lado, a perda de determinados semas não atualizados e, por outro, o acréscimo de outros novos que se incorporam para a formação do novo sentido.

Para responder esse embróglio, tomaremos os princípios da semântica estrutural que estabelece as leis que permitem classificar as mudanças semânticas que se manifestam no âmbito da palavra, analisando as razões históricas pelas quais os semas aparecem ou desaparecem, observando a restrição e expansão de sentido de cada uma (BRÉAL, 1992).

Além dessas questões que acabamos de mencionar, é importante lembrar que urge que o professor de idiomas conheça bem os desdobramentos que conduzem às realidades linguísticas tanto da língua materna do aluno quanto da língua estrangeira que ensina – nesse caso, em específico, professores brasileiros que ensinam espanhol a lusofalantes ou vice-versa – para que se identifique quais os reais problemas de compreensão pelos quais passam aprendizes de uma L2:

Un profesor de lengua, y, en especial, un de lenguas extranjeras, no puede reducir su papel al mero animador cultural. Un profesor debe conocer los mecanismos que regulan la gramática (la de su propia lengua – especialmente si, además, es la lengua de comunicación de -, y también, de la lengua extranjera de la que es profesor). Sólo así le será posible detectar, desde el principio, los problemas reales de comprensión y las dificultades que van aparecer en el proceso de aprendizaje, lo que va a situarlo en la disposición de proporcionar y utilizar los mejores métodos y estrategias para culminar con éxito la asimilación y la adquisición de la lengua meta por parte del aprendiz (BUGUEÑO MIRANDA, 1998, p. 22-23)⁵⁹.

Como bem adverte Miranda Poza (2012) em relação à formação dos professores de língua espanhola no Brasil, no artigo *La universidad ante los desafíos de la enseñanza de español en Brasil*, é preciso que se pense, para além das questões envolvidas na prática em si, na formação dos docentes de língua espanhola que não devem limitar-se a conhecimentos superficiais, mas, sim, aprofundar seus conhecimentos por meio de um estudo reflexivo sobre a

⁵⁹ Tradução nossa: Um professor de línguas, em especial o de uma língua estrangeira, não pode reduzir seu papel ao de mero animador cultural. Um professor deve conhecer os mecanismos que regulam a gramática (de sua própria língua – especialmente se, além disso, é a língua de comunicação – e, também, língua estrangeira que ensina). Só então será possível detectar, desde o início, os problemas reais da compreensão e dificuldades que aparecem no processo de aprendizagem, o que termina por situá-lo na disposição de proporcionar e utilizar os melhores métodos e estratégias para concluir com êxito a assimilação e a aquisição da língua-alvo por parte do aprendiz. (BUGUEÑO MIRANDA, 1998, p. 22-23).

funcionalidade da língua.

No caso do ensino-aprendizagem de língua espanhola a brasileiros, especificamente no que se refere ao problema de interferência linguística, é necessário que se tenha discernimento de que essa questão trata de uma realidade que vai muito além da estrutura da língua em si, tendo em vista a necessidade de se considerar a representação de mundo do aprendiz frente às diversas influências que se manifestam entre línguas tipologicamente emparentadas (LADO, 1973).

Nesse aspecto, nossa pesquisa se aproxima de Liberali e Liberali (2011), que percebem os fatos a partir de um viés relativo e particular no qual se constroem conceitos e hipóteses dentro de um paradigma interpretativista que tem como objetivo encontrar os sentidos dados à realidade.

Assim sendo, delimitamos 10 pares de *falsos amigos* português/espanhol de diferentes categorias gramaticais: *achaque/achaque*, *agasalhar/agasajar*, *alagar/halagar*; *besta/bestia*; *cajão/cajón*; *calabre/calabre*; *coral/coral*; *dengo-dengue/dengue*; *diatribe/diatriba*; *elche/elche*. Priorizamos observar pares de palavras com iniciais da primeira letra até a quinta do alfabeto de ambas as línguas, para *corpus* de nossa análise, tendo em vista o ineditismo dessa proposta de análise no âmbito histórico-contrastivo das línguas portuguesa e espanhola.

Em um primeiro momento, observamos a evolução histórica de cada verbete por meio do *Diccionario etimológico da língua portuguesa* (1995) e do *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico* (1983). No momento seguinte, apreciamos do *Corpus Diacrónico del Español* ([s.d]) exemplos desses verbetes em cada época, como documentação válida de uso dentro da língua espanhola. No tocante à língua portuguesa, verificamos durante nosso doutorado sanduíche em Salamanca/Espanha que não existe um *corpus* diacrônico devidamente estruturado que sirva como análise de evolução das palavras como existe na língua espanhola. Para nos certificarmos dessa escassez, buscamos as bibliotecas da Universidade de Coimbra e a de Lisboa, em Portugal, bem como a da Universidade de São Paulo, no Brasil, para informações documentais, mas não encontramos nenhum registro histórico que revele a disposição semântica do léxico português desde a aparição da palavra dentro da língua.

Após esse momento, tomamos o modelo da obra de Masip (2013), *Armadilhas da língua espanhola: um guia completo*, para averiguação dos termos no

âmbito fonológico⁶⁰, ortográfico⁶¹, etimológico ou histórico⁶², lexical⁶³, morfossintático⁶⁴, lógico⁶⁵, estético⁶⁶, semântico⁶⁷ e pragmático⁶⁸, bem como os dicionários *Dicio* (2022) de português e o *Diccionario de la lengua española* (2022) para observação do sentido sincrônico de cada vocábulo investigado.

Posto isso, propomos essa análise inovadora como forma de observação para docentes e discentes que queiram desvendar o imbróglio do porquê de pares de palavras homônimas e parônimas manifestarem acepções particulares de uso, tendo em vista que a não correspondência semântica se deve a fatores históricos e evolutivos de cada uma dessas línguas em contraste.

⁶⁰ A Fonologia se refere ao ramo científico da linguagem que estuda a dimensão sonora das línguas naturais (MASIP, 2013).

⁶¹ A Ortografia se constitui como ramo da Linguística que registra o som dos signos mediante letras (MASIP, 2013).

⁶² A Etimología é a área da Lexicografia que estuda a origem e evolução histórica do léxico (MASIP, 2013).

⁶³ Área da Linguística que estuda o conteúdo cognitivo das palavras transmitidos fora de contexto (MASIP, 2013).

⁶⁴ É a área da Linguística que estuda não só a estrutura das palavras e seus paradigmas, bem como a sintagmática da comunicação em núcleos e margens, e a função de cada termo dentro de orações e períodos.

⁶⁵ Lógica é a área da Filosofia que estuda o funcionamento da razão e de seus processos (MASIP, 2013).

⁶⁶ A dimensão estética estuda as mensagens subjetivas e ambíguas das línguas naturais (MASIP, 2013).

⁶⁷ A Semântica tem como finalidade investigar o significado sob a perspectiva da linguagem (MASIP, 2013).

⁶⁸ A Pragmática é um ramo da ciência que estuda a demonstração da referência linguística (MASIP, 2013).

5 ANÁLISE DOS FALSOS AMIGOS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-COMPARATIVA

Concluída a abordagem teórica e a proposta de nosso trabalho, apresentamos a análise dos *falsos amigos* português/espanhol que se prestam a não correspondência de uso sob a perspectiva histórica.

Começamos por *achaque/achaque*. De acordo com Machado (1995), *achaque* tem levantando diversas hipóteses em relação a sua etimologia – inclusive pelo próprio autor na primeira edição de seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1995), em que reproduziu a doutrina da Revista Portuguesa XVI. Hoje, porém, se acredita que sua origem deve ser vinculada a outro vocabulário arábico, *ax-xaqq*, com o sentido de dúvida e de suspeita. Isso oferece subsídios para explicar diretamente o substantivo *achaque* pelo fato de não oferecer dificuldades fonéticas e nem semânticas, embora exista na língua portuguesa a questão de apresentar em sua grafia “ch” ao invés de “x”.

[...] *nõ seiam presos nem ouuydos senõ per seu Almirante ou pelo seu Alcayde do mar e por querelas de morte. ou de laydimento ou de perdimento de nembro ou por chagas ou por cousa que merescan justiça em sseus corpos seiam presos e ouuidos e julgados pelo Alcaide E pelos Aluazijis E esto nõ sse faça per **achagues** nem maliciosamente pera espeitar nem desonrar os homens, do mar [...]* (14-IV,1321 *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 46. Grifo nosso).

Antes de seguirmos com a língua espanhola, é bom ressaltar que na língua portuguesa – pelo fato de o português antigo apresentar “achacar” com “acusar” – é possível encontrar diversas hipóteses sobre essa etimologia e evolução semântica desse vocábulo. Uma dessas, rejeitada por Corominas e Pascual (1983), é a de que “achacar” sai do antigo “asacar”, “inventar”, “imputar falso”, derivado de “sacar” com influência de “achaque”. O antigo “achacar” se construía com complemento direto de pessoa da mesma forma de seu sinônimo “acusar” como se pode observar nesse exemplo: “[...] *teniense desta muerte que serién sospechados... que serién por ventura presos e achacados [...]*” (BERCEO, [s.d.] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 48)⁶⁹.

⁶⁹ Tradução nossa: [...] serão suspeitos desta morte... talvez, sejam presos e acusados [...] (Berceo [s.d.] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 48).

Em outros exemplos, é possível perceber que às vezes o vocábulo se apresentava com “x”, como em árabe, em lugar do “ch”, como o exemplo trazido por Juan Manuel (1244 *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 48): “*El peón que las crebantare [las tréguas]... finque en donna Vrraca Alfonso quanto é ovier, e xáquele por traydor*”⁷⁰.

Algumas vezes, parece ter conservado em romances o sentido arábico etimológico “*quejarse*”⁷¹. De outro modo, seria difícil compreender a passagem de Juan Ruiz ([s.d.] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 48) em que o amor aconselha ao poeta para que tenha êxito com sua amada: “[...] *sírvela con grand arte y mucho te achaca*.”⁷².

Corominas e Pascual (1983) também observam que na língua portuguesa existem alguns documentos que definem, no português antigo, “*achaque*” como “*motivo de queixa*”, “*ato de queixar-se*” e “*ressentimentos*”. Dessa forma, percebe-se uma grande aproximação entre *achacar* em relação aos diversos sentidos da raiz arábica *šákà*.

“*Achaque*”, palavra derivada do árabe *šákà f* e do *šákà m.*, leva o sentido de “*causa*”, herdado da antiga aceção e das aceções de “*acusação*”, “*enfermidade habitual*”⁷³, “*queixa*” e “*mal corporal*”. Segundo Corominas e Pascual (1983), Richardson e Neuvonen ([s.d.]) se esforçaram bastante para resolver a dupla articulação fonética que apresenta a mudança de acento, que em árabe cai na última sílaba. Em relação ao acento, Richardson ([s.d.]) acredita que seu retrocesso só é possível no feminino *šákâ*, e Neuvonen ([s.d.]) duvida que seja possível em qualquer um dos dois, fundamentando-se na ideia de que esse fato é inteiramente excepcional nas grafias de PAIc para ambos os casos. (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

De acordo com Corominas e Pascual (1983), o fator decisivo para generalizar em romance a acentuação paroxítona “*achaque*” foi sua relação com o verbo “*achacar*” percebida por todo mundo: o par “*acháque-achacar*” pertencia a um grupo de romance bem presente, enquanto “*achaqué-achacar*” se manifestavam de

⁷⁰Tradução nossa: O peão que as criará [as tréguas]... finque in Donna Vrraca Alfonso quanto é ovier, e xáquele por traitor (JUAN RUIZ [s.d.] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 48).

⁷¹ Tradução nossa: queixar-se.

⁷² Tradução nossa: [...] serve-a com grande arte e ela muito te imputará (JUAN RUIZ [s.d.] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, p. 48).

⁷³ PAIc. ([s.d.]) traduz *lazería* como “*paixão do corpo*”, “*trabalho com paixão*”, “*fadiga do corpo*”, “*aflingimento*”.

modo bem mais raro. Em relação à forma “ch”, é provável que Neuvonen ([s.d.]) tenha atinado explicá-la por meio da pronúncia vulgar da quinta forma do verbo, a qual se estendeu ao substantivo. No entanto, é provável que sua forma com o artigo (aš šákà) possa ter dado o mesmo resultado, tendo em vista vários casos de šš geminada pronunciadas como “ch” – além do castelhano, esse arabismo entrou em português: “achaque”, “queixa”, “acusação”, “dolência habitual”.

No *Corpus diacrónico del español* ([s.d.]), encontramos alguns exemplos do uso de *achaque* desde o século XIII até o século XX. Segundo essa fonte, o primeiro registro desse vocábulo se manifesta em 1240 por meio de um autor anônimo na Espanha. Em 1930, encontra-se em *Los libros de los Macabeos*, de 1260, “achaque” com sentido de culpa ou de dolo. Isso se deve, em grande medida, ao contexto social e religioso da época: “[...] *aqueel pecador, e diziendol Lisias que aquel era achaque de todos, mandol matar en aquel mismo [...]*” (ANÔNIMO, 1930 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁷⁴.

Ainda no século XIII, se documenta outro texto na Espanha, entre os anos de 1256 a 1263, trazendo *achaque* com o sentido de desculpa ou de pretexto: “[...] *si algun sieruo lo fiziesse a sabiendas pora auer achaque de ir a alguna parte; por que no fiziesse ser.*” (ALFONSO X, 1256-1263 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁷⁵.

No século XIV, se registra na Espanha, nos *Documentos notoriales*, entre 1997 e 1999, de autor anônimo, um texto do ano de 1338 com *achaque* com a mesma acepção do século anterior, ou seja, de excusa e de pretexto: “[...] *tornando a la villa don saldran a jacer sin achaque ni pena ni suma*” (ALFONSO X 1338 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁷⁶.

No século XVI, existem alguns registros indicando a expansão de *achaque* na língua espanhola, já que a acepção de males físicos se incorpora ao termo e começa a circular socialmente. Dois desses registros, com produção de 1550, foram publicados em 1995 na Espanha, em *Coloquios de Palatino y Piciano*: “[...] *io, que también fue español, murió de hambre y de achaque de un callo que le recresció en un pie*” (ARCE DE TOROLA, 1550 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁷⁷; “[...] *de comer la tierra*

⁷⁴ Tradução nossa: [...] aquele pecador, e dizendo a Lysias que isto era culpa de todos, mandou matá-lo ali mesmo [...] (ANÔNIMO 1992 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁷⁵ Tradução nossa: [...] se algum servo o fez conscientemente, para maior inconveniência de ir a algum lugar; por que não deveria ser. (ALFONSO X, 1995 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁷⁶ Tradução nossa: Voltando para a cidade onde vão fazer sem desculpa ou pena ou culpa. (ALFONSO X *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁷⁷ Tradução nossa: [...] ele, que também era espanhol, morreu de fome e de um calo que cresceu no

¡mal logrado!, ni moriría por achaque. Hijo tenía en él su padre para ver bisnetos [...] (ARCE DE TOROLA, 1995 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁷⁸. Anos mais tarde, em 2004, o *Centro Virtual Cervantes* trouxe um texto de 1599 como documento vivo da circulação desse vocábulo em um dos séculos mais expressivos da Idade Moderna: “*Yo bien creo que no morirás tú dese achaque*” (ANÔNIMO, 1599 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁷⁹.

No século XVII, *achaque* na língua espanhola se consolida ainda mais com referência a “males físicos”, haja vista que o sentido de indisposição aparece em diversos textos dessa época. Em 1986, é possível ver, em *Aventuras del Bachiller Trapaza*, duas publicações no ano de 1637 com *achaque* fazendo alusão a males do corpo: “[...] *n andar en pie con tan mal color y con ese penoso achaque y no os lo he querido decir hasta ahora*[...]” (JACQUES JOSET, 1613 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸⁰; “[...] *se los enviaron a la cama. Decían así: De achaque de una demanda está enfermo don Civil*” (JACQUES JOSET, 1613 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸¹.

Em 1976, *achaque* aparece em *Las tarascas de Madrid*, em um texto de 1665, com sentido de moléstia da alma, ou seja, a acepção que antes era canalizada para males físicos se expande e alcança o estado comportamental humano: “[...] *se suele ir a oír la palabra del demonio; y con achaque de la procesión se ve a quien se desea hallar*” (SANTOS FRANCISCO, 1976 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸².

No século XIX, *achaque* aparece em um texto de 1884 fazendo menção a males de reputação, ou seja, mais uma vez, seu uso vai para além da matéria e alcança os males ou *achques* da alma. Essa acepção pode ser vista em *Lecciones de Derecho Político*, de 1984: “[...] *y erran, en que no está exenta la nuestra de este achaque, en que es justo y útil oponerse a los errores* [...]” (ALCALÁ GALIANO, 1984 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸³. No texto de 1884, publicado no *Instituto de Estudios Altoaragoneses* (Huesa), de 1994, também se encontra *achaque* validando os males

pé. (ARCE TOROLA, 1995 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁷⁸ Tradução nossa: Ele não comeria a terra, nem morreria de enfermidade. Seu pai tinha nele um filho para ver os bisnetos. (ARCE DE TOROLA, 1995 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁷⁹ Tradução nossa: Acredito muito que você não vai morrer” (ANÔNIMO, 1599 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁸⁰ Tradução nossa: [...] andar a pé por causa de um terrível mal estar que nos deixou sem cor e com essa terrível doença que preferimos não dizer nada até agora.” (JACQUES JOSET, 1613 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁸¹ Tradução nossa: [...] e eles foram mandados para a cama. Disseram assim: O Sr. Cível está em processo de doença. (JACQUES JOSET, 1613 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁸² Tradução nossa: [...] costuma-se ir ouvir a palavra do diabo; e com o mal da procissão vê quem queres encontrar.” (SANTOS FRANCISCO, 1976 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁸³ Tradução nossa: [...] erram, porque ninguém está insento desse mal, porque é justo e útil opor-se aos erros.” (ALCALÁ GALIANO, 1984 *apud* RAE, [s.d], s.p).

da matéria e da alma na língua espanhola: “[...] *los niños, y el buen Bringas no se libró de este achaque físico-moral [...]*” (PÉREZ GALDÓS, 1884, *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸⁴.

Em 1925, na *Revista ilustrada de divu*, da Espanha, na sessão sobre sexualidade, *achaque* expande seu uso para além de males físicos ou espirituais e incorpora ao termo a ideia de imaturidade juvenil: “*Ya mozo, el poeta, se reúne con malas compañías – achaque común a casi todos los mozos – que aprovechan [...]*” (PAYRÓ, 1952 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸⁵.

Também é possível encontrar, no último século, *achaque* se consolidando como referência à moléstia e a males físicos mais uma vez. Isso se percebe claramente em um texto de 1911, publicado na *Biblioteca Virtual de Miguel de Cervantes* no ano de 2002: “[...] *stedes saben, llamaron Cartago Espartaria, por el achaque del esparto que producía este terruño [...]*” (PÉREZ GALDÓS, 1911 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁸⁶. Assim, se observa que o uso de *achaque* na língua espanhola se manifestou, desde os primeiros registros, predominantemente fazendo referência a males, moléstias, pretextos e disfunções humanas, quer sejam na seara física ou na alma.

Nesse sentido, esse uso não se enquadra ao mesmo de seu parônimo português, levando em consideração que além de se referir a acusações sem fundamentos, a falhas de cunho moral e a males físicos não muito graves, é uma palavra em desuso na língua portuguesa. Nesse contexto, ainda é importante salientar que a língua espanhola dispõe do *Corpus diacrónico del español* ([s.d]) para que se averiguem os sentidos e as realizações de *achaque* (e de todos os verbos analisados na sequência deste trabalho) desde seu surgimento até a atualidade, o que infelizmente não se pode observar na língua portuguesa, haja vista que não existem registros de *achaque* nas perspectivas diacrônica ou histórica nas quais seja possível observar a evolução desse termo em análise.

⁸⁴ Tradução nossa: “[...] as crianças, e os bons Bringas não se livraram dessa doença física e morali [...]” (PÉREZ GALDÓS, 1994, *apud* RAE, [s.d], s.p)

⁸⁵ Tradução nossa: Já jovem, o poeta encontra-se com más companhias - uma doença comum a quase todos os homens de sua idade - que se aproveitam de [...] (PAYRÓ, 1952 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁸⁶ Tradução nossa: “você sabem porquê que lhe chamavam de Cartago Espartaria, por causa da terrível doença do esparto que produzia.” (PÉREZ GALDÓS, 1911 *apud* RAE, [s.d], s/p).

Quadro 5 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE ACHAQUE/ACHAQUE

Critério	Português	Español
Fonológico	/afáki/	/afáke/
Morfossintático	A.CHA.QUE	A.CHA.QUE
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa de origem questionável na 1ª edição do dicionário Etimológico de Língua Portuguesa de Machado. Porém, de acordo com a versão mais recente <i>achaque</i> , é provável que tenha se originado no arábico <i>ax-xaqq</i> . Não se documenta no Dicionário etimológico de língua portuguesa sua primeira aparição (MACHADO, 1995).	<i>Achaque é uma palavra espanhola derivada do árabe šákà f. e do šákà m. Não se documentano Dicionário etimológico de língua espanhola seu primeiro registro.</i> (COROMINAS; PASCUAL, 1983).
Morfossintático	Substantivo (masculino, singular) comúm, concreto primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	<i>Sustantivo (masculino, singular, común, primitivo, concreto, simple. Núcleo sintagmático.</i>
Lexical	1. Acusação sem fundamento; imputação. 2. Falha moral; disposição natural para cometerações imorais; defeito. 3. Doença não muito grave; sensação de mal-estar. [Antigo] Razão de reclamação, de preocupação, de queixa. 4. [Antigo] Imposto pago como resultado de uma condenação. (ACHAQUE, 2022a)	1. <i>Indisposición omolestia, crónica o intermitente, especialmente la que acompaña a la vejez;</i> 2. <i>Defecto físico o moral;</i> 3. <i>Excusa o pretexto;</i> 4. <i>Assunto o materia;</i> 5. <i>Multa o pecúnia, especialmente las que imponía el Concejo de la Mesta;</i> 6. <i>Ocasió, motivo, causa</i> 7. <i>Aparência o reputación;</i> 8. <i>Menstruo de la mujer;</i> 9. <i>Rica;</i> 10. <i>Indisposiciones, mareos o ascos que padecen las mujeres embarazadas.</i> (ACHAQUE, 2022b).
Lógico	Definição essencial: substância incorpórea	<i>Definición esencial: sustancia incorpórea</i>
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>essa</u> achaque, <u>aquela</u> achaque	<i>Nivel contextual o deítico: <u>ese</u> achaque, <u>este</u> achaque</i>
Estético	-	-

Semântico	Campo semântico: mal, padecimento, afecção, doença, moléstia, defeito, mal-estar, imputação.	<i>Campo semântico: dolencia, indisposición, morbidez, alifafe, enfermedad, afección, alifafe, arrechucho, lacra, mal, molestia, padecimiento, resabio, reuma, sufrimiento.</i>
-----------	--	---

Fonte: A autora, 2023.

Concluimos que o par de palavras “achaque”/*achaque* apresenta convergência de critério ortográfico/silábico, etimológico, morfossintático, lógico e pragmático, além de divergência de critério fonológico, léxico e semântico. No que diz respeito à semântica, se percebe a não correspondência entre os termos contrastados, tendo em vista que na língua espanhola o uso manifesta o sentido de doenças crônicas próprias da velhice. Na língua portuguesa, no entanto, a acepção de enfermidade faz referência a males não muito graves.

Em síntese, podemos dizer que os *falsos amigos* “achaque”/*achaque* são parônimos que apresentam divergências semânticas devido a fatores históricos que interferiram diretamente no uso de cada termo. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* parciais, tendo em vista que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade entre os termos contrastados.

O segundo par analisado foi o “agasalhar”/*agasajar*. De acordo com Machado (1995), o verbo “agasalhar” da língua portuguesa procede do gótico *gasalja* com a acepção de “companheiro”. Desse termo se formou o verbo latino *ad-gasaliā* (que parece decalque do latim *ad-companiāre*, do qual vem “acompanhar” da língua portuguesa). Esse vocábulo também sobreviveu no provençal como *agasalhar* e no castelhano *agasajar* (>cat. *agasajar*).

Segundo Corominas e Pascual (1983), *agasajar* deriva do antigo *gasajo*, que tem como sentido “prazer em companhia” e “prazer social” e que precede do gótico *gasali* (alem. *geselle*) *compañía*, que por sua vez é derivado de *gasalja compañero*.

Em relação a sua expansão na Península, é possível perceber que em Castilha e em Portugal acabou se formando um coletivo que já era percebido nas Glossas de Silos, *gasallato*, que traduzido significa associação, sociedade, companhia. Nesse sentido, Corominas e Pascual (1983) chamam atenção para o fato de que a ideia de unir-se para o casamento ou associar-se em forma de casamento permaneceu no português até o século XV: “agasalhar-se com algũa

mulher” (RUY DE PINA [s.d] citado por MORAIS [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983).

No entanto, a ideia de união e de sociedade advinda do período de transição entre o final da Idade Média e início da Idade Moderna, na língua espanhola, especializou-se em referendar encontros sociais com foco na diversão. A prova disso é que se pode encontrar, em catalão, a ideia de “farra” e de “folgado” em *gasajemos*, nos escritos de Juan del Encina ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p): “[...] *entre aquesta buena gente nos gasajemos um rato*”⁸⁷.

Em APal. (2023b), o termo espanhol de origem latina também é concebido sob a perspectiva jocundista: “[...] *alegre delectación de los que se juntan a burlar y a hablar: que es un gasado para mejor poder sus ánimos recrear con alegría*” (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p)⁸⁸, enquanto que *gasajoso* se manifesta mais sob a concepção do “sociável” e do “prazer coletivo”: “[...] *ombre festivo es gasajoso, donoso, paziente en flabara*” (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p)⁸⁹.

O primitivo *gasajo* figura com a mesma matriz de *gasallo*, do *Libro de Buen Amor* e *gasalho*, com o galego-português. De *gasajo* se derivou o verbo *agasajar* no sentido de “acolher com festa” e de “tratar com hospitalidade”. De acordo com Corominas e Pascual (1983), Gamillscheg ([s.d]) creia que se trata de um verbo romance *adgasaliare* com o sentido primitivo de *acompañar*. No entanto, os registros comprovam que o sentido de “diversão coletiva” é recente e própria dos antigos termos *gasajados* e *gasajo*.

No CORDE ([s.d]) se registram diversas manifestações de uso de *agasajar* ao longo da história da língua espanhola. O primeiro registro se deu em 1602, na *Segunda parte de la del pícaro*, de Gusmán de Alfarache, na Espanha. No século XVII, é possível ver *agasajar* com o sentido de abrigo e de acolhimento, como mostra o texto de Tirso de Molina, do ano de 1632, publicado em uma novela de Manuel Arroyo Stephens, em 1994: “[...] *sed huésped a nuestra, que también sabe esta casa agasajar sanos como enfermos. Con gracias y reconocim [...]*.” (*apud*

⁸⁷ Tradução nossa: [...] entre estas boas pessoas, vamos nos divertir bastante. (ENCINA [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

⁸⁸ Tradução nossa: [...] alegres diversões daqueles que se juntam para se divertir e falar: que é uma boa maneira de melhor poderem recriar os seus espíritos com alegria (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

⁸⁹ Tradução nossa: [...] homem festivo é efervecente, gracioso e pacífico (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

RAE, [s.d], s.p)⁹⁰.

Em um texto de Vasco Núñez de Balboa, do século XIX, *agasajar* aparece com o mesmo sentido de séculos anteriores, ou seja, de “abrigar” e de “acolher”: “[...] *no pensaba más que en agasajar y regalar a los extranjeros. Allí despidió [...]*”⁹¹; “[...] *a quien el descubridor no cesaba de agasajar y regalar con toda la urbanidad y atenciones [...]*”⁹²; e “[...] *laciones por donde pasaban los salían a recibir y agasajar con sumisión y respeto [...]*”⁹³ (BALBOA, 1832 *apud* RAE, [s.d], s.p).

Porém, apesar de perpetuar o sentido de épocas passadas, já se percebe *agasajar* se estendendo e incorporando o sentido de folguedo ao termo como mostra o texto de Manuel José Quintana de 1832: “[...] *a quien el descubridor no cesaba de agasajar y regalar con toda la urbanidad y atenciones [...]*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)⁹⁴.

Anos mais tarde, em um texto de 1889 de José María Asensio se percebe que o sentido de alegria atrelado a *agasajar* continua se expandindo e se manifestando dentro da língua espanhola: “[...] *ó en Sevilla hubiera de dar hospedaje y procurase agasajar á algún poderoso monarca?*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)⁹⁵.

No tocante à expansão, é possível perceber ainda, por meio do CORDE ([s.d]), que o sentido de “festejo” e de “hospedar” a *agasajar* não foram as únicas acepções a serem incorporadas à palavra, considerando que a ideia de homenagear alguém por algum feito, se estendeu durante o século XX. Em uma publicação de 1986, é possível ver na obra *Los rios profundos*, de José Maria Arquedas, essa acepção publicada: “[...] *cuando Palacitos quiso, a la manerade su padre, agasajar a Romero y expresarle su agradecimiento [...]*” (ARQUEDAS, 1958 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁹⁶.

Dessa forma, observamos que desde o século XVI o termo *agasajar* na língua castelhana vem se manifestando e ampliando seu sentido até o século XX. Esses

⁹⁰ Tradução nossa: [...] seja nosso convidado, que também sabe entreter tanto os sãos quanto os doentes. Com agradecimento e reconhecimento (MOLINA, [1632] 1994 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹¹ Tradução nossa: [...] não pensava em outra coisa a não ser em hospedar e em presentear aos estrangeiros. Ali os despediu. (BALBOA, 2003 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹² Tradução nossa: [...] a quem o descobridor não parava de honrar e de presentear com toda atenção e hospitalidade. (BALBOA, 2003 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹³ Tradução nossa: [...] os locais pelos quais passavam, saiam para recebê-los e honrá-los com reverência e respeito. (BALBOA, 2003 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹⁴ Tradução nossa: [...] a quem o descobridor não deixou de entreter e presentear com toda cortesia e atenção (QUINTANA, 1832 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹⁵ Tradução nossa: [...] oh em Sevilha ele teria que dar hospitalidade e tentar entreter algum monarca poderoso? (ASENSIO, 1889 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹⁶ Tradução nossa: [...] quando Placitos quis, a maneira de seu pai homenagear Romero e expressar sua gratidão a ele. (ARQUEDAS, 1958 *apud* RAE, [s.d], s.p)

usos, no entanto, não se alinham totalmente ao uso de seu parônimo na língua portuguesa, tendo em vista que *agasajar* na língua espanhola perpetuou o sentido do gótico “prazer em companhia” ou “prazer social”, que consolidou no decorrer da história a ideia de “tratar com afeto”, “honrar” e “festejar na companhia de alguém”.

Ainda dentro dessa perspectiva, se faz importante salientar que a língua espanhola, por meio do CORDE ([s.d]), dispõe de um acervo científico no qual é possível observar os sentidos que *agajar* manifestou em cada século, o que infelizmente não se pode averiguar no português, haja vista que não existe um *corpus* diacrônico no qual seja possível observar a evolução semântica de “agasalhar” desde sua aparição até o século XX dentro da língua lusitana.

Quadro 6 - ANÁLISE LINGÜÍSTICA CONTRASTIVA DE AGASALHAR/AGASAJAR

Critério	Português	Español
Fonológico	/agazaLÁR/	/agasaxÁR/
Ortográfico(silábico)	AGA.SA.LHAR	AGA.SA.JAR
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa que procede do gótico <i>gasalija</i> que apresenta o sentido de companhia. Não há registro de sua primeira aparição na língua portuguesa (MACHADO, 1995).	Palavra espanhola que procede do gótico <i>gasali</i> que significa “prazer social”, “prazer em companhia”. Não há registro de sua primeira aparição na língua espanhola (COROMINA: PASCUAL, 1983).
Lexical	1.Cobrir, proteger, com agasalho, dar agasalho. 2.Abrigar, proteger, amparar, hospedar. (AGASALHAR, 2022).	1.Tratar con atención expresiva e cariñosa; 2.Halagar o favorecer a alguien con regalos o con otras muestras de afecto o consideración; 3.Hospedar, aposentar. (AGASAJAR, 2022).
Morfossintático	Verbo: 1ª conjugação, infinitivo, transitivo direto. Núcleo do sintagma verbal.	Verbo: 1ª conjugación, infinitivo, transitivo directo. Núcleo del sintagma verbal.
Estético	Sentido figurado: gostar, compreender, defender	Sentido figurado:gostar, curtir.
Lógico	Definição essencial: ação.	Definición esencial: acción.
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>agasalhar este</u> , agasalhar esse.	Nível contextual o deítico: <u>agasajar este</u> , agasajar_ ese.

Semântico	Campo semântico: acoitar, acalentar, abrigar, albergar, aquecer, proteger, cobrir, acolher, aconchegar, acomodar, abaetar, adotar, aninhar, enrolar, receber, salvaguardar, abafar, abrasar, vestir, enroupar, hospedar.	Campo semântico: <i>adular, alabar, alabarse, arrullar, banquetear, convidar, cumprimentar, felicitar, festejar, halagar, homenagear, invitar, malparar, maltratar, obsequiar, requebrar.</i>
-----------	--	---

Fonte: A autora (2023).

Concluimos que o par de palavras *agasalhar/agasajar* apresenta convergência de critério etimológico, morfossintático, lógico e pragmático, bem como divergência de critério fonológico, ortográfico/silábico, léxico, estético e semântico. No que diz respeito ao significado do vocábulo de origem, detectamos que a ideia de *abrigar* advinda do gótico esteve presente nas duas línguas até o século XV, considerando que na língua espanhola foi se incorporando a ideia de “honrar”, “gostar” e “curtir” a *agasajar* com o decorrer do tempo. Em síntese, podemos dizer que *agasalhar/agasajar* são parônimos que apresentam divergência de sentido devido a fatores históricos que interferiram diretamente no uso de cada termo. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* totais, tendo em vista que a não correspondência semântica se manifesta em sua totalidade sob a perspectiva sincrônica.

Em relação ao terceiro par escolhido *alagar/halagar*, Machado (1995) aponta que o sentido mais antigo do verbo *alagar*, na língua portuguesa, faz referência à ideia de “destruir”, “derribar”, “arrasar”, “perder” e “estragar” – nessa época, ainda não se percebia nenhuma relação de sinonímia entre o sentido de “destruir” e o conceito de *lago* como sugere a primeira versão de Corominas e Pascual (1983).

Os dialetos atuais, além de conservarem a ideia de “estragar” e de “destruir” da acepção mais antiga, incluíram à ideia de “destruição” acontecimentos de ordem natural com o passar do tempo: *alagar* uma parede, uma poça (isto é, soltar água), como: “a enxurrada alagou (inutilizou, desfez) o caminho” ou “o vento *alagou* (destruiu) o pinheiro”.

Nesse aspecto, é importante recordar que no francês antigo, que também é considerado um dialeto natural de ramificação latina, utilizava-se o verbo *eslavé* para fazer referência a fenômenos da natureza, de acordo com Machado (1995). No entanto, se esse verbo fosse usado para fazer referência a um fenômeno de maior magnitude e/ou intensidade, viria acompanhado da derivação *ace*, como para referir-

se a “grande chuva, inundação”. Com a progressão do francês, *élaguer* veio a ser utilizado com o sentido restrito de podar, ou seja, de cortar os ramos inúteis das árvores – Machado (1995) não soube precisar se *élaguer* representa a evolução natural de *eslaver* ou, como lhe parece mais provável, não se trata de uma forma divergente característica de certo dialeto que acabou por superar a outra.

Diferentemente do francês, na língua portuguesa o sentido de “inundar” chegou tardiamente, pois de acordo com os registros apresentados, a ideia de “destruir”, “derrubar”, “arrasar”, “perder” e “estragar” dos primórdios manteve-se até o século XIII. Porém, a partir do século XIV encontram-se os primeiros registros do verbo *alagar* fazendo referência a assuntos navais: “[...] a nossa companhia entrou em um batel.e tanto que i entraram, sobreveo uũ vento tam forte que os alagou assi que os vi todos morrer ante mim” (DEM., p. 247 *apud* MACHADO 1995, s.p).

No glossário dessa obra, também se encontram comprovações quinhentistas com o mesmo sentido, o que faz Machado (1995) hipotetizar que a presença do verbo *alagar* tenha aberto portas para a implementação de seu substituto *alargar* na língua portuguesa: “[...] e por escapar da morte que via a seus olhos se lançarão todos a augua: e delles a nadar e outros aa mirgular per sob a augua se alargarõ que lhes nõ poderõ empecer...” (CONDEST.p. 29 *apud* Machado 1995, s.p). O estudioso ainda especula que o surgimento do sentido de “inundar” na língua portuguesa tenha se manifestado, por um lado, devido ao uso com naufrágios e, por outro, pela ideia que a própria palavra “lago” denota – talvez o sentido de “inundar” tenha sido incorporado ao termo “lago” devido ao italiano *allagare* que, de acordo com D. E. I. ([s.d]), existe desde o século XV.

Nos dizeres de Corominas e Pascual (1983), *halagar*, junto com *afagar* da língua portuguesa e *afalagar* do catalão, procedem do árabe *hálaq*, que tem como sentido alisar, aplastar, pulir e tratar bondosamente. Contudo, ainda que não se tenha dúvida sobre sua origem etimológica, alguns detalhes ficam obscuros devido ao conhecimento incompleto do árabe vulgar da Espanha por parte dos próprios investigadores.

As formas portuguesas *afagar* e catalão *afalagar* são também castiças, frequentes e tão antigas quanto os respectivos idiomas literários. Essa última, que também se configura como forma austuriana, é uma variante que se apresenta constantemente no próprio castelhano, considerando que sua presença se encontra em Alex([s.d]), López de Ayala([s.d]), Enrique de Villena([s.d]), entre outros, até

meados do séc. XV (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

Em relação ao termo português *afagar*, é bastante provável que tenha saído de *afa(l)agar*, já que se deduz que seja a forma primitiva que em Castilha contraiu as duas primeiras *aa* de *ahalagar* por causa da pronúncia débil e intermitente, devido ao *h* aspirado de épocas remotas que se representava graficamente por *f*, principalmente quando vinha entre vogais.

No entanto, deve-se considerar que a etimologia de *halagar* causou muitas instabilidades entre os romancistas do século passado e entre os principais investigadores dos arabismos hispânicos. Engelmann ([s.d]), Dozy ([s.d]) e Eguílaz ([s.d]) se abstiveram até mesmo de apontar a suspeita de uma origem árabe. Hoje, é possível reconhecer que todas as possibilidades indicadas como tendo alguma influência árabe são totalmente descartadas (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

O árabe *hálaq* é palavra bastante conhecida de uso clássico e vulgar que, além do sentido fundamental que faz referência a “criar”, “forjar (uma mentira)” e “compor”, leva ainda a aceção de “tratar bondosamente” e de “aplainar”. Nesse aspecto, é praticamente impossível dizer de qual dessas variantes ou raízes procede a palavra romance, pois, para os hispanos, todas constituíam uma unidade com variações semânticas. Além disso, era fácil passar diretamente da ideia de “aplainar” para “acariciar”, segundo prova o termo francês *flatter*, “adular” ou “acariciar”, derivado de *flat*, cujo significado originário “alisar” existiu no próprio romance de acordo com o termo “afagar” da língua portuguesa, que leva em uma de suas aceções a ideia de “tirar asperezas”, “alisar” e “colocar no mesmo nível as peças de madeiras montadas” (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

De acordo esses estudiosos, o que se pode afirmar em relação ao sentido de “acariciar” e “adular” é que sua aparição já se deu no árabe vulgar da Espanha, ainda que não se tenha registros diretos, considerando que a forma intensiva *hállaq* está documentada por Palc ([s.d]) com o sentido de ser habilidoso ou de pegar algo de alguém mediante agrados – o que supõe, obviamente, que a forma primitiva *hálaq* já tenha tido o sentido de *halagar*. Nesses termos, é supérflua a hipótese que defende que *halagar* passou de um dos romances hispânicos aos demais, tendo em vista a antiguidade e a popularidade do termo em três línguas iberorromance (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

No CORDE ([s.d]) é possível encontrar diversas realizações de *halagar* no castelhano. No século XIV, ele aparece pela primeira vez em *Libro del cavallero*

Cifrar, escrito entre os anos de 1300 e 1305, na Espanha, fazendo referência à ideia de “tratar amavelmente”: “[...] *según de ante vos lo dixo, que vos embía a halagar con el pan y con el palo. ¡& por Dios, señore [...]*” (ANÔNIMO, 1300-1305 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁹⁷.

Na obra de García Lozano López, de 1992, se encontra um fragmento de um texto de 1490 com *halagar* fazendo menção a ideia de amável e de civilizado: “[...] *a otri por translaçion del vino dulce. Mulcere. halagar: amansar. es mulceo verbo attiuo dela secunda*” (LÓPEZ, 1490, *apud* RAE, [s.d], s.p)⁹⁸.

Em 1994, se encontra *halagar* publicado em um texto de Miguel Ángel Pérez Priego de 1517, dando continuidade ao sentido do século anterior: “[...] *e sucede y él s'esfuerça quanto puede por poderla halagar. Floristán se parte della con pensamiento*” (PRIEGO, 1517 *apud* RAE, [s.d], s.p)⁹⁹.

No mesmo século e no âmbito religioso, se registra um texto, também de Priego, entre os anos de 1521 e 1543, em que *halagar* se expande e se manifesta no campo semântico dos aplausos, do louvor e da honra: “[...] *u marido. No trabajos, Aureliano, en me rogar, ni halagar, ni amenazar [...]*” (PRIEGO, 1521-1543 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁰⁰.

Na *Historia del Nuevo Mundo*, de Marcos Jimenez de la Espada,, é possível ver que a ideia de “elogio” advinda de tempos anteriores se perpetuou no espanhol durante o século XVII em *halagar* : “[...] *que se sientan luego junto dél y lo comienzan á halagar, trayéndole la mano por encima [...]*” (ESPADA, 1653 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁰¹.

Em *Tratados e ensayos*, da Real Academia Española, existe um texto de 1730, de Feijoo Benito Jerônimo, trazendo *halagar* com uso de “afeto”, bem característico do século XV: “[...] *a lo íntimo del pecho, y más seguramente consiguel halagar el corazón y mover los afectos [...]*” (JERÔNIMO, 1730 *apud* RAE, [s.d],s.p)¹⁰².

⁹⁷ Tradução nossa: [...] como vos disse antes, que vos mandou para lisonjear com o pão e com opau e por Deus, senhor! (ANÔNIMO, 1300-1305 *apud* RAE, [s.d], s.p).

⁹⁸ Tradução nossa: [...] até o profundo do peito e com mais segurança consegue lisonjear o coração provocando afetos. (LÓPEZ, 1490 *apud* ERA, [s.d], s.p).

⁹⁹ Tradução nossa: [...] da parte dele existe um grande esforço para elogiá-la. Floristão afasta-sedela com o pensamento. (PRIEGO, 1517 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁰⁰ Tradução nossa: [...] O marido. Não trabalhes, Aureliano, não me implore, não me lisonjei e nem meameace.” (PRIEGO, 1521-1543 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁰¹. Tradução nossa: [...] depois se sentam ao seu lado e começam a elogiá-lo, levantando suas mãos até a sua cabeça. (ESPADA, 1653 *apud* RAE, , [s.d], s.p).

¹⁰² Tradução nossa: [...] no íntimo de meu peito e com segurança, consegue lisonjear o coração

E, por último, no século XX, *halagar* se consolida na língua espanhola como sentido de “seduzir”, “lisonjear”, “acarinhar” e “afagar”, da origem árabe: “[...] *en mis oídos como un lugar común incapaz de halagar mi vanidad*” (RAE, [s.d], s.p)¹⁰³. Dessa forma, é possível compreender a raiz da incompatibilidade entre os termos português/espanhol enfrentados. Apesar da proximidade formal entre eles, se percebe, pelo viés histórico, o caminho que cada termo tomou no uso, justificando, obviamente, a não equivalência de sentido entre eles.

Nesse contexto, é relevante observar que a língua espanhola dispõe do *Corpus diacrónico del Español* ([s.d]) para análise de sentido de *halagar* em cada século desde o surgimento da palavra na língua, o que não acontece na língua portuguesa, que até a presente data não apresenta um *corpus* diacrônico consolidado que revele o sentido que o vocábulo “alagar” tomou desde seu primeiro aparecimento até o século XX dentro do português.

Quadro 7 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE ALAGAR/HALAGAR

Critério	Português	Español
Fonológico	/alagáR/	/alagáR/
Ortográfico(silábico)	A.LA.GAR	HA.LA.GAR
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa de origem etimológica desconhecida. Uma de suas primeiras aparições com o sentido de <i>inudar</i> se deu no século XIV na língua portuguesa (MACHADO, 1995).	Palavra espanhola que procede do árabe <i>hálaq</i> . Não há registro de sua primeira aparição no castelhano (COROMINAS; PASCUAL, 1983)
Lexical	1.Cobrir de água, inundar. 2.Destruir, arruinar, arrasar. (ALAGAR, 2022)	1.Llenar de lagos o de charcos (HALAGAR, 2014).
Morfossintático	Verbo: 1ª conjugação, infinitivo, transitivo direto.Núcleo do sintagma verbal.	Verbo: 1ª conjugación, infinitivo, transitivo directo.Núcleo del sintagma verbal.
Lógico	Definição essencial: ação	Definición esencial: acción
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>alagar este</u> , alagar esse	Nivel contextual o deítico: <u>halagar este</u> , halagar ese
Estético	-	Sentido figurado :Elogiar

promovendo afeto. (JERÔNIMO, 1730 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁰³ Tradução nossa: [...] tenho em meus ouvidos um lugar incapaz de lisonjear a minha vaidade. (RAE, [s.d], s.p).

Semântico	Campo semântico: engolir, ocupar, subverter, rasar, apaular, alastrar, tomar, invadir, tragar, sorver, preencher, repletar, encharcar, afogar, afundar, lotar, absorver, inundar, apinhar, empantandar, anegar, submergir, conquistar, repassar, apoderar, acometer, aglomerar, apossar, assaltar, encher	Campo semântico: <i>acariciar, acariciar-se, adular, agasajar, alabar, alabarse, azucarar, barbear, bombear, capatar, captarse, complacer, complacerce, corear, cortejar, desdenhar, enjabonar, festejar, lisonjear, mimar, obsequiar, pelolear, roncear, satisfacer, satisfacerse, seducir.</i>
-----------	---	--

Fonte: A autora (2023).

Concluimos que o par de palavras *alagar/halagar* apresenta convergência de critério lógico e pragmático e divergência de critério fonológico, ortográfico/silábico, etimológico, léxico, morfossintático, estético e semântico. No que diz respeito ao significado, comprova-se que não existe interseção entre os vocábulos, tendo em vista que a língua portuguesa herdou o sentido de “destruir” desde os primórdios, bem como adquiriu o sentido de “inundar” com o passar do tempo. Já a língua espanhola herdou a ideia de “tratar com carinho” da língua árabe, que com o passar do tempo se especializou em “adular” e “elogiar”: *Lo halagaba que o respetasen, pero no debía incurrir en exageraciones de autoridad*¹⁰⁴.

Em síntese, podemos dizer que *alagar/halagar* são parônimos que não apresentam nenhuma correspondência semântica ao longo da evolução histórica. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* totais, considerando que a não correspondência de sentido se manifesta em sua totalidade sob a perspectiva sincrônica.

Em relação ao par de palavras *besta/bestia*, Machado (1995) observa que “besta” (ê) (s) da língua portuguesa se originou do latim tardio *bēsta* e é equivalente do clássico *bestia* que, por sua vez, faz alusão a animal em sentido genérico, ou seja, a animal em oposição ao gênero humano. Quando se apresenta em forma de plural, faz menção a animais destinados a combater gladiadores e criminosos.

No século XIII, encontra-se a forma culta *béstia*: “*Qui ouuer béstia a meter e non a metir outro dia tome fiel*” (LEGES, p. 852 *apud* MACHADO, 1995) e a forma *bescha* do mesmo latim *bestia*: “[...] ...louuamos e outogarmos que todo auer que

¹⁰⁴Tradução nossa: Lisonjeou-o para que o respeitassem, porém ele não devia se entregar a exageros de autoridade.

uenher a Coimbra per assý uender que descarregue nas Alfandegas del Rey e as beschas que esse auer trouxerem e todas outras beschas de carrega que ende merchandia quiserem leuar". (DEM., 1296 *apud* MACHADO, 1995, s.p.). Em outro documento do latim medieval, também se encontra *bescho* nos séculos XIV ou XV como correspondente de *bēsta* do século XIII: "[...] *todos aqueles beschos... partirõ-se do orto*" (Rev. Lus., XXVII, p. 16 *apud* MACHADO, 1995, s.p).

A palavra *besta* (é), s. veio do latim *bālista* que alternava com *bāllista* no século XII: "Aseres enim pedum XII cuspidibus praefixi atque hi maximis *balistis* missi per III ordines cratium [...]" (CESAR, II. p. 2 *apud* MACHADO, 1995, s.p); e com *balista* que significava "máquina de lançar projecteis; dardo lançado pela dita máquina". No entanto, na antiguidade se percebeu que existem outras formas para fazer referência aos dardos ou projecteis lançados, como *baesta* que foi encontrada na Rev. Lus., do século XII: "*Mandoa Martins Anes filho de João Peris a baesta*"; a forma *beesta* em Script., p.358: "*e pescado e ferradura e cravos e beesta e seetas e ferro e baraço[...]*"; a forma *besta* em Pereg. No século VII: "*Desta ribeyra para a parte do Sul obra de dous tiros de besta...*"; *bestaria* em Reis5: "e então a começarão a combater com engenhos e com muita *beestaria...*" (indicar referência); e, por último, a forma *beesteria* em F.L.P.: "e dali as defendiam com muita *besteria* e troons" (MACHADO, 1995, s.p).

Segundo Corominas e Pascual (1983), *bestia* foi tomado do latim *bēstīa* como apontam os primeiros registros das Glosas Silenses. Derivado de *bestezuela*, *bestial* veio do latim eclesiástico *bestialis*. A forma *bestialidad* aparece em Guevava ([s.d]), *bestion* nos escritos de Berceo ([s.d]), *bestiar* em catalão no fim do século XIV, *bestiario* em meados do século XIII e a expressão italiana *bestiame* que somente foi empregada por autores do Século de Ouro, fazendo referência a Itália e a assuntos militares.

Nesses termos, é bom recordar que *vestiglo* aparece fazendo referência a réptil em 1240 e, mais a frente, em 1251, aparece referendando a animais tanto ofensivos quanto a inofensivos. No entanto, Corominas e Pascual (1983) chamam atenção para *bestículo* que no português arcaico tinha o sentido de aranha, ou melhor, de um animal de pequeno porte.

Em catalão *bestiola* significa bicho e, em forma não autóctona, no galego antigo, *bestiola* significa *doneziã*. No aspecto morfológico, o certo é que um diminutivo em *iculum* e em *icula* não fazem parte da derivação comum nas palavras

que terminavam em “ia” – o que se conclui que *bestŭla* e *bestulus* não se referem a bicho de pequeno porte. Nesse aspecto, é importante levar em consideração que o termo irlandês antigo *béist* coincide perfeitamente com o sentido de *vestiglo* “[...] *monstre fabuleux, vermiforme*”, “[...] *serpente (verminose solitária/solitaire)*”. Naturalmente, fica evidente que essa voz tem origem no latim vulgar e não na ascendência celta, como alguns estudiosos acreditam (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

Partindo de *bēstis*, se compreende automaticamente os diminutivos *bestula* e *besticula* documentados e que persistiram durante muito tempo no latim vulgar. No CORDE ([s.d]), é possível encontrar inúmeras realizações de *bestia* na língua espanhola. Seu primeiro registro no espanhol está datado desde o ano de 1230, em Gonzalo de Berceo, no texto *Vida de San Millán de la Cogolla*.

Desde o século XIII já se registra o termo fazendo referência a quadrúpedes em um texto de 1279: “*Cualo o yegua o boy o uaca o todo ganadoo toda bestia [...]*” (ANÔNIMO, 1279 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁰⁵. No século seguinte, em um texto de autoria anônima publicado entre os anos 1300 e 1325, se encontra *bestia*, provavelmente fazendo menção a um cavalo, levando em consideração o contexto da Idade Média da época: “[...] *tan desapoderado que sol non puede sobir en bestia. - Señor, por Dios, merçet -dixo la infante-*” (ANÔNIMO, 1300- 1325 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁰⁶.

No século XV, já é possível ver registro de *bestia* mais estendido na língua espanhola. O aspecto “grosseiro” e “rude”, característico dos cavalos de guerra, por exemplo, atravessa a esfera irracional e alcança o humano por causa de algumas atitudes insanas que não pertencem ao domínio da razão: “*'Bruto' (así como aquél que se governava como una bestia bruta e muda) [...]*” (LÓPEZ DE AYALA, 1400 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁰⁷.

No CORDE ([s.d]), se encontram textos do século XVI consolidando a ideia de *bestia* com referência a algumas atitudes humanas, ou seja, é possível perceber a expansão semântica da era anterior com referência ao termo *bestia*. Em uma publicação de Fray Luis de Granada (1906), é possível encontrar um fragmento de

¹⁰⁵ Tradução nossa: [...] qual é a égua, ou boi ou vaca ou todo o ganho ou animal. (ANÔNIMO, 1279 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁰⁶ Tradução nossa: [...] tão impotente que não pode ficar sobre o animal. - Senhor, pelo amor de Deus, merçet", disse o infante.(ANÔNIMO 1300-1325 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁰⁷ Tradução nossa: Bruto, como aquele que governa a si mesmo é como uma besta bruta e muda. (LÓPEZ DE AYALA, 1400 *apud* RAE, [s.d], s.p).

um texto de 1562 nesse sentido: “[...] *dejando por entonces al hombre hecho una bestia bruta.*” (FRAY LUIS 1562 *apud* 2RAE, [s.d], s.p)¹⁰⁸.

Em 1620, também se encontra *bestia* na *Segunda parte* do *Lazarillo de Tormes*, comparando atitudes humanas aos de um animal, como já existia anteriormente: “[...] *mi mujer me había dicho muchas veces era una bestia, y los muchachos de Toledo me solían decir... [...]*” (JUAN DE LUNA, 1620 *apud* RAE, [s.d],s.p)¹⁰⁹.

Nos séculos XVIII, XIX e XX, também é recorrente o uso de *bestia* para algumas atitudes humanas. No texto *El celoso don Lesmes*, de Vicente Rodriguez Arellano, de 1790, é possível averiguar esse sentido: “[...] *oye y perdona al gran bestia de tu marido, que el pobre no sabe.*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)¹¹⁰. Em *El terror*, de Pérez Galdóz (1824), encontra-se *bestia* nesse sentido: “[...] *se ha visto desde que el hombre, esa infame bestia inteligente, apareció sobre la tierra!*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)¹¹¹. Em *Los papeles del infierno*, de Enrique Buenaventura, de 1968, também se constata esse sentido, quase no final do século XX: “[...] *Todo lo que he hecho es trabajar como una bestia para sostener este hogar y levantar ese hijo*” (*apud* RAE, [s.d], s.p.)¹¹²

Diante dos exemplos que trouxemos em língua espanhola contidos no CORDE ([s.d]), é possível perceber que a ideia de animal em *bestia* faz sempre referência a animais quadrúpedes e a ações humanas que remetem a atitudes grosseiras e próprias de seres irracionais. Nesse contexto, é relevante destacar que a língua espanhola dispõe do *Corpus diacrónico del Español* ([s.d]) para análise de sentido de *bestia* em cada século desde seu surgimento na língua até o século XX. No tocante à língua portuguesa, não foi possível desenvolver a mesma análise feita no espanhol, tendo em vista que até a presente data não existe um corpus diacrônico consolidado que revele o sentido que o vocábulo “besta” tomou ao longo do tempo dentro da língua lusitana.

¹⁰⁸ Tradução nossa: [...] deixando o homem com um animal bruto.” (FRAY LUIS, 1562 *apud* RAE,[s.d], s.p).

¹⁰⁹ Tradução nossa: [...] minha mulher me dizia muitas vezes que eu era uma besta, e os rapazes em Toledo costumavam dizer-me também... [...] (JUAN DE LUNA, 1562 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹¹⁰ Tradução nossa: [...] ouve e perdoa o grande imbecil de teu marido, o coitado não sabe.(RODRIGUÉZ ARELLANO, 1790 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹¹¹ Tradução nossa: [...] tem sido visto desde que o homem, aquela besta infame e inteligente, apareceu na terra (GALDÓZ, 1824 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹¹² Tradução nossa: Tudo o que fiz foi trabalhar com um animal para sustentar esselar e esse filho. (BUENAVENTURA, 1968 *apud* RAE, [s.d], s.p).

Quadro 8 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE BESTA/BESTIA

Critério	Português	Español
Fonológico	/béSta/	/béstia/
Ortográfico(silábico)	BES.TA	BES.TIA
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa que se originou do latim tardio <i>bēsta</i> faz alusão a animais de maneira geral. A outra forma que, também se originou do latim <i>bālista</i> , faz referência a assuntos bélicos. No Dicionário etimológico não existe registro de sua primeira aparição (MACHADO, 1995).	Palavra espanhola que procede do latim <i>bēstia</i> . Sua aparição se documenta como <i>vístia</i> na segunda metade dos séc. X nas Glosa Silenses e como <i>bestia</i> em Berceo. (COROMINAS; PASCUAL, 1983).
Morfossintática	Substantivo (feminino, singular) comum, concreto, primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	Substantivo (femenino, singular) común, concreto, primitivo, simple. Núcleo sintagmático
Lexical	1.Arma portátil composta por um arco de madeira, u de aço, cujas extremidades estão ligadas por uma corda que, ativada pelo gatilho, é esticada para arremessar setas ou balas de metal (belouros); 2.Qualquer animal irracional; cavalgadura, quadrúpede (BESTA, 2022).	1.Animal cuadrúpedo; 2.Animal doméstico de carga (caballo, mula e etc.); 3.Monstruo (ser fantástico) (BESTIA, 2022).
Lógico	Definição essencial: substância corpórea	Definición esencial: sustancia corpórea
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>esse</u> besta, <u>aquela</u> besta	Nível contextual o deítico: <u>!esa</u> bestia!, <u>!aquella</u> bestia!
Estético	Sentido figurado: 1.Pessoa ignorante, sem instrução; pouco esclarecida 2.indivíduo sem humanidade; grosseiro, bruto. (BESTA, 2022).	Sentido figurado: 1.Persona ruda e ignorante (BESTIA, 2022).
Semântico	Campo semântico: jumento, burro, bicho, mula, quadrúpede, animal, quadrúpede, quadrúpede, cavalgadura, asno, monstro, criatura, indivíduo, porco, demônio, sujo, imbecil, besta, bruto, admirado, enérgumeno, macho, mulo, montaria, alimária, animália, insignificante, desprezível, boçal, desprezível, insignificante, afetado, presunçoso, pedante.	Campo semântico: animal, cuadrúpedo, caballería, acémila, bárbaro, bestial, bruto, cafre, patán, inculto, ingnorante, inculto. zafio, fiera, irracional, cabalgadura, bruto, selvaje, asno, energúmeno, zulú, cernícal, cafre, alimaña.

FONTE: A autora (2023).

Concluimos que o par de palavras *besta/bestia* apresenta convergência de

critério etimológico, lógico, morfossintático e pragmático; ademias de divergência de critério fonológico, ortográfico/silábico, léxico, estético e semântico. No que diz respeito ao significado, se comprova correspondência entre os termos, tendo em vista que a ideia de “animal”, advinda do latim, permaneceu nas duas línguas ao longo da história.

No tocante ao uso do sentido figurado, se percebe a não correspondência, considerando que o termo “besta” em português se usa para pessoas consideradas “imbecís” e “desprezíveis”, enquanto na língua espanhola o termo correspondente faz alusão a pessoas “grosseiras” e “brutas”: “*Cuando bebe se pone hecho un bestia*¹¹³”, “*Cuídate de él, es una mala bestia*¹¹⁴”, “*Se mandó a construir una casa a lo bestia*¹¹⁵”, “*Se lesionó por jugar a lo bestia*¹¹⁶”. Em síntese, podemos dizer que “besta” e *bestia* são parônimos que não apresentam a mesma forma de uso. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* parciais, haja vista que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade.

No tocante ao par de palavra cajão/caja, Machado (1995) observa que na língua portuguesa “cajão” é oriunda do latim *occasiōne*, que significa ensejo, ocasião, momento favorável, tempo propício. Cajão se originou da forma arcaica *cajom* que existia no século XIII, segundo consta no dicionário etimológico de Machado (1995). Nele também se encontra documentada a forma *chagom* que aparece no ano de 1287. Com outras variantes, cajão aparece no séc. XIII na forma de *acayom* que alguns leem *acaijom* segundo o estudioso. Um pouco mais tarde, no século XIV, aparecem as formas *cajã* e *cajão* documentadas na língua portuguesa.

Na língua espanhola é provável que *caja* tenha se originado do catalão que possui o significado de *caixa* ou do occitano *caissa* de acordo com Corominas e Pascual (1983). Na Idade Média, *caja* era um vocabulário raro que só aparece em três textos de origem não fidedigna, de acordo com Corominas e Pascual (1983). Depois dessas amostras, só serão encontrados exemplos desses vocábulos na última década do século XV. *Caja* é estranho ao vocabulário de alguns estudiosos da época medieval (Cid ([s.d]), Berceo([s.d]), Alex. ([s.d]), F Júzgo([s.d]), Apol. ([s.d]), entre outros) e tampouco se encontra presente nos demais glossários medievais.

¹¹³ Tradução nossa: Quando bebe, torna-se uma fera.

¹¹⁴ Tradução nossa: Cuidado com ele, ele é uma besta fera.

¹¹⁵ Tradução nossa: Ele mandou construir uma casa fera.

¹¹⁶ Tradução nossa: Ele é uma besta fera.

Nesse aspecto, ainda que os três exemplares sejam autênticos, essa escassez leva Corominas e Pascual (1983) a crer que se trata de um estrangeirismo devido à relevância de uma palavra tão importante – ainda mais quando se trata de artigos importados ou, ainda, de um vocábulo que faz referência ao comércio da época. Apesar de não ter origem precisa, os investigadores crêem que sua origem pode ser catalã por causa da frequência do vocabulário em inventários aragoneses desde 1365; e *caxetas* desde 1331 de acordo com Corominas e Pascual (1985), pois é provável que as outras formas de *capsa* que aparecem no espanhol medieval sejam autóctonas ou latinizantes.

Corominas e Pascual (1983) observam que a realização fonética *-ps-* > *-iss-* ou *-ix-* é perfeitamente normal em línguas occitanas e no catalão. No entanto, muitos filólogos se empenharam em buscar explicações para esse fenômeno que, ao ver dos linguistas espanhóis, não merecia maiores esforços. Guanerio([s.d]), Parodi([s.d]), Brunel([s.d]) e Wartburg([s.d]) asseguram que o vocábulo occitano *caïssa* vem de um *capsĕa* cuja existência se documenta a partir do séc. XIII, como demonstra Brunel (XIII *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983) mediante as grafias *caxia* e *capsea*. Porém, o que chama atenção é que essas são latinizações occitanas que não possuem valor nenhum para o latim vulgar, como observou Ronjart ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p) ao afirmar que o derivado *capsea* não se compreenderia dado o significado da palavra.

O paralelismo fonético admite que *-ps-* se transformava também em *-hs-* no céltico de todas as partes – por mais que se conte com menos dados por ser um grupo consonântico menos comum. Nesse aspecto, não cabe dúvida de que o latim vulgar das duas vertentes natural dos Montes Pirineus da parte oriental seguiu obedecendo o hábito fonético dos celtas locais. Em relação às formas abulense *caja*, *quijada*, *soriana cajilla*, *castellano quijada* e queixo em português se considera prova que o caráter de *caja* só pode indicar que as palavras para *quijada* se originaram em *capsĕum* – nesse caso se justifica a derivação adjetiva, tendo em vista que *quijada* não é uma *caja*, senão um objeto comparável (COROMINAS E PASCUAL, 1983).

No CORDE ([s.d]), o primeiro registro do vocábulo *caja* se manifesta em 1547 no *Libro de la Cámara real del Príncipe don Juan* e em ofícios da Espanha com sentido de “pagamento”: “[...] *por su libramiento e caja e fe del cauallerizo*”

(GONZALO, 1547 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹¹⁷.

Ainda no século XVI, encontra-se *caja* fazendo menção à recipiente, no texto *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, entre os anos de 1568 e 1575: “[...] y luego sacó de una petaca, que es como caja, muchas piezas de oro y de buenas labores y rica.” (DÍAS DEL CASTILLO, 1568-1575 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹¹⁸; “Sandoval por sus ojos que se las sacaron de una caja, porque aguardó el cordonero que no estuviese.” (DÍAS DEL CASTILLO, 1568-1575 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹¹⁹

Ainda nessa época, é possível encontrar registro de *caja* com fazendo referência a tambor, ou seja, a uma caixa ou “recipiente que produz sonoridade” como se poder comprovar no texto *De la guerra de Granada*, de Diego Hurtado de Mendonza, entre os anos 1569 a 1573: “[...] capitanes y oficiales, que aun el sonido de caja no entendían; sin orden, sin señal de guerra.” (MANUEL GÓMEZ, 1569-1573 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹²⁰.

Nos séculos XVII e XVIII, é possível encontrar *caja* fazendo referência específica à recipiente para conter matéria sólida. No texto *Triunfo poético*, de 1683, é possível encontrar claramente esse sentido: “Diósele una caja de plata para tabaco, y dos pares de medias.” (JOSÉ ROJAS, 1683 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹²¹. Assim como no texto de Gustavo Adolfo Otero, publicado de 1702 a 1736, em Buenos Aires: “[...] e halló a las puertas de la iglesia dentro de una caja de cedro en forma de cruz.” (GUSTAVO ADOLFO, 1702-1736 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹²².

No texto *Conversación con la eternidad*, de José Samora, de 1842, o recipiente faz alusão ao fúnebre e à morte: “[...] ¿no he de sentir dar con mi cuerpo en la caja mortuoria? Yo. - Eso que llamas tu cuerpo ha muerto.” (SOMOZA, 1842 *apud* RAE, [s.d], s.p.)¹²³. Em *Viajes de fray Gerundio*, por Francia de Modesto, de 1842, *caja* faz alusão à “economia”: “[...] los días por los dedos, sus obras

¹¹⁷ Tradução nossa: [...] pelo seu cheque, dinheiro e credo do moço da cavalaria. (GONZALO, 1547 *apud* ERA, [s.d], s.p).

¹¹⁸ Tradução nossa: [...] e então ele tirou de um frasco, que é como se fosse uma caixa, muitas moedas de ouro e de bom acabamento e riqueza. (DÍAS DEL CASTILLO, 1568-1575 *apud* RAE, [s.d],s.p).

¹¹⁹ Tradução nossa: Sandoval por seus olhos que se tirou um recipiente porque aguardou o cordonero que não estivesse (DÍAS DEL CASTILLO, 1568-1575 *apud* RAE, [s.d],s/p).

¹²⁰ Tradução nossa: [...] capitães e oficiais que não entendiam nem o som da caixa: sem ordem e sem o sinal de guerra.” (MANUEL GÓMEZ, 1569-1573 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹²¹ Tradução nossa: Foi-lhe dada uma caixa de tabaco prateada e dois pares de meias. (JOSÉ ROJAS, 1683 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹²² Tradução nossa: [...] e foi encontrado às portas da igreja dentro de uma caixa de cedro em formade cruz. (GUSTAVO ADOLFO, 1702-1736 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹²³ Tradução nossa: [...] não terei de me arrepender do meu corpo na caixa mortuária? E: Aquilo a que chamais o vosso corpo está morto. (SOMOZA, 1842, *apud* RAE, [s.d], s.p).

impresas, su caja para operaciones matemáticas.” (LAFUENTE, 1842 *apud* RAE[s.d], s.p)¹²⁴.

Em 1953, encontra-se em *Esquadra hacia la muerte*, de Alfonso Sastre, *caja* fazendo referência à recipiente que guarda utensílios para primeiros socorros: “*Espera. (Se levanta y va al fondo. Abre una caja de botiquín y saca un tubo. Extrae una pastilla.*” (SASTRE, 1953 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹²⁵.

Por meio dos exemplos que acabamos de ver, observamos que os registros de *caja* no CORDE ([s.d]), do século XVI ao XX, documentam o sentido de recipiente para diversas finalidades. Em relação a “cajão” não é possível observar a evolução e o sentido que esse termo foi tomando durante seu percurso histórico dentro da língua portuguesa, tendo em vista a não existência de um *corpus* diacrônico no qual se possa ter acesso as realizações dessa palavra dentro do português.

Quadro 9 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE CAJÃO/CAJA

Fonológico	/kaxáuN/	/káxa/
Ortográfico(silábica)	CA.JÃO	CA.JA
Histórico e etimológica	Palavra portuguesa derivada do latim <i>occasiōne</i> . Sua primeira aparição se deu na forma arcaica <i>cajom</i> no séc. XIII (MACHADO,1995).	Palavra espanhola com grande probabilidade de ter sido oriunda do latim <i>CAPSA</i> (COROMINAS; PASCUAL, 1983).
Lexical	Palavra antiga que significa desastre, causa ou perigo (CAJÃO, 2022).	1.Cavidad que protege algunos mecanismos o encierra un conjunto de órganos; 2.Hueco o espacio en quese introduce algo; 3.Amazon o tarisma de madera con un hueco médio, donde se pode un braseiro; 4. Pieza de la balanza y dela romana, en que entra un fiel cuando el pesoestá equilibrado; 5.En las armas de fuego portátiles, pieza de madera en que se ponen y aseguran el canón y la llave; 6.En la ballesta, hueco que está en el tablero donde anda e se encaja la nuez; 7.Espacio o hueco en quese forma la escalera de un

¹²⁴ Tradução nossa: [...] os dias pelos dedos, as duas obras impressas, a sua caixa de operaciones matemáticas. (LAFUENTE, 1842 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹²⁵ Tradução nossa: Espere. Levante-se e vai ao fundo. Abra uma caixa de remédios e tira um tubo. Tira um comprimido.(SASTRE, 1953 *apud* RAE, [s.d], s.p).

		<p>edifício;</p> <p>8. Oficina pública de correos situada en un pueblo, donde se recogen las cartas de otros vários para dirigirlas a su destino y distribuyen las que para ellos se reciben de otras partes;</p> <p>9. Peça, sitio o dependência destinados en las tesorería, banco y casas de comércio a recibir o guardar dinero o valores equivalentes y hacer pagos.</p> <p>10. Cajero (encargado de la caja);</p> <p>11. Caja de reclutamiento;</p> <p>12. Cápsula;</p> <p>13. Tendencia de dinero por a gente econômico;</p> <p>14. Registro contable en el que se anotan las salidas e entradas de efectivo;</p> <p>15. Cajón con varias separaciones o cajetines, en cada uno de los cuales se ponen los caracteres que representan una misma letra o signo pictográfico;</p> <p>16. mpr. Espacio de la página lleno por la composición impresa;</p> <p>17. Teatro. En un escenario, espacio comprendido entre los bastidores;</p> <p>18. Almacén o depósito de géneros y mercaderías para el comercio;</p> <p>19. Recado de escribir que llevaban consigo los escribanos (CAJA, 2022).</p>
Morfossintática	Substantivo (feminino, singular) comum, abstrata, primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	<i>Sustantivo (feminino, singular) común, concreto, primitivo, simple. Núcleo sintagmático</i>
Lógico	Definição essencial: substância incorpórea	<i>Definición esencial: sustancia corpórea</i>
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>este</u> cajão, <u>esse</u> cajão	<i>Nível contextual o deítico: <u>esta</u> caja, <u>esa</u> caja</i>
Estético	–	–

Semântico	Campo Semântico: razão, motivo, explicação, justificação, fundamento, porquê, motor, motivação, móvel, circunstância	<i>Campo Semántico:</i> <i>administración, arca, arcón, arqueta, ataúd, bombo, bujeta, butto, buzón, cajón, capsula, cepillo, cofre, contabilidad contaduría, jaula, joyero, pagaduría, costurero, embalaje, envase, escriño, féretro, neceser, pecho, plumero, polvera, sarcófago, tambor, tamboril, tesorería, urna.</i>
-----------	--	---

FONTE: A autora, 2023.

Consideramos que o par de palavras *cajão/caja* apresenta convergência de critério lógico, léxico e pragmático e divergência de critério fonológico, etimológico, morfossintático, estético e semântico. No que diz respeito ao significado, comprova-se que não existe nenhuma correspondência entre os termos. Na língua portuguesa, *cajão* significa dano, desastre, ocasião, causa, situação; já na língua espanhola *caja* circula sob a ideia de recipiente e de pecúnia. Em síntese, podemos dizer que *cajão/caja* são parônimos que não apresentam nenhuma interseção sígnica. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* totais, considerando que a não correspondência semântica se manifesta em sua totalidade.

Em relação ao par de palavras *calabre/calabre*, é possível observar que *caabre* coexistiu com *calabre* até ser substituído definitivamente pelo seu concorrente. Segundo Machado (1995), sua primeira aparição se deu em 1370 em *Desc.*, I, p. 135: “[...] *antena com toda ssua Ejxarcy e hũu caure e hũa corda [...]*” (*DESC.*, 1370 *apud* MACHADO, 1995). No séc. XVI, a forma *cabres* aparece em Barbora p. 202: “[...] e assim ficam mui fortes, nos *cabres* e em toda a enxárcia delas (naus)” (*BARBOSA*, XVI *apud* MACHADO, 1995, s.p.).

No entanto, o linguista sugere que a forma *aure* já se documentava no século XIII: “[...] *Nauyo hũa ancora e hũu calaure nouo de ruela e que o derom a el [...]*” *Desc.*, I, p. 47 (*DES.*, XIII, *apud* MACHADO, 1995, s.p.). De acordo com Bloch-Wartbuerg ([s.d] *apud* MACHADO, 1995), é provável que a primeira forma do termo tenha relação com o francês *câble*. Segundo Machado (1995), a impressão que se tem é que houve influência de *cable* ou talvez da forma anterior *caable*, que seria o cruzamento do mesmo *cable* e do antigo francês *chaable*, já que não acredita que a forma portuguesa seja uma evolução direta do latim *capŭlu*.

Calabre, tal como o castellano *calabre*, deve ser oriundo do provençal *calabre* “catapulta”, oriundo do latim popular *catabōla*, do grego *katabolē*, que tem como acepção o “ato de lançar os fundamentos”, “fundação”, “fundamento”, “princípio”, “depósito de uma soma de dinheiro”, “pagamento”, “catarata (doença nos olhos)” (MACHADO, 1995, s.p). Não se documenta em grego o sentido de máquina, como Bloch- Wartbuerg ([s.d]) haviam notificado¹²⁶.

Augustinho de Campos (V *apud* MACHADO, 1995, s.p.) liga à *calabre* os vocábulos *calabrear*, *descalabro* e *escalavrar*. De acordo com Jorge Ferreira de Vasconcelos (XVI *apud* MACHADO, 1995, s.p.), referente ao século XVI, há registros de *calabrear* no sentido de “fundamentar”: “[...] o homem para *calabrear* a vida & saber tratála, ha de ser sobre o verde...”. Agostinho de Campos (V *apud* MACHADO, 1995, s.p) parece acreditar que *calabre* está no centro da palavra.. Em relação à presença de *escalavrar*, Gonsalvez Viana e Agostinho de Campos têm opiniões paralelas no que diz respeito a *descalabro* no século XVI: “[...] viemos às porradas dentro, e os botamos fora assáz escalavrados, e nós também o ficamos ” (TENREIRO 1923 *apud* MACHADO, 1995, s.p.).

Em Corominas e Pascual (1983), *calabre* significa “cabo náutico”. Seu surgimento na língua espanhola foi anterior ao da língua portuguesa *calabre/caabre*, que, por sua vez, procedeu do francês antigo *caable* (cuja origem se estima ter acontecido no século V na forma de *cabale*) sob influência do termo anterior *catapulta*.

Os investigadores espanhóis mencionam que o termo português *calabre/calabrote* aparece em Moraes ([s.d]) e *calabrete* aparece em Mendes Pinto de Albuquerque nos anos de 1541 e 1557. Em catalão, *calabrot* aparece no séc. XIX, de acordo com Coriminas e Pascual 1983. No entanto, Cortesão ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p.) destaca que no ano de 1450 *caabre* já se registrava em português por meio de Fernão Lopes ([s.d]) e que essa forma seria, indubitavelmente, a forma mais originária precedente da antiga forma dialetal francesa *caable*, que originou *cabale* da língua espanhola.

Dentro da Península Ibérica, as origens de *calabre* se devem a Portugal, como aponta a substituição do *l* por *r*. Por esse contexto, é possível perceber claramente a luta entre formas cultas e formas castiças (vea e vela; te(i)a e tela,

¹²⁶ Machado (1995) insinua que sentido de “corda” pode ter sido originado do instrumento bélico acionado por cordas.

etc.). Por conta desses eventos, acabaram cedendo facilmente à confusão do arcaico *calabre*, *catapulta*, que procede de uma língua ocidental que por sua vez descende do grego *καταβολή* – “ação de derrubar”, “confusão” – ,que já havia se manifestado anteriormente no francês antigo. Corominas e Pascual (1983) parecem não concordar com suas antigas convicções quando defendem que *calabre* seria *cable* cruzado com o grego *καλως*, considerando que não existe notícia certa de que essa voz grega deixara descendentes romances.

No CORDE ([s.d]) só se encontra um exemplo de *calabre* registrado na língua espanhola. Esse documento pode ser visto na *Bíblia Escorial*, na parte do Pentateuco, no ano de 1400, na Espanha: “[...] *todos los rregnos dela tierra. Et sera tu calabre por manjar de las aues del çielo.*” (ANÔNIMO, 1400 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹²⁷

Desse modo, se percebe que dentro da língua espanhola não houve evolução de *calabre*, tendo em vista que seu registro se manifestou uma única vez no começo do século XV. Na língua portuguesa não se encontra registro da manifestação de *calabre*, considerando que não existe um *corpus* diacrônico para análise dos termos em português.

Quadro 10 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE CALABRE/CALABRE

Critério	Português	Español
Fonológico	/kaláabri/	/kalábre/
Ortográfico(silábico)	Ca.la.bre	<i>Ca.la.bre</i>
Histórico e etimológico	Palavra que se originou no antigo português <i>caabre</i> que coexistiu com <i>calabre</i> que depois o substituiu. Sua primeira aparição se deu no século XIV (MACHADO, 1995).	<i>Palavra espanhola que procedeu da antiga forma dialectal francesa caable. Seu primeiro registro se deu já na Academia em 1884. (COROMINAS; PASCUAL, 1983).</i>
Morfossintático	Substantivo (masculino, singular) comum, concreto primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	<i>Sustantivo (masculino, singular) común, primitivo, concreto, simple. Núcleo sintagmático</i>
Lexical	1. [Náutica] cabo grosso, amarra. (CALABRE, 2022)	<i>1. Cabo náutico (COROMINAS; PASCUAL, 1983)</i>
Lógico	Definição essencial: substância corpórea	<i>Definición esencial: sustancia corpórea</i>

¹²⁷ Tradução nossa: [...] para todos os reinos da terra. Este será teu cabo como uma iguaria das cores do céu. (ANÔNIMO, 1400 *apud* RAE, [s.d], s.p).

Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>esse</u> calabre, <u>aquele</u> calabre	<i>Nível contextual o deítico: ese calabre, aquel calabre</i>
Estético	Sentido figurado: fundamento, base, alicerce (MACHADO, 1995).	<i>Palabra sin registro figurado. Calabre sólo se documenta en 1400 de acuerdo con el Corpus Diacrónico de Lengua Española (2022)</i>

Fonte: A autora (2023).

Observamos que o par de palavras *calabre/calabre* apresenta convergência de critério fonológico, ortográfico/silábico, etimológico, lógico, léxico e morfossintático, bem como divergência de critério estético e semântico. No que diz respeito ao significado, comprova-se correspondência entre os termos, tendo em vista que o significado de *corda* advinda do francês *caabre* perpassou as duas línguas ao longo da história, porém, na língua espanhola, *calabre* caiu em desuso ainda no século XV, considerando a escassez de seu uso segundo o CORDE ([s.d]). Em relação à língua portuguesa, percebe-se a não equivalência, considerando que *calabrear*, a partir do século XVI, expandiu seu sentido para fazer referência à “fundamentar” e “alicerçar”.

Em síntese, podemos dizer que até o início da Idade Média havia correspondência semântica entre os termos analisados, porém com a expansão semântica da língua portuguesa eles se diferenciaram no uso no decorrer da história. Nesse caso, pode-se dizer que *calabre/calabre* são homônimos compreendidos como *falsos amigos* parciais, tendo em vista que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade.

Em relação aos *falsos amigos coral/coral*, Machado (1995) observa que são várias as hipóteses que permeiam o entendimento desse adjetivo dentro da língua portuguesa. A melhor delas seria a de Bluteau ([s.d]), cuja explicação teve a referência de Joaquim da Silveira (VII): “[...] assim chama o vulgo, o que os Médicos chamão Epilepsia, porque imagina o vulgo que a gota coral he huma gota que cahe cobre o coração” (*apud* MACHADO, 1995)¹²⁸. Nas suas observações, Silveira ([s.d]) ainda acrescenta: “Coral é um adjetivo formado sobre o sucessor romântico do latim cor. coração (ant. port., ant, esp. e prov. coretc.).” (*apud* MACHADO, 1995, s.p).

¹²⁸ Adaptação nossa ao português contemporâneo: [...] assim se chama, o que os Médicos chamam de Epilepsia, porque, vulgarmente falando, a gota coral é uma gota que cai sobre o coração. (BLUTEAU [s.d] *apud* MACHADO, 1995, s.p).

Körting ([s.d]) admite que existe no latim vulgar um adjetivo *corales* com base direta do provençal *corals* e do italiano *corale cardíaco* que faz referência ao “coração”. Os espanhóis, por sua vez, também fazem referência a coral como doença de “gota coral”, ou seja, ao “mal do coração”. Nesse sentido, Machado (1995) ressalta que no século XVII haviam publicações de coral na língua portuguesa com o mesmo sentido da língua espanhola: : “*Receey que uma gotta/ Pelo vermelho, e encarnad,/ Qual gotta coral, comigo/ Dêsse de cabeça abaixo*” (BAIA, XVII, *apud* MACHADO 1995,s.p)¹²⁹.

Em Corominas e Pascual (1983), encontramos *coral* oriundo do latim tardio *corallum*, que veio do latim *corallium*, que por sua vez veio do grego *χοράλλιον*, documentando pela primeira em J. Ruiz, no ano de 1487: “[...] *labros... bermejos como coral*” (RUIZ, 1487 *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983)¹³⁰.

Nas *Glossas do Escorial* encontram-se a forma italiana *corallo*, a do sardo *coradu* e a do francês antigo *coral* que correspondem à forma latina do séc. IV. d. C *corallum* de acordo com Corominas e Pascual (1983). O bolonhês e romagonolo *curai* (corai) e occitano *coralh* correspondem a antiga forma latina *corallium*. O francês *corai* e o catalão antigo e dialeto *corall* podem corresponder a ambas variantes, pois a forma francesa pode ser análoga. Nesses termos é fácil observar que em catalão, castelhano e português *coral*, não reflete foneticamente nenhuma dessas duas formas. Assim, parece duvidoso asseverar que esse fenômeno se refere a uma mudança de sufixo *corale* – o que não seria nada fácil de explicar – ou, antes, à influência de estrangeirismos, quer as três tenham vindo do francês antigo ou que em castelhano o vocábulo tenha se originado pela força do catalanismo, tendo em vista a pesca do coral que é muito ativa na costa norte da Catalunha.

Levy ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983) traz *coral* em seu pequeno dicionário, porém não o documenta no grande e Raynouard (XIV), só dá um exemplo de *coralh* em um texto do século XVI. Niza ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983) documenta como *couralh*, enquanto que a forma mais comum *courau* pode responder a ambas as variantes antigas (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

De acordo com o CORDE ([s.d]), o primeiro registro de *coral* se manifesta entre os anos de 1218 a 1300 em *Carta de donación [Colección Diplomática del*

¹²⁹ Adaptação nossa ao português contemporâneo: [...] imagino que seja uma gota do coração, pelo vermelho e encarnado que apresenta/ porque qual gota coral desce de cabeça abaixo. (BAIA, XVII *apud* MACHADO, 1995).

¹³⁰ Tradução nossa: lábios...vermelhos como coral. (RUIZ, 1487 *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983).

Monastério], com publicação na Espanha em 1983.

No século XIV, *coral* aparece na Espanha em um texto de Ferrer Sayol entre os anos de 1380 a 1385: “[...] *sea metida vna piedra pequeñya E vn poco de coral. enxerjr mançanos perales membrjllares çiruello*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)¹³¹. Nesse caso, acreditamos que *coral* seja um animal marítimo por estar inserido em um contexto de gêneros alimentícios.

No ano de 1429, em *Menor dño de la medicina*, na Espanha, *coral* aparece fazendo referência à comida. É provável, nesse caso, que a alusão seja feita a um celenterado por conta do detalhe do vinho branco na receita: “[...] *pongan conello quarta de onça / o mas o mas de coral molido & calentado con vino blanco.*” (CHIRINO, 1429 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹³².

No século XVI, *coral* aparece em 1533 na sessão de *Educación y pedagogía*, publicada pela Real Academia Espanhola em 1975, fazendo alusão à enfermida do coração: “[...] *importunos, calenturientos, o tocados de gota coral, o de otras enfermedades.*” (PÉREZ DE CHINCHÓN, 1533 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹³³.

No século seguinte, *coral* se manifesta na Espanha em *Salvador Jacinto*, entre os anos de 1630 a 1655, fazendo referência ao pólipó de *coral*: “[...] *con turbante de coral y sus dos plumitas blancas.*” (REVENGA, 1630-1630 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹³⁴.

Entre os anos de 1755 a 1779, em *Historia de la Nueva Andalucía*, *coral* foi registrado fazendo referência à cor: “[...] *pies, y manos gravados de conchuelas de color de coral [...]*” (CAULIN, 1755-1779 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹³⁵.

No ano de 1895, se registra em um texto de José Maria de Pereda *coral* com referência a joias: “[...] *estas arracadas de oro, y estas gargantillas de coral, y este relicario de plata con piedras finas*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)¹³⁶.

No século XX, no ano de 1918, em *Cuentos de la selva*, de Horacio Quiroga, é

¹³¹Tradução nossa: [...] inserir uma pedra pequena e um pouco de coral. Enxertar maçãs, peras, marmelo e ameixas. (*apud* RAE, [s.d], s.p).

¹³² Tradução nossa: [...] coloquem com ele quatro xícaras ou mais de coral esmagado e aquecido em vinho branco. (CHIRINO, 1429 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹³³ Tradução nossa: [...] desconfortos, calafrios ou atingido pelos males do coração, ou outras enfermidades. (PÉREZ DE CHINCHÓN, 1533 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹³⁴Tradução nossa: [...] com turbante de pólipos vermelhos e suas duas plumas brancas. (REVENGA 1630-1630 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹³⁵Tradução nossa: [...] pés, e mãos gravadas com conchas cor de coral”. (CAULIN, 1755 -1779 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹³⁶Tradução nossa: [...] estas pulseiras de ouro, e estes estranguladores de coral, e este medalhão de prata com pedras finas. (PEREDA, 1895 *apud* RAE, [s.d], s.p).

possível encontrar *coral* de modo mais estendido em seu significado, tendo em vista que na língua espanhola faz alusão a pessoas astutas e sagazes: “[...] *coloradas, blancas y negras, y las víboras de coral se van a enamorar de nosotros*” (*apud* RAE, [s.d], s.p)¹³⁷.

Dessa forma, verificamos as realizações do vocábulo *coral* na língua espanhola por meio do CORDE ([s.d]), bem como a aparição e expansão de sentido do termo dentro da língua. No tocante, a palavra coral da língua portuguesa, infelizmente, não foi possível a observação de seu percurso histórico-semântico, considerando a ausência de um corpus diacrônico devidamente estruturado para análise desde o primeiro registro do termo até oséculo XX.

Quadro 11- ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE CORAL/CORAL

Critério	Português	Español
Fonológico	/kóraL/	/korál/
Ortográfico(silábico)	CO.RAL	CO.RAL
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa de origem duvidosa. Segundo Machado (1995) uma de suas primeiras aparições se deu na Revista Portuguesa no séc. VII.	<i>Palavra espanhola de origem imprecisa. De acordo com Corominase Pascual (1983) o primeiro registro dessa palavra se deu em 1487 em J. Ruiz.</i>
Morfossintático	Substantivo (masculino, singular) comum, concreto primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	<i>Sustantivo (masculino, singular) común, primitivo, concreto, simple. Núcleo sintagmático</i>
Lexical	1. Animal marinho fixo, de mares quentes, constituído por uma colônia de pólipos, geralmente de coloração vermelha-alaranjada, responsável pela formação de recifes. 2. Substância de consistência calcária que, produzida por esses animais, é muito apreciada para criação de joias. 3. [Zoologia] Carúncula avermelhada de alguns animais. 4. [Zoologia] Cobra venenosa da América cujo corpo é formado por anéis pretos, amarelos e vermelhos. 5. De cor avermelhada, como a do coral; coralino. 6. Música] Grupo de pessoas que cantam juntas; coral de igreja (CORAL, 2022a).	1. <i>Celentéreo antozoo, del orden de los octocorarios, que vive en colonias cuyos individuos están unidos entre sí por un polímero calcáreo y ramificado de color rojo rosado;</i> 2. <i>Polímero del coral que, después de pulimentado, se emplea en joyería;</i> 3. <i>Sartas de cuentas de coral utilizadas como adorno;</i> 4. <i>Carúnculas rojas del cuello y cabeza de pavo;</i> 5. <i>Coralillo (serpiente);</i> 6. <i>Dicho de un color;</i> 7. <i>Rojo intenso semejante</i>

¹³⁷ Tradução nossa: [...] avermelhadas, brancas e negras, e as cobras personhentas vão se apaixonar por vocês. (QUIROGA, 1918 *apud* RAE, [s.d], s.p).

		<i>al del coral;</i> 8. <i>Del color coral;</i> 9. <i>Astuto, sagaz;</i> 10. <i>Dicho de una obra literária;</i> 11. <i>Gota coral</i> (CORAL, 2022b).
Lógico	Definição essencial: substância corpórea	<i>Definición esencial:</i> <i>sustancia corpórea</i>
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>esse</u> coral, <u>aquele</u> coral	<i>Nivel contextual o deítico: <u>ese</u> coral, <u>aquel</u> coral</i>
Estético	–	<i>Sentido figurado: Astuto, sagaz</i> (CORAL, 2022b).
Semântico	Campo semântico: coralino, vermelho, animal (cobra coral) hino, coro, abrasar, vexar, acender, incendiar, intimidar afrontar, alvejar, curar, tauriar, brasear, afoguesar, incender, congestionar, afoguesar, rosar-se.	<i>Campo semántico: coro, arrecife, orfeón, refrán, estribillo, corista, voz, cantor, cantante, canto</i>

FONTE: A autora (2023).

Analizamos que o par de palavras *coral/coral* apresenta convergência de critério ortográfico/silábico, etimológico, lógico e morfossintático, porém divergência de critério fonológico, estético e semântico. No que diz respeito ao significado, apesar da origem duvidosa da língua portuguesa, a correspondência se efetiva dentro de certos limites, tendo em vista que não só o significado da *cor vermelha* ou *colorada* permaneceu nas duas línguas, como também a ideia de animal marítimo e de víbora que se perpetuou em ambas.

No entanto, a língua espanhola expandiu seu alcance e incorporou a ideia de *astuto* e de *sagaz* com referência a ações humanas e enfermidades do coração, o que obviamente não harmoniza com as mesmas acepções da língua portuguesa. Em síntese, podemos dizer que *coral/coral* são homônimos que mesmo possuindo acepções correspondentes não apresentam a mesma forma de uso em determinadas situações. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* parciais, haja vista que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade.

Em relação aos *falsos amigos* *dengo-dengue/dengue* se faz necessário observar por meio de Medonça ([s.d] *apud* MACHADO, 1995) que *dengo* é um substantivo que deriva do quimbundo *ndenge*, que significa menino e perdeu a nasal inicial. Há também as variantes *dongo*, *ndengue* e *ndengo*. Hoje o vocabulário é morto.

“Dengue” é um substantivo que significa “melindre mulhêril”. Segundo

Machado (1995), sua etimologia é controversa. Enquanto Adolfo Coelho ([s.d] *apud* MACHADO, 1995) tira o vocabulário do castelhano *dengue* (a Academia Espanhola considera derivado de *denegar*), Mendonça ([s.d] *apud* MACHADO, 1995) observa-o como oriundo do quimbundo *ndenge* “menino” e, por extensão, “choradeira” e “manha de menino”. Já como doença, especula Machado (1995), que seja provável que tenha surgido de algum idioma americano.

No espanhol, de acordo com Corominas e Pascual (1983), *dengue* significa *melindre*¹³⁸, *remilgo*¹³⁹, *esclavina de mujer*¹⁴⁰, *enfermidade epidêmica* e *gripe*. Possui documentado, primeiramente com as duas primeiras acepções, percebe-se que a terceira acepção aparece em Pagés (1901) com dois exemplos de autores contemporâneos. Segundo Yule-Burnell ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983), em *Gloss of Anglo-Indian Words*, já se empregava, em 1882, *dengue* com esse sentido nas Bermudas e, três anos mais tarde, passou dali para as Índias. Para a língua inglesa, o sentido veio originalmente do espanhol procedente das Índias Ocidentais. No dizer de Schuchardt (1891 *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983), não existe dúvida que a última acepção procede da ideia de “delicadeza”, seja por causa das dores da enfermidade ou porque às vezes a dengue se manifesta de modo suave.

Então, qual se manifestou primeiro? Segundo Corominas e Pascual (1983), ambas origens semânticas são concebíveis, considerando que a ideia de ser “melindre” e “delicada” é característico de mulheres e que a capa em questão se refere à indumentária feminina. O castelhano *dengue* se ramificou ao português, embora não se perceba a sua existência em Morais ([s.d]) e em outras fontes. No português brasileiro, esse substantivo é empregado com o sentido de “feitiço”, “engano” ou “atração”, caso contrário manifesta como adjetivo “esnobe”, “interessado” e “mulher amiga” (acepção que também se manifestou na língua espanhola e que deve ser secundária).

Na Argentina, existem testemunhos da primeira acepção e suas derivações em texto de Quiroga (XVII *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983)¹⁴¹: “[...] *sinuosidade, altibajo, zig zag que hace una senda*” e, na mesma obra, existem

¹³⁸Melindre, disposição para se ressentir, se ofender.

¹³⁹Sonsice femenina, fingimento.

¹⁴⁰Compõe o vestuário superior feminino: capa de mulher.

¹⁴¹Tradução nossa: [...] *sinuosidade, sobe e desce, zig zag que faz caminho*. (QUIROGA, XVII *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p).

também as ideias de “movimiento caprichoso”, “esguince de um avestruz que trata de escapar”.

Também na Argentina, em Abelardo Arias, no *Diário de Los Andes* (1941), encontra-se a concepção de “satisfeito”. No Chile, significa “*herbácea ramosa de flores que se marchitan al menor contacto*”¹⁴²; no Sul da Colômbia, Tascón, refere-se ao “*contoneo, movimiento de las caderas*”¹⁴³; em galego, “*a milindre demulher*”¹⁴⁴.

Em relação à segunda aceção, de acordo com Milá (VI *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p), em galego, *dèngue* significa “*abrigo superior en el traje de las mujeres*”¹⁴⁵.

No que se refere à etimologia, a mais provável é de Shuchardt ([s.d]) que observa a voz de criação expressiva paralela à palavra castelhana *dingongondango* que significa “*mimo, halago e arrumaco*”(SHUCHARDT, [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p)¹⁴⁶.

No século VII, o vocábulo *tenguedengue* parece confirmar no México a ideia de “*remilgo*”¹⁴⁷, o seja, de algo que estar a ponto para cair (G., VII *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p), no qual o carácter expressivo se destaca por meio da reduplicação “perendengues”.

Como não existe um verbo *dengar*, a etimologia de *diez*, *denegare* e *negar* carece totalmente de verossimelhaça.

Se *mantill*¹⁴⁸ e *esclavina*¹⁴⁹ representassem a ideia primitiva de *dengue*, poderia se suspeitar que esse vocábulo viesse do estrangeirismo *capindengue*: “[...] *especio de pañuelo o manto pequeno con que se cubrian las mujeres*”¹⁵⁰ (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p). De acordo com Corominas e Pascual (1983, s.p), o sentido percebido como composto é falso, tendo em vista que se deriva de *capida*: “[...] *cambuj del niño que se bautiza*”¹⁵¹, derivado, por sua vez, de *capa*.

¹⁴² Tradução nossa: [...] herbácia formosa de flores que se desfaz com o menor contato. (ARIAS, 1941).

¹⁴³ Tradução nossa: [...] contorno, movimento dos quadris (ARIAS, 1941).

¹⁴⁴ Tradução nossa: [...] sensibilidade feminina (ARIAS, 1941).

¹⁴⁵ Tradução nossa: [...] casaco da parte superior do terno feminino. (Milá, VI *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983).

¹⁴⁶ Tradução nossa: [...] mimo; agradar e carinho (Shuchardt [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL PASCUAL, 1983).

¹⁴⁷ Tradução nossa: [...] delicado; meloso (G, VII *apud apud* COROMINAS; PASCUAL 1983).

¹⁴⁸ Tradução nossa: mantinha.

¹⁴⁹ Tradução nossa: capa.

¹⁵⁰ Tradução nossa: [...] espécie de pañuelo o manto pequeno com que se cobriam as mulheres”(COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁵¹ Tradução nossa: [...] capuz de lenço a ser colocado em criança na hora de ser batizada

Porém, somente pelo fato de *capida* estar documentando em catalão é possível admitir crédito à ideia.

De acordo com o CORDE ([s.d]), *dengue* se registra na língua espanhola pela primeira vez em um texto que aparece no século XIX de Manuel Bretón de los Herreros. Nele é possível perceber um carinho ou sentimento enganoso por parte do locutor: “[...] *qué! denuncio á la risa de la gente El falso dengue, el polisson maldito*” (BRETÓN, 1828-1870 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁵².

Anos mais tarde, e ainda no mesmo século, *dengue* aparece em um extenso relato de novela fazendo referência ao estado de ânimo: “*La vecindad, que se divertía mucho con el dengue del buen ldo, empezó a congregarse*” (PÉREZ GALDÓS, 1885-1887 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁵³.

No último texto registrado pelo CORDE ([s.d]), *La genética en la lucha contra los vectores*, de 1968, se encontra *dengue* fazendo referências a males físicos: “[...] *los aerovirus causantes de la fiebre amarilla, el dengue y las fiebres hemorrágicas*” (FABREGAS, 1968 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁵⁴.

Desse modo, fica claro, por meio do CORDE ([s.d]), que *dengue*, na língua espanhola, referendou “estado de ânimo melindre” e “males físicos”. Porém, na língua portuguesa, essa investigação na perspectiva diacrônica não se mostrou possível, tendo em vista a inexistência de um *corpus* documental devidamente estruturado até o presente momento.

Quadro 12 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE DENGUE, DENGUE/DENGUE

Critério	Português	Español
Fonológico	/déNgi/	/déNge/
Ortográfico(silábico)	DEN.GUE	DEN.GUE
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa de origem controversa. Não há registro de sua primeira aparição de acordo com Machado (1995).	Palavra espanhola de origem imprecisa. Na primeira documentação em língua castellhana aparece com o sentido de melindre segundo Corominas e Pascual (1983).

(COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁵²Tradução nossa: Que! Eu denuncio o riso do povo A falsa dengue (BRETÓN, 1828-1870 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁵³Tradução nossa: A vizinhança, que se divertia muito com a dengue do bom ldo, começou a se aglomerar (PÉREZ GALDÓS, 1885-1887 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁵⁴Tradução nossa: [...] os mosquitos que causam febre amarela, dengue e febres hemorrágicas. (FABREGAS, 1968 *apud* RAE, [s.d], s.p).

Morfossintático	Substantivo (feminino, singular) común, abstrato primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	<i>Sustantivo (masculino, singular) común, primitivo, abstrato, simple. Núcleo sintagmático</i>
Lexical	S. f. [Medicina] Doença infecciosa que é propagada por um vírus e transmitida ao homem através da picada de um mosquito (<i>Aedes aegypti</i>), causa febre muito alta, dores intensas no corpo, exaustão, fadiga, cefaleia etc; S.m. [Brasil] Modo de agir da pessoa que quer seduzir; exibicionismo excessivo da própria aparência; dengue; Adjetivo. Que se comporta de maneira sedutora; que busca as atenções de outras pessoas (por meios dos gestos, roupas etc); dengoso; (DENGUE, 2022a).	<i>1. Melindre que consiste en afectar delicadezas, males, y, a veces, desgustos de lo que más se quiere o desea; 2. Esclavina de paño, usada por las mujeres, que llega hasta la mitad de la espalda, se cruza por el pecho y cuyas puntas se sujetan detrás del talle; 3. Enfermedad febril, epidémica y contagiosa, que se manifiesta por dolores; 4. Enfermedad febril, epidémica y contagiosa que se manifiesta por dolores de los miembros y un exantema semejante al de la escarlatina; 5. Chile. Planta herbácea, ramosa, de hojas opuestas, ovaladas y carnosas, y flores inodoras, rojas, amarillas o blancas, pedunculadas en hacecillos terminales que se marchitan al menor contacto; Flor del dengue. (DENGUE, 2022b).</i>
Lógico	Definição essencial: substância incorpórea	<i>Definición esencial: sustancia incorpórea</i>
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>essa</u> dengue, <u>aquela</u> dengue	<i>Nível contextual o deítico: <u>ese</u> dengue, <u>este</u> dengue</i>
Estético	—	—
Semântico	Campo semântico: febre, doença, dengue, encantamento, encanto, fascinação, fascínio, feitiço, insinuação, magnetismo, requebro, sedução, exibicionismo, ostentação, pavonada, pavoneamento.	<i>Campo semántico: enfermedad, fiebre, melindre, delideza, prenda de vestir</i>

Consideramos que o par de palavras dengue/*dengue* apresenta convergência de critério fonológico, ortográfico/silábico, etimológico, estético e lógico, contudo, apresenta divergência de critério morfossintático e semântico. No que diz respeito ao significado, apesar da origem duvidosa, comprova-se correspondência entre os termos, tendo em vista que as acepções de “dengo”, “melindre” e de “enfermidade” permanecem nas duas línguas até a presente data.

Em relação ao uso, percebe-se que a língua portuguesa o restringiu para referir-se somente a uma doença infectocontagiosa. A língua espanhola, no entanto, além de fazer referência à debilidade física causada por um mosquito, faz uso do termo *dengue* para referir-se a melindres e a comportamentos delicados geralmente associados à delicadeza, à amabilidade e à sensibilidade feminina, como nos exemplos: “*Leonora se resistió a pasar, hacía dengue como ante un atropello*”¹⁵⁵, “*El tal tenía dengues de doncella y creía que los indios eran buitres desplumados*”¹⁵⁶. Em síntese, podemos dizer que dengue/*dengue* são homônimos que mesmo herdando as mesmas acepções de suas origens não apresentam a mesma forma de uso. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* parciais, haja vista que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade.

Em relação ao par de falsos amigos diatribe/*diatribe*, é relevante frisar que na língua portuguesa encontramos em Machado (1995) que “diatribe” é um vocábulo originário do grego *diatribē* que quer dizer desgaste pela fricção; rasgão; dilaceramento; discórdia; ato de fazer passar o tempo; demora, espera; maneira de empregar o tempo; passa-tempo (divertimento, distração, conversa, etc.); ocupação séria, trabalho, estudo; gênero de vida, maneira de ocupar o tempo, de viver, de estar em qualquer parte; lugar de passar-tempo; escola; e, particularmente, escola de filosofia.

Em latim, *diatribe* significa conversa; discussão; academia; escola ou seita. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, é possível encontrar, nos eruditos, o vocábulo latino na acepção de “controvérsia literária ou teológica”. O tom agressivo dessas discussões fez com que esse termo adquirisse o sentido de “crítica brutal” que, por sua vez, acabou se ramificando nas línguas nas quais penetrou.

Diatriba, segundo Corominas e Pascual (1983, s.p), foi tomado por conduta

¹⁵⁵Tradução nossa: Leonora resistiu a passar, fazia melindre ante o ocorrido.

¹⁵⁶ Tradução nossa: O tal tinha melindre de donzela e pensava que os índios eram abutres depenados”.

do francês, do latim *diatriban*, que significa “[...] *discusión filosófica*”¹⁵⁷, que se originou do grego *διατριβή* que significa “[...] *pasatiempo, entretenimiento, conversación filosófica*” (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p)¹⁵⁸. Derivado de *διατριβειν*, que tem como acepção “desgastar, passar o tempo, entreter-se”, veio de *δτρίειβειν* que significa “desgastar”, de acordo com o registro da primeira documentação.

O que se pode dá como certo é que todos os idiomas modernos tomaram *diatribe* do francês que, por sua vez, encontra-se registrado desde o século XVI. Sua acentuação afrancesada não é latina e muito menos grega, mas influência do italiano *diatriba* e da língua portuguesa *diátriba* (COROMINAS; PASCUAL, 1983).

No CORDE ([s.d]), *diatriba* aparece pela primeira vez no século XIX com registro entre os anos de 1855-1875 em um texto de Vicente de la Fuente: “*D. Gaspar Estuzo, y en España el P. Maceda en su diatriba sobre la venida de Santiago [...]*” (DE LA FUENTE, 1855-1875 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁵⁹.

Ainda no mesmo século, no ano de 1896, *diatriba* aparece em um texto de Rufino Blanco Sánchez com o mesmo sentido de sua primeira aparição dentro da língua espanhola: “*La obra del Abate Servidori es una diatriba contra Palomares*”(SÁNCHEZ, 1896 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁶⁰.

No último registro do século XX, *diatriba* aparece registrando em um texto de Luiz Martínez-Calcerrada, de 1970, na *Revista de Derecho Judicial*, com a mesma acepção do século anterior, ou seja, não se registra evolução ou diferença no uso: “[...] *o hallazgos del general ventanar jurídico. La diatriba introducía una solución deletérea para el té [...]*” (MARTÍNEZ-CALCERRADA, 1970 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁶¹.

Assim, por meio do CORDE ([s.d]), foi possível perceber o sentido que *diatriba* manifestou dentro da língua espanhola ao longo do tempo de acordo com os registros acessados. Em relação ao vocábulo “*diatribe*”, da língua portuguesa, não foi possível observar a evolução da palavra e o(s) sentido(s) em cada século, tendo em vista que o português não dispõe de um *corpus* diacrônico devidamente

¹⁵⁷ Tradução nossa: [...] discussão filosófica (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁵⁸ Tradução nossa: [...] passa-tempo, entretenimento, conversação filosófica” (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁵⁹ Tradução nossa: D. Gaspar Estuzo, e em Espanha o P. Maceda no seu discurso sobre a vinda de Santiago. (DE LA FUENTE, 1855-1875 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁶⁰ Tradução nossa: A obra de Abate Servidori é um discurso violento contra Palomares. (SÁNCHEZ, *apud apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁶¹ Tradução nossa: [...] ou conclusões da janela jurídica geral. O discurso introduziu um efeito destrutivo deletéria para o chá. (MARTÍNEZ-CALCERRADA, 1970 *apud* RAE, [s.d], s.p).

estruturado para análise.

Quadro 13 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE DIATRIBE/DIATRIBA

Critério	Português	Español
Fonológico	/diatríbrɨ/	/diatríbra/
Ortográfico(silábico)	DIA.TRI.BE	DIA.TRI.BA
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa originária do grego <i>diatribe</i> . O Dicionário etimológico de Machado (1995) não documenta sua primeira aparição.	Palavra espanhola tomada do latim <i>diatriban</i> . Seu primeiro registro se encontra em Terr., como palavra em desuso segundo Corominas e Pascual (1983).
Morfossintático	Substantivo (feminino, singular) comum, abstrato, primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	Sustantivo (femenino, singular) común, primitivo, abstrato, simples. Núcleo sintagmático
Lexical	1. Crítica excessivamente rigorosa, severa e mordaz; 2. Discurso oral ou escrito que busca de modo violento afrontar, injuriar ou atacar; 3. Discussão acalorada, impetuosa, exaltada; 4. [História] Dissertação ou exposição crítica que, na Grécia antiga, era feita pelos filósofos sobre alguma obra. (DIATRIBE, 2022).	1. Discurso acre o violento contra alguém o algo (DIATRIBA, 2022).
Lógico	Definição essencial: substância incorpórea	Definición esencial: sustancia incorpórea
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>essa</u> diatribe, <u>aquela</u> diatriba	Nível contextual o deítico: <u>esa</u> diatriba, <u>esta</u> diatriba
Estético	-	-
Semântico	Campo semântico: repreensível, condenável, censurável, abusivo, indigno, reprovável, criticável, vergonhoso, culpável, estranhável, odioso, imperdoável, vituperativo, escandaloso.	Campo semântico: ataque, panegírico, invectiva, sermón, soflama, discurso, filípica, loa, sátira.

FONTE: A autora (2023).

Consideramos que o par de palavras *diatribe/diatriba* apresenta convergência de critério estético, morfossintático e lógico, bem como divergência de critério ortográfico/silábico, fonológico, etimológico e semântico. No que diz respeito ao uso, percebe-se a não correspondência entre eles, tendo em vista que a língua portuguesa ampliou seu uso e incorporou a ideia de argumentação, debate e contestação crítica ao termo. Em síntese, podemos dizer que *diatribe/diatriba* são *falsos amigos* parciais, haja vista que a ideia oriunda do termo grego permaneceu

nos parônimos em contraste.

No par de palavras *elche/elche*, é possível encontrar na língua portuguesa uma origem árabe *ilj* com sentido de “burro, burro selvagem; que não pertence a raça árabe; gordo e robusto; barbudo, piloso” para a palavra *elche* no oriente. Já nas regiões do Norte da África, o mesmo vocábulo faz referência a “escravo branco, cristão; renegado; cristão que se tornou mulçumano”. Segundo Machado (1985) o vocábulo *elche* entrou tardiamente na língua portuguesa por meio do Marrocos no século XV¹⁶²: “[...] *auéo que hũ elche chamano per nome Rº golina vejo de cepta que entaõ era de Mouros em hũa galeota pequena*” (REIS, VX *apud* Machado 1985, s.p). Em ISanto ([s.d]), também se encontra outro registro de *elchem* na língua portuguesa: “Lazera que estava asentado com seus conselheiros, e outros Marijs e Alcades e Elches, e muitos outros mouros” (ISanto, [s.d] *apud* Machado 1985, s.p).

Em Corominas e Pascual (1983, s.p), *elche*, que significa “[...] *cristiano renegado que se hace mahometano*”¹⁶³, quei veio do árabe *ilğ*, sendo também entendido como “[...] *extranjero no mahometano*”(COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p)¹⁶⁴, que vulgarmente se aplicou a todos aqueles que apostaram de sua religião – esse sentido particularmente refere-se aos europeus que renegavam sua fé em prol dos mouros, como se observa no Tratado entre Granada e Castilha.

Em Gz. de Clavijo (1406-1412 *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p) se encontra *elchi* com o sentido de “[...] *embajador*”¹⁶⁵. Em Nebrija ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p), como: “[...] *tornadizo, perguga, rãnsfuga, detector*”¹⁶⁶. Em Mármol (1600 *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p), o mesmo vocábulo se encontra com o significado de “[...] *renegado de procedencia cristiana y sus hijos*”¹⁶⁷.

Por sua vez, Cervantes ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983) afirma que assim se chamaram em Argel os mouros de Granada. Palc ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p) afirma que no Árabe da Espanha *ilchi* significava “[...] *elche, tornadizo, enaziado*”¹⁶⁸. Dessa forma, deriva *elcne* que se

¹⁶² Machado (1985) chama atenção para a falta do artigo definido.

¹⁶³ Tradução nossa: [...] cristão renegado que se faz maometano. (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁶⁴ Tradução nossa: [...] estrangeiro não maometano. (COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁶⁵ Tradução nossa: [...] embaixador. (CLAVIJO, 1406-1412 *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁶⁶ Tradução nossa: [...] inconstante, desertor, traidor, detector. (NEBRIJA, [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁶⁷ Tradução nossa: [...] renegado de origem cristã juntamente com seus filhos. (MARMOL, 1600 *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983, s.p).

¹⁶⁸ Tradução nossa: [...] renegado, tornado, extasiado (PLAC, [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL, 1983,

encontra em Oudin (1607, [s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983, s.p) “[...] *fugit, qui se va rendre aux ennemis et tient leur party*”¹⁶⁹.

Em relação à significação trazida por Covarr ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983), é importante salientar que além de se basear em vários estudiosos como fonte de sua definição, o investigador ainda cita Boethor ([s.d] *apud* COROMINAS; PASCUAL 1983) como testemunho de sua afirmação, considerando que na África se distingue, de modo claro, quem renegou o islã e o cristianismo por meio de *murtádd* para aquele e *ilğ* para esse. Porém, a única palavra trazida por esse investigador é *murtádd*, que tem como tradução “[...] *renégat, celui qui a renié le christianisme*” e a voz *ilğ* não se configura em seu dicionário.

No CORDE ([s.d]), *elche* é registrado apenas três vezes. O primeiro registro se deu com um texto entre os anos de 1443 a 1454 de Alfonso Martín Toledo, em *Atalaya corónicas*: “[...] *por tierra & entonces estaua el Rey don pedro enelche a dos leguas & non quiso salir a pelear*” (MARTINÉS TOLESO, 1443-1454 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁷⁰.

No ano de 1516, *elche* também se manifesta sob a perspectiva de “renegado” em outro texto do século XVI: “[...] *o de me dar por muger a su hijo, el cual, por ser elche y desleal, yo no consintiera*” (BERNAL, 1516 *apud* RAE, [s.d],s.p)¹⁷¹.

No início do século XX, o CORDE ([s.d]) traz um único texto com registro de *elche* com o mesmo sentido de séculos anteriores, o que comprova, portanto, a não evolução do sentido da palavra dentro da língua espanhola: “[...] *al Albaicín para prender á una mujer, hija de un elche ó muladí; al conducirla á Granada*” (BORONAT; BARACHINA, 1901 *apud* RAE, [s.d], s.p)¹⁷².

Nesse sentido, por meio do CORDE ([s.d]) foi possível averiguar o sentido que a palavra *elche* dispõe dentro da língua espanhola ao longo da existência da palavra dentro do idioma castelhano. Em contrapartida, não foi possível fazer a mesma análise da palavra *elche* da língua portuguesa, tendo em vista que não existe

s.p).

¹⁶⁹ Tradução nossa: [...] fugitivo que se rende aos inimigos e mantém suas tradições. (OUDIN, 1607 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁷⁰ Tradução nossa: Passaram-se duas horas e meia de noite, um renegado que era cristão e por morte se tornou mouro. (MARTINÉS TOLEDO, 1443-1454 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁷¹ Tradução nossa: Ou me dá seu filho por esposa, o que por ser *elche y desleal* não consentia (BERNAL, 1516 *apud* RAE, [s.d], s.p).

¹⁷² Tradução nossa: [...] ao Albaicín para prender uma mulher, filha de um *elche* ou *muladí*; ao levá-la para Granada (BORONAT; BARACHINA, 1901 *apud* RAE, [s.d], s.p).

um *corpus* diacrônico devidamente estruturado para estudo da evolução das palavras em português.

Quadro 14 - ANÁLISE LINGUÍSTICA CONTRASTIVA DE ELCHE/ELCHE

Critério	Português	Español
Fonológico	/él. ʃi/	/él.tʃe/
Ortográfico(silábico)	EL.CHE	<i>EL.CHE</i>
Histórico e etimológico	Palavra portuguesa oriunda do <i>elche</i> veio do árabe <i>ilj</i> (MACHADO, 1995).	Palavra espanhola que se originou do árabe <i>‘ilǧ</i> (COROMINAS; PASCUAL, 1983).
Morfossintático	Substantivo (masculino, singular) comum, abstrato primitivo, simples. Núcleo sintagmático.	Substantivo (masculino, singular) común, primitivo, abstracto, simple. Núcleo sintagmático
Lexical	1.[Antigo] Cristão ou moiro renegado, na Índia portuguesa. (ELCHE, 2022a).	1. Morisco o renegado de la religión cristiana. (ELCHE, 2022b).
Lógico	Definição essencial: substância incorpórea.	Definición esencial: sustancia incorpórea.
Pragmático	Nível contextual ou deítico: <u>essa</u> elche, <u>aquele</u> elche.	Nível contextual o deítico: <u>ese</u> elche, <u>este</u> elche.
Estético	–	–
Semântico	Campo semântico: desertor, traidor, apóstata, banido, precipitado, repudiado, odiado, rejeitado, odiado, arrenegado.	Campo semántico: apóstata, infiel, renegado, odiado, que implica traición o falsía.

FONTE: A autora (2023).

Consideramos que o par de palavras *elche/elche* apresenta convergência de critério fonológico, ortográfico/silábico, etimológico, estético e lógico, porém divergência de critério morfossintático e semântico. No que diz respeito ao uso, percebe-se a não equivalência, considerando que o termo *elche*, na língua espanhola, ampliou seu uso para referir-se a quaisquer pessoas cristãs ou mouras renegadas ou cativas por motivo religioso.

Em síntese, podemos dizer que *elche/elche* são homônimos que, mesmo guardando algumas acepções do termo de origem, não apresentam a mesma forma de uso. Nesse caso, acreditamos que se trata de *falsos amigos* parciais, considerando que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou, por meio da perspectiva histórico-contrastiva, as motivações pelas quais palavras homônimas e parônimas apresentam acepções particulares de uso em um dado recorte do tempo, tendo em vista que a não equivalência semântica se deve a questões históricas e evolutivas de cada uma dessas línguas em contraste.

Os verbetes utilizados para análises foram os *falsos amigos* português/espanhol: *achaque/achaque*, *agasalhar/agasajar*, *alagar/halagar*; *besta/bestia*; *cajão/cajón*; *calabre/calabre*; *coral/coral*; *dengo-dengue/dengue*; *diatribe/diatriba*; *elche/elche*. Nessa análise, priorizamos observar dez pares de palavras com as cinco primeiras letras do alfabeto de ambas as línguas, considerando o ineditismo da proposta investigativa no âmbito histórico-contrastivo dos *falsos amigos* português/espanhol.

Porém, antes dessa análise, nosso trabalho tratou de justificar, por meio de teorias científicas do âmbito filosófico, histórico e linguístico, a importância da perspectiva diacrônica para investigação dos *falsos amigos* português/espanhol, levando em consideração que as propostas investigativas existentes até então se manifestam pelo viés sincrônico.

Após as justificativas que nos levaram a tomar a perspectiva histórico-contrastiva para análise desse evento, tomamos o livro *Armadilhas da língua espanhola: um guia definitivo* (2013), de Vicente Masip, como ponto de partida para investigação sincrônica dos *falsos amigos* português/espanhol.

Em seguida, fizemos uma revisão bibliográfica que nos permitiu não só observar as nomenclaturas que se referem ao evento, como também as teorias que subjazem cada uma dessas propostas de análise.

Posteriormente, observamos a origem etimológica de cada termo, bem como a evolução e formação de sentido de cada um deles por meio do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (MACHADO, 1995) e do *Dicionário etimológico castellano e hispânico* (COROMINAS; PASCUAL, 1983). Para observação dos exemplos em língua espanhola, tomamos como base o *Corpus Diacrónico del Español* ([s.d]).

Para averiguação das convergências e/ou divergências de critério fonológico, ortográfico, etimológico, lexicológico, morfosintático, lógico, estético, semântico e

pragmático, utilizamos como modelo de análise o livro de Masip (2013), bem como os dicionários de português Dicio (2022) e de espanhol Diccionario de la lengua española (2022) para observação do sentido sincrônico dos termos em análise.

Em relação aos homônimos *achaque/achaque*, consideramos que a não correspondência semântica se manifesta pelo fato de que, na língua espanhola, o termo usualmente faz referência a males e a doenças crônicas da velhice. Na língua portuguesa, por sua vez, a mesma forma sinaliza outro sentido, ou melhor, se refere a males físicos não muito graves e também a falhas de cunho moral. O que fica evidente nessa investigação é que a não equivalência entre os *falsos amigos* parciais se manifesta por fatores históricos que interferiram diretamente na formação de sentido de cada termo nas duas respectivas línguas.

No que diz respeito aos *falsos amigos* totais, *agasalhar/agasajar*, constatamos que a ideia de “abrigar” do gótico esteve presente até o século XV. No entanto, a língua castelhana, com o passar do tempo, incorporou a ideia de “honrar”, “gostar” e “curtir” ainda na Idade Moderna, o que obviamente acabou se distanciando totalmente da ideia de “abrigo”, bem presente na língua portuguesa. Em suma, pode-se dizer que *agasalhar/agasajar* são parônimos que se distanciaram totalmente da ideia inicial, tendo em vista a não equivalência total entre os termos em contraste.

No tocante a *alagar/halagar*, verificamos que a correspondência que existe entre os termos se manifesta apenas no âmbito da forma, considerando que a língua portuguesa conservou dos primórdios não só a ideia de “destruir” como também agregou, com o passar do tempo, a acepção de “inundar”. Já a língua espanhola, que herdou do árabe a ideia de “tratar com carinho”, acabou especializando o sentido de “adular” e de “elogiar”. Resumidamente, pode-se dizer que *alagar/halagar* são *falsos amigos* totais, tendo em vista nenhuma equivalência semântica sob a égide sincrônica.

Em relação aos parônimos *besta/bestia*, comprovamos, pelo viés histórico, que a ideia de “animal” advinda do latim permaneceu nas duas línguas, mas que, ao longo do tempo, cada termo foi se especializando conforme o uso. No tocante ao sentido figurado, percebeu-se a não equivalência semântica, considerando que na língua portuguesa “besta” faz referência a pessoas sem instrução e/ou desprezíveis, enquanto na língua espanhola o termo *bestia* faz jus a pessoas com atitudes grossas e brutas. Em síntese, consideramos que os parônimos *besta/bestia* são

falsos amigos parciais, tendo em vista que não correspondência entre os termos não se manifesta de modo total.

Observamos também que os parônimos *cajão/caja*, apesar da forma induzir automaticamente à ideia de “recipiente” da língua portuguesa, não apresentam nenhuma intercessão semântica entre si, tendo em vista que não se interceptam sob a perspectiva histórica. Enquanto “cajão” se apresenta para referendar “dano”, “ocasião”, “causa” ou “desastre”, na língua espanhola *caja* se manifesta por meio da ideia de “recipiente” e de temas relativos a dinheiro, rendimentos e capital financeiro. Sendo assim, pode-se dizer que os parônimos *cajão/caja* são *falsos amigos* totais, considerando que a não correspondência semântica se realiza integralmente.

No que diz respeito ao par de palavras *calabre/calabre*, averiguamos, por meio de uma análise histórico-contrastiva, que elas são palavras que se correspondem semanticamente quanto à ideia de *corda*, que atravessou as duas línguas ao longo da história. No tocante às demais concepções, averiguamos que houve a expansão semântica do termo no português, considerando que o sentido de “fundamentar” e “alicerçar” se incorporou à língua a partir do século XVI. Desse modo, podemos dizer que *calabre/calabre* são homônimos que, apesar de compartilharem parte do sentido, divergiram o uso no decorrer da história. Nessa perspectiva, cremos que se trata de *falsos amigos* parciais.

No que se refere ao significado do par de palavras *coral/coral*, que se correspondem dentro de certos limites semânticos, consideramos que não somente a cor vermelha ou colorada permaneceu nas duas línguas, como também a ideia de “animal marítimo”. No entanto, em relação ao uso, percebemos maior expansão da língua espanhola, já que o termo incorporou a ideia de “astuto” e de “sagaz” ao longo da história. Nesse aspecto, podemos dizer que *coral/coral* são homônimos que mesmo compartilhando algumas acepções não se correspondem no uso em determinadas circunstâncias. Dessa forma, constatamos que se trata de *falsos amigos* parciais, levando em consideração que a não correspondência semântica não opera em sua totalidade.

Examinamos, também, que os *falsos amigos* *dengo.dengue/dengue* apresentam divergências semânticas devido à restrição de uso da língua portuguesa, que faz referência à doença transmitida por mosquito típico de regiões tropicais. Enquanto isso, *dengue*, da língua espanhola, além de conservar a ideia de “melindre” do termo original se especializou, também, em referendar doença com

estado febril e melindre. Em síntese, podemos dizer que dengue/*dengue* são homônimos que não apresentam a mesma forma de uso. Nesse caso, concluímos que se trata de *falsos amigos* parciais, considerando que a ideia de ressentimento, de mágoa ou de ofensa se evidencia apenas na língua espanhola.

No tocante aos *falsos amigos* diatribe/*diatribe*, consideramos que são parônimos que herdaram a ideia de “debate” e de “desentendimento”, advindas do grego. Em relação ao uso, percebemos que não existe equivalência entre eles, tendo em vista que, dentro da língua portuguesa, o sentido se expandiu e incorporou a ideia de “dissertar” ou de descrever algo de modo crítico ou avaliativo, enquanto na língua espanhola a ideia conferida ao termo se restringiu a referendar um discurso ou fala violenta. Em suma, se pode dizer diatribe/*diatriba* são *falsos amigos* parciais, levando em consideração que a não correspondência semântica não se manifesta em sua totalidade.

Por último, observamos que os termos elche/*elche* são *falsos amigos* devido ao percurso histórico de cada termo em suas respectivas línguas. No que diz respeito ao uso, foi possível constatar que a correspondência entre eles é parcial, tendo em vista a ampliação de sentido do termo *elche* na língua espanhola e a restrição de seu parônimo na língua portuguesa. Assim sendo, são considerados *falsos amigos* parciais, levando em consideração que não se correspondem totalmente.

Por meio dessa análise, pôde-se revificar que a mudança de sentido se revela por meio de fatos históricos e do proceso evolutivo da própria natureza linguística devido a características particulares, acomodações e arranjos semânticos que se estabelecem por meio de atividades sociais. Nessas reflexões, nossa intenção não se espreitou em delimitar e muito menos menosprezar as investigações anteriores de um fenômeno linguístico tão efusivamente divulgado em congressos, materiais didáticos, cursos de línguas e pesquisas do meio acadêmico que versam sobre análise contrastiva e ensino- aprendizagem de línguas. Antes, nosso objetivo se inseriu na proposição que observa os fenômenos da linguagem não só como realidade viva, mas, também, como fruto de um processo do tempo e da história que se manifesta graças às ações humanas.

O que queremos dizer por meio desta proposta investigativa é que a armadilha que envolve o problema de intercomunicação em aprendizes brasileiros que aprendem espanhol como segunda língua vai muito além da não

correspondência semântica que existe entre os *falsos amigos* português/espanhol sob a perspectiva sincrônica. Dessa forma, investigamos as razões que contribuíram para que palavras portuguesas e espanholas adquirissem matizes particulares de sentido, considerando o emparentamento etimológico de ambas as línguas como um dos fatores mais contundentes do problema de intercomunicação entre aprendizes brasileiros que aprendem o castelhano como segunda língua.

Assim, concluímos nosso trabalho observando a importância de se considerar, para análise dos *falsos amigos* e a perspectiva histórico-contrastiva como um caminho plausível de investigação científica no qual se pode esquadrihar e encontrar, por meio de textos oficialmente registrados, as causas que levaram termos iguais ou parecidos na forma a restringirem ou a ampliarem seu uso em um determinado momento da história, quer seja eles de mesma raiz etimológica seja oriundos de termos distintos.

REFERÊNCIAS

- AARSLEFF, H. B., La Sémantique et Saussure. **Histoire, épistémologie, langage**. Paris, v. 3, n. 2, 1981, p. 115-134.
- ACHAQUE. In: DICIO. **Dicionário Online de Português**, Porto: 7Graus, 2022a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/achaque/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- ACHAQUE. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**, Madrid: Real Academia Española, 2022b. Disponível em: <https://dle.rae.es/achaque>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- AITCHISON, J. **Language change: progress or decay?** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ALAGAR. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/alagar/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- ALIGHIERI, D. De Vulgari Eloquentia. In: ALIGHIERI, Dante. **Opere minori di Dante Alighieri**: vol. III, Torino: U.T.E.D, 1986.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. (Org.). **Uma metodologia específica para o ensino de línguas próximas?**: Português para estrangeiros interface com o espanhol. Campinas: Pontes, 2001.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. Conhecer e desenvolver a competência profissional dos professores de LE. **Contexturas – Ensino crítico da língua inglesa**: São Paulo, n. 9, 2006, p. 9-19.
- ALONSO-CORTÉS, A. Algunos supuestos fundamentales de la teoría lingüística. In:
- ALONSO-CORTÉS, Ángel. **Lecturas de Lingüística**, Madrid: Cátedra, 1989.
- ALONSO-CORTÉS, A. **Lingüística**. Madrid: Cátedra, 2002. ALVAR, M. **Atlas lingüísticos y diccionarios**. Madrid: LEA, 1982.
- ALVES, L. Hipótese Sapir-Whorf. **Ensaio e Notas**. 2013. Disponível em: <<https://ensaiosnotas.com/2013/01/31/hipotese-sapir-whorf/>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ANDRADE NETA, N. F. Aprender español es fácil porque hablo portugués: ventajas y desventajas de los brasileños para aprender español. **Cuadernos Cervantes de la Lengua Española**: Madrid, n. 29, 2000, p. 46-55. Disponível em: <http://www.cuadernos cervantes.com/lc_portugues.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.
- ANDRADE, C. D. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

APPLEBY, M.C.; SMITH, S. F.; HUGHES, B. O. Nesting, dust bathing and perching by laying hens in cages: Effects of design on behaviour and welfare. **British Poultry Science**, Abingdon, v. 34, n. 5, p. 835- 847, 1993.

AUSUBEL, D. P. **Educational psychology**: a cognitive view. Nova York: Rinehart and Winston, 1968.

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1970.

AUSUBEL, D. P. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

AUSUBEL, D. P. **Adquisición y retención del conocimiento**: una perspectiva cognitiva. Barcelona: Paidós, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BARALO OTTONELLO, M. **Errores y Fossilización**. Madrid: Universidad Antonio de Nebrija, 1996.

BARROS, J. D. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 36, p. 460-475, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/YyzTrkd3ZMCMwDMw37cQTsv/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2023.

BARROS, T. H. B. **A construção discursiva em Arquivística**: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição. 2010.132f. Dissertação (Mestrado em Curso de Ciência da informação) - Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93667>>. Acesso em: 6 out. 2021.

BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BENTZ, I. BREAL, M. Ensaio de Semântica. **EDUC/Pontes**: São Paulo, 1992. 223 p. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012, p. 233-242. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29383>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BESTA. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/besta/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BESTIA. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <<https://dle.rae.es/bestia>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: H. Holt, Rinehart and Winston, 1933.

BOTIQUÍN. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <<https://dle.rae.es/botiquin>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BUGUEÑO MIRANDA, F. V. Sobre alguns tipos de falsos cognatos. **Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos VIII**, Madrid, n. 8, 1998, p. 21-27.

BUGUEÑO MIRANDA, F. V. Os dicionários de falsos amigos. In: **Anais do VIII Encontro do CELSUL**. Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2008, p. 1-17.

CABRERA MORENO, Juan Carlos. La dignidade e igualdad de las lenguas:críticas de la discriminación lingüística. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

CAMORLINGA, R. **A distância da proximidade a dificuldade de aprender uma língua fácil**. São Paulo: Intercambio, 1997.

CEOLIN, R. Falsos amigos estruturais entre o português e o castelhano. **Ianua Revista Philologica Românica**: Madrid, n. 4, 2003, p. 39-48.

CHACÓN BELTRÁN, R. Towards a Typological Classification of False Friends (Spanish-English). **Revista Española de Lingüística Aplicada**: Amsterdam, n.19, 2006, p. 29-39.

CHAGAS, P. A mudança lingüística. In: **Introdução à Lingüística I: objetosteóricos**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141-164.

CHAUI, M. **Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAVES, M. I. A. **Modelando matematicamente questões ambientais relacionadas com a água a propósito de ensino-aprendizagem de funçõesna 1ª. Série – Ensino Médio**. 2005, 142f. Dissertação (Mestrado em Educaçãoem Ciências Matemáticas) — Universidade Federal do Pará. Disponível em: http://www.robertexto.com/archivo3/a-teoria_ausubel.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

CHOMSKY, N. **El lenguaje y los problemas del conocimiento**. Madrid: Visor Distribuciones, 1988.

CHUQUET, H; PAILLARD, M. **Approche linguistique des problèmes detraduction anglais-français**. Paris: Orphys, 1987.

COMTE, A. Curso de Filosofia Positiva. Primeira e Segunda lição. In: COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**: Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo - Catecismo positivista. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural,1983. p. 1-40.

CORAL. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/coral/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CORAL. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <https://dle.rae.es/coral>. Acesso em: 27 jun. 2022b.

CORDER, S. P. A role for themothertongue. In: GASS, S. & SELINKER, L. **Language Transfer in Language Learning**. Philadelphia: Revised Edition,1992. p. 30-45.

CORDER, S.P. Error Analysis. In: **Techniques in Applied Linguistics 3**. ALLEN, J.P.; CORDER, S. P. London: Oxford University Press, 1974. p. 78-90.

CORDER, S. P. Idiosyncratic dialects and error analysis. **International Review of Applied Linguistics in Language Teaching**: Oxford, v. 9, n. 2, 1971, p. 147-160.

COROMINAS, J; PASCUAL, J. A. **Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico**. Madrid: Gredos, 1983.

COSERIU, E. **Sincronía, diacronía e historia. El problema del cambiolingüístico**. Madrid: Gredos, 1973.

COSERIU, E. **Tradição e novidade na ciência da linguagem: estudos de história da linguística**. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

COSERIU, E. **Sincronía, diacronía y tipología**. Madrid: Gredos, 1978.

COSERIU, E. **Sobre el futuro romance: en estudios de lingüística românica**. Madrid: Gredos, 1977.

COSTA, Z. G. **Falsos cognatos: revisão da fundamentação teórica e proposta de novas abordagens práticas para sua aplicação nos processos de ensino-aprendizagem de ELE no Brasil**. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Letras com Ênfase em Linguística) Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2016.

CRISTALDO, J. **Ministro exporta analfabetismo. 31 jan. 2005. Disponível em: <http://cristaldo.blogspot.com/2005/01/ministro-exporta-analfabetismo-no.html>**. Acesso em 15 jun. 2015.

CROFT, W. **Typology and Universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CRYSTAL, D. **A Dictionary of Linguistics and Phonetics**. Oxford: Blackwell Publisher, 1992.

CRYSTAL, D. **La muerte de las lenguas**. Madrid: Cambridge University Press, 2001.

CUENCA, M. J; HILFERTY, J. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Ariel, 1999.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 80-120.

DASCAL, M. (org.). Concepções gerais da teoria linguística. In: **Fundamentos metodológicos da linguística**. São Paulo: Global, 1978. p. 145-210.

DEACON, T. W. **The symbolic species: the co-evolution of language and the brain**. New York: WW Norton, 1997.

DENGO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/dengo/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DENGUE. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/dengue/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DENGUE. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022b. Disponível em: <https://dle.rae.es/dengue>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DIATRIBA. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <https://dle.rae.es/diatriba>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DIATRIBE. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/diatribes/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DISTINGUIDO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/distinguido/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DISTINTO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/distinto/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DISTINTO. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022b. Disponível em: <https://dle.rae.es/distinto>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DUARTE, I. **Língua Portuguesa: instrumentos de análise**. Lisboa: Universidade Aberta, 2000.

DURÃO, A. B. ¡Por detrás de la transparencia existe una opacidad!: La lectura por estudiantes brasileños de textos redactados en español. **Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos**: Morumbi, n. 12, 2002, p. 13-28.

DURÃO, A. B. **Análisis de errores en la interlengua de brasileños aprendices de español y de españoles aprendices de portugués**. Londrina: Eduel, 2004.

ELCHE. In: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/elche/>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ELCHE. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE)**. Madrid: Real Academia Española, 2022b. Disponível em: <https://dle.rae.es/elche>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ELIA, S. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1998. ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1984.

ELIZAICÍN, A.; BEHARES, L.; BARRIOS, G. **Nos falemos brasileiro**. Montevideo: Amesur, 1987.

ELLIS, R. Sources of variability in interlanguage. *In: Applied Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1985. p. 20-40.

ELVIRA, J. **El cambio analógico**. Madrid, Gredos, 1998.

ELVIRA, J. **Linguística histórica y cambio gramatical**. Madrid: Síntesis, 2015.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

FARACO, C. A. **Polêmica vazia**. Gazeta do povo, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/conteudo.phtml?id=1127433>. Acesso em: 8 jan. 2021.

FERREIRA, I. A. O português no contexto do Mercosul. In: ALMEIDA FILHO, J. C. P. de. **Português para estrangeiros: interface com o Espanhol**. Campinas: Pontes, 2001, p. 39-47.

FIALHO, V. R. Proximidade entre línguas: algumas considerações sobre a aquisição do espanhol por falantes nativos de português brasileiro. **Espetáculo – Revista de estudos literários**: Lisboa, n. 31, 2005, s.p.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 1990.

FIORIN, J. L. **As Astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, J. L. Pragmática. *In: FIORIN, J. L. Introdução à Linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 157-190.

FOURNIER, J. M. **Histoire des théories Du temps dans les grammaires françaises**. Lyon: ENSÉditions, 2013.

FRANCIS, M. G. **Estudo metalexigráfico de falsos amigos do português em relação ao espanhol em dicionários bilíngues gerais e em dicionários de falsos amigos**. 210. 280f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

GECKELER, Horst. **Semántica estructural y teoría del campo léxico**. Madrid: Gredos, 1984.

GILDERHUS, M. T. **Pan American Visions: Woodrow Wilson in the Western Hemisphere, 1913-1921**. Tucson: University of Arizona Press, 1986.

GOETTENAUER, E. Espanhol: língua de encontros. In: SEDYCIAS, João (Org). **O ensino de espanhol no Brasil: presente, passado, futuro**, São Paulo> Parábola Editorial, 2005, p. 61-70.

GONZALEZ, N. T. M. **Cadê o pronome? O gato comeu?:** Os pronomes pessoais na aquisição/aprendizagem do espanhol por brasileiros adultos. 1994. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GREENBERG, J. H. **Universals of Language.** Cambridge: M.I.T Press, 1963.

GREENBERG, J.; FERGUSON, C. A.; MORAVCSIK, E. A. **Universals of Human Language.** Stanford: Stanford University Press, 1978.

¿**HABLAS ESPAÑOL?** Folha de São Paulo: São Paulo, 28 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2811200707.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HALAGAR. *In:* REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE).** Madrid: Real Academia Española, 2022b. Disponível em: <https://dle.rae.es/halagar>. Acesso em: 27 jun. 2022.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAMERSKÁ, J. **Comparación de los arabismos en español y en portugués.** Masarykova: Brno, 2009.

HART-DAVIS, A.; PAVAM, C.A. **Coleção Enciclopédia Ilustrada de História.** São Paulo: Duetto Editorial, 2009.

HEGER, K. **Teoría Semántica.** Madrid: Alcalá, 1974. HERÁCLITO. **Heráclito.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

HJELMSLEV, L. **Prolegómenos a una teoría del lenguaje.** Madrid: Gredos, 1975.

HOCKETT, CH. F. **Curso de lingüística moderna,** Buenos Aires: EUDEBA, 1971.

HOMERO. **Odisseia:** tradução direta do grego. São Paulo: Cultrix, 2013.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** São Paulo: Objetiva, 2001. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0. Acesso em: 25 jun. 2020.

IGGERS, G. G. **Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge.** Hanover: University Press of New England, 1997.

ILARI, R. **Linguística românica.** São Paulo: Ática, 2004.

JACKSON, H. Contrastive analysis as a predictor of errors, with reference to Punjabi learners of English. *In:* FISIÁK, Jacek. **Contrastive linguistic and the language teacher.** Oxford: Pergamon, 1981, p. 195-205.

JONES, W. **A Commemoration**. Oxford: Oxford University Press, 1999. JOYCE, R. A. The construction of gender in Classic Maya monuments. *In: Gender. Archaeology: Essays in Research and Practice*. Philadelphia: Univ. Penn. Press, 1996. p. 167-195.

JUSTO GIL, M. **Fundamentos del análisis semântico**, Santiago de Compostela: Universidade. Servicio de Publicación e Intercambio Científico, 1991

KRAMER, S. N. **Mesopotâmia: O Berço da Civilização**. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olympio, 1969.

LADO, R. **Linguística Contrastiva**. Madrid: Ediciones Alcalá, 1973. LAPESA, R. **Historia de la Lengua Española**. Madrid: Gredos, 1980.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEIVA, M. J. S. **Falsos cognatos em português e espanhol**. 1994. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole: Sciences aujourd'hui**. Paris: Albin Michel, 1993.

LIBERALI, F. C.; LIBERALI, A. R. A. Para pensar a metodologia de pesquisa nas ciências humanas. **Inter Fainc**, Santo André, SP, v. 1, p. 17-33, jun./dez.2011. Disponível em: <http://www.fainc.com.br/interfainc/revista/inter01.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2000

LOPEZ ALONSO, C.; L. SERÉ, A. **Hacia una nuevadidáctica de La contrastividad em las LE: el enfoque cognitivo**. CIDADE: Carabela, 2002.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1979.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

MALMBERG, B. **As Novas Tendências da Linguística: uma orientação linguística moderna**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1971.

MALMBERG, B. **Introducción a la Lingüística**. Madrid: Cátedra, 1982.

MARRONE, C. S. **Português-espanhol: aspectos comparativos**. São Paulo: Editora do Brasil, 1990.

MARTINET, A. J. **A lingüística sincrônica: estudos e pesquisas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.

MARTÍNEZ AGUDO, J. D. **Transferencia lingüística em El aprendizaje de una lengua extranjera**. Granada: Grupo Editorial Universitario, 2004.

MARTINS, S. R; IMBROISI, M. Renascimento. **História da Arte**: São Paulo, [s.l: s.n], 1994. Disponível em:

<<http://www.historiadaarte.com.br/renascimento.html>>. Acesso: 6 jan. 2021.

MARTINS, R. de A. **O Universo**: teorias sobre sua origem e evolução. São Paulo: Moderna, 1994.

MASIP, V. **Armadilhas da língua espanhola**: um guia completo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

MASIP, V. **Gramática española para brasileños**. Barcelona: Difusión, 1999.

MASIP, V. **Gramática histórica portuguesa e espanhola**: um estudo sintético e contrastivo. São Paulo: EPU, 2003.

MASIP, V. **História da filosofia ocidental**: vida, obras, pensamento e terminologia específica dos filósofos. São Paulo: EPU, 2001.

MASIP, V. **Gramática De Portugues Como Lingua Estrangeira**. São Paulo: E.P.U, 2006.

MATTOS E SILVA, R.V. **Caminhos da linguística histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MEILLET, A. **Les dialectes indo-européens**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1908.

MEILLET, A. **La métho de comparative en linguistique historique**. Paris: Champion, 1925.

MENDÍVIL GIRÓ, J. L. **El cambio lingüístico**: sus causas, mecanismos y consecuencias. Madrid: Síntesis, 2015.

MILLÁS, M. L. N. **Lidando com os falsos amigos**: um estudo com base em livro didático e em corpus linguístico. 2012. 352f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100713>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MIRANDA POZA, J. Un capítulo de grafemática Española: El Victorial, de Gutierre Díez de Games. **Notas y Estudios Filológicos**: Navarra, n. 7, 1992, p. 203-219.

MIRANDA POZA, J. A. En torno al Libro de buen amor: Léxico e interpretación textual. **Intertexto**: Olinda, v. 3, n. 5, 2004, p. 5-34.

MIRANDA POZA J. A. A propósito de los términos Español de España y Español de América. La expansión externa del español en América. Los testimonios de los Cronistas de Indias. In: MIRANDA POZA, J.A. **España y América**: Tres ensayos de lengua y literatura. Recife: Bagaço, 2007. pp. 29-96.

MIRANDA POZA, José Alberto. Consideraciones teóricas acerca de los conceptos de lexicografía, lexicología, semántica, significado y sentido". In: DURÃO, Adja Balbino Amorin Barbieri (Org). **Por uma lexicologia bilinguecontrastiva**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009, p. 45-60.

MIRANDA POZA, J A. **Introdução à Linguística**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

MIRANDA POZA, J. A. La universidad ante los desafíos de la enseñanza de español en Brasil. **EUTOMIA - Revista de Literatura e Linguística**: Recife, v.10, 2012, p. 1-23.

MIRANDA POZA, J. A. **Propuesta de análisis de falsos amigos en español y portugués**: diacronía, campo léxico y cognición. Valladolid: Editorial Verdelís, 2014.

MONTAÑO RODRIGUÉZ, S. **Cognados y Falsos Cognados**: Su uso en la enseñanza del inglés. Mexicali Baja California: Universidad Autónoma de Baja California, 2009.

MOUNIN, G. **Los problemas teóricos de la traducción**. Madrid: Gredos, 1971.

NAVAS SANCHÉS-ÉLZ, M. V. Interferencias del sistema lingüístico portugués en el aprendizaje de la lengua española. **Revista española de lingüística aplicada**: Ámsterdam, n. 5, 1986, p. 141-153.

NEMSER, W. Approximative System of Foreign Language Learners. **IRAL IX**: London, n.2 p.115-123, 1971.

NEWMARK, L.; REIBEL, D. A. Necessity and sufficiency in language learning. **International Review of Applied Linguistics**: London, n.6, p. 145-164, 1968.

NICOLSON, M. Alexander von Humboldt and the geography of vegetation. In: CUNNINGHAM, A.; JARDINE, N. (Orgs.). **Romanticism and the sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p.169-189.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7- 28, dez. 1993.

NOIRIEL, G. **Sur la "crise" del l'histoire**. Paris: Belin, 1996.

NOVICK, P. **That Noble Dream**: the "Objectivity Question" and the American historical profession. Cambridge: University of Harvard Press, 1988.

OGDEN C. K.; RICHARD I. A. The Meaning of Meaning. **A Study of the Influence of Language upon Thought and of the Science of Symbolism**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1960 [1923].

PARELLADA, C. I. Arte Rupestre no Paraná. **Revista científica Fap**, Curitiba, v.4, n.1, p.1- 25, jan./jun. 2009.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PIAGET, J. **Psicologia e Epistemologia**: por uma Teoria do Conhecimento. Tradução Agnes Cretella. São Paulo: Ed. Forense, 1973.

PLATÃO. **A República**. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: CalousteGulbenkian, 2001.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos – Memória**: Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 1-13. Disponível em: <https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos – Teoria e História**: Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

POTTIER, B. **Linguistique générale**: théorie et description. Paris: Klincksieck, 1985.

POTTIER, B. A substância do significado. In: POTTIER, Bernard. **Lingüísticageral**: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença, 1978. p. 61–96

POTTIER, B. La communication linguistique. In: POTTIER, BERNARD. **Linguistique générale**: théorie et description. Paris: Klincksieck, 1985, p. 21-25.

PORZIG, Walter. **El mundo maravilloso del lenguaje**. Madrid: Gredos. 1970.

PRADO, M. Falsos amigos en lexicografía bilingüe. **Hispania**: Madrid, v. 72, 1989, p. 721-727.

PUENTE, F. R. **Os sentidos do tempo em Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 2001.

QUESADA, C. M. (Coord.). **Lingüística general y descriptiva**. Loja: Universidad Nacional de Loja – Área de la Educación, Arte y la Comunicación, 2011. Disponível em: <<http://www.unl.edu.ec/educativa/wp-content/uploads/2010/05/LINGUISTICA-GENERAL-Y-DESCRIPTIVA.pdf>>. Acesso: 19 dez. 2023.

RAMOS, V. *et al.* A aprendizagem profissional: as representações de treinadores desportivos de jovens: quatro estudos de caso. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 2, p. 280-291, 2011.

RAE (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA). **Corpus diacrónico del español (CORDE)**. [S.l.]: [s.n.], online. Disponível em: <http://corpus.rae.es/cordenet.html>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RAE (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA). **Diccionario de la lengua española**. Versión electrónica de la 23.^a edición del «Diccionario de la lengua española». [S.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

RICHARDS, J. C.; PLATT, John; PLATT, Heidi. **Longman Dictionary of Language Teaching and Applied Linguistics**. New York: Pearson, 1992.

RICHMAN, H. **A comparative study of Spanish and Portuguese**. 1965. 305f. Thesis (Ph.D in Department of Romances Languages) – University of Pennsylvania, Philadelphia.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**: Tomo III. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

ROBINS, R. **General Linguistics**: An Introductory Survey. Great Britain: Longman, 1971.

ROSA, C. A Relação Filologia/Lingüística: trajetória, percalços, impasses e convergências. **Revista de Humanidades**: Montes Claros, v.2, n.4, jun./jul. de 2001.

ROSENBLATT, Louise M. **The Reader, the text, the poem**: The Transactional Theory of the Literary Work. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1978.

ROSS, W. D. **Aristóteles**. Tradução Diego F. Pró. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1957.

SABINO, M. A. Falsos cognatos, falsos amigos ou cognatos enganosos?: desfazendo a confusão teórica através da prática. **ALFA Revista de Linguística**: São Paulo, v. 50, n. 2, 2006, p. 251-263.

SANTOS GARGALHO, I. **Análisis contrastivo de errores e interlingua en el marco de la Lingüística Contrastiva**. Madrid: Síntesis, 1993.

SAPIR, E. **Conceptual categories in primitive languages**. Science, 1931.

SAUSSURE, F. **Escritos de Linguística Geral**. Tradução de Carlos Augusto Salum e Ana Lúcia Franco. Organização e edição de Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, [2002] 2004.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística general**. Traducción castellana y notas de Mauro Armiño. Madrid: Akal, [1916] 1980.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 24^o ED. SÃO PAULO: Editora Cultrix, 2000.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 1980.

SAUSSURE, F. **Escritos de lingüística geral**. Org. e ed. por Simon Bouquet e Rudolf Engler, com colaboração de Antoinette Weil. Trad. do francês por Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, [2002] 2004.

SCOTT, R. P. Envelhecimento e Juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva. *In*: MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JR, C.E.A.

Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002. p.103-127.

SEDDIK, H.; SAYADI, M.; FNAIECH, Farhat. A New Blind Image Watermarking Method Based on Shur Transformation. In: THE 35TH ANNUAL CONFERENCE OF IEEE INDUSTRIAL ELECTRONICS, 35., 2009, Porto. **Proceedings.** [S.L.]Porto: Iecon, 2009. p. 3-5.

SEIDE M. S. **A semântica de Michel Bréal e a Terminologia:** pontos de contacto. São Paulo: editora, 2006.

SELINKER, L. Interlanguage. **IRAL:** London, v.10, n. 3, p. 209-231, 1972.

SILVA NETO, S. **História do latim vulgar.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

SILVA. N. O Tempo em Aristóteles. **Revista Pandora Brasil:** São Paulo, n. 13, p.1-2, dez. 2009. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/aristoteles/nereide.htm>. Acesso em: 6 jan. 2021.

SILVEIRA BUENO, F. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa,** São Paulo: Edição Saraiva, 1963.

SIMSON, O. R. M. V. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp, **Augusto Guzzo – Revista Acadêmica:** São Paulo, n. 3, 2004, p. 14-18. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em: 6 jun.2020.

SIPA VICIUS SEIDE, M. A semântica de Michel Bréal: uma abordagem baseada no uso. **Cadernos do Instituto de Letras:** Porto Alegre, n. 44, 2012, p. 97-116. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/28197>>. Acesso em: 16abr. 2023.

STANFORD F. S. **Mappings:** Feminis mand the Cultural Geographies of Encounter. Princeton: Princeton U. P., 1998.

SUCESO. In: REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, **Diccionario de la lengua española (DLE).** Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <<https://dle.rae.es/suceso>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SUCCESSO. In: DICIO, **Dicionário Online de Português.** Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/successo/>>. Acesso em: 27 jun. 2022. SWIGGERSS, Pierre. Filologia e Lingüística: enlace, divórcio, reconciliação. **Filologia e Lingüística Portuguesa,** n. 2, 1998, p.5-18. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/issue/view/4908>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

TASK, R. L. **The Dictionary of Historical and Comparative Linguistics.** London: Psychology Press, 2000.

TELES, J. M. **O Tempo em ações:** (re) construção dos Tempos Verbais na língua estrangeira sob a ótica piagetiana. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) — Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22112019121116/publico/teles_corrigida.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

TEYSSIER, P. **História da Língua Portuguesa.** Lisboa: Sá das Costa, 1982.

THEODOR, I. **Bhagavad-Gita:** Textos, filosofia, estrutura e significado. Petrópolis: Vozes, 2021.

TORIJANO PÉREZ, J. A. A. El aprendizaje del léxico en los estudiantes lusófonos. **Revista de Lexicografía:** Coruña, n. 14, 2008, p. 137-215.

TRIER, J. **Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes,** Heidelberg: Verlag nicht ermittelbar, 1931.

ULLMAN, S. **Semântica:** uma introdução à ciência do significado. 2.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1970.

VAZ DE SILVA, A. M. C. Os falsos amigos na relação espanhol-português. **Cadernos de PLE:** Aveiro, n. 3, 2003, p. 75-96.

VINAY, J. P.; DARBELNET, J. **Stylistique comparée du français et de l'anglais:** Nouvelle édition augmentée et corrigée. Paris: Didier, 1977.

VITA, C. P. **A opacidade da suposta transparência:** quando “amigos” funcionam como “falsos amigos”. 193 f. Dissertação (Mestrado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano - Americana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

WATT, I. **Mitos do individualismo moderno:** Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

WEEDWOOD, B. **História concisa da Linguística.** Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.

WEISGERBER, L. **Die Sprachfelder in der geistigen Eschliessung der Welt.** Meisenheim: Trier, 1954.

WHITROW, G. J. **O tempo na história:** concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

WIDDOWSON, H. G. **An applied linguistic approach to discourse analysis.** Southbridge: University of Edinburg, 1973.

WITTGENSTEIN, L. **Notes for Lectures on "Private Experience" and "Sense Data".** Durham: The Philosophical Review, 1968.

WHORF B. L. The Relation of Habitual Thought and Behavior to Language. In: CARROLL, J. B. Language, Thought and Reality. Cambridge, Mass.: M.I.T. Orig. pub. In: **Language, Culture and Personality**, Essays in Memory of Edward Sapir. Leslie Spier, ed. Menasha, Wisc.: Sapir Memorial Publications Fund., 1956 [1941].

WHORF BENJAMIN, L. **Language, Thought and Reality**. Massachusetts: The M.I.T. Press, 1956.